



Desigualdades sociais, educação e ação política

ALÉM DE OUTROS TEXTOS

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS



EDUFBA

*Desigualdades sociais,
educação e ação política*

ALÉM DE OUTROS TEXTOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora
Dora Leal Rosa
Vice-Reitor
Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goulart Mota Garcia Rosa
Conselho Editorial
Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria Vidal de Negreiros Camargo

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS

*Desigualdades sociais,
educação e ação política*

ALÉM DE OUTROS TEXTOS

EDUFBA
Salvador - 2012

2012, Roberto Figueira Santos

Projeto gráfico
Alana Gonçalves de Carvalho

Editoração e Arte Final
Raíssa Ribeiro Silva Santos

Revisão final
Maria José Bacelar Guimarães

Sistemas de Bibliotecas - UFBA

Santos, Roberto Figueira.
Desigualdades sociais, educação, ação política além de outros textos : escritos / Roberto Figueira Santos. - Salvador : EDUFBA, 2012.
368 p.

ISBN 978-85-232-1013-7

1. Educação - Aspectos políticos. 2. Desigualdade social. 3. Participação política -Brasil, Nordeste. 4. Política pública - Brasil, Nordeste. 5. Universidade Federal da Bahia - Discursos, ensaios e conferências. I. Título.

CDD - 379

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo,
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – BA
Tel: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

À minha mulher

Maria Amélia

aos meus filhos

Anneliese

Cristiana

Edgard

Maria Carmen

Roberto

Patrícia

e aos meus netos

Pedro Henrique

Elisa e Orlando

Helena e Luiza

Rafael

Sofia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I	
<i>Desigualdades sociais, educação e ação política</i>	
DESIGUALDADES SOCIAIS E AÇÃO POLÍTICA	15
Pobreza e bolsões de riqueza no Nordeste brasileiro	15
Antigas razões da preferência do eleitorado	19
Representação política e seu papel como indutora da educação, ciência e tecnologia	20
Motivação para a escolha da representação política das pessoas nascidas no ambiente rural	24
Principais motivações políticas das populações urbanas no Nordeste	30
Como tem se alterado a representação política das populações pobres, rurais e urbanas do Nordeste brasileiro	32
EDUCAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO	35
Ensino elementar e distribuição de renda	38
Ensino médio e profissionalização	47
Ensino superior e pesquisa universitária	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
PARTE II	
<i>Outros textos</i>	
<hr/>	
SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	
<hr/>	
CAPÍTULO I	
Comemorações dos 60 anos da UFBA	63
CAPÍTULO II	
Bicentenário da criação da “Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador”	79

CAPÍTULO III	
Contribuição à história das unidades de saúde da Universidade Federal da Bahia	87
CAPÍTULO IV	
Comemorações dos 60 anos de criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia	101
CAPÍTULO V	
130 anos de ensino das belas artes na Bahia	107
<hr/>	
HOMENAGENS A BAIANOS ILUSTRES	
<hr/>	
CAPÍTULO I	
Centenário do nascimento de Luiz Viana Filho	117
CAPÍTULO II	
Centenário do nascimento de Orlando Gomes dos Santos	123
CAPÍTULO III	
Comemoração dos cem anos de Lafayette de Azevedo Pondé	133
CAPÍTULO IV	
Centenário do nascimento de Miguel Calmon	139
CAPÍTULO V	
Ivete Oliveira: líder universitária a serviço da comunidade baiana	147
<hr/>	
NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS	
<hr/>	
CAPÍTULO I	
Comemoração dos meus oitenta anos	159
CAPÍTULO II	
Em agradecimento à entrega do título de Professor Emérito	175
CAPÍTULO III	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	185
CAPÍTULO IV	
Comemorações do centenário do Colégio Antonio Vieira	189
CAPÍTULO V	
A rua Chile em tempos passados	195

CAPÍTULO VI	
Biografias e autobiografias	201

CAPÍTULO VII	
Agradecimento pela outorga da Comenda 2 de Julho	211

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

CAPÍTULO I	
Em favor da criação da Academia de Ciências da Bahia	225

CAPÍTULO II	
Instalação da Academia de Ciências da Bahia	233

CAPÍTULO III	
A Academia de Ciências da Bahia: uma realidade	249

CAPÍTULO IV	
Por que se fala tanto em inovação ultimamente?	253

CAPÍTULO V	
Um “choque” na divulgação científica	257

CAPÍTULO VI	
Percepção pública da pesquisa científica	265

PROFISSÕES DE SAÚDE (CIÊNCIA E ARTE)

CAPÍTULO I	
Posse como membro da Academia Nacional de Medicina	271

CAPÍTULO II	
Sobre a história da formação de médicos no Brasil	283

CAPÍTULO III	
Sobre o impacto do Hospital Universitário Professor Edgar Santos no ensino médico	303

CAPÍTULO IV	
Sobre o tema “ciência e tecnologia em saúde”: tendências mundiais e diagnóstico global	315

CAPÍTULO V	
Gestão em saúde	321

CAPÍTULO VI
Ciências da Informação e a saúde humana 335

CAPÍTULO VII
Prefácio (Livro Eliane Azevedo) 343

ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I
Posse da professora Thereza Marcílio como Membro Titular
da Academia Baiana de Educação Sobre as licenciaturas 351

CAPÍTULO II
Sobre as licenciaturas 359

APRESENTAÇÃO

A primeira parte do presente volume, com o título *Desigualdades Sociais, Educação e Ação Política* foi escrita, originalmente, no começo da década de 1980 e nunca havia sido publicada. Vivia, então, a Bahia, a fase da sua história durante a qual, temporariamente, se restabeleceu o predomínio de obsoletos hábitos políticos. Estão esses atualmente superados, creio que de forma definitiva. Passado o tempo, resolvi atualizar aquele texto e incluí-lo no presente livro, juntamente com discursos pronunciados ao longo de muitos anos, perante públicos com pretensões e formação muito diversificada, ao lado de artigos divulgados pela imprensa diária da Cidade do Salvador. Esses compõem a segunda parte do presente volume.

Em vários desses textos figuram alguns comentários que se repetem, embora inseridos na apreciação de temas variados, devido à intenção de divulgar idéias que precisam ser melhor conhecidas pelos públicos especializados aos quais nos dirigimos, com preponderância.

Entre as idéias repetidamente comentadas, são de particular importância as que fundamentaram a reestruturação das Universidades brasileiras por força dos Decretos-Leis n.º 53/66 e n.º 252/67. Justifica-se, por dois motivos principais, a insistência sobre a divulgação dessas idéias:

- a) a reestruturação das nossas Universidades, a que nos referimos, foi um dos marcos mais importantes da evolução do ensino superior e da história da pesquisa técnico-científica no Brasil;
- b) os textos dos citados Decretos-Leis foram baseados em estudos realizados pelo Conselho Federal de Educação, e inspirados na estrutura original da Universidade Nacional de Brasília, cujo funcionamento se iniciou por volta do ano de 1960. O modelo anterior de implantação das Universidades brasileiras, em vigor

entre os anos de 1934, quando entraram em funcionamento as primeiras dentre elas (em São Paulo e no Distrito Federal, então no Rio de Janeiro), e o de 1961, com o começo da Universidade de Brasília, envolveu a aglutinação administrativa e financeira de Faculdades anteriormente isoladas e completas em si mesmas. O (então) novo modelo de implantação de Universidades brasileiras, havia sido idealizado pelos educadores Anísio Teixeira e Darci Ribeiro e foi alterado ao fim de poucos anos por motivos políticos. Vários anos mais tarde, os mesmos estudos sobre a estrutura universitária foram retomados pelo Conselho Federal de Educação, transformados na essência dos citados decretos-leis e, em seguida, adotados pela generalidade das Universidades brasileiras.

A nova estrutura universitária ensejou impulso definitivo para as atividades de formação de pesquisadores e de realização de pesquisas científicas e tecnológicas nas nossas instituições de ensino superior. A sua adoção foi desencadeada na mesma época em que ocorreram a adoção do regime de trabalho em regime de dedicação exclusiva para o pessoal docente das Universidades federais e a regulamentação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pelo Conselho Federal de Educação, providências que também contribuíram para os mesmos fins de formação de pesquisadores e de intensificação das pesquisas universitárias.

A exemplo do que ocorreu na escolha dos temas apreciados em livro anterior de minha autoria, intitulado “Reflexões sobre temas da atualidade”, no presente volume estão incluídos discursos e artigos referentes a assuntos com os quais me tenho ocupado ao longo de várias décadas de dedicação ao serviço público. Dirijam-se esses trabalhos, preponderantemente, aos estudiosos de matérias pertinentes à educação, à saúde e ao desenvolvimento científico e tecnológico na população brasileira, e em especial, no estado da Bahia.

Nota

¹ SANTOS, Roberto Figueira. *Reflexões sobre temas da atualidade*. Salvador, BA: Edufba, 2005.

*Desigualdades sociais,
educação e ação política*

PARTE I

Desigualdades sociais e ação política

Pobreza e bolsões de riqueza no Nordeste brasileiro

Dia virá em que as riquezas naturais do território brasileiro, algumas razoavelmente conhecidas, outras apenas vislumbradas, serão postas ao serviço do homem numa escala muito superior à que se observou até hoje. Para isso, será necessário estender a milhões de brasileiros a capacidade de aproveitar mais amplamente as tecnologias modernas, baseadas no rigor da metodologia científica, e acrescentar inovações aos processos já testados que levam os habitantes de uma região como a nossa ao desenvolvimento econômico e social. Como atingir esses objetivos?

É imperativo acelerar-se o ritmo da evolução que se opera neste sentido, para que sejam atendidas as legítimas aspirações populares e venha a ser alcançada profunda e rápida melhoria da qualidade de vida de grande número dos nossos compatriotas. A esses caberá munir-se dos

instrumentos oferecidos pela ciência moderna e pelas suas aplicações nas tecnologias mais avançadas, características da “era do conhecimento”, vivida pela atual geração e que se está estendendo a todo o mundo. Somente quando amplos segmentos da nossa população atingirem níveis mais elevados de educação que os alcançados até agora é que as oportunidades de trabalho e de emprego terão maior rentabilidade e ensejarão melhor qualidade de vida.

São sobejamente conhecidas as desigualdades regionais que caracterizam a realidade nacional e continuam a representar um dos graves problemas da nossa atualidade. Numerosas propostas têm sido colocadas em prática, ao longo de várias décadas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações mais pobres. De modo geral, essas iniciativas apontaram caminhos de difícil percurso, por serem muito complexas e abrangentes, além de muito onerosas em relação às disponibilidades financeiras e à possível mobilização de recursos humanos adequadamente preparados. Talvez, por isso, tais iniciativas tenham tido resultados muito heterogêneos e não venham alcançando, senão muito parcialmente, os resultados desejados.

Continuam sendo rudimentares e de baixíssimo rendimento, muitas das tecnologias sobre as quais se baseia a economia dessas regiões. Até agora, tem faltado melhor articulação das atividades econômicas regionais com a pesquisa científica que poderia resultar em maior agregação de valor às matérias-primas encontradas localmente. Como conseguir essa maior articulação?

O panorama social do Nordeste brasileiro ainda é caracterizado pela existência do que podemos classificar como “bolsões de riqueza”. São essas verdadeiras imagens em espelho dos decantados “bolsões de pobreza” encontrados em nações das mais ricas da atualidade, nos quais vivem seres humanos que são vítimas da triste condição da pobreza absoluta. No Nordeste brasileiro, como em vários países emergentes, em meio a sociedades nas quais predomina a pobreza, observam-se alguns “bolsões” ou “ilhas”, verdadeiro arquipélago, constituído de beneficiários do progresso

e do enriquecimento. Entre os fatores que mais têm contribuído para a enorme desigualdade, ora como causa, ora como consequência do subdesenvolvimento social e econômico, identificam-se padrões extremamente desiguais na educação dos diferentes segmentos dessas populações.

A existência dos “bolsões de riqueza” entre as populações nas quais predomina a pobreza não deve alimentar expectativas apressadas quanto à melhoria das condições de bem-estar e de conforto da parcela mais numerosa dos habitantes do Nordeste brasileiro. Nem, tampouco, gerar a acomodação quanto à eficácia dos métodos até agora empregados em favor das populações mais carentes. Cumpre analisar em maior profundidade providências que poderão ocasionar o aperfeiçoamento do nosso sistema educacional, contando com a participação mais intensa das lideranças políticas nos âmbitos regional e nacional.

Durante largo período da História da nossa região, preponderaram lideranças políticas que exerceram o seu papel mediante o conhecido expediente do clientelismo, ao qual se associavam a coação e a intimidação impostas aos liderados. Com muita frequência, esse gênero de liderança era, também, associado à corrupção irrefreável que, por sua vez, alimentava aparente sucesso nos meandros da falsa política, por meio da propaganda enganosa. O clientelismo assim entendido perdurou, entre os nordestinos, por muito mais tempo do que grande parte dos baianos (e demais nordestinos) o merecia.

Ainda bem que tais lideranças, embora tardiamente, foram se tornando anacrônicas e ineficazes, por motivos diversos. Dentre os motivos dessa transformação, cumpre destacar: a melhoria – embora lenta – do nível educacional de parcela crescente da população; a rápida expansão dos meios de comunicação; e, muito especialmente, o aperfeiçoamento na apuração das eleições, anteriormente realizada mediante contagem manual e que passou a ser feita pelas “máquinas de votar”. Até quando realizadas eleições muito próximas dos tempos atuais, a apuração manual se caracterizou por fraudes das mais indecorosas e contribuiu grandemente para o terrível atraso dos nossos hábitos políticos.

Mais recentemente, tem-se observado alguma redução no elevadíssimo grau de submissão aos chefes políticos, verificada entre os eleitores com mais baixos índices educacionais. Essa submissão existiu tanto nas áreas rurais como nas sedes dos municípios mais pobres e na periferia das grandes cidades. O temor das represálias dos chefes ou “patrões”, vivido pelos eleitores que são, também, os de mais baixo poder aquisitivo, era parte da “chantagem” usada pelos políticos protagonistas do paternalismo anacrônico. Devido à escassez de oportunidades de trabalho bem remunerado, e pelo propósito de manter dentro de um mínimo de dignidade, o padrão de vida das respectivas famílias, até mesmo cidadãos com alguma respeitabilidade acomodavam-se às exigências – nem sempre razoáveis – dos poderosos de cada momento.

Houve tempo em que o autoritarismo das lideranças políticas era considerado uma fatalidade e, por isso, absolutamente inarredável. Era como se não existissem alternativas para os mais pobres, ao pretendem esquivar-se das pressões dos poderes discricionários aos quais se submetiam. Relaciona-se esse conformismo político, em grande parte, à pobreza do eleitor. No entanto, cabe lembrar que a recíproca também é verdadeira, isto é, a pobreza que se transmite de uma geração para a seguinte se deve, em grande parte, à docilidade com que muitos dos eleitores mais pobres aceitam as imposições dos políticos anacrônicos. Valendo-se de linguagem verdadeiramente dramatizada, acentuou, certa vez, o economista sueco Gunnar Myrdal: os famintos não se rebelam; os famintos morrem de fome.

Sabemos todos que, no Brasil, não existiam, nem existem, até hoje, partidos políticos com tradição que se tenha consolidado, ao longo do tempo, graças a diretrizes coerentes, diante dos imensos problemas da nacionalidade, inclusive os pertinentes às desigualdades regionais. Ao fazer suas escolhas, nos sucessivos pleitos eleitorais, o eleitor brasileiro não se tem baseado na fidelidade a determinado conjunto de princípios partidários que o oriente em meio às promessas das campanhas dos candidatos a cargos eletivos.

O “Governo”, a “lei”, o “Estado”, para grande parte do eleitorado, eram representados, na nossa tradição, tão somente, pelas “ordens” do chefe político mais próximo, quaisquer que fossem as reações deste diante dos problemas que afligiam e afligem os seus eleitores.

Antigas razões da preferência do eleitorado

As disputas da política municipal jamais diminuíram de intensidade, mesmo nas fases da nossa história em que o processo democrático deixou de ser decisivo entre os escalões mais altos do poder público. Em eleições nas áreas rurais de maior pobreza predominaram, sempre, a obediência conformada e a cega submissão às lideranças em contacto direto e pessoal com o eleitor. Este eleitor, por sua vez, manifestava lealdade e submissão aos seus líderes na política municipal, deles recebendo a orientação para votar nos candidatos aos cargos nos âmbitos estadual e federal, sem qualquer possibilidade de externar suas próprias opiniões. É o que se costumava chamar de “municipalização” das eleições.

Entre o eleitorado das áreas rurais mais desenvolvidas, assim como nas grandes cidades, esta situação vem se alterando rapidamente. O eleitor vem prestando maior atenção do que antes ao colorido ideológico e ao desempenho político-administrativo dos políticos de projeção estadual e nacional. Sabemos, entretanto, que existe ainda um longo caminho a ser percorrido para a melhoria dos hábitos políticos em grande parte do território nacional.

Durante longo período da nossa história recente, as lideranças conservadoras das áreas rurais conduziram, habilmente, os seus liderados para um fortíssimo sentimento “anticomunista”. E conseguiram pregar o rótulo de “comunista” nos adversários, mesmo quando, para isso, não existissem motivos ponderáveis. E apresentavam o que era chamado de “comunismo” como sinônimo de anarquia, de subversão dos valores tradicionais, de destruição, de verdadeiro cataclismo. Se admitirmos algum exagero, poderemos atribuir aos adeptos dessa doutrina ultraconservadora

a tentativa de criarem, na cabeça dos eleitores, uma confusão entre o “comunismo” e a noção de “demônio”, tal como pregada pelos catequistas dos tempos coloniais.

Dessa realidade nos afastamos nos últimos tempos. Desapareceu do quadro eleitoral, o artifício das sublegendas, associado ao bipartidarismo vigente durante longo período. Nas eleições assim “municipalizadas”, os candidatos oficiais aos cargos estaduais e federais eram favorecidos pela soma dos votos das sublegendas do mesmo partido. Tudo isso já não é mais assim.

As motivações dos eleitores brasileiros desde os tempos do Brasil colônia foram objeto de profundo estudo histórico realizado em 1949, gerando a primeira publicação sobre o tema. Essa pesquisa, realizada pelo cientista político mineiro Vitor Nunes Leal¹ constou de um livro que teve várias edições subsequentes. O brilhante *curriculum vitae* do autor inclui o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, durante cerca de dez anos. Nas “Considerações Finais” daquele livro, leem-se as seguintes palavras: “A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres.”²

Aplaudo o mérito dos estudos do ex-ministro Nunes Leal, ao versar tema semelhante ao tratado no presente volume, embora baseado em realidades de um passado muito mais distante. Faço votos para que os nossos comentários não pareçam ao nosso leitor tão pessimistas quanto os de Nunes Leal, nas suas “Considerações Finais”. Quero, com isso, reconhecer que houve progresso, ainda que mais lento que o desejável, nos costumes políticos da nossa terra.

Representação política e seu papel como indutora da educação, ciência e tecnologia

No vasto território do estado da Bahia, destaca-se uma faixa de menos de cem quilômetros no sentido leste-oeste, próxima ao litoral, onde a atividade econômica tem maior dinamismo. Nessa região, encontra-se

grande concentração dos investimentos públicos e privados realizados em todo o estado. Adjacentes à faixa de terra próxima ao litoral, ainda no sentido leste-oeste e em torno de uma linha reta com mais de novecentos quilômetros de extensão, encontra-se enorme área na qual predomina a atividade agropecuária ainda não beneficiada pela moderna tecnologia onde vive a maior parte da população pobre, responsável pelos indicadores sociais e econômicos pouco favoráveis do nosso estado. Recentemente, dentro dessa grande área, identificam-se bolsões de economia mais vigorosa, a exemplo do plantio de grãos na região do rio São Francisco. Com a predominância de agricultores oriundos do sul do país, familiarizados com os mecanismos de crédito dos bancos oficiais, onde, graças às condições propícias de clima e solo e à tecnologia desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instalou-se importante centro de produção de cereais que caminha para gerar um grande parque agroindustrial.

Como seria de esperar, na vasta região mais pobre do interior baiano, a população sobreviveu, até agora, pelo uso de tecnologias muito rudimentares e de baixíssimo rendimento. Não foram muitos os detentores de cargos eletivos representantes dessa população que voltaram a sua atenção para os aspectos sociais do desenvolvimento dessa parcela do nosso território. No intuito de incentivar a agregação de maior valor aos produtos locais, é indispensável o papel indutor de entidades públicas, tanto locais como nacionais, visando a modernização das tecnologias usadas correntemente. Não se deverá esperar que a economia do mercado, por si só, chegue a gerar estímulos suficientes para superar o atraso nas práticas tradicionais. As universidades e outros órgãos locais, públicos e privados, que atuam na formação de pesquisadores e no fomento à pesquisa técnico-científica, vêm contribuindo, embora modestamente, para esse papel indutor, capaz de beneficiar as economias locais.

As enormes desigualdades regionais nos campos da Educação e da Ciência e Tecnologia, em nosso país, a um só tempo, têm sido causa e consequência dos desequilíbrios no campo da economia. Na área educacional,

o analfabetismo e a baixa escolaridade têm sido, reconhecidamente, terríveis obstáculos ao pleno aproveitamento do potencial de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais pobres. Conforme dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),³ em 2009, a taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais de idade era de 17,0% no Nordeste brasileiro, enquanto no Sudeste não passava de 5,2%.

Sob muitos outros aspectos, observa-se o desequilíbrio regional em matéria de Educação. Assim, em 2009, ainda de acordo com o IBGE, contavam-se, no Nordeste, 24.267 estabelecimentos de ensino fundamental, enquanto no Sudeste, esse número atingia 28.753. Quanto aos estabelecimentos de ensino médio, enquanto eram 6.001 no Nordeste, na região Sudeste se encontravam 10.792. Das instituições de ensino superior, 432 estavam no Nordeste, enquanto, no Sudeste, eram 1.069. Por sua vez, na região Sudeste, em 1.069 instituições, estavam matriculados 5.080.056 alunos em cursos presenciais.

No ensino superior brasileiro, o número de vagas oferecidas por habitante em todo o Brasil, com os dados de 2008, era de 0,017. No Nordeste, esse índice era de 0,0085, enquanto no Sudeste era de 0,015.⁴

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) recomenda, na mesma oportunidade: a duplicação em *dez anos* da oferta de cursos de graduação em engenharia, física, química e na área de fármacos e medicamentos; a duplicação em *cinco anos* dos cursos de licenciatura em física e química; a diminuição da elevada evasão dos cursos das engenharias e ciências exatas; o estímulo à formação de redes regionais e/ou nacionais de programas de pós-graduação em temas específicos, por tempo determinado.⁵

A propósito do recente esforço brasileiro para ampliar a publicação de artigos científicos, cabe informar os números em 2008: nos Estados Unidos se originaram mais de 340.000 textos ou 24% da produção mundial; na China, 112.000 trabalhos equivaleram a 8%; no Brasil, apenas 30.000 artigos corresponderam a 2%.⁶

Estão bem comprovadas as relações estreitas entre os indicadores de educação de um povo, a sua produção em ciência e tecnologia e o desenvolvimento da sua economia. No ano de 2008, o dispêndio total em Pesquisa e Desenvolvimento no estado de São Paulo atingiu mais de 15,5 bilhões de reais, enquanto os valores correspondentes em todo o Brasil, exceto São Paulo, não passaram de 18,8 bilhões de reais. Desta forma, o dispêndio total em Ciência e Tecnologia no estado de São Paulo representou 1,52% do produto interno bruto da população estadual, ou R\$377 por habitante; enquanto o mesmo percentual relativo à população brasileira, quando se exclui o estado de São Paulo, não passou de 0,95% ou R\$127 por habitante.⁷ É verdade que, nos países em fase avançada de desenvolvimento econômico e social, os recursos financeiros destinados às pesquisas técnico-científicas tendem a concentrar-se regionalmente.

O número de pesquisadores (equivalente em jornada integral) no Brasil, em 2008, somava 136.510, enquanto somente no estado de São Paulo esse número ultrapassava 50.500. O mesmo número de pesquisadores, medido por milhão de habitantes, no Japão, em 2007, atingiu 5.543 e nos Estados Unidos era de 4.226, enquanto no Brasil não passou de 649.⁸

No que diz respeito à produção científica, o nosso país tem revelado um grande avanço nos anos mais recentes. Assim, enquanto no ano de 2006 ocupávamos o 21º lugar entre os demais países no tocante à publicação de trabalhos científicos, a nossa posição atual corresponde ao 13º lugar. Apesar disso, quanto aos indicadores de inovação científica e tecnológica relacionados ao PIB nacional, o Brasil se encontra, tão somente, no 47º lugar.⁹ O nosso país, de fato, tem andado muito vagorosamente no tocante ao número de patentes depositadas nos escritórios especializados. Em 2006, ocupava, o 29º lugar entre os países listados, contando com 341 patentes depositadas.¹⁰ Cabe comentar um aspecto peculiar do registro de patentes no Brasil. Enquanto em outros países a maioria dos depósitos se origina de empresas que atuam no setor produtivo, no Brasil, o maior número de patentes provém de instituições de ensino e pesquisa,

a despeito do grande avanço ocorrido, recentemente, na participação do setor empresarial do estado de São Paulo.

Boa parte do empresariado brasileiro, durante muitos anos, atendeu à política governamental que favoreceu a transferência de tecnologias geradas em países com mais longa tradição industrial. De fato, o vasto mercado interno do nosso país, tornou admiável a necessidade da geração de produtos mediante o uso de tecnologias inovadoras, originadas no próprio país e ainda desconhecidas do mercado internacional. Outros países, a exemplo da Coreia do Sul, não dispo de mercado interno tão vigoroso quanto o nosso, se encaminharam mais precocemente para criar tecnologias próprias, capazes de competir com produtos similares provenientes de outros países, industrializados há mais tempo.

Entre os fatores a que é devido o escasso número de depósitos de patentes por pessoas residentes no Brasil, notoriamente, se incluem as deficiências na educação. Até bem pouco tempo, na maioria das nossas escolas, a metodologia pedagógica preponderante não favorecia o estímulo à criatividade dos alunos, conforme analisaremos a seguir.

A ação dos políticos, ao mudarem as diretrizes governamentais de modo a atribuir-se maior atenção aos mercados internacionais, vem se refletindo na preocupação em gerar patentes no próprio país. Em consequência dessas transformações, o Brasil vem necessitando promover mudanças no ensino das ciências nas nossas escolas, particularmente nas escolas públicas, de modo a tornar os jovens mais aptos a gerar ideias que, transformadas em inovações na aplicação às indústrias, resultem em maior número de requerimentos de patentes.

Motivação para a escolha da representação política das pessoas nascidas no ambiente rural

Entre os habitantes das regiões menos favorecidas pelo desenvolvimento social e econômico, assim como nos “bolsões de pobreza” dos países ricos, percebe-se, com frequência, certo conformismo, certa apatia e carência de ambição, fatores que tendem a perenizar o gênero de vida

até então vivida. As vítimas da pobreza absoluta, muitas vezes, assumem atitude fatalista, como se tivessem nascido para viver na mesma pobreza, sem que de nada adiantassem os esforços para saírem dessa situação. E argumentam apontando tentativas, sempre malogradas, de mudanças frustradas que aconteceram em ambientes semelhantes àquele onde nasceram e se criaram. Dessa forma explicam sua maneira de sentir e de agir, como claras expressões do seu conformismo.

Já não se verifica esse quadro, atualmente, ao menos, com o mesmo vigor, no nordeste brasileiro. Desde o governo Juscelino Kubitschek, o sentimento do “desenvolvimentismo” atingiu várias camadas da população brasileira, e essa mudança vem sendo reforçada e intensificada nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. A mudança de atitude das populações mais pobres tem sido caracterizada, e vem sendo medida – por vários tipos de informação, entre as quais se incluem os números referentes à passagem para a classe C, de camadas da população antes incluídas nas categorias D e E, e da categoria C para a classe B.

Devido às grandes carências anteriormente sofridas por muitos conterrâneos nossos, as suas aspirações tendem a concentrar-se, com maior urgência, na aquisição de bens e de serviços essenciais, logo que tenham condição para obtê-los. As deficiências educacionais dessas pessoas nem sempre permitem as escolhas certas. A “ânsia” pelo consumismo inerente à natureza humana tem sido muito bem explorada pelas modernas técnicas do *marketing*. Em momentos de transição de grandes grupos populacionais, de faixa de renda muito baixa para outras mais elevadas, a ânsia de possuir logo o indispensável, pode criar desajustamentos, e até grande insatisfação, à qual os políticos não podem deixar de estar atentos. Uma dessas consequências é o excessivo endividamento das famílias, ao ponto de gerar temidas inadimplências.

As pessoas nascidas nas áreas rurais que permanecem onde nasceram e persistem na atividade a que estão ligados pelas suas origens, dificilmente enxergam perspectivas de mudança no seu padrão de vida, caso não se decidam a migrar para a cidade. Continuam, assim, sofrendo as

consequências da reduzidíssima remuneração do seu trabalho. As simplificadas técnicas que conhecem e chegaram a dominar, assim como os seus instrumentos de trabalho, pouco diferem daqueles dos seus antepassados. A remuneração do seu trabalho é pouco maior que a dos seus pais e avós. Pode distinguir-se o seu padrão de vida do que costumava ser o dos seus antepassados pelos benefícios da legislação da previdência social e, mais recentemente, pela bolsa-família. Essa distinção, embora represente verdadeira tábua de salvação para muitas famílias de subempregados, não chega a mudar os costumes das coletividades. Ao beneficiar, individualmente, quem as recebe, a bolsa-família e outras receitas do mesmo tipo não chegam a modificar os padrões de vida nas coletividades.

Os homens e as mulheres das regiões pobres do Nordeste, entretanto, já não se mostram indiferentes às vantagens do progresso, sobre as quais são constantemente informados pelo rádio e pela televisão. As suas motivações no comportamento político podem diferir, pois, daquelas das gerações anteriores, embora os caminhos para satisfazê-las continuem limitados, quando permanecem dedicados aos trabalhos do campo sem as benesses das tecnologias modernas. E a aplicação dessas novas tecnologias, em geral, depende de decisões dos chefes ou patrões, daqueles que dispõem de acesso às informações e de capital para financiar as transformações necessárias.

Muitos dos trabalhadores nascidos e criados no campo decidem, nessas circunstâncias, migrar para as cidades. Alguns migram em momentos de crises, causadas pelas estiagens prolongadas, quando os trabalhos da agricultura rendem ainda menos do que costumam. Tanto os episódios de seca como os de enchentes, sabidamente, são causas frequentes da migração. Muitos trabalhadores do campo, ainda jovens, migram para as cidades em busca de horizontes mais largos, embora despreparados para enfrentarem as dificuldades do novo ambiente. Há os que migram porque contam com o apoio, na cidade, de parentes, de amigos, de ex-patrões, de alguém em quem confiam e que poderá contribuir para o sucesso da aventura. A vida nas cidades pode ser hostil nos momentos iniciais da

migração, porém os migrantes esperam, por esse caminho, encontrar clareiras que deixem entrever um futuro mais sorridente. A esperança de uma vida melhor na cidade, ora é alimentada pela possibilidade de um emprego melhor, ora pela abundância dos “biscates”, ora pela perspectiva de maior conforto representada pela abundância da água tratada e encanada, da energia elétrica, da escola de melhor qualidade que as encontradas no ambiente rural, pela assistência à saúde e por certas formas de lazer, a exemplo do futebol mais empolgante, do carnaval mais animado e de outras festas populares.

Há, também, os que migram devido ao primitivismo de rixas próprias das pequenas comunidades isoladas, rixas muitas vezes originadas e alimentadas por problemas familiares.

Mas há, também, os trabalhadores que não migram, devido ao maior apego à terra, aos costumes e aos parentes. Cabe indagar: existirá, para esses, a possibilidade de conseguirem maior produtividade no trabalho, de atingirem nível de vida com maior conforto e, ao mesmo tempo, torná-los aptos a contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento da sua comunidade? Cabe às lideranças políticas locais esforçar-se na busca de meios para melhorar as condições de vida dos que permanecem no campo, possibilitando que venham a alcançar maior produtividade no trabalho, melhor remuneração e mais alta renda familiar. E o caminho mais seguro para alcançar esses objetivos no ambiente de origem está, invariavelmente, na melhor educação para os que estão chegando à idade escolar e para os que haviam sido vítimas de reduzida ou de nenhuma escolaridade.

O estímulo para a permanência dos jovens na escola, durante alguns anos a mais, nem sempre tem sido a orientação prioritariamente adotada pelas lideranças políticas das regiões mais pobres. Muitas dessas lideranças políticas, agindo de forma autoritária e no propósito de assegurar, para eles próprios, o comando da situação eleitoral, com uma visão míope do papel que lhes cabia, mostravam-se e se mostram, ainda, despreocupadas com a melhoria das oportunidades educacionais. Os que

assim procedem, fazem-no a fim de manterem os seus liderados em estado de completa dependência, desestimulando as suas iniciativas, podendo continuar assim a se valerem da intimidação e da coação sobre os eleitores. Esses entendem ser esse o caminho para dificultar o acesso às informações e aos contatos que poderiam assegurar aos liderados maior liberdade de ação. Muitos dos líderes que preferiam essa forma de atuação estão sendo, na atualidade, afastados e substituídos.

Ao cogitar-se da melhoria das condições de vida do nordestino no próprio campo, é claro que a agropecuária aparece como a mais importante fonte de renda a merecer modernização. Grande progresso tem ocorrido a esse respeito, inclusive como resultado de inovações tecnológicas baseadas no rigor do método científico. Boa parte dessas iniciativas tem beneficiado os grandes produtores, mais aptos a informar-se sobre como aumentar a renda do seu agronegócio mediante a aplicação de inovações. Cabe, entretanto, incrementar as pesquisas no tocante à modernização do esforço que beneficia o pequeno produtor. A Embrapa, responsável por pesquisas que têm revolucionado a agropecuária deste país, vem desenvolvendo programas nesse sentido. Existe ainda, porém, espaço considerável para novos resultados.

A utilização das inovações pelos agricultores depende da extensão rural que, na Bahia, tem andado lentamente (cabe abrir exceção para alguns poucos mandatos dos governos locais). Durante várias décadas, a Comissão de Expansão do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão originariamente instalado pelo Banco do Brasil desde a década de 1950, encarregou-se da extensão rural nos (cerca de) noventa municípios da região cacaueira, com muita competência e grande sucesso. Quando sobreveio a disseminação da praga popularmente chamada “vassoura de bruxa”, ocorreu redução considerável da produção e a estagnação da economia regional. A mesma região reúne, porém, condições para a expansão de outras fontes de renda, algumas das quais já estudadas pela Ceplac. Observa-se, contudo, grave descapitalização dos agricultores locais, o que dificulta – e até inviabiliza – muitas dessas alternativas.

A agroindústria, por sua vez, poderá expandir-se, muito além do que ocorreu até agora, e transformar-se em importante fonte de empregos melhor remunerados para os habitantes da chamada “região cacaueteira”.

A implantação de parques industriais em vários centros urbanos do Nordeste, inclusive na Bahia, tem atraído a atenção de lideranças locais como destino preferencial das aplicações de capitais mais vultosos. É verdade que não são muitas as pessoas que, vivendo no campo, dispõem de recursos para investir e demonstram suficiente capacidade empresarial. Por sua vez, muitos dos que vivem da agropecuária e participam da economia do Nordeste não têm revelado pendor associativo capaz de constituir-se em fator de melhoria dos padrões de vida na região. Exemplo disso é a escassa capacidade dos pequenos e médios produtores de leite do estado da Bahia, de articular-se para defenderem os interesses do grupo, como, aliás, acontece em outras unidades da federação. É esse mais um agente de progresso que será beneficiado pela melhor qualidade da educação, com apoio nas atitudes da classe política.

São ainda incipientes as pesquisas e a exploração das riquezas minerais baianas, assim como a industrialização dos produtos do nosso subsolo. Nelas, entretanto, se encontram importantes fontes potenciais de empregos com mais alta remuneração e de melhoria dos padrões de vida das populações. Novas realizações na infraestrutura, sobretudo nos transportes, serão de extrema importância para o incremento das atividades na mineração e no beneficiamento do produto resultante.

O litoral e o interior do nosso estado oferecem oportunidades esplêndidas para a atração de turistas, entre os quais se contam os que se deslocam de maior distância, do próprio país ou do exterior, assim como os que provêm da vizinhança imediata e se interessam por aspectos locais e regionais, quer da própria natureza, quer das realizações do homem. O turismo, entretanto, pressupõe infraestrutura em matéria de estradas, de pousadas, de casas de pasto e, sobretudo, de informações, que estão muito longe da situação atual. A divulgação mais ampla dos motivos de atração dos potenciais turistas depende, essencialmente, do entusiasmo

das lideranças políticas pela causa. E, também, de melhores níveis de educação por parte dos que recebem os turistas em seu próprio ambiente.

Principais motivações políticas das populações urbanas no Nordeste

As motivações de significativa parcela das nossas populações têm se transformado rapidamente, nos tempos mais recentes, entre outros motivos, devido à intensa migração das áreas rurais para as cidades de pequeno, médio e grande portes e ao extraordinário progresso dos meios de comunicação. Essas transformações têm se dado, mesmo entre os que migraram para as cidades e continuaram muito pobres. Acontece que muitos são os que chegam ao meio urbano insuficientemente preparados para se aproveitarem do acesso a empregos melhor remunerados, conforme as cidades podem oferecer.

Entre as oportunidades inaproveitadas, em muitos casos, pelos que se mudaram do campo para as cidades, está a maior facilidade de acesso às escolas, que poderiam prepará-los para os empregos melhor remunerados. Reconhecidamente, a pior das deficiências do nosso ambiente rural tem sido a precariedade das escolas à disposição da juventude. Na raiz das dificuldades dos homens e mulheres do campo em aprender técnicas que se ajustem ao mercado de trabalho mais evoluído das cidades, está a deficiência do ensino fundamental na maioria das escolas rurais. Quando esse ensino é proporcionado na idade própria e sem interrupções, o jovem ajusta-se melhor às complexidades das tecnologias exigidas pelos empregos melhor remunerados que se encontram nos ambientes urbanos. Tudo isto é óbvio, porém a maior disseminação dessas noções, propalada pelos modernos meios de comunicação, servirá para mobilizar a influência das lideranças políticas em favor do significado da melhor educação.

Para as pessoas que, recém-chegadas às cidades, não aproveitam as oportunidades para melhorar o seu nível educacional, restam as ocupações do chamado “mercado informal”, com baixa remuneração, insegurança quanto às oportunidades de trabalho, e sem as benesses proporcionadas

pela legislação trabalhista. Existem, entretanto, os trabalhadores que escolhem manter-se na “informalidade”, por preferirem a ausência de disciplina na rotina das suas vidas. A disciplina exigida pela maioria dos empregos do mercado formal pressupõe condicionamentos e hábitos que devem ser criados desde a mais tenra idade, no lar e na escola, como sejam: a adaptação à regularidade no comparecimento ao local do emprego, normas elementares de segurança indispensáveis no trabalho coletivo, senso de responsabilidade no cumprimento das tarefas inerentes ao emprego. Acontece que a herança cultural de grande número de nordestinos, quer vivam no campo ou nas cidades, não predispõe ao aprendizado desses comportamentos no ambiente familiar. E a muitos deles falta, ademais, a frequência regular à escola de primeiro grau, na idade própria. Tudo isso – e não é pouco – será exigido do migrante que chega à procura de emprego e de melhores escolas nas cidades.

Não pareceria admissível que a falta de motivação para melhorar de vida fosse encontrada entre os que nasceram e viveram na cidade desde a primeira infância. Contudo, às famílias que vivem em ambientes urbanos cumpriria valorizar os estímulos dirigidos aos mais jovens para o aprendizado de técnicas que proporcionarão melhores salários e causarão maior satisfação no trabalho. Para esses, o prolongamento da permanência na escola e a realização de cursos além do ensino fundamental deveria parecer, pois, uma escolha natural, o que nem sempre acontece.

As modernas tecnologias envolvem, a cada dia, maior complexidade e são mais exigentes quanto a período mais longo de preparo. O dinamismo recente da economia mundial tem favorecido os jovens de famílias que já gozavam de nível cultural elevado, o que, muitas vezes, coincide com renda familiar mais substancial. Onde a globalização da economia já se instalou, torna-se mais difícil encontrarem emprego, os trabalhadores que não possuam nível mais avançado de educação. Esses, em geral, continuam limitados a aceitar empregos que envolvam, preponderantemente, o trabalho braçal. Diante da globalização disseminada como está pelas várias partes do mundo, será sempre mais difícil a

vida dos que não encontraram ou não se aproveitaram das oportunidades para uma educação melhor.

Como tem se alterado a representação política das populações pobres, rurais e urbanas do Nordeste brasileiro

Conforme seria de esperar, estão desaparecendo, rapidamente, as lideranças que mantiveram o estilo clientelista, já anacrônico. Estão elas sendo substituídas por outras, que estimulam a iniciativa dos liderados, incentivando-os para que atuem com liberdade e autodeterminação. Algumas dessas novas lideranças terão, contudo, de exercitar-se nas funções que estão assumindo e é natural que, em algumas ocasiões, cometam erros próprios dos que trilham novos caminhos.

A essas novas lideranças, não basta promover o aperfeiçoamento da educação entre os jovens de mais baixa renda, para que melhore a qualidade de vida das populações que representam. A fim de manterem a fidelidade dos seus eleitores, os líderes políticos atualizados deverão estimular o crescimento da economia local, o que pressupõe maior aproveitamento dos recursos da comunidade, mediante a aplicação de tecnologias modernas. Os chamados “arranjos produtivos locais”, (sob a sigla APL), constituem mecanismo adotado, no Brasil, pelos governos federal e estaduais, e têm revelado bons resultados ao estimularem a economia das regiões onde predomina a pobreza. A mais ampla disseminação desses programas merece maior atenção dos políticos de todos os partidos.

São muitos os exemplos recentemente vividos por populações de baixa renda, que demonstram como a dinamização da economia, por si só e automaticamente, não promove o progresso social. Facilmente se identificam, entre comunidades enriquecidas há pouco tempo, resistências à superação de tradições que dificultam o bem-estar da vida em sociedade. A mudança de atitudes profundamente arraigadas em contingentes populacionais numerosos costuma ser mais lenta que o enriquecimento das

populações onde predominava a pobreza. Entre as mudanças de atitude que mais tardam a implantar-se, incluem-se: a motivação dos jovens para atingirem níveis mais avançados de educação; a melhoria dos cuidados higiênicos pessoais; maior atenção na alimentação; a substituição dos tabus que cercam a maternidade e a infância; a observância dos programas de imunização; a devida valorização de manifestações precoces de doenças graves e fatais; o respeito à responsabilidade social perante os demais membros da família, e outros pertencentes à mesma comunidade. Entre as sociedades que, há mais tempo, gozam de elevado poder aquisitivo, a proporção dos problemas de saúde solucionados no âmbito da própria família, sem recorrer à orientação de profissionais habilitados, costuma ser mais alta do que entre as populações nas quais a baixíssima renda familiar só recentemente foi melhorada.

Notas

¹ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

² *Ibid.*, p. 258.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 2010*. Rio de Janeiro, 2011. V. 70. p. 2 et seq.

⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo*. São Paulo, 2011.

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*

⁷ FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010*. São Paulo, 2011. v. 1.

⁸ *Ibid.*

⁹ GORGULHO, Guilherme. *Brasil avança 21 posições e ocupa 47º. lugar em ranking de inovação: na lista dos dez países mais inovadores estão seis europeus e dois asiáticos, além de EUA e Canadá*. 4 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/noticia.php?id=980>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

¹⁰ FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *op. cit.*

Educação e ação política no Nordeste brasileiro

Não há quem desconheça, nos dias de hoje, ao menos entre os que sabem ler e escrever sem dificuldade, o estreito relacionamento entre o nível de educação de cada povo e o respectivo desenvolvimento econômico e social. Dito de outra forma: entre os fatores que influenciam a evolução das sociedades pouco desenvolvidas dos pontos de vista econômico e social, inclui-se a capacidade de alterar padrões culturais herdados de gerações passadas, mediante projetos educacionais adequados.

As tradições educacionais do povo brasileiro são, nitidamente, muito precárias sob vários aspectos. Ao fazer esta afirmação, não me refiro, é claro, ao brilhantismo de uma elite que, ao longo do tempo, produziu admiráveis exemplos de pujança intelectual. Quero, sim, destacar a extrema pobreza de oportunidades educacionais, secularmente sofrida pelas grandes massas de brasileiros, quer entre os habitantes de grandes

áreas rurais como entre os dos bairros mais pobres das cidades. Era intolerável a extensão do analfabetismo, tal como perdurou entre nós até muito pouco tempo, e que ainda persiste em taxas elevadas entre os mais idosos. Recentemente, para felicidade nossa, a proporção de crianças em idade escolar que frequenta a escola aproximou-se dos cem por cento.

Contudo, são ainda insuficientes os padrões de aprendizagem registrados em grande número de escolas elementares, sobretudo nas situadas em áreas rurais, onde milhões de brasileiros encontraram e encontram a única oportunidade de escolarização em toda a sua vida. Tão ou mais grave do que a realidade a que aludimos, tem sido a passividade das famílias e das autoridades responsáveis por muitas dessas escolas. Indiferentes à má qualidade do ensino que vem de épocas passadas, em muitos casos, essa indiferença persiste, com notório prejuízo de sucessivas gerações de conterrâneos nossos. É como se não soubessem todos que a elevação cultural pela educação, em seu conjunto, constitui a chave do crescimento harmônico da economia e dos demais padrões de vida em sociedade, particularmente, do aperfeiçoamento das instituições políticas representativas das populações.

Nos caminhos trilhados pelas gerações passadas, a educação não mereceu o desejável grau de prioridade nas atividades comunitárias. As populações de renda mais baixa, carentes de porta-vozes que se fizessem ouvir e destituídas de modelos ancestrais que as conduzissem a atitudes reivindicatórias mais eficazes, têm se resignado a conviver com as deficiências educacionais que ainda existem, embora parcialmente sanadas. Em resumo, percebe-se que, desde épocas passadas, a sociedade brasileira, em seu conjunto, não valorizou devidamente a educação dos jovens, nem a atividade dos professores, reconhecidos entre os principais agentes dessa educação.

É verdade que, vez por outra, registram-se providências que não ficaram restritas às promessas das campanhas eleitorais ou da propaganda enganosa de certas lideranças políticas, quando no poder. Entre as medidas que têm gerado resultados muito positivos, merece ser citada a criação

do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Mediante esse fundo, vêm sendo repassados, diretamente aos municípios, recursos federais destinados à elevação dos salários dos professores do ensino fundamental, o que foi depois ampliado para incluir os professores do ensino médio – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente aos professores de todo o ensino básico. Sem dúvida, tal medida se fazia indispensável, tendo em vista os salários vergonhosamente atribuídos por vários governos estaduais e por muitas Prefeituras aos professores das escolas sob sua responsabilidade. Outras providências, além de tímidas, têm sido descontínuas na sua aplicação. Dessa descontinuidade resultaram prejuízos em programas que somente viriam a surtir efeito se sustentados no longo prazo.

A sociedade brasileira vem procurando aperfeiçoar e expandir, rapidamente, os meios de produção e distribuição de bens e serviços, com a consequente oferta de empregos melhor remunerados. Desse esforço têm resultado fortes pressões em favor do aumento dos orçamentos destinados à educação nos vários âmbitos do poder público. Cumpre analisar as causas das insuficiências que persistem na área da educação e, por esse caminho, chegar às possíveis maneiras de remover tais insuficiências, no estado de direito e no mais breve espaço de tempo.

Onde se localizam as forças que conseguirão alterar, efetivamente, situações que perduram há muitas gerações? Sem a mobilização dessas forças, ficaremos limitados a ouvir o eco de palavras contundentes e a criar textos legais que, por mais elogiáveis na sua concepção, não chegam a corrigir os males de uma realidade que reluta para não ser extinta.

Conhecem-se providências que, embora de grande alcance, não atraem certos políticos militantes, por não se revestirem do feitiço espetacular, ao gosto dessas lideranças. A noção do papel redentor da educação está apenas começando a ser devidamente impregnada no espírito de numerosos grupos populacionais que convivem com baixa receita familiar e escassa educação. Pela falta de frequência a escolas melhores,

muitos dos nossos conterrâneos tiveram de conformar-se com empregos de mais baixa remuneração, correspondentes ao cumprimento de tarefas de menor complexidade. Comentaremos, a seguir, providências que somente mostrarão resultados a prazo longo, porém precisam ser desencadeadas o mais cedo possível, uma vez que já sofrem de atraso considerável. Essas providências se situam no âmbito de ação das lideranças políticas mais esclarecidas, que trazem consigo a noção de que vive melhor o povo que foi e é bem educado.

Ensino elementar e distribuição de renda

Numerosos nordestinos que vivem nas áreas rurais e na periferia das cidades se situam em alguma das seguintes categorias de insuficiência educacional:

- a) embora em números reduzidos nos tempos mais recentes, existem ainda, nas novas gerações, brasileiros que jamais frequentaram qualquer escola e são, por isso, vítimas do analfabetismo total. Neste grupo se incluem as crianças que se encontram fora da escola, embora já tenham atingido a idade escolar. Situações como essas, mais concentradas nas áreas rurais, são, geralmente, atribuídas, pelas famílias das vítimas, à grande distância e às dificuldades de acesso às escolas, mas não há como descartar outros fatores. Na realidade, a principal causa dessas situações implica a desorganização da vida familiar e/ou a falta da exata compreensão, pela família, do significado da educação. É o que se verifica, por exemplo, quando essas famílias se defrontam com o dilema de estimular os jovens a continuar seus estudos por mais tempo ou a começar precocemente a trabalhar para assegurar o próprio sustento. São conhecidas as explicações que essas famílias acrescentam, em casos extremos: ora, a necessidade que tiveram os pais de contarem com os filhos para ajudarem nas tarefas da roça ou para cuidarem dos irmãos mais novos; ora, a impossibilidade

de “preparar” a criança, adquirindo roupa e material escolar exigidos pela professora. Pesa também no espírito desses pais a decepção diante da falta de relevância do que é ensinado por alguns professores, em confronto com as reais necessidades que as crianças enfrentarão na vida futura. Muitas vezes, é essa uma alegação válida. Cabe registrar ainda as acusações apontadas pelas famílias (por vezes, verdadeiras), de incompetência ou negligência de alguns professores no cumprimento do dever;

- b) são mais numerosos os jovens nordestinos que, ao chegarem à idade adulta, apenas conseguem recordar uns poucos meses de frequência às escolas rurais. Nesses casos a frequência foi, em geral, descontínua e de baixíssimo rendimento. Surgem, então, com força ainda maior, as alegações das falhas do professorado. Ao tempo em que exerci o governo da Bahia (1975 a 1979), era muito alto o número de professoras municipais (e até da rede estadual) que não possuíam qualquer diploma atestando frequência regular a cursos autorizados pelo poder público. Algumas dessas professoras não tinham mais do que dois ou três anos de curso elementar. Implantamos, por isso, um projeto que beneficiou quase 10.000 (dez mil) das chamadas “professoras leigas”, isto é, mulheres da mesma comunidade onde exerciam o magistério, vocacionadas e verdadeiramente dedicadas a essa atividade, e que se valiam apenas de escassos conhecimentos e da experiência baseada na simples intuição. Assim, aumentavam a renda familiar ensinando às crianças mediante salários irrisórios. Na época, foi muito aplaudida a iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, amplamente conhecida pela sigla “Haprol”, abreviatura da designação de “Habilitação de Professoras Leigas”.

Por sua vez, para as professoras com o diploma da licenciatura, instituímos vigoroso programa de aperfeiçoamento, inicialmente situado em prédio para isso construído no bairro do Cabula, em

Salvador. Nos anos mais recentes, tem diminuído expressivamente o número dos que ensinam sem a indispensável habilitação. A mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 1996, estabeleceu o prazo de dez anos para que todas as professoras do nível fundamental do ensino sejam diplomadas em cursos superiores de licenciatura. Essa meta ainda não foi atingida, a despeito dos esforços envidados pelas autoridades responsáveis.

Em concursos abertos, recentemente, pela Secretaria de Educação para preencher vagas existentes em escolas elementares de responsabilidade do estado, não se inscreveu um só candidato em muitos municípios baianos. Na Bahia, como nos demais estados da federação e em outros países, tem-se observado que, entre os possíveis candidatos aos exames vestibulares para os cursos (superiores) de licenciatura, a profissão de professor das escolas elementares não vem exercendo a desejável atração. Esse grave problema tem merecido cuidadosa atenção de autoridades educacionais e de outras lideranças comunitárias, e tem sido objeto de cuidadosas pesquisas. No Brasil, a situação tem se agravado ainda mais devido à notória expansão do número de alunos que frequentam o ensino básico, o que aumenta a demanda de professores bem formados. Por sua vez, essa expansão vem resultando na disseminação, junto aos jovens e às respectivas famílias, do reconhecimento da importância da educação mais demorada e de melhor qualidade, para que os jovens possam enfrentar as responsabilidades do exercício de empregos bem remunerados. Essas exigências cresceram ainda mais pela globalização que vem atingindo a nossa economia e que se baseia, cada dia mais, em tecnologias avançadas. Em resumo, está o Brasil diante da situação em que aumenta a demanda por bons professores, enquanto diminui o número dos bons candidatos à carreira docente para os níveis fundamental e médio.

Por que a função de professor das escolas de primeiro e de segundo graus já não estará sendo tão atraente como o foi no passado? Por que tem escasseado o número de bons candidatos a essas funções, no Brasil e em outros países? Para isso têm contribuído, sem dúvida, os baixos salários do professor diplomado, em comparação com o oferecido por outras profissões de nível superior. Mas, não é essa, seguramente, a única razão para a diminuição da imagem social do professor. O aumento da violência dos alunos entre si e desses até para com os professores tem dificultado, enormemente, a ação dos responsáveis pela disciplina na sala de aula. Por outro lado, constitui desestímulo para os professores o insuficiente preparo de muitos alunos que alcançam as classes mais elevadas do curso fundamental, ou os cursos de nível médio e superior, sem que saibam ler satisfatoriamente e/ou entender o que leram. Mais ainda, o trabalho dos professores é prejudicado pela falta de estímulo de muitas famílias junto aos jovens alunos, para que deixem de cursar as séries mais elevadas do ensino fundamental ou cheguem ao ensino médio, por preferirem que os jovens ingressem precocemente no mundo do trabalho. Autoridades governamentais nos níveis federal, estadual e municipal, além de organizações civis, têm procurado sanar esse gravíssimo problema, sem que alcancem o sucesso desejável;

- c) nas escolas elementares, tanto das áreas rurais como nos bairros onde residem famílias urbanas de baixa renda, observa-se grande heterogeneidade na composição etária dos alunos, o que dificulta a aplicação satisfatória dos melhores métodos pedagógicos. Resulta essa heterogeneidade de vários fatores: alguns alunos que, atualmente, frequentam a escola com regularidade, só tardiamente iniciaram os seus estudos; outros, são repetentes contumazes; outros, ainda, interromperam e reiniciaram os estudos, uma ou mais vezes. Existem, é verdade, métodos programados para escolas

onde, reunidos numa só sala, estudam alunos de todas as idades e de vários graus de progresso nos estudos. Não se pode esperar que o rendimento escolar desses alunos seja comparável ao dos que tiveram continuidade nos seus estudos e que se distribuem em salas de aula apropriadas, a depender das respectivas idades e do grau de adiantamento na aprendizagem;

- d) entre os alunos do ensino fundamental que chegaram à escola na idade certa e tiveram bom proveito nos estudos, são muitos os que interrompem a frequência à escola quando estão para iniciar o curso médio. Nesses casos, observa-se, frequentemente, que as famílias não estimularam a continuidade da frequência aos níveis escolares mais avançados, por entenderem que não é compensatório o adiamento do ingresso do jovem no trabalho remunerado. Na compreensão dessas famílias, a economia local, ainda muito débil, não ofereceria empregos melhor remunerados para os que dedicassem mais tempo à escola. Não poucos dentre esses jovens, pertencentes à geração atual, são os primeiros de toda a família a levarem seus estudos até o final do curso fundamental, colocando-se em condição de frequentar o ensino médio. Quando estes, por sua vez, no futuro, acompanharem os estudos dos seus filhos, é de esperar que estimulem a próxima geração a continuarem na escola por mais tempo;
- e) creches e pré-escolas – o ingresso das mulheres na força de trabalho (fora de casa) não poderia deixar de influenciar o desempenho das crianças no ensino elementar. Foram, então, criadas, e se disseminaram pelo mundo todo, as creches e as pré-escolas. Diante da falta de regulamentação oficial acerca do preparo das “cuidadoras” nas creches, muitas vezes essa função ainda é exercida por mulheres que, por mais dedicadas que sejam à função, não têm o preparo mínimo para enfrentar situações que podem surgir durante o seu trabalho. Quando exerci o governo da Bahia,

as Voluntárias Sociais implantaram a “creche-escola”, destinada a treinar as futuras “cuidadoras” que seriam distribuídas pelas demais creches locais.

As pré-escolas foram originariamente concebidas diante do precário desempenho de crianças que viveram seus primeiros anos de vida em ambiente cultural pouco estimulante, antes de chegarem às séries iniciais do primeiro grau. Ampliou-se esse conceito de modo que essas escolas foram disseminadas e passaram a existir também para os filhos de famílias culturalmente amadurecidas. Essa meta, entretanto, ainda não atingiu toda a população infantil do Nordeste brasileiro que se beneficiaria por frequentá-las. Cabe lembrar que esta foi mais uma consequência do amplo ingresso das mulheres na força de trabalho, fora de casa;

- f) tanto nas áreas rurais como nas cidades, muitos são os habitantes que frequentaram e frequentam programas de alfabetização, sobretudo por terem chegado à idade adulta sem frequentarem qualquer escola. Pesquisas realizadas entre ex-alunos que completaram esses programas revelam que muitos dentre eles, ao fim de pouco tempo, esqueceram os resultados satisfatórios demonstrados logo após a alfabetização. Esse esquecimento ocorre, na maioria das vezes, pela falta de oportunidade dos ex-alunos para exercitarem a leitura de textos escritos, de qualquer natureza. Por vezes, os postos de trabalho oferecidos pela débil economia local não exigem a leitura da palavra escrita. De outra parte, inexistente entre os recém-alfabetizados, o hábito de ler livros ou jornais. Alguns responsáveis por esses programas de alfabetização de adultos recomendam a confecção de modestos jornais que, periodicamente, veiculem entre os ex-alunos, notícias locais que despertem o interesse dos recém-alfabetizados, num esforço de manter entre eles, a capacidade adquirida para a leitura;

g) de todos os fatores que condicionam a qualidade da educação, nos seus vários níveis, os mais importantes são a boa formação dos professores e a sua dedicação ao magistério. Nem a infraestrutura física do prédio escolar, nem a riqueza do equipamento disponível, nas aulas presenciais ou no ensino a distância, qualquer que seja a idade do aluno em relação ao curso em que esteja matriculado, nada importa mais à boa qualidade da educação do que o desempenho do professor. Daí a imensa responsabilidade das instituições de nível superior encarregadas dos cursos de licenciatura, de onde provêm os professores do primeiro e do segundo graus.

As gerações passadas de nordestinos viveram dificuldades ainda mais graves que a atual, quanto às oportunidades educacionais. Na verdade, muitos dos que integravam as gerações de outros tempos, apenas conseguiram integrar-se à vida social nas respectivas comunidades, devido à grande simplicidade das tarefas exigidas pelos modelos econômicos do passado. As limitações então devidas às deficiências da educação resultavam em baixa produtividade no trabalho e contribuíram, em larga escala, para a péssima distribuição da renda em todo o nosso país. A grande urgência das medidas a serem adotadas para corrigir essas deficiências já não permite experiências tímidas, com o caráter de planos-pilotos. Os projetos a esse fim destinados terão de ser vultosos e envolver substanciais recursos financeiros.

Nos tempos mais recentes, ocorreu sensível aumento na matrícula de alunos em escolas do primeiro grau em todo o Brasil. Mas, a qualidade desse ensino continua muito heterogênea. Simultaneamente, entre alguns grupos populacionais, se encontra ensino excelente dirigido a uma pequena elite, enquanto continuaram a existir – e até aumentaram em número – escolas onde o ensino deixa muito a desejar, ora devido à precariedade das instalações e do material didático disponível, ora pelas insuficiências na formação dos professores. Ocorreu, felizmente, a indispensável e inadiável inclusão, entre os alunos matriculados, de filhos de famílias que pouco valorizam a educação, o que têm contribuído para

dificultar a ação dos professores. Sem dúvida, estamos diante de tarefa para mais de uma geração. O início dessa tarefa, porém, em hipótese alguma, poderá ser adiado.

Desde os primeiros anos de vida, as crianças admitem algo de mágico em sua ideia do mundo. Por volta dos oito anos de idade, passam a entender de modo mais racional os acontecimentos e as coisas a que têm acesso. Cabe à escola e ao professor estimular as perguntas e a busca das respostas dessas crianças, quer sobre a vida humana, quer sobre os ambientes e os recursos tecnológicos que fazem parte do seu dia a dia.

Não bastará melhorar o sistema escolar. É imprescindível esclarecer junto a muitas famílias, tanto rurais como urbanas, o papel que terá a boa educação para o futuro dos jovens. Os modernos meios de comunicação de massa, desde o rádio, pela grande penetração entre as populações de mais baixa renda, até a televisão, cuja audiência se estende cada vez mais, têm prestado imensos serviços à formação dos jovens para o trabalho, graças à qualidade dos programas educacionais a eles dedicado. Dispondo de excelentes formuladores dos seus programas, os órgãos de comunicação poderiam acrescentar peças que atraiam as famílias menos esclarecidas dos jovens em idade escolar, e que proporcionem informações quanto ao significado de escolaridade mais longa para os jovens, antes de entrarem na força de trabalho.

Convém acrescentar uma palavra sobre as populações rurais com baixo nível de educação e consequentes limitações na produtividade e na remuneração dos empregos que exercem. A crescente melhoria no uso das técnicas agrícolas exige capital e/ou crédito, além de orientação que assegure a correta aquisição de insumos. A elevação dos níveis de educação, se não acompanhada da maior disponibilidade de meios financeiros, deixará de ter a esperada influência na produtividade e na rentabilidade do trabalho. Quando e onde ocorrer esse quadro verificar-se-á, forçosamente, a evasão da mão de obra melhor formada. Esta sairá em busca de regiões onde a maior disponibilidade dos recursos financeiros possa assegurar melhor remuneração para o seu trabalho. Podemos também

figurar a hipótese contrária, isto é, a de surgirem recursos financeiros aplicáveis na aquisição de insumos, quando os trabalhadores locais ainda não estivessem aptos a usá-los na melhoria da produtividade. Ocorrerá, então, a importação de mão de obra de regiões onde já exista a tradição de tecnologias mais avançadas, e o pessoal local continue ainda à margem da modernização e do desenvolvimento.

Idealmente, caberia aos políticos regionais buscar a integração entre os diferentes aspectos da modernização e propiciar, dentro do possível, os meios que assegurem essa integração. Aliás, se analisarmos a atuação regional e local dos políticos, é fácil verificar que não são muitos os que se dedicam a fomentar a atualização das tecnologias na economia das comunidades que constituem o seu eleitorado. Muito mais frequente é a preocupação dos representantes dessas populações com a nomeação de autoridades locais e com a busca de recursos financeiros fora da região, sujeitas a decisões em níveis mais elevados do poder público. Parece-nos muito insuficiente a disposição da grande parte dos políticos, que representam as pequenas e médias comunidades, em colaborar para o crescimento da produção local de bens ou para a expansão de serviços que envolvam tecnologias mais avançadas.

O extraordinário progresso nas técnicas de informação ensejou grande ampliação do acesso à educação fundamental. A qualidade da educação no Brasil, entretanto, continua merecedora de especial atenção por parte das lideranças. A educação a distância, em constante aperfeiçoamento, representa um dos componentes expressivos dessa ampliação. Por mais avançados que sejam os recursos técnicos disponíveis, a formação do professor permanece como o fator mais importante a condicionar a qualidade dos serviços educacionais.

Essa problemática, no que se refere às populações rurais, assume dimensões que, igualmente, ensejam a atuação dos líderes políticos regionais. Elevada proporção dos que compõem as populações mais pobres do Nordeste brasileiro se dedica a atividades agropecuárias de baixo nível tecnológico. As limitações quanto às oportunidades educacionais desses

trabalhadores rurais são os fatores que mais contribuem para o reduzido retorno econômico das oportunidades ao seu dispor, quer trabalhem por conta própria, como na agricultura familiar, quer no desempenho de ocupações assalariadas. Pelo menos dois caminhos se oferecem aos políticos que representam essas populações: batalhar para que os filhos dos seus eleitores frequentem boas escolas, com professores bem formados em cursos de licenciatura; ou empenhar-se pela implantação local de atividades econômicas com maior conteúdo tecnológico, com a conseqüente elevação dos salários disponíveis regionalmente.

Ensino médio e profissionalização

No passado, diante da simplicidade das técnicas em que se baseava a economia das nossas regiões mais pobres, bastava à grande maioria dos trabalhadores, tanto agrícolas como urbanos, o grau de escolaridade que não ia além do nível primário. As tarefas de liderança, por sua vez, eram exercidas por uma elite, reduzidíssima, que tinha estudos superiores. A modernização da agricultura, a implantação dos parques industriais, e a conseqüente sofisticação dos serviços, tornaram necessária a formação de mão de obra com estudos de nível médio ou de 2º grau, além do considerável aumento dos diplomados em nível superior. Enquanto isso, acentuou-se a marginalização dos que não conseguiram sair do analfabetismo ou não foram além das séries iniciais do ensino fundamental. Questões dessa natureza não deverão jamais escapar à observação dos políticos que representam populações em constante evolução.

A nossa rede escolar, naqueles tempos, não havia sido preparada para atender à demanda da crescente profissionalização mediante estudos de 2º grau, da forma exigida pelos novos modelos de mão de obra. Ficou famosa a expressão do grande educador Anísio Teixeira, quando disse, imitando a linguagem do homem comum de tempos passados: existe a escola secundária para os “meus” filhos, destinada ao preparo para a Universidade; e a escola do mesmo nível para os “filhos dos outros”, menos

prestigiosa, por ser destinada a preparar alunos que entram, diretamente, na força de trabalho, sem ostentarem o diploma de “doutor”. O segundo grau era, assim, considerado, essencialmente, o passaporte para a elite que tinha como alvo a Universidade. O segundo grau com terminalidade, destinado à habilitação profissional para tarefas que o desenvolvimento econômico foi criando, ficava distante das aspirações da maioria dos jovens e das respectivas famílias.

O ensino profissionalizante no Brasil tem uma longa e acidentada história, que começa em 1809, pouco tempo após a chegada da Família Real ao Brasil. Durante quase todo o período colonial, prevaleceu a proibição, pela Metrópole Portuguesa, do funcionamento de manufaturas no território brasileiro. Entre tantas outras consequências da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, foi suspensa essa proibição. Seguiu-se, logo, a criação do chamado “Colégio das Fábricas”, no Rio de Janeiro, com nítido sentido assistencialista, uma vez que era destinada a “amparar os órfãos e outros desvalidos da sorte”. Somente da década de 1920 surgiu o ensino profissionalizante sem as limitações do propósito assistencial, até a sua vinculação ao ensino médio ou de segundo grau, sem as limitações do antigo feitio assistencialista.

Desde a década de 1960, por meio da legislação que criou o “salário-educação”, tinha havido amplo financiamento da construção de escolas públicas de nível primário. Devido ao custo, relativamente baixo, dessas escolas, muitos governos estaduais anunciaram, com orgulho, a implantação de grande número de novas salas de aulas, o que permitiu considerável aumento das matrículas para os alunos do 1º grau. Não existia, contudo, financiamento comparável para a infraestrutura física do ensino do 2º grau, particularmente, quando a elas se agregavam atividades práticas destinadas à profissionalização dirigida a diferentes habilitações no trabalho, o que significava custos muito mais altos para cada aluno.

Na segunda metade da década de 1970, quando exerci o Governo da Bahia, entre os muitos projetos executados na área da Educação, juntamente com a equipe por mim escolhida, atribuímos a mais alta prioridade

à implantação de escolas do 2º grau com ensino prático. Essas escolas, em número de dezenove, foram equipadas para as habilitações mais necessárias em cada região do estado, conforme indicaram os resultados de pesquisa regional do mercado de trabalho realizada em toda a Bahia. Para isso, contou o governo estadual com o financiamento da Caixa Econômica Federal, oriundo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), então chefiado pelo Professor Marcos Vilaça. Graças a esse financiamento, além da construção das escolas e da aquisição do equipamento necessário, providenciamos a complementação do preparo dos professores que atuaram no ensino prático correspondente às habilitações indicadas para cada região. Das dezenove escolas, sete se destinaram a habilitações na agropecuária com maior sofisticação tecnológica, planejadas para atender os jovens da população pobre do nosso interior. Para citar apenas alguns exemplos, a depender da região onde estavam situadas, algumas dessas escolas foram dotadas de laboratórios para análises de solo, ou de um pequeno trator, ou de equipamentos outros correspondentes às habilitações escolhidas. A Bahia havia sobrevivido durante mais de quatro séculos à custa da economia agroexportadora baseada em mão de obra que, pela simplicidade das tarefas cumpridas, não exigiu escolas públicas para o ensino profissionalizante de segundo grau. Cumpre mencionar que a maior parte dos dispositivos para o ensino prático nas citadas escolas médias profissionalizantes deixou de funcionar pouco tempo após os quatro anos de atuação da nossa equipe de governo. E ganhou novo impulso, quando o governo federal aumentou, consideravelmente, o financiamento do ensino prático no nível médio, por pressões originadas pelo desenvolvimento econômico e social.

Em decorrência da recente expansão da economia brasileira, tem-se verificado a necessidade de número muito maior de egressos do segundo grau de educação com habilitação técnica, a fim de atender à evolução do mercado de trabalho. Terão de aumentar, assim, as oportunidades para os jovens do campo e das cidades que procuram empregos com salários superiores aos conseguidos pelas anteriores gerações de trabalhadores.

Cabe chamar a atenção para o fato de que essas oportunidades somente serão aproveitadas pelos que tiverem recebido o ensino prático correspondente às diferentes habilitações. E, decididamente, não serão beneficiados os que cursarem o segundo grau que envolva apenas aulas recitadas pelos professores, nos moldes do que se havia convencionado rotular como ensino “a giz e saliva”.

Ensino superior e pesquisa universitária

Conforme é de conhecimento geral, o ensino que se poderia considerar como de nível superior, no Brasil, somente teve esse reconhecimento depois da chegada do Príncipe Regente Dom João à Bahia, em 1808. Criou-se, então, a primeira Escola de Cirurgia em Salvador, logo seguida de outra Escola para a formação de profissionais da saúde, no Rio de Janeiro, no final do mesmo ano. Com a incorporação de reformas sucessivas e a criação de novas escolas, estabeleceu-se o modelo que veio a representar a tradição inicial das Escolas superiores no Brasil. Entre o começo do século XIX e o ano de 1934, todas as Escolas de nível superior criadas no Brasil não eram vinculadas a outras instituições de caráter cultural, como fossem Academias ou Universidades. Além de isoladas, eram completas em si mesmas, no sentido de abrangerem as disciplinas pré-profissionais seguidas, no mesmo currículo, das disciplinas correspondentes à prática de determinada profissão. Havia muita pressa, naquele momento histórico, em preparar profissionais de nível superior que atendessem à demanda da população em rápido crescimento, uma vez que haviam sido *muito poucos* os habilitados ao exercício dessas profissões que se deslocaram de Portugal para o Brasil, durante os três primeiros séculos de colonização. Apesar do rápido crescimento ocorrido recentemente no número de alunos que frequentam cursos superiores, continua muito reduzido o percentual de brasileiros neles matriculados, em comparação com o que ocorre em outros países.

No começo da década de 1930, criaram-se as primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nas quais se incluíram cátedras dedicadas

ao ensino e à pesquisa nos setores básicos do conhecimento (Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas). Até então, o ensino e a pesquisa nessas disciplinas serviam, apenas, como preparação dos alunos para o conhecimento das práticas profissionais a que se dedicavam as diferentes escolas de nível superior. Na mesma década de 1930, entraram em funcionamento as primeiras Universidades brasileiras, após tentativas anteriores que, mediante providências de natureza muito diversa, atravessaram vários séculos e não tiveram êxito. As primeiras Universidades brasileiras a funcionar, no ano de 1934, foram instaladas, respectivamente, na cidade de São Paulo e no Distrito Federal (então no Rio de Janeiro) e consistiram na aglutinação, nos âmbitos administrativo e financeiro, de escolas superiores que eram até então isoladas. Essa aglutinação limitou-se aos âmbitos administrativo e financeiro, enquanto cada qual das Faculdades assim aglutinadas manteve, na sua estrutura, o ensino e a pesquisa que possuía quando não era vinculada a outras instituições, no modelo em que o aluno cumpria todo o currículo até chegar à diplomação na mesma Faculdade. O ensino e a pesquisa nas disciplinas correspondentes aos setores básicos do conhecimento continuaram fragmentados e distribuídos entre as diferentes unidades da mesma Universidade. Na época em que foram criadas as primeiras Universidades federais, entre as décadas de 1930 e 1960, todo o corpo docente funcionava em regime de tempo parcial, com salários escandalosamente baixos. Ressalvadas pouquíssimas e respeitáveis exceções, havia muito pouca pesquisa nas nossas Universidades.

Na década de 1960, as Universidades assim constituídas foram reestruturadas com o propósito de atribuir-se maior ênfase aos setores básicos do conhecimento e aos cursos de pós-graduação, o que ensejou considerável aumento dos cursos de mestrado e doutorado, e da pesquisa científica e tecnológica, funções essenciais ao próprio conceito de Universidade.

O sistema universitário brasileiro tem crescido, exponencialmente, sobretudo nos anos mais recentes, inclusive no Nordeste, e a expansão

tem sido mais rápida no setor privado que na rede pública. Esse crescimento vem ocorrendo tanto no número de professores e de alunos como na formação de pesquisadores e na elaboração de pesquisas. Entre essas, tanto têm crescido as chamadas “pesquisas puras”, essenciais ao avanço do conhecimento humano, como as “pesquisas aplicadas”. Estas, aproveitadas pelo setor produtivo da sociedade brasileira, vêm assegurando grande parte do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico no país. A recente expansão da economia nacional tem estimulado o reconhecido aumento da responsabilidade das Universidades quanto à formação de pesquisadores e à elaboração de pesquisas científicas e tecnológicas. A qualidade dessas atividades, entretanto, nas diferentes regiões do Brasil, continua sendo muito heterogênea, com nítida vantagem da região Sudeste sobre o Nordeste. Recentemente, foi criada a Academia de Ciências da Bahia, com o propósito de estimular a formação de maior número de pesquisadores em ciência e tecnologia, e de promover maior articulação entre o setor acadêmico e o setor produtivo da sociedade baiana.

O crescimento econômico do Brasil, nas décadas 1960 e 1970, havia exigido do sistema de ensino médio a formação de técnicos em número crescente e com habilitações muito variadas. Além da ampliação da rede escolar para atender à demanda que passou a existir, sobretudo nas regiões mais industrializadas, foi necessário estimular o preparo de profissionais de nível superior por meio dos chamados “cursos de curta duração”, destinados à formação dos “tecnólogos” que se faziam necessários em virtude da rápida evolução do mercado de trabalho. Na segunda metade da década de 1970, mediante articulação entre o governo federal e o governo do estado da Bahia, foi criado o Centro de Ensino Tecnológico (Centec) provisoriamente localizado em Salvador, no bairro de Monte Serrat, onde funcionara, em passado remoto, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Bahia. As habilitações implantadas no início do funcionamento do Centec incluíram as áreas das telecomunicações, do turismo e da instalação e manutenção dos equipamentos para a indústria petroquímica (o Pólo de Camaçari estava começando a ser construído). Enquanto

exerci o cargo de governador do estado, providenciamos a construção e a aquisição dos equipamentos para a sede definitiva do Centec, cujas excelentes instalações, situadas no município de Simões Filho, têm o feitio de uma Universidade especializada na área tecnológica. Com novo nome, está o Centec incorporado à rede federal de ensino técnico, a cargo do Ministério da Educação.

Cumpramos destacar a grande responsabilidade das instituições educacionais de nível superior encarregadas da formação de professores para o ensino de primeiro e de segundo graus. Voltamos a lembrar que o desempenho do professor é o mais importante fator dos que contribuem para a boa qualidade da educação em todos os níveis. Daí o papel fundamental para o desenvolvimento social e econômico, desempenhado pelos diplomados nos cursos de licenciatura que se destinam a lecionar no primeiro e no segundo grau. Na tradição brasileira, entretanto, esses profissionais de nível superior não têm sido valorizados como deveriam. Os salários dos licenciados estão entre os mais baixos dentre os atribuídos a diplomados em outros cursos que exigem nível superior de estudos. Tem sido este um forte *desestímulo* para a escolha dos cursos de licenciatura, entre os alunos que tiveram bom desempenho no ensino médio e precisam decidir qual a profissão que pretendem exercer. O problema da reduzida atração para a carreira do magistério, entre os jovens que se candidatam a cursos superiores, não vem ocorrendo apenas, no Brasil. Vários outros países têm se defrontado com a mesma dificuldade, sem que hajam sido encontradas soluções satisfatórias para esse grave problema.

A recente expansão da economia brasileira tornou evidente a grande escassez de engenheiros que encontram oportunidade para atuar no território nacional. Entre os principais motivos dessa escassez identificou-se a grande evasão de alunos ao longo dos cursos que preparam os futuros engenheiros destinados aos diferentes ramos da profissão. Recentemente, reagiu o governo federal a essa redução, oferecendo grande número de bolsas para estudantes dos níveis de graduação e de pós-graduação que pretendam estender a sua formação no Brasil ou no exterior. Mais ainda,

verificou-se que tamanha evasão se deve, principalmente, à falta de preparo dos alunos nas disciplinas correspondentes às chamadas “ciências duras”, enquanto frequentaram os cursos fundamental e médio. Essa deficiência, por sua vez, é particularmente acentuada pela precariedade do ensino prático, pela pobreza do material disponível nas escolas médias e pela má qualidade da formação de muitos dos professores de ciências ao nível do ensino médio, enquanto frequentaram os cursos de licenciatura. É este um dos motivos pelos quais temos, repetidamente, chamado a atenção para o estreito relacionamento entre a qualidade dos cursos de licenciatura e o processo de desenvolvimento social e econômico das nações.

A adoção do regime de dedicação exclusiva para o pessoal docente das Universidades federais teve enorme importância para a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados), com forte reflexo na formação de pesquisadores e na expansão da pesquisa tecnocientífica nas mesmas instituições. A melhor formação de pesquisadores tem aberto perspectivas para o aumento de iniciativas inovadoras na economia regional, essenciais para a maior aceitação, pelos mercados, dos nossos produtos manufaturados. A aproximação entre as pesquisas universitárias e o setor produtivo tornou-se imprescindível na vida moderna e tem sido reconhecida como fator essencial ao desenvolvimento socioeconômico das nações. É este um dos principais motivos pelos quais foi criada, recentemente, a Academia de Ciências da Bahia. No presente texto, fizemos já referência às grandes desigualdades entre as regiões Sudeste e Nordeste brasileiras, no tocante ao funcionamento dos núcleos de pesquisa científica e tecnológica.

Cumprir lembrar, de outra parte, que a educação, por si só, não resolve os problemas da pobreza. E também que as desigualdades sociais não se resolvem, apenas, pela elevação da renda dos mais pobres. A estrutura social que gera a pobreza e com ela se conforma tende a produzir sistemas educacionais deficientes, à imagem e semelhança dos que já existiam entre as populações quando vivem em condições de

subdesenvolvimento. Outras forças vindas de fora precisam contribuir com maior vigor para desafiar sistemas assim constituídos, cristalizados e consolidados. *A atuação dos políticos, devidamente conduzida, deverá ser uma das mais vigorosas dessas forças.*

Considerações finais

Entre os fatores que mantêm as grandes desigualdades sociais, no Brasil, incluem-se as diferenças nos padrões educacionais das várias regiões do nosso território. As deficiências educacionais das regiões mais pobres figuram, a um só tempo, como causa e como consequência dos baixos índices de desenvolvimento econômico e social dessas populações. As populações que conviveram com as limitações do subdesenvolvimento socioeconômico tendem a gerar sistemas educacionais idênticos aos que eram parte das respectivas tradições. Instala-se, por essa forma, um círculo vicioso que acabará por manter as deficiências de ordem social e econômica às quais se acomodaram as populações pobres, como tem sido em grande parte do Nordeste brasileiro.

Os baixos níveis de educação, entravando a implantação de atividades geradoras de empregos melhor remunerados, impedem que a economia local adquira maior dinamismo. Por sua vez, as limitações de ordem econômica dificultam a implantação de sistemas educacionais com ensino prático bem orientado, o que envolve custos elevados, tanto

pela infraestrutura mais onerosa, como pelo recrutamento de professores melhor formados e adequadamente remunerados.

Para que se quebre esse círculo vicioso, cabe aos líderes políticos, no cumprimento dos mandatos que lhes forem outorgados, colaborar para a melhoria das instituições dedicadas à educação. Concomitantemente, os mesmos políticos, sob a pena de perderem a sua liderança, terão de incentivar as atividades econômicas locais, capazes de gerar empregos melhor remunerados. Esse gênero de atividade dos políticos acrescentar-se-á às suas tradicionais participações em favor dos que os elegeram para mandatos do legislativo ou do executivo, em que predominam o encaminhamento de recursos financeiros provindos de fontes externas ao município e/ou o uso de influência em nomeações que dependam de instâncias superiores do poder político.

Outros textos

PARTE II

SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Capítulo I

Comemorações dos 60 anos da UFBA¹

Ao instalar-se o presente seminário, em comemoração dos 60 anos transcorridos desde a criação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cabe-me saudar a presença dos visitantes oriundos de países amigos, dos reitores de outras unidades da nossa República Federativa, assim como dos colegas das demais Universidades situadas na Bahia. A todos, pois, os nossos votos de boas-vindas. Dirijo-me, igualmente, aos professores, alunos e funcionários da nossa própria Casa, e a todos quantos nos honram com as suas presenças, rejubilados que estamos com as demonstrações de apreço e de reconhecimento pelos serviços que a UFBA tem prestado à comunidade baiana.

Em verdade, mesmo para um país relativamente jovem como o Brasil, sessenta anos representam, ainda, um período curto para a vida de uma Universidade, tendo em vista a alta complexidade dos encargos

a nós atribuídos. A secular demora na criação desta nossa instituição tem explicações que se confundem com a evolução social, política e econômica do Brasil e, em especial, com a história da educação em nosso país. Permitam-me que, de forma resumida, relembre os principais lances do nosso passado universitário, o que servirá de lastro para considerações sobre o futuro.

Durante séculos, não foi permitida a oficialização dos estudos de nível superior realizados no território do Brasil, embora não tivessem faltado corajosos esforços das autoridades locais junto às instâncias das quais dependíamos. Num país onde nem sempre se encontram registros convincentes acerca de fatos históricos de muita relevância, é impressionante a documentação disponível sobre as sucessivas petições originadas nesta cidade do Salvador, visando a equiparação dos cursos aqui realizados aos das Universidades de Évora e de Coimbra. Essa documentação, reunida em livro pelo Professor Alberto Silva, se estende por mais de duzentos anos, a partir do século XVI. Inicialmente, assinadas pelas autoridades eclesiásticas e dirigidas a Lisboa e a Roma, e, mais tarde, subscritas pelas autoridades civis desta terra, todas essas petições foram explicitamente recusadas ou, por longo tempo, *ignoradas*. Em consequência, os jovens que aqui viviam e reuniam condições para realizar cursos superiores, deslocaram-se para a Europa, a fim de continuar seus estudos. E isso ocorreu com número apreciável de brasileiros, muitos dos quais voltaram para exercer, na sua terra, o que haviam aprendido fora daqui.

Conforme é de geral conhecimento em nosso meio, com data do começo de 1808, um dos primeiros atos da realeza de Portugal, ao transferir-se do país de origem para o Brasil, foi a criação da "Escola de Cirurgia", precursora da Faculdade de Medicina que integra a Universidade Federal da Bahia. Registra-se, assim, o primeiro passo dado no Brasil, no sentido da evolução de entidades que vieram a responsabilizar-se pela formação de profissionais com nível superior de educação. No início do século XIX, antes de proclamada a nossa independência, ainda com a presença da família real portuguesa em território brasileiro, foram instalados

outros cursos para a preparação dos profissionais dos quais a população necessitava com a maior urgência. Na área da saúde, além do situado em Salvador e já mencionado, instalou-se outro, no mesmo ano, no Rio de Janeiro. No campo do Direito, instituíram-se, também, um em São Paulo e outro em Recife. A Escola Central do Exército, criada poucos anos depois, desempenhou, parcialmente, o papel de uma Escola Politécnica.

Implantaram-se esses cursos sem qualquer vínculo com outras entidades de natureza cultural – nem com outras escolas superiores para configurarem uma Universidade, nem, tampouco, com Academias ou Sociedades científicas e literárias. As Faculdades resultantes da evolução desses cursos foram completas em si mesmas, pois cada qual oferecia o ensino de todas as disciplinas necessárias à obtenção do diploma, incluindo as disciplinas básicas, de feitiço propedêutico, e as que transmitem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes pertinentes ao exercício de uma profissão.

Foi este o modelo único e exclusivo – o de escolas profissionais isoladas e completas em si mesmas – que serviu a todos os estabelecimentos de ensino superior que funcionaram no Brasil até o começo da década de 1930. Tratava-se de adaptações do modelo francês, dito “napoleônico”. Malgrado os imensos serviços prestados pelas Escolas organizadas segundo esse modelo, ao longo de mais de um século, significaram elas nova demora na implantação de Universidades que tivessem como compromissos institucionais, além da formação de profissionais, outros objetivos culturais mais amplos, inclusive a realização de pesquisas técnico-científicas de finalidade utilitária. Todo o pessoal docente dessas Faculdades trabalhava em regime de tempo parcial. Curiosamente, das escassas pesquisas científicas registradas em nosso meio, ao longo do século XIX e no começo do século XX, poucas se originaram nas Faculdades. Realizaram-se esses trabalhos, predominantemente, em instituições especializadas nas áreas da saúde e da agricultura, ligadas ou não ao poder público, a fim de atender a problemas urgentes da sociedade. Os estabelecimentos de ensino não costumavam ocupar-se, então, com especulações de ordem puramente

intelectual, desligadas, sistematicamente, do preparo de recursos humanos, nem com a solução de problemas de natureza econômica ou social, que dependessem da ampliação das fronteiras do conhecimento, sob os rigores do método científico.

Continuou, assim, ao longo da nossa história, a demora no início do funcionamento das Universidades. Depois de o Brasil haver proclamado a sua independência e tornar-se um Império, e ainda durante as primeiras décadas após a implantação, em 1889, do regime republicano, frustraram-se as várias tentativas de criação, com feitiço universitário, de instituições de ensino superior. De fato, essas tentativas não tiveram força suficiente para superar o prestígio adquirido pelas escolas profissionais isoladas. Somente na primeira metade da década de 1930, saíram do papel e entraram em funcionamento as nossas primeiras Universidades, a de São Paulo e a do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro), como resultados da aglomeração de Faculdades existentes. As mais antigas Universidades no nosso país têm, pois, com essa configuração, pouco mais de setenta anos, embora algumas incorporassem entidades muito mais antigas.

As duas primeiras Universidades a funcionar no Brasil – a de São Paulo e a do Distrito Federal – muito diferentes, uma da outra, tiveram destinos também diversos entre si. Cada qual a seu modo, contudo, mostrou que valeu a pena a junção de escolas superiores para formarem uma nova entidade. Teve continuidade, por isso, entre as autoridades educacionais, a intenção de criar outras Universidades.

Qual era a situação do ensino superior na Bahia, na década seguinte, em 1946, quando surgiu a oportunidade da criação de uma Universidade conforme o modelo então adotado, que era o da aglutinação de Faculdades nos maiores centros demográficos, e em que todo o pessoal docente trabalhava em regime de tempo parcial?

Em pleno funcionamento, em Salvador, estava a Faculdade de Medicina cujas raízes datavam de quase século e meio. Mantida com recursos federais, ocupava prédio de sólida construção, que abrigava a administração, a biblioteca e os laboratórios das disciplinas pré-clínicas,

ocupados por equipamento didático parcialmente importado da Europa. O ensino clínico era oferecido em Hospital de caridade, mantido pela Santa Casa da Misericórdia, com ajuda financeira da própria Faculdade. Vários dos professores haviam feito estágios em hospitais europeus, predominantemente franceses, e o currículo era calcado, igualmente, na tradição francesa. Anexos à Faculdade de Medicina funcionavam os cursos superiores de Odontologia e de Farmácia. A Faculdade de Direito, com cerca de meio século de existência, mantida por uma instituição privada, estava bem instalada, fisicamente, e contava com um corpo docente que incluía advogados e juizes de renome, além de bacharéis em direito com apreciável tradição política. A Escola Politécnica, nascida como instituição privada e, subsequentemente, vinculada, ora ao Governo da Bahia, ora ao Governo Federal, possuía, no corpo docente, profissionais de reconhecida experiência. Era, porém, servida por laboratórios didáticos precariamente equipados. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, também privada, era de criação recente e possuía um corpo docente com respeitável projeção acadêmica e social. As suas instalações deixavam muito a desejar, sobretudo depois que cresceu, rapidamente, o número dos alunos. Eram particularmente precários, os laboratórios que serviam às áreas das ciências. A Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, mantida por empresários locais, tinha por objetivo formar pessoal para atender às necessidades imediatas de empregos no comércio da cidade. E a Escola de Belas Artes havia sido iniciada por um grupo de artistas que ofereciam cursos livres dificilmente habilitados ao reconhecimento oficial, como sendo de nível universitário. Cumpre repisar, a despeito do cunho repetitivo dessa afirmação, que não havia nenhum docente em regime de dedicação exclusiva. Esta era a nossa tradição, que somente começou a ser alterada há menos de cinquenta anos.

Assim era o ensino superior na Bahia do meado da década de 1940, quando, no mundo, as forças da democracia haviam derrubado as ditaduras nazifascistas e, no Brasil, o governo ditatorial de Getúlio Vargas cedera lugar à redemocratização. Fora eleito Presidente da República,

o General Eurico Gaspar Dutra, que nomeou seu Ministro da Educação o Professor Ernesto de Souza Campos. Catedrático de Microbiologia da Universidade de São Paulo e Doutor em Saúde Pública pelo famoso curso da Universidade de Johns Hopkins, o novo Ministro esclareceu, junto ao Presidente Dutra, a importância que teria a implantação de duas Universidades Federais no Nordeste brasileiro, respectivamente, em Salvador, na Bahia, e em Recife, no estado de Pernambuco. Assim, nasceu em 1946, sob a liderança do Professor Edgard Santos, a Universidade da Bahia, pela aglomeração das Faculdades mencionadas, com objetivos de natureza cultural que ultrapassavam a soma dos propósitos das unidades que a compunham. Seguindo o modelo anteriormente adotado nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, ao se unirem para constituir a Universidade da Bahia, cada Faculdade preservou os dispositivos para o ensino das disciplinas básicas, assim como os destinados à formação profissional.

Esse modelo de estabelecimento de ensino superior, adotado por todas as Universidades criadas no Brasil entre as décadas de 1930 e o ano de 1960, resultava na fragmentação dos recursos humanos, materiais e financeiros destinados aos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Filosofia, Ciências Humanas e Letras), o que fragilizava os trabalhos dos departamentos correspondentes e atrasava o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação de professores.

Após a criação das primeiras Universidades, as antigas Faculdades conheceram notável surto de progresso material. A integração verificada do ponto de vista administrativo e financeiro, entretanto, não ocorreu sob o ângulo das atividades acadêmicas, uma vez que continuava a pulverização, entre diferentes unidades, dos dispositivos referentes a cada ramo das ciências básicas. Como era praxe entre nós, nos *curricula* oferecidos para a atribuição de diplomas de nível superior, as ciências básicas funcionavam, apenas, como simples apoio ao preparo para as diferentes categorias de profissionais.

Quando se articularam as Faculdades locais para constituir a Universidade da Bahia, havia cerca de dez anos que a nossa Faculdade de Medicina vinha sendo dirigida por um dos Professores de Clínica Cirúrgica, o Dr. Edgard Rego Santos que, logo, se destacou na liderança do processo de criação da nova entidade. Instalada a Universidade, o Professor Edgard Santos foi escolhido seu primeiro Reitor e permaneceu no cargo durante quinze anos consecutivos, mediante eleições que se repetiram a cada três anos. Ao lado dele, outros baianos ilustres, com projeção nacional nas áreas cultural e política, junto ao Governo da República, muito contribuíram para a consolidação da nova Universidade.

A fase inicial da vida da instituição, muito trabalhosa do ponto de vista administrativo, incluiu a adaptação de todas as Faculdades às normas do serviço público federal, o que, para a maioria delas, assegurou a captação de verbas do orçamento da União, em escala muito superior aos recursos financeiros de que dispunham antes de integrarem a Universidade. De outra parte, coube às unidades universitárias elaborar regras comuns de convivência e ajustar-se a essas novas práticas, o que nem sempre foi fácil, pois estavam, até então, habituadas a resolver internamente os seus mais variados problemas. Cresceram as dificuldades quando o primeiro Reitor cuidou de implantar cursos que não existiam entre nós, destinados a formar categorias de profissionais necessários ao desenvolvimento do Brasil e da Bahia, e que não haviam ainda angariado prestígio social comparável ao dos egressos das Faculdades originais. A competência, a autoridade moral e a habilidade política do Reitor Edgard Santos constituíram fatores essenciais ao sucesso dessa fase da nossa história.

Ocorreu, assim, a expansão dos serviços prestados pela Universidade da Bahia, nas mais diversas direções. Todas as Faculdades tiveram ampliadas suas instalações e o equipamento didático de que dispunham, de forma nunca dantes observada. As atividades relacionadas à formação dos recursos humanos da Saúde atingiram padrões desconhecidos no Nordeste e no Norte do Brasil, graças ao início do funcionamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, de todos o projeto que

mereceu a mais cuidadosa atenção do Reitor, e cuja execução começara quando era ele, ainda, Diretor da mesma Faculdade. Foi este, talvez, o mais importante evento na área da Saúde, na Bahia, ao longo de todo o século XX. Particularmente beneficiada foi a área das Artes, em termos completamente inovadores para o meio universitário brasileiro. Nos campos da Música, do Teatro, da Dança, Edgard identificou, por todo o Brasil e na Europa, artistas de grande mérito que, atraídos para a Universidade, revelaram-se líderes capazes de transformar o panorama cultural da nossa terra. A eles o Reitor emprestou total apoio e propiciou as melhores condições de trabalho que o ambiente comportava.

Entre os cursos criados por iniciativa do Reitor Edgard, incluíram-se os de Enfermagem, Administração, Geociências, Nutrição, Biblioteconomia, Jornalismo, além de outros. A assistência ao estudante adquiriu feição inteiramente nova dentro de todo o país e mereceu a constante atenção pessoal de Edgard. A legislação da época permitia a recondução do Reitor por tempo indeterminado, e durante os quinze anos do reitorado de Edgard Santos, a Universidade viveu clima de progresso e otimismo, apesar das críticas de uma persistente minoria.

Nas sucessivas fases da nossa história, os estabelecimentos de ensino superior reunidos para formar a Universidade Federal da Bahia vêm contribuindo, de maneira essencial, para criar a identidade que caracteriza a gente baiana como uma sociedade multiétnica, multicultural, progressista e amante da paz. Os recursos humanos preparados por esta instituição têm acompanhado a evolução que se observa no mundo em prol da melhor qualidade de vida baseada no humanismo e nos avanços da ciência e da tecnologia.

Historicamente, a quase totalidade dos brasileiros tem reconhecido a formação de bons profissionais como sendo a essência da missão universitária. Era, também, assim, na Bahia. Vinculava-se a nossa população, até à década de 1970, a uma economia de modelo agrícola-exportador. A tradição vigente não encorajava a expansão das fronteiras do conhecimento com a participação das Universidades, fosse pela formação

sistemática de pesquisadores, fosse pela realização de pesquisas. Havia tido pouca ênfase, nas Faculdades que se aglutinaram para formar as primeiras Universidades, o compromisso institucional de participarem dos processos de inovação visando a maior competitividade dos nossos produtos nos mercados interno e externo. Originavam-se da iniciativa individual de alguns professores, algumas pesquisas então realizadas. Têm sido impressionantes as mudanças de atitude a esse respeito, nas décadas mais recentes, a partir de quando o ritmo de desenvolvimento do Brasil se acelerou, nos anos próximos a 1960, coincidindo com o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A sociedade passou a perceber a inadiável necessidade do mais profundo conhecimento da nossa própria realidade, mediante a investigação técnico-científica, objetivando a melhor exploração do potencial de progresso socioeconômico do país, diante das peculiaridades das nossas matérias-primas, do nosso mercado e da nossa mão de obra.

Como principal causa dessa deficiência, identificou-se a mencionada pulverização, entre as unidades de cada universidade, dos dispositivos para o ensino e a pesquisa nas ciências básicas. Logo diremos por que. Exemplificando, para maior clareza, lembraremos que, em cada Universidade, existiam várias cátedras de Matemática esparsas pelas Faculdades de Engenharia, de Filosofia, de Arquitetura, de Economia, e outras. Idêntica tradição ocorria nas áreas da Física, da Química, das Geociências, das Ciências Humanas, e dos demais ramos básicos do conhecimento. Proporcionalmente à dimensão dos programas de cada entidade, de modo geral, essas cátedras não atingiam “massa crítica” para oferecer bons projetos de pesquisas e de pós-graduação. Ressalvadas umas poucas Faculdades, já então, envolvidas, institucionalmente, na busca de novos conhecimentos, a maioria das Universidades brasileiras não vinha atingindo o nível de produção intelectual desejável nas atividades de pesquisa e de pós-graduação.

Pela sua própria natureza, nas cátedras ou departamentos de ciências básicas, mais facilmente do que poderia ter ocorrido nos destinados

às disciplinas profissionalizantes, verificou-se a expansão do regime de *dedicação exclusiva do pessoal docente*, inegavelmente favorável às atividades de pesquisa. Não existia, nas instituições federais de ensino superior daqueles tempos, regime salarial compatível com a dedicação exclusiva do magistério. O atraso na adoção desse regime havia resultado, em grande parte, da maior ênfase atribuída às disciplinas de preparo profissional, a cargo de professores que, além das tarefas universitárias, tinham outros compromissos e outras fontes de renda na sociedade. Mais ainda: o pessoal docente encarregado das ciências básicas, não tendo a sua atenção dividida com as tarefas não acadêmicas, pôde estreitar o contato direto com as rigorosas exigências da aplicação do método científico. Apesar de alguma resistência em regiões do país onde a economia era menos dinâmica, o nítido resultado dessas providências foi o pronto incremento da pesquisa e da pós-graduação. Tem sido esta, aliás, a marca da evolução das Universidades brasileiras nas últimas três a quatro décadas.

Durante a construção da cidade de Brasília, inaugurada em 1961, os educadores brasileiros Anísio Teixeira e Darci Ribeiro idealizaram uma Universidade nova para a futura capital do país. De forma pioneira, nela se atribuiu aos setores básicos do conhecimento uma prioridade inexistente nas instituições congêneres criadas até aquela data. Projetou-se, assim, a Universidade de Brasília para um ambiente onde nada existira antes, no campo da educação superior. Entrevi Edgard Santos, no período final do seu Reitorado, a perspectiva de fazer da Universidade Federal da Bahia, com toda a sua tradição, um modelo de adaptação aos novos postulados, por parte de uma Universidade cujas raízes datavam do começo do século XIX. Nesse meio tempo, frustrou-se a experiência originada em Brasília, por motivos políticos. O seu ideário, porém, não apenas sobreviveu, como serviu de inspiração para que os membros do Conselho Federal de Educação preparassem os documentos básicos para a reestruturação das Universidades brasileiras, que serviram à elaboração de documentos legais datados dos anos 1966 e 1967. A estrutura modernizada das Universidades teve como alvo principal a maior valorização dos setores básicos

do conhecimento, e obedeceu à legislação elaborada por educadores brasileiros de incontestável competência, do mais elevado padrão ético e de convicções políticas merecedoras do máximo respeito. Apesar do muito que se tem falado e escrito, equivocadamente, essa reestruturação nada teve a ver com dispositivos de muito menor significação, a exemplo dos relacionados à preparação de listas de nomes para a escolha dos dirigentes universitários e à representação estudantil em órgãos gestores das instituições, os quais figuraram em legislação posterior, datada de 1968.

A Universidade Federal da Bahia, graças aos estudos que vinham amadurecendo desde os Reitorados de Edgard Santos, Albérico Fraga e Miguel Calmon, tornou-se pioneira na implantação da nova estrutura, lastreada nos postulados de Anísio e Darci e na legislação de 1966/67, elaborada pelo Conselho Federal de Educação. A segunda metade da década de 1960 foi marcada, em todo o Brasil, pela modernização das Universidades no sentido de evitar-se a duplicação de meios para fins idênticos. Continuando a exemplificar com a Matemática, para maior clareza, dentro da mesma Universidade, na nova estrutura, todos os dispositivos dedicados ao ensino e à pesquisa naquele ramo da ciência, oriundos das diversas Faculdades, foram aglutinados para constituir uma só unidade, com dimensão mais adequada ao cumprimento de programas de pós-graduação e de pesquisa. Providência análoga ocorreu em relação a cada qual dos demais ramos das ciências básicas, inclusive das disciplinas pré-clínicas da área da Saúde. Para cada setor das disciplinas básicas, criou-se uma unidade universitária, com a designação de “Instituto”, com instalações próprias, para esse fim construídas e equipadas. As disciplinas formadoras das várias profissões continuaram reunidas sob a tradicional designação de “Faculdade”. A implantação da nova estrutura, na Universidade Federal da Bahia, ocorreu, preponderantemente, durante o meu mandato de Reitor, entre 1967 e 1971.

Tem sido esta, portanto, a marca da evolução das nossas Universidades nas últimas quatro décadas. As consequências dessa reestruturação logo se fizeram sentir, conforme fora planejado. Exemplificando,

mais uma vez: como resultado dessas providências, em âmbito nacional, a produção de artigos publicados em periódicos categorizados saltou de menos de 2.000 em 1981 para 10.500 em 2001. E, quanto à pós-graduação *stricto sensu*, nos termos da nova regulamentação, ao longo da década de 1990, o número de mestres diplomados, anualmente, subiu de 7.000 para 20.000, enquanto a diplomação de doutores saltava de cerca de 1.200 para mais de 6.000. A Universidade Federal da Bahia, em 2002, de um total de 1.700 docentes de diversas categorias, contava com mais de 1.100 em regime de tempo integral, dos quais cerca de 600 eram doutores e mais de 430 tinham o título de mestre. O ótimo desempenho da pós-graduação na UFBA atraiu, em 2005, nada menos que 500 bolsas de mestrado oferecidas por várias instituições de fomento, assim como mais de 200 bolsas de doutorado. Essa extraordinária expansão da pesquisa e da pós-graduação, certamente, não teria ocorrido se houvesse sobrevivido a antiga estrutura. Atuando sobre práticas já consagradas entre nós, nota-se atenuação da influência francesa do passado, enquanto é reforçada a presença da tradição alemã, representada pela Universidade humboldtiana, que já havia deixado sua marca em parcela expressiva do ensino superior norte-americano.

Quando ainda em curso esse processo inovador, ocorreu, no país, uma enorme expansão do ensino nos níveis fundamental e médio, o que resultou num grande e rápido aumento no número de candidatos aos estudos superiores. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho se tornou muito mais exigente do que antes, em relação à escolaridade compatível com o exercício de empregos melhor remunerados. Nesse conjunto de circunstâncias, as finanças do Poder Público se revelaram insuficientes para o correspondente aumento da rede oficial de ensino superior de boa qualidade, e a iniciativa privada encontrou campo aberto à expansão que se vem testemunhando.

A fim de atender à crescente demanda da sociedade, à medida que passaram os anos, foi se tornando evidente que a rede de Universidades privadas não teria como substituir, substancialmente, a rede pública no

exercício da função pesquisa. Havia sido, justamente, para ajustar-se a esse campo de atuação, que as Universidades públicas se haviam submetido, com sucesso, à reestruturação desencadeada na década de 1960.

Ainda não é unânime, entre as lideranças do nosso país, a convicção de que a função pesquisa seja parcela essencial à vida universitária. A formação de pesquisadores e o preparo sistemático dos futuros professores para o nível superior de ensino têm de estar afetos às universidades, ou deixarão de existir nas sociedades que negligenciarem essas obrigações. Não há como substituir, no nosso ambiente acadêmico, as Universidades públicas nesse mister. E qualquer sociedade que prescindir da pesquisa técnico-científica na presente “era do conhecimento”, não terá como adaptar-se ao mundo moderno e irá retroceder.

Ao atingir 60 anos desde a sua fundação, a Universidade Federal da Bahia vem assumindo novos encargos. Sabem os nossos conterrâneos que a bela Capital do estado e a região que a circunda, conhecida como Recôncavo Baiano, constituem o principal centro demográfico, econômico e cultural do estado da Bahia, que ocupa área superior a 560.000 km², e excede, portanto, a de vários países europeus, inclusive a da França. A cidade do Salvador e a região circunjacente, historicamente, têm absorvido a maior parte dos investimentos destinados à infraestrutura física e social, e oferecido a parcela maior dos empregos melhor remunerados, em todo o estado. Deverá ser essa a razão pela qual, diferentemente de outras unidades da Federação, a Bahia, até bem pouco tempo, tenha contado com uma, e apenas uma, instituição de ensino superior mantida pelo Governo Federal, e que se situa, naturalmente, em Salvador.

Começa, entretanto, a modificar-se essa realidade. De um lado, a própria Universidade Federal da Bahia está se desdobrando em unidades situadas no interior do estado, a exemplo do *Campus* Anísio Teixeira, em Vitória de Conquista, e do *Campus* Edgard Santos, em Barreiras. E o Governo Federal está instalando duas outras instituições universitárias com o feitiço “multicampi”, sendo uma em municípios do Recôncavo Baiano e outra, parcialmente implantada na Bahia, na cidade de Juazeiro,

que a divide com a vizinha cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco. Além dessas, conta a Bahia com quatro Universidades mantidas pelo Governo do Estado e expressivo número de estabelecimentos privados de ensino superior.

É esta uma nova fase da nossa instituição, para a qual será necessário mobilizar recursos de vária natureza, e que surge como promessa de grande valor para a realização do imenso potencial de riqueza do estado e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Simultaneamente, a Universidade Federal da Bahia, graças às inovações na política de admissão dos alunos de graduação, tem se mostrado capaz de iniciativas pioneiras na promoção social de categorias da população até agora menos favorecidas.

O Reitor Naomar Almeida tem demonstrado imaginação, coragem e entusiasmo ao liderar esses movimentos que hão de ter como consequência o maior dinamismo das atividades culturais e da economia do estado, na integralidade do seu território. Será esse fator dos mais importantes para a melhoria dos indicadores de desigualdade econômica e social que nos constroem, a nós brasileiros, e a nós, baianos, até agora.

Os novos encargos assumidos por esta Universidade representam acréscimos ao núcleo existente, atualmente, em Salvador, resultado de esforço imenso dos seus professores, alunos e funcionários. As comemorações dos 60 anos foram concebidas, em grande parte, para analisar a história e formular propostas quanto ao futuro. Não posso nem devo antecipar-me ao que serão as recomendações da coletividade. Mas vou aventurar-me a resumir o que foi dito e que parece irretorquível: as realizações da UFBA, no domínio da formação de profissionais, deverão merecer constante aprimoramento, graças ao crescimento dos minguados recursos orçamentários, que têm limitado as aspirações da instituição. A fim de atender às exigências de uma economia em que passaram a predominar a indústria e os serviços, em substituição à base agrícola-exportadora do passado, é imprescindível a constante adaptação da UFBA à nova realidade. O papel da Universidade será, também, o de intensificar a

participação que sempre tivemos no desenvolvimento artístico-cultural da nossa terra, assim como na ampliação das fronteiras do conhecimento pela pesquisa técnico-científica, especialmente em busca de inovações que favoreçam a Bahia e o Brasil na competição diante dos mercados interno e externo. Não recuaremos diante desses desafios, e, dentro de tais propósitos, programaremos as nossas forças para melhor atender às aspirações da gente baiana e de todos os brasileiros.

Sessenta anos é, sem dúvida, tempo reduzido para uma instituição com as responsabilidades da nossa. Estamos, contudo, trabalhando denodadamente para superar a demora no nascimento da Universidade e os obstáculos que, porventura, possam dificultar os serviços que serão prestados, com sucesso, à Bahia e ao Brasil, pela Universidade iniciada por Edgard Santos, há exatos 60 anos.

Nota

¹ Palestra pronunciada em Salvador, no dia 3 de julho de 2006.

Capítulo II

Bicentenário da criação da “Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador”¹

No final do ano de 1807, devido à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, a Família Real Portuguesa, sentindo-se sem condição de resistir ao inimigo, saiu de Lisboa em direção ao Brasil, então a mais importante das colônias daquele país. Nos dias atuais, estamos, pois, comemorando o bicentenário de importantes acontecimentos relacionados à presença da Família Real no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, o que tem suscitado a publicação de substanciais pesquisas históricas e de interpretações dos fatos então ocorridos. Devido a uma tempestade que atingiu a esquadra na qual viajava a Família Real com

destino ao Rio de Janeiro, alguns dos navios, inclusive o que transportava o Príncipe Regente D. João, tiveram de aportar em Salvador. Em nome da Rainha D. Maria I, que se achava com a saúde mental abalada, era D. João o Regente da Coroa Portuguesa.

No começo de 1808, havia apenas quarenta e cinco anos decorridos desde quando a Capital da Colônia se tinha transferido de Salvador para o Rio de Janeiro. Criada em 1549, por Tomé de Souza, a cidade do Salvador abrigara o Governo Central da Colônia durante duzentos e sessenta e três anos.

Dentre os atos de suma importância promovidos por D. João nas poucas semanas em que permaneceu na Bahia, incluiu-se a criação, a 18 de fevereiro de 1808, da “Escola de Cirurgia do Real Hospital Militar de Salvador”. O pleno significado desse ato, precursor da formação de toda a rede de ensino superior implantada no Brasil ao longo dos duzentos anos subsequentes, será melhor entendido ao analisarmos o que fora a atenção à saúde no Brasil, desde o Descobrimento até o começo do século XIX. A escassa documentação relativa ao *atendimento à saúde da população* durante os três primeiros séculos de colonização, revela a *carência de pessoal habilitado* e a *influência das três culturas* que contribuíram para a construção do Brasil de hoje. Começava a formar-se, na população local, a tendência para o *sincretismo cultural* que tem sido uma das marcas da índole da nossa gente.

Conforme referido na Carta Régia que consubstanciou o ato de criação da Escola, estava o Príncipe Regente

[...] anuindo à proposta que lhe fez o Dr. José Maria Picanço, cirurgião-mor do Reino e do seu Conselho, sobre a necessidade que havia, de uma escola de cirurgia no Hospital desta Cidade [...] [D. João] tem cometido ao sobredito cirurgião-mor a escolha dos professores que não só ensinem a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia, como base essencial dela, e a arte obstétrica, tão útil como necessária.²

O Dr. José Maria Picanço, futuro Barão de Goyana, nascido em Pernambuco, era Lente Jubilado da Universidade de Coimbra e estava acompanhando D. João na viagem para o Brasil. Os dois primeiros professores por ele escolhidos, respectivamente Manuel José Estrela, para o ensino da Cirurgia e José Soares de Castro, para o ensino da Anatomia, foram nomeados em ato datado de 23 de fevereiro do mesmo ano de 1808. Surgiu, com essa escola, o modelo que iria prevalecer nas escolas superiores brasileiras criadas ao longo de mais de um século e que se caracterizou pela junção, na mesma unidade, das disciplinas básicas introdutórias à profissionalização – no caso, a anatomia – e, também, do ensino dos conhecimentos e das habilidades relativas ao preparo dos futuros profissionais da cirurgia.

A descrição registrada pelos primeiros portugueses que chegaram ao Brasil, logo depois do Descobrimento, no que envolvia a saúde da população nativa, foi a de que esta era robusta, saudável e fisicamente bem constituída. Muitos dentre os indígenas sobreviviam até idade avançada. Os tratamentos por eles adotados, para os que se queixavam de problemas de saúde, tinham importante componente de *magia* e consistiam em procedimentos como a *sucção* aplicada no local do corpo do paciente onde surgia a queixa de dor, ou onde se alojara algum corpo estranho. Também realizavam o *sopro* que, muitas vezes, precedia a sucção ou, ainda, as fumigações muito usadas no tratamento das ectoparasitoses, então muito frequentes. Essas práticas eram, preferencialmente, realizadas pelo “pajé”, homem sábio da própria tribo que sabia preparar o ambiente no qual se realizava o ritual indispensável às manobras terapêuticas, em geral na presença de outros membros da comunidade que colaboravam com gritos e palmas.

Entretanto, ao longo dos primeiros séculos de contacto dos índios com os europeus e os africanos importados como escravos, ocorreu rápida disseminação de moléstias trazidas pelos que vieram de fora, para o que concorreu a fraca defesa biológica de boa parte da população autóctone.

Foi esse quadro agravado pela *reduzida atenção das autoridades* para com a saúde dos habitantes. Entre as doenças transmissíveis que se difundiram com grande rapidez, por vezes, de forma devastadora, cabe citar a varíola, o sarampo, o cólera, algumas doenças venéreas e a tuberculose.

Embora sejam muito escassas as informações acerca da mortalidade da população escrava no Brasil Colônia, as péssimas condições de trabalho, de alimentação e de habitação tornavam muito curta a sobrevivência dos trabalhadores. Disso resultava a necessidade da importação de novas levas de africanos para substituição dos que morriam, precocemente, ainda nos navios negreiros ou depois de haverem chegado ao seu destino.

No período de três séculos desde a descoberta do Brasil, pouquíssimos haviam sido os “cirurgiões” e os “médicos” (ou “físicos”) portugueses que aqui se radicaram. Note-se que, na época, em Portugal como em outros países europeus, a formação dos “cirurgiões” era menos exigente que a dos “médicos” (ou “físicos”). Aos “cirurgiões” de então competiam intervenções mais simples, como sangrias, aplicações de ventosas e sanguessugas, extrações de balas e cuidados com ferimentos externos, além de outras práticas dependentes de habilidade manual. Aos “médicos”, com melhor bagagem teórica referente aos conceitos de saúde e de doença, era reservada a prescrição de medicamentos de uso interno. No Brasil, onde eram muito escassos os cirurgiões e os médicos formalmente habilitados, confundiam-se as funções dessas duas categorias de profissionais.

Conforme tem sido amplamente documentado, a Metrópole portuguesa se opôs tenazmente ao reconhecimento oficial de escolas ou cursos regulares de nível superior nas suas colônias. Numerosas petições originadas ao longo de quase três séculos, por pessoas gradadas de Salvador, então sede do Governo da Colônia, haviam sido recusadas ou ignoradas pela Metrópole portuguesa. A orientação de Lisboa, durante os primeiros três séculos do período colonial da nossa história, foi, invariavelmente, no sentido de dirigir para Coimbra e outras Universidades europeias os jovens que possuíam condições para frequentar cursos superiores. No tocante ao pessoal apto a cuidar da saúde humana, sob muitas formas

se manifestava a enorme escassez de cirurgiões e de médicos (ou físicos). Apareciam, então, indivíduos mais ousados, curandeiros e curiosos que se declaravam capazes de realizar práticas baseadas, tão somente, em superstições ou crenças populares. A mesma carência de pessoal para o atendimento à saúde da crescente população já havia resultado, no Brasil do século XVIII, na criação de “aulas” de cirurgia em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Vila Rica, iniciativas que não chegaram a gerar instituições estáveis.

Segundo assevera a historiadora Márcia Ribeiro,³ “Diante da falta de físicos e cirurgiões e do desconhecimento da natureza das drogas medicinais do Brasil, o colonizador mais assimilou os hábitos da terra, do que impôs os seus aos povos conquistados”. Convém lembrar, ademais, que, na época, eram ainda desconhecidas, em todo o mundo, as verdadeiras causas da maioria das doenças.

Em 1782, o governo de Portugal criou o “Protomedicato”, instituição que tinha, entre suas atribuições, as de fiscalizar a observância das normas legais na assistência à saúde, e de *perseguir o curandeirismo*, determinando a prisão daqueles que não possuísem os requisitos da lei para o exercício das práticas consagradas. As tentativas de estender ao Brasil a ação desse órgão geraram situações tão complexas, que levaram autoridades coloniais a solicitarem permissão para que não se aplicassem, aqui, todas as exigências em vigor na Metrópole. Sabe-se que os práticos, as parteiras, as benzedoras e as feiticeiras continuaram sendo procuradas e aceitas pela população.

Vários estudiosos têm ressaltado a lucidez da decisão de mudar a corte para o Brasil, assumida pelo Príncipe Regente D. João, por ter resultado na preservação do domínio da dinastia portuguesa sobre o seu vasto império. E que, passados poucos anos, permitiu ao já, então, Rei de Portugal, com o nome de D. João VI, a volta à Metrópole lisboeta, depois de haver insinuado ao filho, o Príncipe D. Pedro, que se pusesse à frente do processo da Independência do Brasil. Sob muitos aspectos, a instalação da Família Real no Brasil foi um marco da maior importância

para a nossa história. Muitos foram, então, os sinais de progresso verificados em pequeno intervalo de tempo.

O povo português havia revelado grande capacidade de empreendimento, nos séculos XV e XVI quando, graças à audácia dos seus navegadores e aos conhecimentos que adquiriram sobre a complexa arte de navegar, conquistou grandes extensões de terra em várias partes do mundo. Depois disso, entretanto, arrefeceu o ânimo empreendedor daquela nação. A Medicina praticada em Portugal ao tempo da criação da Escola de Cirurgia de Salvador, não havia, ainda, se beneficiado do grande progresso verificado em outros países da Europa, ao longo dos séculos XVI e XVII. Prevalciam ainda, então, na Metrópole Portuguesa, práticas baseadas em superstições e credices populares já abandonadas em outros países do continente europeu.

São poucos os documentos existentes sobre o funcionamento da Escola de Cirurgia de Salvador durante os oito anos (1808 a 1815) que se seguiram à sua criação. A primeira “Memória Histórica” da Faculdade de Medicina, datada de 1854 e da autoria do Professor Malaquias Álvares dos Santos,⁴ refere poucas, porém valiosas, informações sobre o funcionamento da Escola nos anos imediatamente posteriores a 1808. Sabe-se, por exemplo, que os alunos matriculados não eram obrigados a frequentar as aulas e que “[...] aos lentes nem respeito nem consideração guardavam [...]” os alunos. Exigia-se dos alunos, após quatro ou cinco anos de “lições teóricas”, um exame dos “conhecimentos adquiridos” sobre temas oferecidos com antecedência aos candidatos, referentes às disciplinas de Anatomia Humana, Fisiologia, Patologia e Clínica. Esses exames eram realizados perante o “Physico-mor”. Alguns dos ex-alunos dessa Escola, mais tarde, viajaram à Europa, em busca de conhecimentos mais profundos.

De 1815 em diante, foi a Escola de Cirurgia de Salvador objeto de sucessivas transformações que envolveram a mudança do nome original para o de “Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia” ou (segundo alguns) “Academia Médico-Cirúrgica da Bahia”. A mais importante dessas mudanças

ocorreu, entretanto, em 1832, ao ser adotada a designação de “Faculdade de Medicina da Bahia”, que perdurou até 1946, quando passou a integrar a Universidade Federal da Bahia.

A Carta Régia datada de 1832 estabeleceu que o ensino da Medicina deveria estar organizado em cinco anos, mediante “cadeiras” distribuídas ao longo dessa duração. Foi a Carta Régia inspirada pelo Dr. Manoel Luiz Álvares de Carvalho, “Physico-mor e Diretor Geral dos estudos médico-cirúrgicos de todo o Reino Unido” e médico pessoal do Rei D. João VI. Estabelecia, também, o mesmo documento, que os candidatos à matrícula no curso de Cirurgia eram obrigados a saber ler e escrever (!). E que, aos alunos que também soubessem Latim ou Geometria era autorizada a matrícula simultânea no 1º e no 2º ano s. Mais ainda, a partir de 1817, os alunos passaram a ser submetidos a exame sobre o conhecimento da língua francesa, antes da matrícula no 1º ano.

A reforma do ensino médico de 1832 atingiu as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e mereceu extensos comentários do Professor Malaquias Alves dos Santos na primeira memória histórica da Faculdade da Bahia, datada de 1854. Um século e meio mais tarde, na memória histórica que abrangeu os anos de 1996 a 2007, de autoria da Professora e ex-Reitora Eliane Azevedo,⁵ lê-se o seguinte trecho, que passo a transcrever:

Na avaliação do Primeiro Memorialista, em 1854, o Prof. Malaquias Alves dos Santos, as precárias condições de ensino prático eram as principais responsáveis pelo fato dos alunos saírem mal preparados do curso médico. Lamentando o despreparo dos alunos a serem graduados e os consequentes prejuízos para a sociedade, o memorialista retira a culpa dos alunos e também dos professores por os terem aprovado: *Como exigir d’elles mais que se lhe mandou ensinar.*

Não cabem dúvidas sobre os grandes benefícios resultantes da formação local do pessoal habilitado a cuidar da saúde, iniciado pela criação da Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador, em 1808. Até a

última década do século XIX, permaneceram as Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro como as únicas em funcionamento no extenso território brasileiro. Graças aos imensos serviços que prestaram à população, essas duas Faculdades angariaram grande prestígio em todo o país, e se tornaram dignas da maior reverência por parte dos nossos conterrâneos.

Notas

- ¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 26 de julho de 2011.
- ² BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. *195 anos de ensino médico na Bahia*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/historia_med/hist_med_art11.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- ³ RIBEIRO, Márcia Moisés. *Ciência e maravilhoso no cotidiano: discurso e práticas médicas no Brasil setecentista*. 1995. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 7.
- ⁴ AZEVEDO, Eliane Elisa de Souza e. *Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia Terreiro de Jesus: memória histórica 1996-2007*. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008. p.138.
- ⁵ *Ibid.*, p. 142, grifos da autora.

Capítulo III

Contribuição à história das unidades de saúde da Universidade Federal da Bahia¹

Ao longo dos últimos duzentos anos, implantou-se na cidade do Salvador um núcleo de entidades formadoras de recursos humanos e realizadoras de pesquisas científicas na área da Saúde, que se tem destacado entre as congêneres de todo o Brasil.

Cabe reconhecer que, na sua origem, foi a saúde humana o fator que desencadeou a implantação e o futuro desenvolvimento da complexa instituição que é a atual Universidade Federal da Bahia. A criação da “Escola de Cirurgia do Hospital Real de Salvador” foi, pois, o embrião do

qual veio a desenvolver-se a extensa rede de ensino superior no Brasil. A Carta Régia que o Príncipe Regente D. João mandou lavrar, com data de 18 de fevereiro de 1808, determinou a criação da Escola e mandou nomear dois professores, o Dr. Manuel José Estrela, para lecionar Cirurgia Especulativa e Prática, e o Dr. José Soares de Castro, para a disciplina de Anatomia e Operações Cirúrgicas. A história registra que, poucas semanas antes daquela data, a Família Real portuguesa havia deixado Lisboa em direção ao Brasil, em consequência da invasão de Portugal por forças napoleônicas. Na travessia, dividiu-se a esquadra, de modo que parte dos navios se dirigiu ao Rio de Janeiro, enquanto a embarcação em que viajava o Príncipe Regente D. João aportou à Bahia. Aqui, na cidade do Salvador – que havia sido a capital da colônia durante mais de dois séculos e só perdera essa condição quarenta e poucos anos antes –, em poucas semanas de permanência, D. João realizou vários atos de enormes consequências para o futuro do Brasil.

Nos séculos anteriores à criação da Escola de Cirurgia, devido ao crescimento da população da colônia, se haviam multiplicado os problemas da saúde dos homens, mulheres e crianças que habitavam o nosso vasto território. Eram escassíssimos os profissionais habilitados a lidar com tais problemas, e todos eles haviam sido formados em Universidades europeias, particularmente em Coimbra. Socorria-se, então, a maior parte da população, das práticas subordinadas à superstição, às crenças sem base científica, ou à expectativa de milagres que aconteciam com muita raridade.

Outros assuntos pertinentes à vida da colônia e estranhos à área da Saúde, quando de maior complexidade, podiam ser tratados sem pressa e ao fluir do tempo, e se resolviam sob a orientação da metrópole, dispensando a presença de profissionais de melhor formação. Eis alguns exemplos: as grandes construções civis da época eram projetadas em Portugal, e para aqui vinham os materiais elaborados para a fachada das igrejas, já prontos e acabados, talhados em fragmentos de pedra que viajavam, como lastros dos navios, para simples aplicação pelos operários locais.

Muitas das demandas que exigiam saber jurídico, por sua vez, levavam enorme tempo para encontrar solução, sempre inspirada em decisões oriundas da metrópole. Muitos problemas de saúde, entretanto, tinham de ser resolvidos com urgência e com a participação física de profissionais de mais elevado grau de instrução. Embora as primeiras iniciativas locais, como a criação do curso de Cirurgia na Bahia, não estivessem inseridas, desde o começo, em contexto acadêmico, a maior urgência na formação de profissionais da área da saúde contribuiu para a implantação das futuras instituições de nível superior de ensino entre nós. Semelhante fenômeno se tem verificado em outras regiões do mundo onde a formação de pessoal apto a cuidar da saúde teve precedência sobre a de outros profissionais, cujo preparo havia sido, também, retardado pelo poder dos colonizadores. Não surpreende, pois, o gesto do Príncipe Regente, ao aportar à Bahia, em 1808.

Sobre o funcionamento dos primeiros oito anos da Escola de Cirurgia do Hospital Real de Salvador, é escassa a documentação conservada até os nossos dias. Pouco tempo após a criação dessa Escola, o Príncipe Regente, já, então, com residência fixada no Rio de Janeiro, desencadeou providências para que fosse criado outro curso de igual finalidade, na então capital da colônia. Sofreram esses cursos, o de Salvador e o do Rio de Janeiro, sucessivas transformações, com ampliação dos números de lentes e das disciplinas lecionadas, até que, em 1832, mediante lei aprovada pela Câmara de Deputados, receberam a designação de “Faculdades de Medicina”. Foram elas responsáveis, até à última década do século XIX, pela diplomação de médicos que exerceram a profissão em todo o território nacional. Somente nos anos finais daquele século, ocorreu a implantação, no Brasil, de outros estabelecimentos formadores de profissionais da Medicina.

A “Escola de Cirurgia do Hospital Real de Salvador” não poderia haver surgido no seio de instituição com feitiço universitário. Sabe-se que a metrópole portuguesa, nos primeiros séculos do Brasil colônia, deixara de atender aos repetidos apelos oriundos desta cidade do Salvador, com

o propósito de equiparar, aos graus emitidos por Coimbra e por Évora, os diplomas resultantes de cursos considerados de nível superior aqui realizados. Tampouco foi aquele ato do Príncipe Regente a consequência de estudos de natureza científica, a exemplo dos que, muitos anos antes, haviam originado Academias de Ciências em várias cidades europeias. Nas Academias criadas na Bahia no século XVIII havia predominado o caráter teológico, filosófico e literário, como reflexo da educação jesuítica que marcara os primeiros séculos da nossa cristianização.

À medida que foram tomando forma os estabelecimentos de ensino superior no Brasil, durante o século XIX, observou-se a consolidação de tendência verificada desde a organização dos primeiros cursos a esse nível. Isto é, as Faculdades de Medicina e de Direito, resultantes da transformação dos cursos originais, se organizaram como estabelecimentos completos em si mesmos, incorporando o ensino das disciplinas básicas que apoiam as atividades próprias da profissão, assim como o ensino das disciplinas inerentes ao exercício profissional. A formação de recursos humanos era a missão essencial, praticamente exclusiva, das Faculdades ou Escolas de nível superior. A pesquisa técnico-científica não estava inserida entre as responsabilidades dessas instituições. Mais tarde, as Faculdades de Medicina, a fim de expedirem os títulos de Doutor, exigiam a apresentação e a defesa de teses, que resultavam de iniciativas individuais dos candidatos, e não representavam linhas de pesquisa assumidas pela instituição, de forma orgânica.

Não obstante, na metade do século XIX, surgiu na Bahia um movimento designado de “Escola Tropicalista Baiana”, cuja expressão mais relevante foi o periódico designado “Gazeta Médica da Bahia”. Fundada em 1866 e editada durante várias décadas, essa revista divulgou trabalhos de pesquisa da autoria de médicos dedicados a estudos originais sobre doenças transmissíveis, encontradas no nosso meio. Recentemente, a “Gazeta” teve sua publicação retomada pela nossa Faculdade de Medicina. Entre os pesquisadores integrantes dos primeiros anos da Escola Tropicalista Baiana, encontravam-se alguns brasileiros e outros, oriundos de

países europeus, assim como médicos diplomados pela Faculdade local e outros formados por escolas estrangeiras.

Outras categorias de profissionais da saúde, contudo, ainda faziam falta à população em ritmo acelerado de crescimento. Assim, pelo decreto de 1832, fora instituído o curso de Farmácia anexo à Faculdade de Medicina da Bahia, cujo funcionamento somente teve início alguns anos mais tarde. Ao longo do século XIX e do começo do século seguinte, esse curso continuou anexo à Faculdade de Medicina e sofreu sucessivas reformulações até que, em 1951, foi transformado em Escola de Farmácia, como uma das unidades da Universidade Federal da Bahia, com representação própria no Conselho Universitário. Continuava, entretanto, a funcionar em espaços da antiga Faculdade de Medicina. Em 1954, com a designação de Faculdade de Farmácia, foi essa unidade transferida para outro prédio da Universidade, até que, em 1981, passou a ocupar sua atual sede. Em 1972, as disciplinas nela lecionadas se haviam dividido em um curso de Farmácia, e outro, de Farmácia Bioquímica. A promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional gerou novas alterações curriculares, que resultaram na formação do “farmacêutico generalista”, envolvendo competências e habilidades bem definidas.

Os períodos iniciais do curso de Odontologia foram de mais difícil caracterização. A Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, criou o curso de Odontologia anexo ao de Medicina, na Faculdade da Bahia. Ao que consta, entretanto, esse curso não foi implantado de imediato e terá começado a funcionar, com regularidade, apenas depois de 1890. Durante cerca de sessenta anos, o curso foi oferecido em espaços do prédio onde funcionavam as disciplinas pré-profissionais da Medicina, no Terreiro de Jesus. Nesse meio tempo, instalara-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo a Faculdade de Odontologia como uma das suas unidades. Em setembro de 1958, inaugurou-se o novo prédio dessa Faculdade, feito construir pelo primeiro Reitor da UFBA, o professor Edgard Santos. O currículo da Faculdade de Odontologia tem sofrido sucessivas reformulações. Atualmente, no prédio que ocupa, está instalado um conjunto

de consultórios odontológicos que conjuga, a um só tempo, atividades acadêmicas e assistenciais que funcionam independentemente, embora no mesmo espaço físico. Além do diploma de graduação, a Faculdade oferece cursos de especialização e de mestrado.

As condições de trabalho nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, durante o século XIX e o começo do século XX, se acham retratadas nas Memórias Históricas dessas instituições e em discursos proferidos no Congresso Nacional. Pelos relatos da época, depreende-se que, em seguida às lições sobre as ciências pré-profissionais, a essência do ensino oficial referente às clínicas, consistia em aulas teóricas, acompanhadas de “aulas práticas de demonstração”, ministradas com a simples presença de um ou mais portadores da doença objeto da explicação pelo professor, sem que os alunos examinassem, nem acompanhassem a evolução desses pacientes. O verdadeiro aprendizado por parte dos estudantes, se fazia, informalmente, pelo acompanhamento dos trabalhos de profissionais experientes, em hospitais filantrópicos articulados com as Faculdades, e em outras unidades da rede local de saúde. Esse treinamento em serviço, entretanto, não tinha ligação obrigatória com o currículo escolar, e, na maioria das vezes, não estava sujeito à supervisão pelo corpo docente da Escola. Por isso mesmo, os documentos datados de antes da segunda metade do século XX trazem poucos comentários sobre os aspectos práticos da formação dos nossos estudantes. No entanto, nos mesmos documentos, abundam referências às aulas de doutrina, à assiduidade dos professores e dos alunos a essas preleções, às provas para avaliação do aprendizado, à pobreza das instalações destinadas ao ensino, às relações entre professores e estudantes e – mais que tudo – às falhas e erros das sucessivas leis e regulamentos que deveriam reger a matéria. Os quadros traçados nesses documentos, em sua grande maioria, não são nada alentadores. Em outras palavras: embora existissem professores que eram grandes luminares nos respectivos ramos do saber, a organização do ensino prático deixava muito a desejar, comparada com o que veio a ocorrer mais tarde, especialmente na segunda metade do século XX.

Até à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1961, as poucas Faculdades de Medicina da rede federal de ensino adotavam currículos extremamente rígidos e quase idênticos, uns aos outros. As decisões sobre toda a organização do ensino superior eram tremendamente centralizadas no Ministério da Educação. Marcadamente inovadora e descentralizadora, a lei de Diretrizes e Bases de 1961 possibilitou a flexibilização dos currículos dos cursos superiores, enquanto os sujeitava à aprovação pelos Conselhos Universitários ou, nas escolas isoladas, pelo Conselho Federal de Educação. Abriu-se, então, o caminho para importantíssimas modificações na formação dos médicos.

A exemplo do que ocorria nos países europeus até a metade da década de 1940, as nossas Faculdades de Medicina ofereciam, predominantemente, em hospitais filantrópicos, o aprendizado prático oficial das clínicas. No Brasil, as Faculdade se articularam, sobretudo, com os Hospitais das Santas Casas de Misericórdia, destinados ao atendimento dos pacientes então rotulados de “indigentes”. Em décadas passadas, essa parceria havia dado lugar a divergências nascidas da dualidade de propósitos das duas instituições – a Faculdade e a Santa Casa. Originou-se, por isso, a aspiração, vigorosamente defendida por muitos dos professores de várias Faculdades, no tocante à gestão, pela própria instituição formadora dos médicos, dos serviços hospitalares que serviam ao ensino.

Em 1947 e 1949, respectivamente, inauguraram-se os primeiros Hospitais das Clínicas das Faculdades brasileiras, o de São Paulo e o da Bahia, tendo sido este último o primeiro a funcionar na rede federal de ensino. Ambos os hospitais haviam sido planejados segundo os mais modernos princípios da administração hospitalar e esplendidamente equipados com material médico que trazia consigo os aperfeiçoamentos consequentes à Segunda Guerra Mundial. Foram, ademais, dotados de enfermagem radicalmente superior à que servia aos nosocômios mais antigos. No caso da Bahia, pode-se dizer que o início do funcionamento do Hospital Universitário Professor Edgard Santos induziu completa transformação na qualidade dos serviços hospitalares do Nordeste e do

Norte do Brasil e modificou, profundamente, o ensino prático das clínicas. Foi este o acontecimento mais importante da história dos serviços de saúde na Bahia, em todo o século XX.

Nos primeiros anos da década de 1930, haviam entrado em funcionamento as primeiras Universidades brasileiras. Consistiu o modelo então adotado, na instalação de novas entidades – as Universidades – com objetivos culturais mais amplos que os das unidades que as originaram. Várias das Faculdades de Medicina passaram a integrar Universidades. Esse novo modelo institucional ensejou, logo a seguir, considerável aumento dos recursos financeiros e notório aperfeiçoamento das práticas administrativas nos estabelecimentos federais de ensino superior. Houve significativo progresso na formação profissional, finalidade essencial da existência desses estabelecimentos. As antigas Faculdades, ao se reunirem para integrar cada Universidade, mantiveram intactas, na sua estrutura, todas as disciplinas tendentes à obtenção do diploma, incluindo, cada qual, as cátedras responsáveis pelos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências Humanas, Letras), juntamente com as que se ocupavam das áreas profissionalizantes. Era a influência francesa, por meio do modelo dito “napoleônico”.

A criação das primeiras Universidades, portanto, consistiu no importante passo da aglutinação de Faculdades do ponto de vista administrativo, sem, contudo, atingir a correspondente integração acadêmica. Conservou-se, em cada Universidade, notória fragmentação dos recursos humanos, financeiros e materiais encarregadas das áreas pré-profissionais, o que se revelou altamente prejudicial ao desenvolvimento da pesquisa técnico-científica. Ao tomar como exemplo a Matemática, verificava-se, em cada Universidade, que existiam cátedras desse ramo do saber na Escola Politécnica, na de Arquitetura, na de Economia, na de Filosofia, além de outras. Por volta de 1960, entretanto, foi se tornando evidente, na sociedade brasileira, que as Universidades deveriam ser mais intensamente comprometidas na formação de pesquisadores e na ampliação das atividades de pesquisa e de pós-graduação. Percebeu-se a necessidade

de uma reestruturação dessas instituições, com o objetivo de reagrupar os recursos destinados aos setores básicos do conhecimento, dentro do princípio da não duplicação de meios para fins idênticos. Foram então criadas, em cada Universidade, unidades destinadas aos diferentes ramos das ciências básicas, nas quais se somavam dispositivos de ensino e pesquisa que, antes, estavam dispersos por várias Faculdades, e serviam, apenas, como introdução ao ensino das disciplinas profissionalizantes. A nova ênfase atribuída aos setores básicos do conhecimento, por sua vez, ensejou a admissão, em grande escala, de pessoal docente em regime de dedicação exclusiva, fator essencial à expansão das atividades de pesquisa. E houve, por via de consequência, ampliação dos cursos de pós-graduação, destinados a formar novas gerações de professores, de pesquisadores e de profissionais com mais sólida base acadêmica. O grande progresso na função “pesquisa” e na formação de pesquisadores tornou-se a verdadeira marca da evolução das Universidades brasileiras nas décadas mais recentes.

No modelo universitário iniciado na década de 1930, havia continuado a existir fragmentação idêntica à já citada, quanto às disciplinas pré-profissionais da área da saúde (Anatomia, Fisiologia, Histologia, Bioquímica, Biofísica, Microbiologia, Parasitologia, Farmacologia). Os recursos humanos e materiais pertinentes a essas disciplinas, então divididos e dispersos, em cada Universidade, entre as Escolas de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e outras, foram, na nova estrutura, reunidos e reforçados, graças à criação de unidades que tiveram designações diversas. Na Universidade Federal da Bahia, recebeu essa unidade a designação de “Instituto de Ciências da Saúde”. Cumpre esse Instituto pesada carga didática, com as disciplinas pré-profissionais dos vários cursos da área da Saúde. Além disso, tem realizado pesquisas e contribuído para vários cursos de pós-graduação.

A começar da segunda metade do século XX, modificou-se radicalmente o teor das discussões sobre a educação médica no Brasil, comparado com o que se havia registrado no passado. A Associação Médica Brasileira

despertou para o assunto e realizou um congresso acerca desse tema, em 1956. De 21 a 25 de fevereiro de 1961, reuniu-se no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, a 1ª Conferência sobre o Ensino da Clínica Médica no Brasil, sob o patrocínio da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Kellogg. Retratou-se, então, minuciosamente, a realidade do ensino prático, em âmbito nacional. A Conferência propôs a redefinição dos objetivos do ensino da Clínica Médica e ofereceu recomendações para o atendimento aos novos objetivos, a exemplo da adoção do regime tutorial nos estágios dos estudantes, em rodízios nas várias enfermarias e ambulatórios das clínicas gerais e especializadas. Fixaram-se as bases para os sistemas do internato, ao final do curso de graduação, e da residência médica como início da especialização, sempre sob a orientação do pessoal docente das Faculdades. Seguiram-se a esta, várias outras conferências, referentes ao ensino das clínicas gerais e especializadas, em diferentes regiões do país.

Como fatos mais relevantes da evolução do ensino médico no Brasil, nas décadas mais recentes, cumpre citar, além da implantação e da subsequente expansão da Residência Médica, a criação dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), aliada à intensificação da pesquisa biomédica. Em pouco tempo, graças à radical melhora na qualidade dos serviços hospitalares devido à presença dos residentes, os programas de residência foram se difundindo por todo o país, tanto em unidades de ensino como em hospitais sem compromisso com atividades acadêmicas. O número atual de residentes cresceu de modo a atingir, atualmente, mais de vinte mil.

Durante o Reitorado do Professor Edgard Santos (1945 a 1961), a UFBA criou mais dois cursos de fundamental importância para a formação das equipes de saúde em nosso meio – o de Enfermagem e o de Nutrição.

O primeiro deles, o de Enfermagem, foi iniciado em 1946. A afirmação profissional da Enfermagem dita “de alto padrão” se revestiu de lutas e dificuldades, na Bahia e no Brasil, e não foi um fenômeno isolado. De um lado, vinha ocorrendo notável evolução da posição da mulher

em países do mundo ocidental. De outra parte, verificou-se espetacular aperfeiçoamento na prevenção e na recuperação da saúde em todo o mundo, ao longo dos séculos XIX e XX.

Graças aos esforços das primeiras docentes da Escola de Enfermagem da UFBA junto à população baiana ocorreu completa transformação no conceito em que é tida a profissão. Muitos, talvez, nem mais se lembrem disso. Em pouco tempo, passou a nossa Escola a atrair candidatas intelectualmente aptas e que eram, igualmente, vocacionadas para enfrentar as duras exigências dessa atividade.

No âmbito universitário, acompanhou a Escola a vanguarda da evolução do ensino superior brasileiro, ao acrescentar ao seu bem avaliado curso de graduação importantes programas de pós-graduação e de pesquisa. No tocante às práticas do exercício profissional, ocorreram, igualmente, substanciais transformações desde os anos do pioneirismo. A ênfase na atenção primária à saúde, fortemente promovida pela Organização Mundial da Saúde nas últimas décadas do século XX, refletiu-se, no Brasil, no dispositivo da Constituição de 1988, que reconheceu “a Saúde como direito de todos e dever do Estado”, com a subsequente implantação do “Serviço Único de Saúde” e do programa nacional da “Saúde da Família”. A Enfermagem, reconhecidamente, é parte essencial dessa concepção, que envolve a integralidade das ações de saúde e pressupõe o convívio de diferentes categorias de profissionais volvidos para a atenção primária, enquanto conserva, cada qual, a sua própria identidade, sem vínculos de submissão nem de superioridade hierárquica. Desde os primeiros tempos de existência, a nossa Escola deu a devida ênfase aos trabalhos de promoção e de prevenção da saúde.

Com relação às práticas hospitalares, as tecnologias baseadas nas pesquisas científicas das décadas mais recentes, têm tido, igualmente, profundos reflexos nas atividades de Enfermagem. Desde a metade do século passado, o conceito de “cuidado progressivo” nos hospitais de referência, incluindo os espaços reservados para os cuidados intensivos, tem, na enfermagem, o seu maior ponto de apoio. A evolução dos arquivos

médicos, em função do aperfeiçoamento e da disseminação do uso da computação, também se refletiu nas práticas da Enfermagem.

A maior complexidade e a indispensável especialização dos serviços de saúde levaram à criação dos programas de pós-graduação em Enfermagem, tanto os que conduzem aos diplomas de “mestre” e de “doutor” como os que fazem parte da educação continuada. Assim, já em 1973, esta Escola organizou a primeira especialização sob a forma de residência, atividade que continua até hoje. Em 1978, implantou o primeiro mestrado em Enfermagem. Em 1980, foi a vez da especialização em Enfermagem comunitária. A esses cursos pioneiros, foram se acrescentando outros, em diferentes especialidades e mediante o desdobramento dos que já estavam em funcionamento. A Escola conta, atualmente, com cerca de 200 vagas anuais distribuídas em sete cursos de especialização. E participa de intenso intercâmbio internacional, envolvendo países europeus (Espanha, Portugal, França, Inglaterra), países da América Latina e o Japão. Em setembro de 2005, foi aprovado o curso de Doutorado, com dez alunos matriculados. Existem, na Escola, nada menos que sete grupos ou núcleos de pesquisa, devidamente estruturados e em plena atividade.

Vi nascer o curso de Nutrição, em 1956, sob o forte estímulo do Professor Adriano Pondé, titular da 1.^a Cadeira de Clínica Médica, e com o patrocínio do Reitor Edgard Santos. Especializado em Cardiologia, o professor Pondé lamentava a dificuldade em instruir seus pacientes quanto a dietas essenciais ao exercício da sua especialidade e, com extraordinária dedicação, conseguiu implantar o curso depois transformado na Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. No ano corrente, a Universidade festejou o quinquagésimo aniversário do seu curso de Nutrição.

O ensino e a pesquisa nos campos da Medicina Preventiva e da Saúde Pública têm sido objeto de modelos diversos e de sucessivas reformulações em Universidades do Brasil e de diferentes países do mundo ocidental. Na UFBA, esse campo do saber e do fazer sofreu longo e complexo processo de maturação, sob a liderança do atual Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, do qual resultou, em 1994, a criação do Instituto de

Saúde Coletiva (ISC), a mais nova e uma das mais dinâmicas unidades da nossa instituição. O projeto ético-político do ISC preconiza a organização de cursos que conduzam à formação de novos profissionais comprometidos com políticas da área da saúde e que adquiram habilidades e competências para procederem à análise crítica de cenários políticos e a formulação de políticas de saúde que assegurem o desenvolvimento de práticas integrais de saúde.

Na materialização desses propósitos, o ISC tem tido grande sucesso, e conta, atualmente, com 52 docentes e pesquisadores atraídos pelas propostas de temas de pesquisa e de ensino que assegurem a inserção e a cooperação de profissionais de alto nível em diferentes campos do saber.

A qualidade de vida de grande parte da nossa população continua precária, em função de deficiências que incidem sobre a educação, o saneamento e a alimentação. São, pois, relativamente frequentes em nosso meio, doenças que costumam incidir sobre populações pobres. De outra parte, a sofisticada infraestrutura de atendimento a esses pacientes, representada, sobretudo, pelo Hospital Universitário Professor Edgard Santos, no período áureo dos seus sessenta anos de existência, ensejou a realização de importantes trabalhos de pesquisa dos quais participaram cientistas da nossa e de outras Universidades, do Brasil e do exterior. A elas se somaram, e merecem especial destaque, as oriundas do Instituto de Saúde Coletiva, que têm contribuído, decisivamente, para o alto nível de prestígio de que desfruta a Universidade Federal da Bahia, especialmente, na área da Saúde.

Nota

¹ Pronunciamento no Seminário sobre o Setor Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado em Salvador, no Auditório da Reitoria da UFBA, no ano de 2006.

Capítulo IV

Comemorações dos 60 anos de criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia¹

Em várias oportunidades, ao longo da minha sempre atenta dedicação à Universidade Federal da Bahia, tenho dito e repetido que esta Escola de Enfermagem é a unidade melhor organizada da nossa instituição. Não surpreende, pois, que, no conhecido “Memorial” da Escola, datado de 1996, haja sido magistralmente narrada a história das primeiras décadas da sua existência. Não teria sentido, nesta hora, insistir em percorrer

os caminhos já trilhados, e repetir informações que estão ao alcance de todos os interessados. Preferi, em vez disso, identificar os efeitos e as consequências para a população da Bahia, do que representou esta Escola, no tocante a uma categoria profissional cuja importância cresce, a cada dia, em todo o mundo ocidental.

Não foi apenas no Brasil e na Bahia, que a valorização da Enfermagem dita “de alto padrão” se revestiu de dificuldades e de lutas. Nem poderia ter sido, a ascensão da Enfermagem nas nossas sociedades, um fenômeno isolado, desligado de outros avanços simultâneos de grande significado. De um lado, ocorreu notável evolução na posição da mulher, nos mesmos ambientes. Exemplo marcante foi a extraordinária carreira de Florence Nightingale na Inglaterra vitoriana, ao tornar-se símbolo da capacidade de luta da mulher perante o seu próprio meio social. De outra parte, cumpre assinalar o espetacular progresso dos serviços de prevenção e de recuperação da saúde em todo o mundo, ao longo dos séculos XIX e XX. De tal ordem tem sido a transformação dos cuidados com a saúde humana nos dois últimos séculos, que os profissionais encarregados dessas práticas, há mais tempo menosprezados e até ridicularizados pelas populações a que serviam, beneficiaram-se do notório reconhecimento pelas gerações mais recentes.

No Brasil e na Bahia, a história tomou rumo idêntico a esse respeito. Graças aos esforços dos primeiros docentes desta Escola, na população baiana ocorreu completa transformação do conceito em que são tidos os profissionais da Enfermagem. Em pouco tempo, pôde a nova unidade universitária atrair candidatos e candidatas intelectualmente aptos ao preparo para as complexas tarefas a seu cargo e vocacionados para enfrentar as exigências de caráter ético, próprios da atividade. Desde as primeiras décadas da sua existência, ofereceu a Escola o curso de graduação, com um corpo docente escolhido sob os mais cuidadosos critérios e um currículo muito bem estruturado. Respondeu a comunidade baiana valorizando e prestigiando, tanto a profissão como a Escola. A qualidade do atendimento à saúde, quer na vertente preventiva como na curativa, atingiu padrões antes desconhecidos.

Desde os anos de pioneirismo da Escola, a população baiana vem percebendo a substancial evolução do exercício das práticas profissionais sob diferentes ângulos. Já no início do seu funcionamento, a Escola deu ênfase à contribuição dos alunos e dos profissionais por ela diplomados, às atividades de *promoção* e de *prevenção* da saúde, ao lado do preparo para a sua insubstituível presença na recuperação dos pacientes enfermos. E por essa forma orientou os currículos sob sua responsabilidade.

Nos anos mais recentes, com a implantação do Programa Nacional da “Saúde da Família”, surgiu a Enfermagem, desde logo, como parcela essencial às tarefas que vêm tendo clara consequência sobre os nossos indicadores sociais, que eram e continuam a ser ainda constrangedores, apesar da sua recente melhora.

Com relação à Enfermagem hospitalar, os procedimentos atuais têm tido, igualmente, profundos reflexos nas atividades da profissão. Desde a metade do século passado, o conceito de “cuidado progressivo” nos hospitais de referência, por exemplo, incluindo a reserva de espaços especializados para o tratamento intensivo, tem, nas enfermeiras, o seu maior ponto de apoio. Número incontável de vidas têm sido salvas graças à dedicação das enfermeiras que se revezam a cada poucas horas e às técnicas para esse fim desenvolvidas. A evolução dos arquivos médicos, em função do aperfeiçoamento e da disseminação do uso da computação, também se vem refletindo nas práticas da profissão. Notórias transformações ocorreram, ainda, em virtude de importantes conquistas da medicina moderna, a exemplo da cirurgia para os transplantes de órgãos. Os extraordinários avanços, quer nos instrumentos usados para o diagnóstico, quer no tratamento das doenças, vêm sendo, rigorosamente, acompanhados pelos docentes desta Escola, cientes das responsabilidades assumidas perante a comunidade a que serve.

No âmbito universitário, manteve-se a Escola na vanguarda da evolução do ensino superior brasileiro, quando acrescentou, ao seu bem avaliado curso de graduação, importantes programas de especialização, de pós-graduação *stricto sensu* e de pesquisa, consequentes à crescente

complexidade dos serviços de saúde. Assim, já em 1973, havia sido organizado o primeiro curso de especialização sob a forma de residência, atividade que continua crescendo nos dias de hoje. Em 1978, deu a Escola mais um passo à frente, com a implantação do curso de mestrado. Em 1980, foi a vez da especialização em Enfermagem comunitária. A esses programas foram se acrescentando outros, referentes a diversas especialidades e mediante o desdobramento dos que já estavam em funcionamento. Mesmo em momentos de crises que abalaram os programas educacionais do nosso país, a Escola continuou a preparar pessoal docente em nível do doutorado, junto a outras Universidades brasileiras e estrangeiras, podendo contar, hoje, com cerca de 200 vagas anuais distribuídas em sete cursos de especialização. E tem participado de intenso intercâmbio internacional, envolvendo países europeus (Espanha, Portugal, França, Inglaterra), países da América Latina e o Japão. Após vários anos de funcionamento do Mestrado com elevada pontuação no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi aprovado o programa do Doutorado, em setembro de 2005. Com dez alunos matriculados, esse curso começou a funcionar em março do corrente ano. A comunidade baiana é a grande beneficiária desse progressivo aperfeiçoamento dos trabalhos da Escola, ao preparar os recursos humanos necessários às formulações mais complexas que vêm sendo implantadas para a melhoria dos cuidados com a saúde e assegurar maior longevidade para a população humana.

Até os anos de 1960, as nossas instituições de ensino superior vinham se concentrando na formação de profissionais ao nível de graduação e, ressalvadas umas poucas exceções, não davam ênfase suficiente à pesquisa. E a sociedade brasileira, até àquela época, aceitou essa conduta, com tranquilidade, da parte da maioria das nossas Universidades. No entanto, a formação de pesquisadores, a realização de investigações técnico-científicas e o preparo de profissionais de mais sólida base acadêmica sempre foram partes essenciais à própria concepção do que devam ser as instituições universitárias. A demanda social por mais pesquisa se

constituiu no fator predominante a desencadear a reestruturação das nossas Universidades, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1960.

Ao analisarmos a história desta instituição, logo identificamos os importantes reflexos da substancial transformação então ocorrida. Em continuação ao que registra o citado “Memorial”, o texto intitulado “Apresentação da Escola de Enfermagem/UFBA”, de autoria da atual Diretora, a Professora Ângela Tamiko Sato Tahara, atualiza até os nossos dias a descrição da complexa estrutura dos grupos de pesquisa que atuam na Escola. Cada qual desses grupos ou núcleos funciona com clara definição da área predominante e das linhas auxiliares de trabalho. Incluem-se, entre eles, o destinado a estudos sobre a saúde da mulher, o voltado para a saúde da criança e do adolescente, o das pesquisas sobre os idosos, outro ocupado com as políticas e a gestão da enfermagem nas atividades da saúde coletiva. Mais um deles se ocupa das relações entre a violência, a saúde e a qualidade da vida, outro se especializa nos trabalhos da enfermagem no centro cirúrgico e na central de material. O importante papel da Enfermagem na tanatologia, incluindo os mecanismos de superação dos efeitos psicológicos da morte sobre a mente humana, é objeto de mais um desses núcleos. Cabe acrescentar o encarregado das pesquisas sobre o exercício da Enfermagem dentro das organizações e serviços de Saúde.

Numa clara demonstração do elevado conceito da Escola entre as unidades da UFBA, cumpre registrar a recente outorga das Medalhas em memória do Professor Edgard Santos, durante as comemorações dos sessenta anos de fundação da Universidade, a três de suas mais ilustres professoras vivas, respectivamente, Maria Hélia de Almeida, Clara Wolfowitch e Terezinha Teixeira Vieira. As normas que regem a distribuição dessas medalhas não incluem os professores falecidos, o que explica a ausência de outros nomes, igualmente merecedores da nossa homenagem. Entre esses, não posso deixar de mencionar, como exemplos, as que vieram de outras Universidades para colaborar com a nossa, logo após a criação da Escola, particularmente oriundas da Universidade de São Paulo, sob

a coordenação da Diretora Edith Frankel. Cumpre citar as Professoras Haydée Dourado, Jandira Alves Coelho e Anaide Correia de Carvalho, primeiras Diretoras e Vice-Diretoras da unidade recém-fundada. Ao seu esplêndido trabalho, deram continuidade e consolidaram o conceito da Escola e da profissão, as primeiras Diretoras formadas por esta mesma instituição, as Professoras Nilza Garcia e Ivete Oliveira.

Cabe menção especial a quem promoveu toda esta vitoriosa iniciativa, o Magnífico Reitor Professor Edgard Santos. Catedrático de Cirurgia da Faculdade de Medicina, conhecia ele, como ninguém, as limitações aos cuidados com a saúde dos baianos devidas à escassez, em nosso meio, de enfermeiras de boa formação intelectual e ética. No exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina e, depois, como fundador e primeiro Reitor da nossa Universidade, Edgard esteve profundamente empenhado em iniciativa correlata, qual fosse a da implantação do Hospital das Clínicas, atualmente denominado Hospital Universitário Professor Edgard Santos. O funcionamento do hospital com que havia ele sonhado, somente faria sentido caso se implantasse, na Bahia, dispositivo de formação de profissionais da Enfermagem que representassem um grande passo à frente do que existira até então. Assim, correram paralelas essas suas duas realizações, que, em conjunto, representaram o mais importante evento na área da Saúde, na Bahia, ao longo de todo o século XX. Justiça, pois, deva ser feita a Edgard Santos, neste momento de intenso júbilo, ao comemarmos os sessenta anos de implantação de mais estas das suas relevantes conquistas para o progresso da Bahia e o bem-estar dos baianos.

Nota

¹ Pronunciamento proferido em Salvador, no dia 9 de dezembro de 2006.

Capítulo V

130 anos de ensino das belas artes na Bahia¹

Conforme é de geral conhecimento, as Universidades brasileiras criadas entre as décadas de 1930 e 1960 resultaram da aglomeração de Escolas superiores existentes, às quais foram sendo acrescentados, subsequentemente, novos cursos e Faculdades. Ao ser criada a Universidade Federal da Bahia, em 1946, a Escola de Belas Artes da Bahia tinha, já, densidade acadêmica suficiente, como escola superior isolada, para ser incorporada à instituição de feição universitário que estava sendo organizada. Essa densidade era o resultado da qualidade do seu corpo docente, dos serviços que havia prestado à Bahia e do mérito expressivo das suas lideranças, exemplificadas pelos professores Manuel Ignácio de Mendonça Filho, Emídio Magalhães Lima, Adelmiro José Brochado, João José

Rescala, Américo Simas Filho, Oscar Caetano da Silva, August Buck, Cid Teixeira, e outros. Enquanto se processava a criação da Universidade, o Governo do estado formalizou a doação à Escola do imóvel em que esta se achava alojada, o que completou os requisitos para a sua incorporação definitiva à recém-criada Universidade Federal da Bahia.

O imóvel em apreço tinha a sua história: havia, antes, servido de residência ao Professor Jonathas Abott, da Faculdade de Medicina, e era de sólida construção, embora carente de extensos reparos. Situava-se no Centro Histórico de Salvador, no antigo Caminho Novo do Gravatá, nome de rua que veio a ser alterado, sucessivamente, para Rua do Tijolo e Rua 28 de Setembro. As raízes do ensino ali oferecido remontavam aos cursos de desenho e pintura implantados em 1876 no Imperial Liceu de Artes e Ofícios pelo pintor espanhol *Miguel Navarro y Cañizares*. Esses cursos foram transferidos, cerca de um ano depois daquela data, para a então chamada “Academia de Belas Artes da Bahia”, a qual, mais tarde, foi designada “Escola de Belas Artes da Bahia”. Uma vez incorporada à Universidade, e graças às gestões do primeiro reitor, o Professor Edgard Santos, a Escola foi “federalizada” poucos anos depois. Essa providência assegurou a sua inclusão no orçamento da República e a incorporação do pessoal docente e administrativo aos quadros do funcionalismo público federal.

A história de vida do anterior proprietário da mansão onde se instalara a Escola, o Professor Jonathas Abbott, é das mais fascinantes entre as dos cidadãos que viveram e labutaram nesta cidade do Salvador. Nascido em Londres, em 1796, veio Jonathas Abbott para a nossa cidade aos 16 anos de idade, acompanhando o Professor José Álvares do Amaral, da Faculdade de Medicina da Bahia, na condição de “grumete” (ou *groom*, em inglês), ainda sem nada conhecer da língua portuguesa. E aqui residiu até vir a falecer, em 1868, excetuando-se os dois breves intervalos em que realizou viagens de estudos na Europa, nos anos de 1830/32 e 1852/53. Formado em Medicina pela nossa Faculdade, o Dr. Abbott exerceu a profissão e se preparou para, com o tempo, tornar-se um

dos seus mais renomados professores. Nela organizou importante Museu de Anatomia que foi prodigamente elogiado pelo Imperador D. Pedro II, em visita à Faculdade. Esse museu recebeu, posteriormente, o nome do seu organizador. Jonathas Abbott se mostrou, também, interessado por outros campos da atividade humana. Assim, por volta da década de 1830, iniciou uma coleção particular de obras de artes plásticas que sobrevive até hoje, após haver crescido a ponto de merecer a designação de “Galeria Jonathas Abbott”. Atualmente, parte dessa coleção está abrigada no Museu de Artes da Bahia. Em data recente, foi publicado o diário por ele mantido durante a primeira das suas viagens de volta à Europa, acompanhado do importante estudo sobre a sua biografia, de autoria do Embaixador Fernando Abbott Galvão, seu descendente.

Quando eu assumi a Reitoria da Universidade Federal da Bahia, há mais de quarenta anos, a 3 de julho de 1967, a Escola de Belas Artes ainda funcionava no prédio da Rua 28 de Setembro. Essa localização se havia tornado imprópria para um estabelecimento educacional integrante da nossa Universidade. Em parte, por estar muito distante das demais unidades da mesma instituição. E, de outro lado, porque se observavam sinais de degradação urbana nas vias de acesso à Escola e na sua vizinhança, devidos à natural evolução da nossa quadricentenária Cidade. A esse tempo, quase todas as demais unidades da Universidade se haviam instalado nos bairros do Canela e da Federação, em prédios adequados. E não vinha sendo fácil alienar ou permutar, em condições vantajosas, a sede das Belas Artes. A Prefeitura de Salvador, no entanto, cujas instalações estão no Centro Histórico desta capital, mostrou disposição de adquiri-lo, a fim de abrigar uma das suas repartições. Após consultas às lideranças da Escola e ao Conselho Curador da Universidade, desencadeamos as negociações, bastante complexas, para a alienação. Contrariamente ao que alguns imaginam, a mudança da sede da Escola não foi, pois, em nada, motivada pela reestruturação da Universidade ocorrida na década de 1960 e, sim, aos inconvenientes surgidos quanto à sua localização.

As alterações na estrutura das Universidades públicas brasileiras efetivadas na década de 1960 resultaram de estudos realizados por competentes educadores integrantes do Conselho Federal de Educação e tiveram como objetivo a expansão das atividades de pesquisa e da formação de pesquisadores, providências que se tornavam urgentes devido aos rumos resultantes do desenvolvimento econômico e social do país. Os princípios fundamentais dessa reestruturação foram: a não duplicação de meios para fins idênticos e a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. A prática aplicação desses princípios implicava a implantação de unidades, dentro da mesma Universidade, que abrigassem as disciplinas dedicadas aos setores básicos do conhecimento, a exemplo da Matemática, da Física, da Química, da Biologia, das Ciências Sociais e das Letras. Na estrutura anterior, cátedras encarregadas dessas disciplinas integravam diferentes Faculdades incorporadas quando da criação da Universidade. Essas mesmas cátedras, provindas das antigas Faculdades, passaram a integrar Institutos destinados ao ensino e à pesquisa nos ramos fundamentais do saber humano. Pela própria natureza das atividades da nossa Escola de Belas Artes, foi essa, relativamente, pouco atingida pela reestruturação da Universidade, ocorrida em 1966. A flexibilização dos currículos então ocorrida, aliada à implantação do regime de matrículas por disciplina (em substituição aos cursos seriados), tornaram possível, dali por diante, aos alunos que cursam qualquer das Faculdades, frequentar aulas opcionais do currículo das Belas Artes, visando a ampliação do seu horizonte cultural. Essa flexibilização, entretanto, até agora, não foi suficientemente aproveitada na nossa Universidade.

Na mesma época, a Escola de Geologia da Universidade funcionava, provisoriamente, no bairro do Canela, nesta Capital, em imóvel que a Reitoria havia adquirido dos frades Capuchinhos do Convento da Piedade. Como parte da nova estrutura universitária, a Escola de Geologia estava sendo incorporada ao recém-criado Instituto de Geociências, para o qual se estava construindo um novo prédio, no bairro da Federação. Dentro de pouco tempo ficaria disponível o imóvel do bairro do Canela,

no qual já se encontravam outras unidades universitárias dedicadas às artes. Existia, porém, um fator que complicava essa operação: as obras do novo Instituto de Geociências somente ficariam prontas dentro de uns poucos meses que abrangiam, em sua maior parte, o período das férias escolares. Mas, à Prefeitura, candidata à aquisição do prédio da Rua 28 de Setembro, somente interessaria a transação, caso lhe fosse imediatamente entregue o imóvel onde funcionava a Escola. Seria necessário encontrar um espaço, nos imóveis da Universidade, onde se instalasse, por um curto espaço de tempo, o acervo da Escola de Belas Artes. Ao avaliarmos possíveis soluções para o problema, identificamos um espaço disponível no Museu de Arte Sacra, que atendia satisfatoriamente a esse propósito. Levamos o assunto ao Diretor do Museu, que concordou com a solução e, até, ajudou a planejá-la. Quando começamos a transferência do acervo da Escola de Belas Artes para a área não utilizada no antigo Convento, surgiu, num dos jornais locais, noticiário inspirado pelo mesmo Diretor do Museu que havia ajudado a planejá-la, referindo-se a possíveis inconveniências da presença de estudantes naquele espaço, ainda que por pouco tempo. A questão foi contornada, com a devida rapidez, graças às explicações encaminhadas pela reitoria à imprensa e aos muitos comentários difundidos pelos professores da Universidade que conheciam a realidade dos fatos. O programa foi cumprido, então, integralmente. Isto é: o acervo da Escola foi acolhido no antigo Convento, durante uns poucos meses, sem qualquer prejuízo para o Museu nem para a Escola. E esta foi, logo após, transferida para o Canela, em condições muito mais adequadas que as existentes na antiga localização.

Pouco depois da instalação na atual sede, no bairro do Canela, ainda durante o meu mandato de Reitor, surgiu mais uma justa reivindicação dos professores e dos alunos da Escola de Belas Artes, liderados pelos diretores Evandro Schneider e Mercedes Kruschewsky. Vinha sendo difícil e oneroso, na época, encontrar espaços para exposições abertas ao público, de trabalhos de estudantes, de jovens professores ainda pouco conhecidos no mundo das Artes, e dos mestres consagrados que

decidissem expor algumas das suas obras. Esses professores e alunos solicitavam da Reitoria a aquisição de outro imóvel, vizinho ao que passara a abrigar a Escola. Viabilizada essa aquisição pela Reitoria, foi instalada a Galeria à qual, por justificadas razões, se atribuiu o nome de “Galeria Cañizares”. O uso do novo espaço à disposição da Escola foi, então, muito festejado.

Tive, ainda, a satisfação de prestigiar esta Escola em duas outras oportunidades. Alguns anos depois de exercer a Reitoria, assumi o Governo da Bahia. Surgiu, então, a possibilidade de encomendar obras de artes plásticas que marcassem realizações do meu Governo, a exemplo da Avenida Edgard Santos, do Museu de Ciência e Tecnologia, do Parque de Exposições de Animais e do Parque Metropolitano de Pituacú. As esculturas que tanto embelezam essas realizações foram encomendadas e executadas por professores desta Escola, especialmente, pelos Professores Ismael de Barros e Juarez Paraíso.

Decorridos mais alguns anos, em janeiro de 1994, a Bahia comemorou o primeiro centenário do nascimento de Edgard Santos, fundador da Universidade e seu primeiro Reitor, reeleito para mais quatro mandatos, entre 1946 e 1961. Entre os eventos comemorativos do centenário, figurou uma exposição fotográfica sobre a vida e as realizações de Edgard, instalada, inicialmente, no antigo Convento de Santa Tereza. A organização dessa belíssima exposição foi, também, entregue ao talento de dois Professores desta Escola, Juarez Paraíso e Márcia Magno. Devido ao sucesso por ela alcançado, foram providenciadas outras localizações para o material da exposição, em imóveis que são parte da Universidade e em outros, fora dela. Presentemente, parte do acervo dessa exposição, de profundo significado histórico, continua preservada e tem sido intensamente procurada, por estudantes e por visitantes, na Biblioteca Central da Universidade.

São estes, pois, motivos que explicam e justificam, amplamente, a grande satisfação com que volto ao convívio da nossa Escola de Belas Artes, no presente momento que assinala o maior júbilo para todos nós,

devido às comemorações dos 130 anos transcorridos desde a implantação dos cursos que lhe deram origem. Desejo manifestar, aos organizadores desses eventos, o meu profundo agradecimento pelo convite que me dirigiram a fim de participar de tão significativa data da história da nossa Universidade.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 3 de março de 2008.

HOMENAGENS A BAIANOS ILUSTRES

Capítulo I

Centenário do nascimento de Luiz Viana Filho¹

Pedi-me o Magnífico Reitor Naomar de Almeida Filho, ausente de Salvador devido a compromissos internacionais, que o representasse na presidência desta sessão solene destinada à exaltação da personalidade do Governador Luiz Viana Filho, enquanto comemoramos o centenário do seu nascimento.

Ao identificar entre os políticos nascidos no século XX, quem sintetizou em grau mais elevado o que há de melhor nas tradições da Bahia, eu não hesito em apontar o nome de Luiz Viana Filho. Os seus trabalhos como historiador e, particularmente, como biógrafo, permitem que nele se reconheça o intelectual do mais refinado quilate. A escolha das personalidades por ele biografadas, incluindo Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Anísio Teixeira, Machado de Assis, José de

Alencar, Eça de Queiroz, assim como os temas de outras das suas obras, a exemplo do pioneiro estudo sobre o negro da Bahia, dos fascinantes esclarecimentos sobre a implantação da indústria petroquímica e da industrialização na Bahia, do fiel registro do Governo Castelo Branco, das reflexões sobre “A verdade na biografia”, das pesquisas em que se baseia o livro “A Sabinada”, bem revelam a sua familiaridade com os grandes temas da Literatura e da História Pátria. Professor desta Universidade, exerceu o magistério nas Faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras. Entre muitas outras instituições, a Academia Brasileira de Letras premiou o seu mérito, admitindo-o como um dos destacados integrantes dos quadros dessa respeitável instituição.

No período de quatro anos, entre 1967 e 1971, correspondentes ao seu mandato de Governador da Bahia, Luiz Viana Filho, o político empreendedor, realizou obras fundamentais em benefício da população do nosso estado. Logo apontaremos algumas, dentre muitas. Todavia, a sua atividade política, determinada por irreprimível vocação, se estendeu por toda a vida. Como Deputado Federal, Senador, Ministro de Estado, não cessou Luiz Viana Filho de servir à Bahia, ora por meio de pronunciamentos parlamentares cheios de ideias fecundas e redigidos com bem cuidada linguagem literária, ora em debates que tiveram como principal inspiração a defesa do Nordeste e da Bahia, ora graças ao prestígio de que usufruiu, ao longo de muitas décadas, nos bastidores da política nacional. A sua atuação junto aos mais elevados escalões da República se baseou num eleitorado que lhe foi fiel durante muitas décadas e contou com a reciprocidade gerada pelo respeito aos seus eleitores, muitos deles companheiros fieis nos momentos de glória e, igualmente, nas horas difíceis que jamais deixaram de compor a existência dos grandes homens públicos.

As realizações em virtude da sua atuação no Governo da Bahia, por sua vez, também o imortalizaram na memória dos conterrâneos. Dessas suas iniciativas, a mais importante pelo significado que veio a ter na modernização da vida social baiana, somente alcançou representação material depois da construção da infraestrutura do Polo Petroquímico de

Camaçari. Sugerida, anos antes, por outro baiano ilustre, o economista Rômulo Almeida, a indústria petroquímica a ser implantada entre nós sofreu resistências, aparentemente, intransponíveis, da parte de competidores de outras regiões do país. E foi viabilizada graças à batalha encetada por Luiz Viana Filho junto aos altos poderes da República, até resultar na decisão do Governo Federal, tomada durante o seu mandato governamental.

Das suas muitas obras, talvez a mais visível para os naturais de Salvador, haja sido a avenida Luiz Viana Filho, que demarcou o rumo geográfico do desenvolvimento da nossa Capital. À medida que passa o tempo, melhor se verifica o acerto da decisão do governante, ao projetar e construir a infraestrutura do que veio a ser o maior fator de ordenamento da ocupação do solo por uma população urbana que aumenta a cada instante. A ideia da criação do sistema *ferryboat* entre Salvador e a Ilha de Itaparica encurtou as distâncias das frequentíssimas viagens, tanto para o sul, como para o norte do estado e do país. O asfalto que chegou até Ibotirama, à margem do Rio São Francisco, valorizou toda a Chapada Diamantina e significou a ligação do litoral com o oeste baiano, cujo potencial de riqueza era, até então, minimamente explorado. A monumental Biblioteca Central de Salvador foi construída para servir de núcleo a toda uma rede destinada a espargir cultura, com proveito da nossa gente das mais variadas camadas sociais. Criou museus históricos, entre eles o do Recôncavo Wanderley Pinho e o das alfaias de Cachoeira.

Mobilizou a atenção dos órgãos especializados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o significado do bairro do Pelourinho, em Salvador, atraindo a visita de peritos internacionais que aqui vieram e atestaram a necessidade da preservação, tecnicamente elaborada, das construções que ali existem. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped), esquecido e mal tratado mais tarde, destinou-se à criação, à transferência e à adaptação às condições locais, de tecnologias avançadas. Desempenhou este Centro papel fundamental na implantação do parque industrial da Região

Metropolitana de Salvador. A Superintendência dos Parques Industriais do Interior do Estado representou contribuição decisiva na evolução de uma tradicional economia agroexportadora para a modernização dos nossos meios de produção. A Universidade Estadual de Feira de Santana, por ele criada, revelou-se importante marco na interiorização do ensino superior no estado.

Cuidou do magno problema da habitação popular, tanto em grandes cidades do interior, como em Salvador, onde implantou o bairro designado “Castelo Branco” e despertou o poder público para a necessidade de melhor atender à urbanização dos Alagados. A ampliação do Estádio Otávio Mangabeira foi mais uma obra portentosa que teve precária manutenção. Conhecedor profundo de como e de que viviam os baianos, empreendeu melhoramentos na agropecuária, a exemplo do combate intensivo à febre aftosa, ainda hoje motivo de preocupação para os agentes econômicos da nossa terra. A implantação da Usina Siderúrgica da Bahia resultou, igualmente, da sua persistente luta em favor do Estado, mesmo contra interesses poderosos que se opunham ao projeto. Sobre a interminável lista das suas realizações, por temperamento e por formação, nem sempre deu ele a divulgação mais ampla que teria sido inteiramente justificada.

Aprendi muito, no convívio com Luiz Viana Filho. Sou-lhe grato pelo que, por seu intermédio, fiquei sabendo sobre a Bahia, sobre o Brasil, sobre o comportamento dos seres humanos, a prática da política partidária, a apreciação dos livros e das artes, sobre tudo o que fez dele um homem civilizado e atuante do final do século XX. De Edgard Santos e de Luiz Viana Filho recebi as melhores lições de vida, das que nem os livros ensinam.

Contou Luiz Viana Filho, ao longo de toda a vida pública, com o estímulo e o apoio da sua esposa, Senhora Julieta Pontes Viana, a Dona Juju, mãe extremada dos seus filhos e filhas, e avó querida dos muitos netos e netas.

Comemoramos hoje, dia 28 de março de 2008, o centenário do seu nascimento. Faço votos para que a exaltação da sua figura de homem

público, assentada em sólido e desprezioso preparo intelectual, sirva de farol e de guia, não apenas para os familiares aos quais foi tão devotado, como para todos os baianos, da atual e de futuras gerações, sempre orgulhosos ao melhor conhecerem, sem omissões nem restrições descabidas, as virtudes e as realizações que fizeram de Luiz Viana Filho um cidadão exemplar.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 28 de março de 2008.

Capítulo II

Centenário do nascimento de Orlando Gomes dos Santos¹

Pelo vigor da sua inteligência, pela cultura polimorfa, pela excepcional contribuição às letras jurídicas nacionais, Orlando Gomes dos Santos se destacou no exercício de múltiplas atividades e despertou a irrestrita admiração de inúmeros intelectuais do nosso país e de nações amigas. Na oportunidade das comemorações pelo centenário do seu nascimento, não surpreende, pois, que muitos pronunciamentos estejam sendo divulgados em sua homenagem. Na presente alocução, quero ressaltar a sua incontestada visão de futuro, quando se antecipou ao que viria resultar da criação da rede de programas de pós-graduação *stricto sensu*, que se tornou a marca mais importante da evolução do ensino universitário no

nosso país, durante as três a quatro décadas mais recentes. Está sendo este o caminho pelo qual se está autorrenovando a Universidade brasileira, sobretudo nos ambientes de maior dinamismo econômico, graças à formação, organicamente concebida e implantada, de sucessivas gerações de pesquisadores, de professores e de profissionais com maior densidade cultural.

Assim como foi brilhante nas salas de aulas, também o foi Orlando como Diretor da Faculdade de Direito. A propósito da excelência das lições dirigidas aos seus alunos, assim se pronunciou o ilustre professor Antonio Varela,² da Universidade de Coimbra:

Mais do que as soluções concretas do direito constituído, interessam ao labor do mestre [Orlando] as dúvidas que a matéria lança no espírito do estudioso, as ideias que brotam no tema, o método mais adequado de equacionar e solucionar os problemas. Este gosto de ensinar agitando ideias no espírito dos ouvintes, concitando o debate em torno delas, é hoje conhecido em todo o Brasil e, por isso, a sua cátedra se estende, ao longo de cada ano letivo, a todas as escolas de direito no país.

Era, pois, autêntica e modernizadora a sua vocação para o magistério. Todavia, a técnica de ensino, consagrada da liderança de Orlando, requer profundidade no conhecimento da matéria, experiência no trato das questões do labor profissional e desembaraço na linguagem que serve de meio de comunicação.

Como Diretor da Faculdade de Direito, Orlando promoveu a renovação do quadro de professores, providenciando a realização de numerosos concursos para o preenchimento de cátedras e para a docência livre; foi o principal impulsionador da construção do prédio que abriga a Faculdade no *campus* universitário do Canela, em substituição às instalações mais modestas, a duras penas implantadas por Bernardino José de Souza no começo da Avenida Joana Angélica; o espaço muito mais amplo do novo prédio permitiu a instalação de serviços que não existiam no antigo, a exemplo dos serviços da Assessoria Jurídica gratuita, com a participação de estudantes de Direito que, por essa forma, encontram campo para

a iniciação na experiência prática relevante para o futuro exercício da profissão; mais ainda, foi Orlando o dinamizador dos programas de pós-graduação, na Faculdade de Direito; já em 1953, muito antes, portanto, da definição e da regulamentação desses cursos baseadas no erudito Parecer n.º 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação, Orlando liderou a criação do programa do doutorado em Direito, segundo modelo que nos vinha da influência francesa então preponderante.

Mais tarde, graças ao citado parecer relatado pelo eminente Conselheiro Newton Sucupira, a pós-graduação no Brasil ganhou novas perspectivas. Além da missão de formar profissionais com nível superior de estudos, o Conselho Federal de Educação apontava os caminhos para que as nossas Universidades melhor cumprissem uma das missões essenciais ao próprio conceito dessas instituições. Destinadas não apenas à transmissão do saber já constituído, devem ser elas voltadas “[...] para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade da pesquisa criadora”,³ conforme se lê no mesmo parecer. Desse modo, o doutorado “[...] tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade da pesquisa e poder criador nos diferentes ramos do saber”.⁴

A obtenção do título de doutor, além da apresentação de tese envolvendo contribuição pessoal do autor, passou a ser precedido da aprovação em disciplinas de um currículo no qual se exige o mínimo de experiência docente do candidato, ao lado das matérias próprias da especialidade. No citado parecer, foram regulamentados, sob a designação genérica de “pós-graduação *stricto sensu*”, os cursos de doutorado e de mestrado, ambos conduzindo à obtenção de grau acadêmico. Destes últimos foi exemplo o oferecido pela Faculdade de Direito da nossa Universidade, sob a coordenação de Orlando Gomes. Asseguraram esses programas a formação de futuros professores e de lideranças no exercício das diversas carreiras profissionais, além de terem sido de inestimável valia por ensinarem a formação sistemática de pesquisadores e a intensificação das pesquisas nas Universidades brasileiras. A mais inovadora e mais importante

consequência desses programas, consistiu, pois, na criação de oportunidades para a formação de pesquisadores, organicamente implantadas em ambientes universitários que respondem, de forma crescente, às prementes necessidades da atual sociedade brasileira.

Se atentarmos para a evolução do ensino superior em nosso meio, observaremos que nenhum programa ganhou qualidade e se expandiu com maior vigor, que o da pós-graduação *stricto sensu*. Sobretudo nos ambientes de maior dinamismo econômico, esses programas modificaram favoravelmente as relações entre as nossas instituições universitárias e as populações a que servem. Neste sentido, vale destacar a antevisão de Orlando ao dedicar-se, precocemente, à organização de programas dessa natureza. A formação de pesquisadores e a realização de pesquisas técnico-científicas, nas décadas mais recentes, em ritmo nunca dantes observado, vêm sendo o aspecto a merecer o maior destaque na história do ensino superior no Brasil. Em passado remoto, os(as) vocacionados(as) para a pesquisa em vários campos do conhecimento humano tiveram de buscar no exterior o aprendizado da metodologia que lhes permitisse bem cumprir as suas pretensões.

As nossas instituições de ensino superior, desde a sua origem, haviam criado firme tradição na formação de profissionais que entraram para o serviço das respectivas comunidades. Havia urgência no cumprimento dessa missão, uma vez que as primeiras instituições de ensino superior, tardiamente criadas no Brasil, serviram para atenuar a escassez de recursos humanos vindos da Europa a fim de atender a população que crescia em ritmo acelerado. E, assim, tardaram muito em compenetrar-se da importância de cumprir o outro compromisso que tinham para com a sociedade, qual fosse o de formar pesquisadores e realizar pesquisas. Entre as nações de maior desenvolvimento cultural, o prestígio das Universidades se mede, prioritariamente, pela produção dos seus pesquisadores. Orlando Gomes, enxergando sempre para a frente e a grande distância, soube divisar o papel que iriam desempenhar as nossas Universidades, ao dedicar maior empenho na formação de líderes capazes de gerar ideias

originais e implantar processos inovadores destinados a contribuir para o bem-estar da população.

Edgard Santos havia liderado a aglomeração das escolas superiores existentes em Salvador, processo do qual resultou a implantação da Universidade Federal da Bahia, em 1946. Eleito seu primeiro Reitor, para um mandato inicial de três anos, foi reeleito para mais quatro mandatos, conforme permitia a legislação da época, entre os anos de 1946 e 1961. Orlando foi escolhido Vice-Reitor pelo Conselho Universitário, desde quando assumiu a Diretoria da Faculdade de Direito, em 1952, coincidindo com o início do terceiro dos cinco mandatos do meu Pai, e permaneceu na diretoria da Faculdade e na Vice-Reitoria da Universidade até a substituição do Reitor, em 1961. Antes disso, Orlando havia ocupado a Vice-Diretoria da Faculdade de Direito entre 1946 e 1952. Durante o breve intervalo em que Edgard exerceu o Ministério da Educação, em 1954, Orlando o substituiu no exercício do Reitorado. E voltou, mais tarde, à Diretoria da mesma Faculdade, entre 1966 e 1970. Correspondendo a quase todo esse período mais recente, era eu o Reitor da Universidade. Foi quando pude acompanhar de perto e oferecer o meu testemunho da esplêndida atuação de Orlando nos trabalhos do Conselho Universitário.

Durante todo o período em que teve assento no colegiado máximo do governo universitário, com o seu poder de argumentação, Orlando derubou muitas tentativas de obstrução à trajetória de ideias progressistas. Não foram fáceis os primeiros tempos da Universidade. A tradição brasileira favorecia, até então, a existência de escolas superiores isoladas, completas em si mesmas, ocupadas com a formação de profissionais necessários aos serviços da comunidade. Vivemos quase todo o período colonial da nossa história sem conseguir a equiparação aos das Universidades de Coimbra e de Lisboa, dos diplomas outorgados em função dos estudos aqui realizados. Mesmo depois da nossa Independência, ao longo de todo o século XIX e das primeiras décadas do século XX, o prestígio adquirido pelas escolas superiores isoladas conseguiu sufocar várias tentativas de criação de Universidades, cujo papel no desenvolvimento cultural da

Nação deveria ir além da formação de profissionais de bom nível. E essas forças do atraso continuaram apegadas aos seus conceitos, quando se tornou vitorioso o propósito da criação da Universidade da Bahia.

Foi decisivo o papel de Orlando, integrante que era da Congregação de uma das mais prestigiosas escolas isoladas até então, quando Edgard Santos lutou pela implantação da Universidade que haveria de ser – e foi – maior que a soma das parcelas que a constituíram. Rebelavam-se alguns dos mestres mais conservadores, quando, por exemplo, não queriam reconhecer como seus iguais os professores e alunos de cursos e escolas destinadas a formar recursos humanos para carreiras novas, resultantes da evolução da economia e da cultura do nosso povo, e que não teriam obtido, ainda, no entendimento desses professores, o *status* que assegurasse a sua aceitação perante as elites da época.

Edgard Santos contou com a colaboração de muitos e fiéis amigos, desde quando implantou a Universidade Federal da Bahia, assim como ao longo dos quinze anos de duração do seu Reitorado. Orlando Gomes esteve entre os que mereceram, no mais alto grau, a admiração e a confiança do meu Pai, ocupado que estava com a superação de problemas altamente complexos, para muitos já esquecidos, e vividos durante os anos de implantação do conceito de Universidade entre nós. Além da sua atuação no âmbito da Faculdade de Direito, teve Orlando, também, participação expressiva nos trabalhos da Faculdade de Ciências Econômicas, tanto como consequência da instalação da Comissão de Planejamento Econômico do Estado, com a sólida contribuição da Universidade, como pela dinamização do Instituto de Economia e Finanças da Bahia.

Entre os mais importantes instrumentos de que se valeu Orlando Gomes, na aquisição e na constante atualização dos seus conhecimentos, figurou a impressionante biblioteca que, mais tarde, veio a constituir a espinha dorsal da Fundação Orlando Gomes, competentemente presidida pelos filhos, tendo à frente o primogênito Marcelo. Essa fundação, verdadeiro monumento erigido à memória do Mestre, tem prestado serviços

relevantes à Bahia e, assim, tem se revelado à altura do seu patrono, pelo elevado nível da contribuição oferecida às letras jurídicas brasileiras.

Ao aproximar-se o final do mandato do Reitor Miguel Calmon, no primeiro semestre de 1975, a unanimidade do Conselho Universitário se mostrava desejosa de sufragar o nome de Orlando Gomes no primeiro escrutínio da eleição destinada ao preparo da lista tríplice a ser encaminhada ao Governo Federal para a nomeação do novo Reitor. Corriam notícias de que fontes originadas de Salvador se preparavam para dificultar a escolha de Orlando, mesmo que fosse ele indicado por unanimidade no primeiro escrutínio da lista a ser elaborada. No segundo e no terceiro escrutínios deveriam figurar os nomes de professores que não contribuíssem para a preterição do nome de Orlando. Na ocasião, estava eu recém-empossado no cargo de Secretário da Saúde do Governo Luiz Viana Filho. Atendendo ao convite para esse cargo, que me foi feito com muita antecedência, eu me havia preparado ao longo de vários meses para o seu exercício. Surgiram, entretanto, insistentes solicitações de companheiros de trabalho do meu Pai, para que eu concorresse ao segundo escrutínio, na preparação da lista de candidatos ao Reitorado. Resisti, enquanto pude, a admitir essa candidatura, alegando o motivo à vista de todos, por estar, havia apenas poucas semanas, no desempenho de outro cargo de grande responsabilidade. Não valeram os meus argumentos. Realizada a eleição, confirmada a escolha unânime de Orlando no primeiro escrutínio, o meu nome foi indicado no segundo escrutínio, por expressiva maioria de votos.

Continuei, tranquilamente, a minha atividade na Secretaria Estadual da Saúde. Embora aspirasse ao Reitorado em alguma data futura, não imaginava que seria esta a minha vez. Passados alguns dias, estava eu participando de sessão plenária do Conselho Federal de Educação, no mesmo prédio do Ministério onde se situava o gabinete do Ministro Tarso Dutra, quando me chegou um chamado urgente do senador gaúcho, titular daquela pasta. Lá chegando, encontrei, ao lado do Ministro,

o Professor Adriano Pondé, Vice-Reitor no exercício da Reitoria, devido ao inesperado falecimento do Reitor Miguel Calmon, ocorrido às vésperas do término do seu mandato. Disse-me, então, o Ministro Tarso, que me havia convocado para informar que estava encaminhando o meu nome para que fosse eu nomeado Reitor, em vista da minha indicação no segundo escrutínio da eleição pelo Conselho Universitário. Respondi declarando a minha surpresa, uma vez que todos esperávamos a nomeação do Professor Orlando Gomes, indicado, unanimemente, no primeiro escrutínio. Diante do Vice-Reitor em exercício, Adriano Pondé, informou o Ministro que estava encaminhando o meu nome, como homenagem ao meu Pai, fundador da Universidade, a quem ele admirava desde quando, como relator do Orçamento da República no Senado Federal, apreciara o empenho do então Reitor da Bahia pela aprovação de verbas destinadas à nossa Universidade. Respondi que a homenagem ao meu Pai que toda a minha família aguardava era, exatamente, a nomeação do Professor Orlando, colaborador e companheiro leal de Edgard, durante muitos anos. Retrucou o Ministro que, se eu recusasse a nomeação, ele teria de devolver a lista ao Conselho Universitário, para que novos nomes fossem indicados. Tanto Adriano Pondé como eu sentimos a gravidade da situação e pedimos tempo para conversar com o próprio Orlando e com outros membros do Conselho Universitário. Assim foi feito. Orlando logo percebeu a difícil conjuntura em que nos encontrávamos, e nos convenceu de que não deveríamos contribuir para a criação de fato que teria imensa repercussão para a Universidade, caso fosse devolvida a lista tríplice. E assegurou a sua total solidariedade, caso viesse eu a ser nomeado Reitor. Foi o que aconteceu. Efetivamente, durante os quatro anos em que exerci o cargo, tive a sua total colaboração, especialmente nos embates que viemos a enfrentar no Conselho Universitário, ao tratarmos de aprovar os documentos pertinentes à aplicação, à nossa instituição, dos dispositivos constantes dos Decretos-Leis n.º 53 e n.º 252, já citados.

Mais uma vez, quero expressar a minha admiração pela extraordinária competência e pela absoluta correção com que Orlando contribuiu

para a elaboração e a defesa, perante os companheiros do Conselho Universitário, dos documentos que a Universidade submeteu à aprovação dos órgãos do Governo Federal, em obediência à legislação recentemente promulgada. Entre esses documentos se incluíam o novo Estatuto e os Regimentos reformados de todas as unidades da Universidade. Graças ao seu profundo conhecimento do papel da nossa Universidade no desenvolvimento social e econômico da Bahia, aliado à sua insuperável capacidade de argumentação, Orlando mantinha extraordinária liderança nos debates de elevado nível que se travavam no órgão máximo do governo da instituição. Uma vez aprovados pelo nosso Conselho, foram esses documentos expressamente louvados quando vieram a ser examinados pelo Conselho Federal de Educação, órgão ao qual cabia, por exigência legal, a sua aprovação final.

A preterição de Orlando, quando da substituição do Reitor Miguel Calmon, em 1967, representou momento verdadeiramente dramático da vida da Universidade. A escolha do nome do Diretor da Faculdade de Direito era justificada aspiração da quase totalidade dos que participavam da vida da instituição. Facilmente, Orlando poderia haver liderado uma insurreição diante da possível devolução, pelo Executivo Federal, da lista tríplice do Conselho Universitário em que figurava o seu nome em primeiro lugar. Impossível era imaginar o que sucederia com a Universidade, caso houvesse sido essa a opção de Orlando. Contudo, graças à grandeza do seu espírito, ao senso de realidade e ao amor à instituição, foi outra a sua decisão. Ele preferiu colocar o destino da Universidade acima da sua mais legítima aspiração pessoal.

Fiquei eu em tremenda crise de consciência. Conforme já referi no presente pronunciamento, não me era estranha a ideia de, algum dia, no futuro, vir a ocupar o cargo que foi tão marcado pela atuação do meu Pai. Jamais havia passado pela minha cabeça, contudo, que fosse aquele o momento próprio. Conforme também disse e repito, estava ocupando a Secretaria de Saúde do governo Luiz Viana Filho, depois de quase um ano de contatos e de entrevistas relacionadas à preparação de planos

para aquela importante função, na qual esperava por em prática ideias e projetos com os quais me vinha ocupando ao longo de muitas décadas. Apenas aceitei a candidatura a um dos escrutínios daquela votação, após ser persuadido por amigos da maior confiança tanto meus como de Orlando. Quando, afinal, aceitei a minha nomeação, foi depois que Orlando, não apenas me aconselhou a aceitá-la, como me assegurou que colaboraria com a minha gestão, caso fosse eu o nomeado.

Mais uma demonstração da grandeza do seu espírito, foi o decisivo apoio que ofereceu à minha gestão. Muitas vezes recorri ao seu conselho, à sua sabedoria e à sua experiência, antes de encaminhar qualquer providência de maior alcance. Muitas vezes fui, antes das sete horas da manhã, ao gabinete da sua residência, no bairro de Brotas, a fim de expor as minhas dúvidas e buscar a sua opinião. E quando as iniciativas dependiam do Conselho Universitário, como tantas vezes aconteceu, Orlando se valia da liderança que havia conquistado junto àquele órgão e colaborava para a aprovação das minhas propostas, por maioria de votos, quando não pela sua unanimidade.

Por tudo isso, não apenas continuei a dedicar-lhe a mesma admiração que o meu Pai também lhe devotara, como acrescentei a esse sentimento o da gratidão por ter, mais uma vez, contribuído, com o seu talento, para a condução dos destinos da Universidade.

Notas

¹ Discurso proferido em Salvador, em dezembro de 2009.

² VARELA, Antonio. *Perfil do autor (Orlando Gomes)*. Salvador, [ca. 2012]. Disponível em: <www.orlandogomes.org.br/Paginas.asp?/d=>. Acesso em: 5 jun. 2012.

³ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parecer n.º 977 CES, de 3 de dezembro de 1965*. Definição dos cursos de Pós-Graduação. Brasília, 1965. p. 2.

⁴ *Ibid.*, p. 10.

Capítulo III

Comemoração dos cem anos de Lafayette de Azevedo Pondé¹

Dois dos filhos do ilustre médico baiano João de Souza Pondé desempenharam funções de grande destaque na Universidade Federal da Bahia. Um deles, Adriano, foi Professor da Faculdade de Medicina, criou a Escola de Nutrição e, como Vice-Reitor, exerceu a Reitoria em múltiplas oportunidades. Por sua vez, Lafayette regeu várias disciplinas em diferentes unidades da Universidade, exerceu a cátedra de Direito Administrativo da Faculdade de Direito, implantou e dirigiu a Escola de Administração e, após ter sido Vice-Reitor, foi o nosso Reitor durante os anos de 1975 a 1979. Ao comemorarmos, hoje, o centenário do nascimento de Lafayette, nos rejubilamos solidários com a sua vasta família e o extenso círculo dos seus amigos, enquanto a Universidade expressa,

festivamente, o reconhecimento que lhe é devido pelos relevantíssimos serviços prestados ao longo de muitas décadas.

Nascido em Salvador a 12 de março de 1907, diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia a 8 de dezembro de 1929, Lafayette começou a projetar-se no serviço público estadual desde o início da década de 1930. Chegou a exercer, interinamente, a interventoria federal no Estado, em várias ocasiões, por força de nomeação assinada pelo então Presidente da República. Diante de tão extensa relação de cargos e funções por ele ocupados durante a longa existência, preferimos concentrar a atenção nos meritórios serviços prestados no campo da Educação.

Em 1935, Lafayette começou a lecionar a disciplina de Direito Internacional Público da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, da qual foi Diretor. Em 1942, tornou-se professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A partir de 1943 assumiu a cátedra de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Bahia. Essas várias escolas de nível superior foram, mais tarde, incorporadas à recém-constituída Universidade Federal da Bahia. Na Faculdade de Direito, notabilizada pela excelência do seu quadro docente, além de catedrático de Direito Administrativo, regeu as disciplinas de Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.

Exercia, com reconhecida proficiência, o magistério superior na Universidade Federal da Bahia, quando o Reitor Edgard Santos, no meio da década de 1950, resolveu implantar a Escola de Administração, que se transformou em uma das unidades mais dinâmicas da instituição. A fim de levar adiante mais essa realização, Edgard convocou, juntamente com Lafayette Pondé, também o professor Oldegar Vieira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A esse tempo, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Ford, esta última sediada em Nova York, vinham apoiando a criação de cursos de Administração no Brasil, mediante a oferta de bolsas de estudos a candidatos que pretendessem dedicar-se à formação de administradores em nível superior, e que fossem, já, portadores de outro diploma universitário. Os jovens baianos selecionados para esse fim se

obrigavam a obter diplomas de Mestre em Administração, conferidos por renomadas Universidades norte-americanas. Os mais interessados na Administração privada foram encaminhados à Universidade da Califórnia do Sul, enquanto os mais vocacionados para a Administração pública frequentaram a Universidade Estadual de Michigan, sediada na cidade de Lansing, capital daquele estado.

Implantada a Escola de Administração da UFBA, Lafayette foi nomeado seu primeiro Diretor. Desde o início, revelou-se a Escola altamente inovadora quanto à programação pedagógica. De outra parte, os jovens baianos que haviam aprofundado os seus estudos nos temas referentes às bases científicas e à prática da Administração encontraram amplas oportunidades de trabalho e emprego na nossa sociedade, onde as mesmas tarefas vinham sendo entregues, até então, a detentores de diplomas afins.

Graças à sua condição de Diretor da Escola de Administração, Lafayette passou a integrar o Conselho Universitário, no qual atuou por muitos anos, de modo a angariar a admiração e o respeito dos demais conselheiros. Em 1971, já tendo exercido as funções de Vice-Reitor, o seu *curriculum vitae* o tornava altamente credenciado para assumir o cargo de Reitor, o que ocorreu após a eleição, em lista tríplice, pelo Conselho Universitário e a subsequente nomeação pelo Presidente da República. Sempre rigoroso na exigência do cumprimento das leis e regulamentos, Lafayette conduziu os destinos da Universidade com lucidez e descortino, em tempos de grandes dificuldades.

Na mesma época, foi ele nomeado membro do Conselho Federal de Educação, em fase do maior prestígio daquele importante órgão. A valiosa contribuição por ele oferecida à Educação nacional levou os seus pares a escolhê-lo para a Presidência do Conselho. Com a esposa, D. Lourdes, mudou-se, então, para Brasília, onde residiu durante os anos em que foi Presidente do mesmo órgão. A aposentadoria por implemento de idade alcançou-o quando ainda morava em Brasília. De volta a Salvador, valendo-se da experiência adquirida em tantas décadas de

desempenho de funções públicas, reassumiu as atividades de magistério, coordenando cursos de pós-graduação patrocinados pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Foi membro titular desta Academia baiana de Educação. Nela ocupou a cadeira de número 39, da qual é patrono Rui Barbosa de Oliveira e que teve como primeiro ocupante o saudoso professor Raimundo José da Matta.

Durante a longa carreira em que ocupou diversas funções de direção na alta administração educacional, Lafayette sempre revelou profundo conhecimento da intrincada legislação brasileira nesse campo. De trato afável, embora sempre muito austero, Lafayette é capaz de desconcertar o interlocutor, quando a situação comporta, mediante comentários da mais refinada ironia. Embora muito discreto na conduta pessoal e no trato da coisa pública, sabe ser excelente *causeur*. Involuntariamente, nessas ocasiões, deixa transparecer aos que o ouvem, a vasta cultura humanística, o bom gosto do colecionador de objetos de arte, especialmente da prataria colonial luso-baiana, e a prolongada vivência em ambientes de elevado nível intelectual e social. Limita-se esse comportamento, entretanto, às oportunidades de convívio com os que gozam do privilégio da sua amizade.

Lafayette tem sido agraciado com muitas comendas e títulos honoríficos, quer brasileiros, quer estrangeiros, atribuíveis, sobretudo, à sua atuação no campo da Educação. Um gesto marcante assinalou a sua vocação verdadeira: em certo momento da carreira de servidor público, teve de optar entre o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do nosso Estado e o de Professor Catedrático da Universidade Federal da Bahia. A sua preferência foi definitiva: permaneceu no magistério.

Por mais de uma geração, diferentes ramos da família Pondé mantiveram e mantêm estreitas relações de amizade com a minha própria família. Eis por que tenho enorme satisfação em associar-me, pessoalmente, às homenagens ora prestadas ao Professor Lafayette, exemplo de cidadão a ser reverenciado e imitado por sucessivas gerações de baianos.

Sempre muito dedicado à família e aos amigos, Lafayette cultivava estreitos vínculos afetivos que não se limitam à esposa, filha, filhos e netos,

irmãos, irmãs e sobrinhos, como se estendem à família ampliada, com incontáveis ramificações, oriunda do município sertanejo de Itapicuru. Casou-se, em 1933, com a Senhora Lourdes Porto Pondé, nascida na cidade de Santos, estado de São Paulo, e originária de tradicional família baiana. O casamento durou mais de seis décadas. Os dois filhos varões do casal, o médico João de Souza Pondé Neto (Joãozito) e o bacharel em direito Lafayette Junior são vitoriosos nas respectivas carreiras profissionais, assim como a filha, Gilda, proficiente bibliotecária, casada com o maestro Piero Bastianelli, também ligado ao corpo docente da Universidade Federal da Bahia. O médico Joãozito, durante muitos anos, foi meu discípulo e companheiro de trabalho no Hospital Universitário Professor Edgard Santos. Dirige ele, na condição de fundador e coproprietário, uma das mais importantes clínicas de Salvador, o Instituto Cardio Pulmonar. O bacharel em Direito, também de prenome Lafayette, pertence aos quadros do Ministério Público Estadual e foi diretor do Banco do Estado da Bahia, durante o meu mandato de governador. Ao completar cem anos, o Professor tem vários netos portadores de diplomas universitários, que se vêm distinguindo no exercício das profissões de sua escolha. Quero destacar, na oportunidade, o importante trabalho da neta Luciana, ao informatizar a coleção completa do periódico intitulado “Gazeta Médica da Bahia”, um dos orgulhos das ciências médicas da nossa terra, fundada em 1866. Lafayette conta também com vários bisnetos e bisnetas, ainda em tenra idade.

Insisto em dizer que procurei resumir, no presente texto, tão somente, o que se refere à contribuição de Lafayette à Educação Nacional. Contudo, é esta, apenas, uma das vertentes da rica biografia de quem tanto ama a sua e nossa terra, e a ela tem servido com total integridade e indiscutível competência profissional.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 12 de março de 2007.

Capítulo IV

Centenário do nascimento de Miguel Calmon¹

Difícilmente se poderia idealizar alguém melhor preparado para exercer o Reitorado da Universidade Federal da Bahia, do que era Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho quando assumiu esse cargo, em julho de 1964. Pretendo, em palavras breves, nas comemorações do centenário do seu nascimento, concentrar-me na imensa contribuição que, na condição de Reitor da Universidade Federal da Bahia, pode ele oferecer à cultura baiana e brasileira pelo aprimoramento na formação da juventude da nossa terra. Terei, com isso, de resumir a história de importante período da evolução do ensino superior na Bahia e no Brasil, do qual Miguel Calmon foi figura central. Considero-me, então, dispensado, porque outros oradores o farão, de discorrer sobre a nobreza das suas

origens familiares, sobre a sua formação profissional de engenheiro com especialização em instituições de renome mundial, sobre a sua carreira docente na Escola Politécnica da nossa Universidade, sobre a brilhante atividade do banqueiro que modernizou e expandiu notavelmente a instituição que tinha a marca da sua família, nem sobre a sua atuação como político integrante dos mais altos escalões do Governo Federal, o que incluiu o cargo de Ministro de Estado. Em toda esta extraordinária carreira de servidor de sua terra e da sua gente, Miguel foi invariavelmente acompanhado pelo amor conjugal e pela modelar solidariedade da Dona Sílvia, a sua digníssima esposa.

Quando Miguel Calmon foi empossado na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, vivia o nosso país uma época das mais complexas, durante a qual se esperava dos homens públicos a percepção das grandes dificuldades que teriam de superar, ao procurarem voltar-se para o futuro e contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa gente. Depois dos tempos mais distantes, durante os quais a instituição havia conseguido adequado equilíbrio financeiro, e como reflexo das perplexidades então vividas pelo país, passara a nossa Universidade a depender da liderança de um gestor como era o Professor Miguel Calmon, altamente qualificado para enfrentar as complexidades do Reitorado.

No período inicial da sua gestão, a principal marca da atuação de Miguel Calmon consistiu em reequilibrar as finanças da instituição com todos os reflexos que daí resultavam sobre a administração universitária. Para isso mobilizou membros da brilhante equipe que já o acompanhava nos afazeres de banqueiro, entre os quais se incluíam Zitelmann Oliva, Paulo Maciel, Luiz Sacchi e Benedito Brito. Ao cuidarem de modernizar os procedimentos relativos às finanças da instituição, essa equipe contribuiu para o aperfeiçoamento dos mais diferentes setores da administração universitária.

Alcançada essa primeira meta, condição *sine qua non* para concentrar-se em outros objetivos, na sua sabedoria de homem da organização e

do planejamento, soube valer-se Miguel dos vigorosos instrumentos que tinha ao seu dispor, para tratar de assuntos de igual ou maior importância.

Desde o Governo Juscelino Kubitschek, quando da construção da capital Brasília, o ensino superior brasileiro achava-se em plena efervescência, diante das inovações na organização universitária concebidas e postas em prática sob a liderança dos educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, na implantação da Universidade da nova capital nacional. Na Brasília de então, por motivos óbvios, não poderiam existir Faculdades com mais antiga tradição que, entre si aglutinadas, formassem uma Universidade, como vinha ocorrendo neste país desde 1934, quando entraram em funcionamento as primeiras Universidades brasileiras, a de São Paulo e a do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro). Mais tarde, em volta do ano de 1960, pela inspiração do educador baiano Anísio Teixeira e do seu brilhante discípulo Darcy Ribeiro, foi idealizado um novo modelo de criação de Universidades, pelo qual tinha preferência a imediata implantação de unidades voltadas para o ensino e a pesquisa nos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Geociências, Ciências Humanas, Letras, Filosofia), além da Faculdade de Educação.

Esse novo modelo despertou, de imediato, o interesse do Reitor Edgard Santos que havia liderado a criação da Universidade da Bahia, em 1946, nos moldes das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal. O Reitor Edgard Santos logo imaginou, na oportunidade da criação da Universidade de Brasília, a adaptação desse novo modelo ao ambiente baiano, onde a implantação da Universidade ocorreu quando já funcionavam várias Escolas superiores com longa tradição. Edgard começou, então, a implantar, na instituição baiana, os Institutos de Química e o de Matemática e Física, encarregados da pesquisa e do ensino das disciplinas a eles pertinentes, que iriam receber os alunos destinados à profissionalização em diferentes Faculdades da mesma Universidade, evitando, assim a multiplicação das cátedras referentes aos setores básicos do conhecimento, conforme era da antiga tradição. Com esse

intuito, Edgard fez virem de fora da Bahia alguns renomados professores das disciplinas básicas, que prestaram relevantes serviços à nossa terra. Para a adoção do novo modelo, tornar-se-ia, necessário, entretanto, modificar toda a estrutura original da Universidade da Bahia, mediante o deslocamento dos dispositivos de ensino e pesquisa referentes aos setores básicos do conhecimento das antigas Faculdades para formarem os novos “Institutos” destinados a cultivar as disciplinas básicas. Ficou incompleta essa nova tarefa do Reitor Edgard Santos, o que ainda carecia de apoio legal a respaldar a ousada providência. O seu sucessor imediato, o Reitor Albérico Fraga, instituiu comissões de professores que continuaram os estudos sobre o que viria a ser a nova estrutura da Universidade baiana, sem completar, tão pouco, a mesma tarefa.

Ao assumir a Reitoria em substituição a Albérico Fraga, Miguel Calmon atribuiu alta prioridade ao planejamento da nova estrutura da Universidade, então sob estudo por uma comissão presidida pelo Professor Américo Simas Filho, da Faculdade de Arquitetura. Funcionava essa Comissão no Departamento Cultural da Reitoria, para cuja chefia, para grande honra minha, o Reitor Calmon me havia convidado.

Sob a inspiração e o estímulo do Reitor Calmon, a nossa Universidade continuou a preparar-se cuidadosamente para a implantação da nova estrutura. Entre as tarefas preliminares de grande alcance então cumpridas, figurou a elaboração do primeiro “Catálogo” da Universidade, tarefa que esteve a cargo do jovem pesquisador Duarte Brasil Pacheco Pereira e permitiu que se aprofundasse o conhecimento pormenorizado das atividades da instituição, em termos que não haviam sido alcançados anteriormente. A fim de programar a nova estrutura universitária, esse catálogo se revelou instrumento de valor inestimável.

Também com o mesmo intuito de preparar a Universidade para a nova estrutura, foi programado o “exame vestibular unificado”. Até então, cada Faculdade preparava as provas do exame vestibular (ou concurso de habilitação), para determinado curso, submetia-as aos candidatos, promovia a sua correção e divulgava a correspondente classificação dos

futuros universitários. Eram, dessa forma, muito heterogêneos os critérios adotados pelas diferentes Faculdades para esses exames, o que dava margem a grandes diferenças na qualidade do processo de seleção dos futuros alunos da Universidade. A complexidade da tarefa somente se resolveu graças à medida desencadeada pelo Reitor Calmon, que ficou conhecida como “exame vestibular unificado”.

O grande sucesso e a extraordinária disseminação do uso dos computadores, conforme se verificou desde então, tornam difícil à atual geração apreender o alto significado da encomenda e da instalação do primeiro computador adquirido pela UFBA, o que ocorreu graças à visão do Reitor Calmon e à sua experiência nos assuntos bancários. O primeiro computador da UFBA, da marca Burroughs, que ocupava muito mais espaço e pesava muitíssimo mais que os atuais, mostrou-se indispensável à plena realização do “vestibular unificado” e a inúmeras tarefas outras com as quais os nossos universitários foram, paulatinamente, se familiarizando.

No intuito de instalar as unidades que surgiriam com a nova estrutura universitária, destinadas ao ensino e à pesquisa nos setores básicos do conhecimento, era necessário promover a expansão do espaço disponível no *campus* universitário para esse fim e adquirir novos laboratórios, com equipamentos atualizados e muito mais diversificados do que os existentes nas Faculdades da antiga tradição. Com esse propósito, o Reitor Calmon iniciou gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pleiteando o financiamento necessário à construção de novos prédios, à aquisição desse instrumental e à contratação de professores qualificados que passaram a servir nas novas unidades. Para o sucesso dessas gestões pesaram, favoravelmente, as relações do Reitor junto aos órgãos do governo federal, e, particularmente, no mundo das finanças.

Em razão dos longos prazos de amadurecimento dos empréstimos internacionais, esse financiamento, essencial à implantação da nova estrutura universitária, somente se efetivou quando eu já havia

assumido a Reitoria em substituição a Miguel Calmon. Graças aos recursos que passaram a estar disponíveis, pudemos construir, equipar e pôr em funcionamento a totalidade dos espaços ocupados pelos Institutos de Matemática, Física, Química e Geociências. Apenas o Instituto de Biologia ficou com a sua construção inacabada, ao fim do meu mandato de Reitor. Além dos recursos destinados à infraestrutura física dessas novas unidades, pudemos, também, contratar professores de universidades estrangeiras, mediante nomes sugeridos pela Unesco e escolhidos pela UFBA. Prestaram esses professores, durante vários anos, inestimáveis serviços ao ensino e à pesquisa nos setores básicos do conhecimento, na nossa instituição.

Quando se aproximava o final do mandato do Reitor Calmon, o Governo Federal, impressionado com o sucesso do modelo pioneiramente implantado na Universidade de Brasília, acolheu os estudos realizados no Conselho Federal de Educação, destinados a alterar a legislação referente às Universidades Federais, e fez editar os decretos-leis que tomaram os números 53, de 1966, e 252, de 1967. Tinham esses documentos como princípios essenciais a não duplicação de meios para fins idênticos na mesma Universidade, e a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Cumpria, então, às Universidades brasileiras, a adoção desses princípios, mediante reforma dos respectivos Estatutos e Regimentos, o que ocorreu durante o meu mandato de Reitor. O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia aprovou os novos documentos, que tiveram como principais redatores os Professores Orlando Gomes dos Santos e Joaquim Calmon dos Passos, e foram, subsequentemente, apreciados e aprovados, com louvor, pelo Conselho Federal de Educação. Passamos, então, à fase da execução das novas normas, possibilitada pela ampliação e pela modernização da infraestrutura física da Universidade.

Outras medidas indispensáveis à implantação da nova estrutura, inspiradas pelo Reitor Calmon, haviam incluído o planejamento da matrícula unificada para todos os cursos da Universidade e o planejamento

do “Ciclo Básico de Estudos”. A matrícula unificada foi vitoriosamente implantada pela recém-instalada Secretaria Geral de Cursos e foi baseada, essencialmente, no Catálogo da Universidade, elaborado durante a gestão de Miguel Calmon. O Ciclo Básico, idealizado com grande expectativa pelos benefícios que traria, infelizmente, não foi bem aceito pelas famílias dos alunos, habituadas à entrada direta dos candidatos aprovados no vestibular para um dos cursos oferecidos pela Universidade. O chamado “ciclo básico” de estudos superiores teria levado o aluno recém-aprovado no vestibular a cursar disciplinas ligadas aos setores básicos do conhecimento durante um ano letivo, quando, já mais amadurecidos, se submeteriam a nova seleção para a escolha definitiva do curso que os levaria a determinada carreira profissional.

O extenso relacionamento pessoal do Reitor Calmon fora da Bahia assegurou a visita, à nossa Universidade, de importantes personalidades brasileiras e internacionais, que vieram enriquecer culturalmente a nossa terra e trouxeram contribuição valiosa aos aspectos técnicos das atividades institucionais. Entre essas personalidades, cumpre mencionar a brilhante missão da Unesco, constituída por professores especializados na organização universitária que contribuíram para o reexame da estrutura da nossa instituição e trouxeram importantes sugestões acerca da sua modernização. Durante a análise das gestões da UFBA junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi a Bahia visitada por outra comissão de alto nível que analisou e aprovou a nossa proposta de financiamento.

Entre muitas outras iniciativas louváveis do Reitor Miguel Calmon, cumpre lembrar o elevado prestígio por ele atribuído ao Colégio de Aplicação da Universidade. Na sua gestão, o Colégio passou a dispor de instalações muito mais adequadas às suas funções, do que as ocupadas anteriormente. Nesse Colégio, teve parte decisiva da sua formação toda uma geração de baianos que, mais tarde, se distinguiu no exercício das respectivas profissões.

Ao final dos três anos do mandato de Miguel Calmon, a Universidade havia adquirido um novo perfil e estava solidamente preparada para mais um salto na sua história. Foi com enorme tristeza que a Bahia acompanhou a súbita enfermidade que, no período de poucos dias, causou o falecimento de um dos seus mais ilustres filhos, em todos os tempos.

A Universidade Federal da Bahia, mais uma vez, exprime o seu reconhecimento e a sua gratidão ao ex-Reitor Miguel Calmon, ao promover a presente cerimônia, entre as comemorações do centenário do seu nascimento.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, em maio de 2012.

Capítulo V

Ivete Oliveira: líder universitária a serviço da comunidade baiana¹

A Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia foi criada em 1946, graças à inspiração de Edgard Santos, fundador e primeiro Reitor da UFBA, conhecedor das responsabilidades a cargo da Enfermagem de nível universitário, devido à sua experiência profissional que incluiu o exercício da cátedra de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da mesma Universidade. A criação da Escola de Enfermagem obedeceu a cuidadoso planejamento, do qual resultou o reconhecimento, por muitos observadores, desde os primeiros tempos do seu funcionamento, como a unidade melhor organizada dentre as que compunham a nossa Universidade.

A diplomação da primeira turma de alunas da Escola de Enfermagem foi programada para coincidir com o começo do funcionamento do Hospital das Clínicas, hoje designado Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES). Esse hospital revolucionou o atendimento à saúde em todo o norte-nordeste do Brasil, o que se deveu, em grande parte, ao exemplar serviço de Enfermagem, em moldes então pioneiros para as populações local e regional. Ivete Oliveira esteve entre as primeiras ex-alunas da Escola de Enfermagem a contribuir para o enorme progresso na qualidade dos serviços hospitalares em nossa terra. As ex-alunas da Escola, quando completavam o curso de Enfermagem, revelavam já excelente formação quanto às diferentes técnicas próprias da profissão, entre as quais se incluía a aptidão para liderar programas de promoção social.

Após haver cumprido proveitosos estágios no exterior, em Universidades e hospitais altamente qualificados, Ivete foi escolhida para dirigir a Escola de onde colheu o seu primeiro diploma de nível superior. Muitos anos mais tarde, após realizar mais um curso universitário, recebeu ela o diploma de bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Constam do seu *curriculum vitae* numerosos outros títulos e trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Dentre as muitas honrarias a ela conferidas, quero destacar a de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia. No presente livro² figuram depoimentos sobre várias das realizações de Ivete a serviço da Bahia. Coube a mim concentrar a atenção do leitor quanto à sua meritória atuação enquanto exerci o reitorado da UFBA e enquanto fui governador da Bahia.

A experiência adquirida como professora e diretora da Escola de Enfermagem foi fator decisivo para o convite que a ela dirigiu, a fim de integrar a equipe responsável pelos trabalhos da Reitoria da Universidade, exercendo as funções de Adjunto do Reitor para Assuntos Acadêmicos, entre os anos de 1967 e 1971. Foram aqueles anos de grande animação e de intensa atividade na instituição. Na estrutura universitária então

implantada, as cátedras correspondentes às disciplinas Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia Geral, Geociências, Ciências Humanas e Letras, antes distribuídas entre as várias Faculdades encarregadas da formação de profissionais para diferentes carreiras, foram reunidas em unidades destinadas ao cultivo de cada qual dos setores básicos do conhecimento. Tomemos o exemplo da Matemática: existiam na nossa Universidade várias cátedras dessa disciplina, na Escola Politécnica e nas Faculdades de Arquitetura, de Economia e de Filosofia, Ciências e Letras. Todas essas cátedras foram reunidas no Instituto de Matemática. Ocorreu, por essa forma, maior “massa crítica” do pessoal docente da Matemática, beneficiando as atividades de ensino e pesquisa. O mesmo ocorreu, simultaneamente, com as cátedras dedicadas aos demais setores básicos do conhecimento humano.

A implantação da nova estrutura universitária ensejou a revisão e a atualização dos currículos de todos os cursos de graduação, sempre dando maior ênfase às disciplinas dos conhecimentos básicos do que ocorrera desde então. Graças à nova estrutura universitária, cresceram, também, de forma expressiva, os programas de mestrado e de doutorado, conforme regulamentação aprovada em 1965 pelo Conselho Federal de Educação. Os novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por sua vez, ensejaram grande ampliação das atividades de pesquisa científica e tecnológica. A exigência de uma dissertação para a obtenção do título de mestre e de tese para o doutorado foi decisiva para a preparação de pesquisadores e a elaboração de pesquisas científicas e tecnológicas, funções inerentes ao próprio conceito de Universidade e que tomou, então, um enorme impulso. Para isso contribuíram, também, outros fatores, como a implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, dentro de regras para as quais Ivete colaborou. Todas essas transformações nas atividades da UFBA receberam inestimável participação da Professora Ivete Oliveira, na condição de Adjunto do Reitor para Assuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em decorrência da nova estrutura universitária, os currículos dos cursos de graduação foram objeto de necessária revisão e, muitos deles, de merecida atualização. Até então, eram esses currículos extremamente rígidos, no sentido de que todos os alunos realizavam os estudos de cada disciplina atendendo ao mesmo conteúdo, na mesma sequência e no mesmo ritmo, quaisquer que fossem as expectativas para o exercício da futura profissão, por parte de cada qual deles. Por sua vez, o ensino de muitas disciplinas atendia a programas que se repetiam, de cada ano letivo para o seguinte, sem as convenientes atualizações ou os possíveis aperfeiçoamentos. Era o regime chamado de “seriado”, depois substituído pelo de “matrícula por disciplina”.

Pouco tempo antes da implantação da nova estrutura, ainda na gestão do Reitor Miguel Calmon, o Departamento Cultural da Reitoria, sob a minha orientação, preparou e editou o primeiro Catálogo da Universidade, peça indispensável ao conhecimento e à análise das atividades da instituição. As alterações na estrutura universitária condicionaram o preparo de novos Catálogos relativos aos anos de 1973 e 1974, durante a gestão do Reitor Lafayette Pondé, quando a Professora Ivete Oliveira continuou exercendo as funções de Adjunto do Reitor para assuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os sucessivos Catálogos foram peças indispensáveis aos trabalhos dos “professores orientadores”, preparados para o verdadeiro desafio enfrentado pelo corpo docente empenhado na aplicação dos princípios da reestruturação universitária. Valendo-se do Catálogo e atendendo às possíveis variações dentro do currículo pleno de cada curso, os “professores orientadores” se colocavam à disposição dos alunos na busca de informações acerca das melhores opções oferecidas pela Universidade, no propósito de ajustar o preparo de cada aluno às perspectivas de vida oferecidas pelo diploma universitário. Numa sociedade em ritmo acelerado de mudanças, como era e continua sendo a nossa, tornava-se imprescindível reavaliar-se, a curtos intervalos, a adequação dos currículos às exigências das várias profissões e ocupações, na dependência da evolução do mercado de trabalho. Abolia-se, por essa forma,

o chamado “regime seriado” no cumprimento do currículo dos diferentes cursos. Tornava-se, então, indispensável, estabelecer os prerrequisitos para a matrícula dos alunos em cada disciplina, nos sucessivos anos ou semestres letivos, o que foi feito na mesma oportunidade.

Durante várias décadas, o acesso à Universidade se havia processado mediante exames realizados sob a responsabilidade de cada unidade nos moldes vigentes desde antes da aglomeração das Faculdades que constituíram uma só organização de feitiço universitário. Era, então, muito heterogênea a avaliação do preparo dos candidatos aos cursos superiores. O Conselho Universitário decidiu, por isso, no começo de 1968, fazer “centralizar a elaboração das provas, melhorando-lhes a qualidade” e introduzir as técnicas de automação na avaliação dos resultados desses exames. Foi essa mais uma tarefa a que se dedicou, com grande sucesso, a Professora Ivete, no exercício das funções de Adjunto da Reitoria para Assuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A extensão universitária, também sob a responsabilidade do adjunto do Reitor, continuou sendo, durante o período a que estamos aludindo, um dos pontos altos da nossa Universidade, sobretudo nas áreas da música e da dança moderna, o que vinha ocorrendo desde a década de 1950. Mereceu ênfase especial o programa de publicações, que teve o seu ponto máximo no “Programa de Textos Didáticos”, voltados para os alunos da própria Universidade, além da edição de livros dirigidos ao grande público.

No Relatório Anual dos trabalhos da Reitoria da UFBA correspondente ao ano de 1970, publicado no livro intitulado “A Universidade e os Novos Propósitos da Universidade Brasileira”,³ assim me expressei acerca da participação da Professora Ivete no aprimoramento dos trabalhos da Universidade:

Somente os que acompanharam de perto o esforço imenso da equipe sob a direção da Professora Ivete Oliveira, Adjunto do Reitor para Assuntos Acadêmicos, terão formado ideia exata do imenso progresso que representou a elaboração desses documentos, no que diz respeito à *modernização e à dinamização dos métodos de ensino* na Universidade. Criou-se, em verdade,

um novo *know-how* universitário em instituição grandemente apegada às tradições, porém, igualmente empenhada em oferecer melhor ensino a seu corpo discente em rápida expansão.

Entre 1975 e 1979, exerci o governo da Bahia. Ao escolher o Secretariado, convidei a Professora Ivete para titular da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes). As suas realizações nesse cargo confirmaram e ampliaram o conceito que ela já trazia consigo, de líder altamente competente no cumprimento de programas de promoção social. A fim de melhor atingir as metas pretendidas, a Setrabes foi por ela profundamente reestruturada, o que incluiu a criação de duas grandes Fundações: A Fundação Baiana para o Desenvolvimento de Comunidades (Fundesco), cuja atividade se concentrou na construção e no funcionamento dos “Centros Sociais Urbanos”, abrangendo programas nas áreas de educação, saúde, desporto, cultura, nutrição, assistência judiciária, recreação e lazer de populações carentes; e a Fundação Baiana para o Trabalho (Funtrab), que teve a finalidade de promover, coordenar e elaborar estudos e medidas sobre a organização e a ampliação do mercado de trabalho no estado, contemplando a implantação de uma política estadual de emprego.

Entre as mais importantes realizações da Secretaria, sob a direção de Ivete Oliveira, incluiu-se a construção dos “Centros Sociais Urbanos”, seguida pelo acompanhamento das atividades relacionadas a esse imaginoso programa comunitário. Esses centros representaram espaços oferecidos às populações de baixa renda para utilizações diversas, todas sugeridas pelos próprios usuários, no intuito de suprir carências por eles percebidas no campo social. Dos projetos assim implantados, servem de exemplos os referentes aos cuidados a pessoas idosas integrantes da comunidade, a atenção à maternidade e à infância, aos cursos vocacionais destinados à melhoria da renda familiar, assim como aos de natureza cultural nas áreas da música e das artes cênicas. Distribuídos entre a capital e o interior do estado, em número de trinta e três, dos quais dez implantados em Salvador e os restantes no interior do estado, esses Centros mereceram financiamento altamente subsidiado pelo Fundo de

Apoio Social (FAS) da Caixa Econômica Federal. Graças ao seu grande sucesso, o programa atraiu visitantes de outras unidades da federação interessados em testemunhar e transpor para as respectivas comunidades o que aqui se vinha realizando.

A expansão da economia estadual, verificada naquele quadriênio de 1975 a 1979, mediante vários importantes projetos governamentais, gerou intensa migração de trabalhadores, particularmente dos atraídos pela preparação da infraestrutura do município de Camaçari, onde estava em construção o Polo Petroquímico do Nordeste. Durante alguns anos, a cada semana, milhares de migrantes desembarcaram na sede daquele município que era, até então, despreparado para o imenso fluxo de trabalhadores oriundos das mais variadas regiões da Bahia e de estados vizinhos, em busca de emprego. A Secretaria cuidou de orientá-los, particularmente na fase de construção civil da infraestrutura viária e das instalações das futuras fábricas do Polo, quando foi maior a procura de empregos. A Setrabes, sob a liderança da professora Ivete, cumpriu tarefa semelhante, embora em menor escala, quando da construção do estaleiro destinado à montagem de plataformas para a extração de petróleo, situado no porto de São Roque, próximo à foz do rio Paraguaçu, no município baiano de Maragogipe. Coube, ainda, à Secretaria a tarefa de divulgar e encaminhar a distribuição de empregos nas diferentes regiões do estado.

Sob a liderança de Ivete, a Secretaria aproveitou a excelente tradição do artesanato popular encontrada em várias regiões do estado, realizando programa competentemente orientado pela Professora Mercedes Kruschewsky. Para servir de sede desse programa e melhor acolher o Centro de Comercialização do Artesanato, o estado adquiriu imóvel localizado no Porto da Barra, em Salvador, que foi, para isso, devidamente adaptado. Simultaneamente, no nosso interior, a Secretaria implantou cooperativas de artesanato em mais de uma dezena de municípios.

Vários outros serviços foram oferecidos pela mesma Secretaria às populações de baixa renda, a exemplo do apoio às tradicionais filarmônicas do interior do estado, algumas delas com mais de um século de

existência. Por meio dessas filarmônicas, muitos jovens tiveram despertada a sua vocação para a música e se tornaram exímios instrumentistas. A fim de divulgar o seu trabalho e estimular o interesse pelas filarmônicas, a Setrabes organizou concursos, geralmente realizados em Salvador, e que tiveram grande aceitação pelo público. O programa de Assistência Judiciária às populações de baixa renda, liderado pelo Doutor Afrânio Pedreira de Oliveira, era procurado por elevado número de pessoas que não dispunham de renda suficiente para remunerar quem os defendesse em questões relativas às áreas do Direito Civil e do Trabalho.

Em atividade que abrangeu diferentes setores do Governo, o estado cumpriu vasto programa de construção de bairros populares (Mussurunga, Cajazeiras, Narandiba), destinados a diminuir o enorme déficit habitacional existente em nossa cidade. A Secretaria liderada por Ivete prestou importante apoio aos conjuntos assistenciais localizados em vários bairros de Salvador habitados por populações de baixa renda. Em articulação com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Setrabes participou da organização de importantes seminários, alguns na capital e outros no interior do estado, sobre assuntos como: “Recursos Humanos para áreas prioritárias da Atuação governamental”, “Desenvolvimento Social objetivando analisar as Diretrizes da Política Social do Governo”, e “Setor informal urbano”. Cerca de cinco mil trabalhadores foram beneficiados pelo “Programa de Treinamento de Mão de Obra”, a cargo da Setrabes.

Terminado o nosso mandato no Governo do estado (1975 a 1979), Ivete deixou a Setrabes e continuou a prestar relevantes serviços ao povo baiano, valendo-se da vasta experiência no trato com programas de promoção social, até que veio a falecer, em junho de 2003, em meio à geral consternação dos que tiveram o privilégio de conhecê-la e dos muitos que se beneficiaram em virtude das suas meritórias realizações.

Notas

- ¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 30 de agosto de 2010.
- ² SANTOS, Roberto Figueira et al. (Org.). *Ivete Oliveira: ícone da enfermagem brasileira*. Apresentação Taka Oguisso. Prefácio Consuelo Pondé de Sena. Salvador: ABRA-DHENE, 2012.
- ³ SANTOS, Roberto Figueira. *A Universidade e os novos propósitos da Universidade brasileira*. Salvador: EDUFBA, 1973. p. 95, grifos do autor.

NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS

Capítulo I

Comemoração dos meus oitenta anos¹

Para os da minha geração, chegar aos oitenta anos sem estar acometido de doença grave é, ainda, um privilégio. Para as futuras gerações, já não o será, conforme prenunciam as estatísticas da demografia. Baste lembrar que, segundo os demógrafos, cerca da metade da população que estará nascendo de agora em diante, terá probabilidade de alcançar não apenas os oitenta, porém, os cem anos de idade.

Privilégio ou não, aqui estou para expressar a minha gratidão a muita gente. Acima de tudo, para agradecer à minha mulher, Maria Amélia. Há quarenta e três anos, ela e eu constituímos um só pensamento e uma só vontade. Graças a ela, a essa unidade agregaram-se os filhos e as filhas, Anneliese, Cristiana, Edgard Neto, Maria Carmen, Roberto Filho e Patrícia. E com elas vieram os genros, Orlando, Marco Antonio e André. Mais recentemente, chegaram os netos e netas, Pedro Henrique, Elisa,

Orlando Junior, Helena, Rafael e Luiza. Com todo amor e carinho, têm elas e eles sabido cuidar de mim e comigo enfrentar as horas boas, assim como os momentos mais difíceis.

Devo, igualmente, agradecer aos meus pais, Carmen e Edgard, que propiciaram a educação que tive. O meu irmão Eduardo e a sua esposa, Miminha, sempre solidários, são exemplos de amizade, verdadeiramente, fraternal. À minha mãe, ao lado de tantas outras benesses, agradeço o empenho em orientar, desde os primeiros anos de vida, o aprendizado de línguas estrangeiras. O nosso belo idioma, todos o sabem, tem circulação internacional muito restrita. E, quanto mais cedo, melhor para a criança que começa a aprender outras línguas, além da materna. Não é somente pelo seu uso utilitário. É, sobretudo, pelo acesso a outras culturas e, em especial, à literatura de outros países. Devo, mais ainda, à minha mãe o apoio no aprendizado dos rudimentos da teoria e da prática da execução de peças para piano. Não me tornei um pianista profissional, porém, graças a esse privilégio, passei a identificar e a apreciar melhor o fraseado musical e a ouvir com sentido crítico as peças de música erudita.

No depoimento sobre o meu Pai, constante do livro “Vidas Paralelas”,² disse muito sobre a sua vida pública. Contudo, não cheguei a comentar, entre muitos outros tópicos, a importância do acesso por ele propiciado, desde a minha infância, a amigos seus da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros cantos do Brasil. O primeiro volume do citado livro foi publicado quando do centenário do seu nascimento, em 1994, em edição totalmente esgotada. O mesmo aconteceu com a reimpressão, datada de 1997. Não tenho como esquecer, por exemplo, o convívio com o Professor Ernesto de Souza Campos, o futuro Ministro da Educação que impulsionou a criação da Universidade da Bahia. Em sucessivas visitas a Salvador, na segunda metade da década de 1930, a fim de colaborar no projeto do futuro Hospital das Clínicas, em nossa casa ancestral, falava-me Souza Campos sobre o significado das pesquisas que começavam a realizar-se na recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. Eram pesquisas de altíssimo

nível, realizadas por cientistas de origem europeia, que desempenharam papel fundamental no começo do desenvolvimento científico do Brasil. Eu não havia, ainda, escolhido a profissão que seria da minha preferência, e estive muito inclinado a buscar naquela fonte de saber sobre as ciências exatas e naturais – que tinha feição nova para nós, baianos – a satisfação intelectual que poderia ter durado por toda a vida. Não me tornei físico nem matemático. Reconheço, porém, naquelas conversas, a semente da motivação decisiva para a minha entusiástica dedicação ao projeto de reestruturação da UFBA, destinado a valorizar devidamente o ensino e a pesquisa nos setores básicos do conhecimento.

Decidi-me, afinal, pela Medicina. A fase pré-clínica do meu curso médico ocorreu enquanto o mundo industrializado se achava totalmente absorvido pela Segunda Guerra Mundial. O Brasil esteve, então, isolado dos países, culturalmente, mais avançados, de onde emanavam as influências sobre a formação dos médicos. As bases científicas da Medicina continuavam sendo, no Brasil e na Bahia, lecionados segundo conceitos anteriores à Segunda Guerra, oriundos de países europeus. Por sua vez, o início do meu aprendizado das *disciplinas clínicas* se deu no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que ainda não se havia modernizado, como veio a ocorrer depois. No começo de 1949, ano em que recebi o diploma de médico, começou a funcionar o Hospital das Clínicas da Bahia, atualmente designado Hospital Universitário Professor Edgard Santos. Houve, então, um salto de muitas décadas nas atividades das cátedras de clínica da nossa Faculdade, devido ao que acredito haja sido o mais importante evento da área da saúde na Bahia, ao longo de todo o século XX.

Logo após o término da Guerra, os Estados Unidos se envolveram profundamente na reconstrução dos países europeus, por meio do Plano Marshall. Somente no final da década de 1940, surgiram os primeiros sinais da disposição das entidades norte-americanas de voltarem suas atenções para a América Latina. Fui eu um dos primeiros beneficiários dessa nova atitude. Quando terminei o curso médico, estava já aceito pela Fundação Kellogg, em parceria com o American College of

Physicians, para uma bolsa de estudos que me permitiu frequentar Hospitais de algumas das mais destacadas Universidades norte-americanas. Durante quase três anos trabalhei nos serviços médicos das Universidades de Cornell, em Nova York, de Michigan, em Ann Arbour, e de Harvard, em Boston. De descoberta em descoberta, aprendi muito da Medicina, familiarizei-me com os fundamentos da pesquisa médica e alarguei os horizontes culturais, muito além do que havia sido a minha expectativa.

De volta à Bahia, decidi abraçar a carreira universitária em regime de dedicação exclusiva, a despeito das limitações que isso acarretava, ainda bem maiores que as atuais. Tive aprovada a tese de doutorado e enfrentei os concursos de livre-docência e de cátedra, processos medievais de seleção do pessoal docente, felizmente aperfeiçoado nos últimos anos. Conforme já registrei em outras oportunidades, a conquista da cátedra de Clínica Médica representou a maior satisfação que tive em toda a minha vida pública. Significava essa conquista dirigir um serviço que, além da equipe de médicos e estudantes, incluía uma Enfermaria, um Ambulatório e Laboratórios orientados para o ensino e a pesquisa. Era tudo o que eu sempre desejara. Subsequentes a essa, as demais vitórias referentes às atividades profissionais resultaram mais da minha inelutável vocação para o serviço público do que de aspirações que eu tivesse alimentado com maior empenho.

Em espaço antes subaproveitado, no andar mais alto do Hospital das Clínicas, instalei um laboratório de pesquisas no campo do metabolismo hidromineral, tema que vinha despertando enorme interesse entre a classe médica. Nele realizei trabalhos que foram aceitos e publicados em revistas de curso internacional. Em espaços vizinhos a esse laboratório, conseguimos implantar outros, destinados a pesquisas em diversos ramos das ciências médicas e que foram ocupados, preponderantemente, por ex-bolsistas da Fundação Kellogg. A equipe multidisciplinar assim constituída, montada segundo um plano cuidadosamente elaborado, renovou a pesquisa médica na Bahia e repercutiu fora do nosso estado. Simultaneamente, criei, no mesmo Hospital das Clínicas, o programa de

residência para a especialização dos médicos recém-formados, do qual resultou melhoria radical no atendimento aos pacientes ali atendidos. Não tardou a disseminação de programas análogos em muitos outros hospitais, com e sem responsabilidade acadêmica.

Nos anos subsequentes, tendo por base o Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia, dediquei-me ao movimento que veio a abranger as mais importantes Faculdades de Medicina do país, tendo como desígnio a modernização do preparo dos futuros profissionais da saúde. Alcançou esse movimento substancial apoio da Comissão de Especialistas do Ensino da Medicina, da qual fui o primeiro coordenador, e que foi criada no âmbito da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Pouco mais tarde, aliou-se também a esse movimento a Associação Brasileira de Escolas de Medicina (ABEM), cuja Presidência exerci entre os anos 1968 e 1970, tendo como bandeira a inclusão de noções de ciências sociais no currículo médico.

Foi este, para mim, um período de intensíssima atividade, do qual guardo as melhores recordações. Na mesma época, sob o patrocínio do então Ministro Luiz Viana Filho, assumi o cargo de membro do Conselho Federal de Educação. Mediante sucessivas indicações, permaneci nesse cargo durante dez anos e fui Presidente do mesmo órgão, nos quatro últimos desses dez anos. Aprendi, enormemente, com os companheiros do Conselho, conhecedores profundos das questões de política da educação. As lembranças que tenho do Conselho, então no seu período áureo, estão entre as melhores que a minha memória registra. Somente o deixei ao ser eleito Governador da Bahia.

Quando Luiz Viana Filho estava prestes a assumir o Governo da Bahia, em 1967, convidou-me para seu Secretário Estadual da Saúde. Preparei-me, cuidadosamente, para esse cargo, e o exerci apenas durante menos de três meses, por ter sido escolhido Reitor da Universidade Federal da Bahia.

Acerca da minha atividade como Reitor da UFBA, no período de 1967 a 1971, existem vários depoimentos meus, aos quais não há muito

para acrescentar. Cabe, contudo, resumir o que tenho dito e repetido em diferentes ocasiões: todo o meu mandato foi dirigido ao fortalecimento dos trabalhos acadêmicos no campo dos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras); e também nas ciências pré-profissionais da saúde. Fizemos construir vários edifícios, selecionar e adquirir modernos equipamentos, sempre a serviço das unidades então criadas com esse propósito, e expandimos o corpo docente das mesmas unidades, incluindo pessoal local e professores recrutados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e remunerados com recursos do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Data daquela época o início do meu relacionamento com o professor Edivaldo Machado Boaventura, excelente colaborador que se tornou um dos mais queridos amigos. Entre os muitos agradecimentos que estou a fazer, incluo o que merece o Edivaldo, por conta das generosas palavras que acaba de dirigir-me. Com igual sentimento de gratidão, dirijo-me ao Magnífico Reitor da UFBA, Naomar Almeida, ao Professor Cláudio Veiga, presidente da Academia de Letras da Bahia, à Professora Leda Jesuino, presidente de honra da Academia Baiana de Educação, e à Professora Consuelo Pondé de Sena, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, todos companheiros de lutas em favor do engrandecimento da cultura baiana e responsáveis pela organização da presente homenagem.

Até a década de 1960, a tradição brasileira referente às instituições de cunho universitário havia favorecido a preparação de profissionais de nível superior, enquanto pouquíssima ênfase havia sido atribuída à formação de pesquisadores e à realização de pesquisa, como responsabilidades inerentes ao próprio conceito de Universidade. As ciências básicas, com maior frequência, funcionavam, apenas, como apoio introdutório à preparação para as disciplinas profissionalizantes dos cursos universitários, o que satisfiz a sociedade brasileira até que alguns dos seus segmentos passaram a cobrar das Universidades os trabalhos de pesquisa como obrigação a ser cumprida, inarredavelmente, por essas instituições.

No modelo adotado pelas nossas Universidades até o começo da década de 1960, os recursos à disposição das cátedras dedicadas às ciências básicas, espalhados pelas várias Faculdades, padeciam de fragmentação, que resultou na fragilização do ensino e da pesquisa nessas áreas do saber. O princípio da não duplicação de meios para fins idênticos, adotado em lei a partir de 1966, mudou, radicalmente, essa realidade. As Universidades criaram, então, unidades que aglomeraram as cátedras destinadas a cada qual dos ramos básicos do conhecimento. A nova estrutura que, entre outras vantagens, favoreceu a implantação do regime de dedicação exclusiva para número expressivo de membros do corpo docente, assegurou grande aumento e melhoria qualitativa das atividades de pesquisa. A simultânea criação de cursos de mestrado e doutorado, destinados a formar pesquisadores, futuros professores e profissionais com mais sólida base acadêmica, tornou-se a marca das nossas Universidades nas décadas mais recentes.

Após completar o mandato de Reitor, em época na qual a reeleição era legalmente vetada, fui eleito presidente do Conselho Federal de Educação, pelos demais colegas. Durante quase quatro anos, com toda a família, transferi-me para Brasília, onde, além de atender aos afazeres relacionados com a Educação, conheci de perto a máquina do Governo ao nível federal, e relacionei-me com os escalões mais altos da política nacional. Ao longo desses quatro anos, foi se avolumando a minha possível candidatura ao Governo da Bahia, tendo Luiz Viana como principal articulador, com o apoio e a colaboração do ex-governador Lomanto Junior e do deputado e futuro senador Jutahy Magalhães.

Os agradecimentos aos que comigo colaboraram durante o mandato de Governador, se dirigem aos secretários das várias pastas, na condição de representantes dos seus auxiliares. Seria enfadonho e descabido, nesta oportunidade, recitar o elenco de realizações que nos ocuparam durante os quatro anos de intensíssima atividade no Governo do estado. Prefiro assinalar, apenas, as mais importantes delas em cada pasta, embora registre, assim, uma imagem simplificada do foi aquele período de ação

governamental. A análise plena do Governo da Bahia entre 1975 e 1979 figura no segundo volume do livro “Vidas Paralelas”, a ser brevemente lançado ao público.³

No tocante à economia global do estado, o Produto Interno Bruto, no triênio 1975/78, cresceu em 13,1%. No último ano completo do Governo, a mesma taxa foi a 10,9% sobre a do ano anterior, bem superior, portanto, aos indicadores do crescimento do Brasil e do Nordeste, no mesmo ano, conforme dados registrados pela Secretaria da Fazenda, da qual foi titular o professor José de Brito Alves.

A Educação figurou como área prioritária de atuação do Governo, tendo à frente o saudoso professor Carlos Santana, depois substituído pelo Engenheiro Mário da Costa Neto. A infraestrutura para o ensino médio estava em grande atraso, ao iniciar-se o mandato, tanto do ponto de vista da oferta de vagas como do aprendizado prático dos alunos. Pleiteamos e conseguimos da Caixa Econômica Federal, pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), financiamento para a construção e o equipamento de dezoito Escolas de 2º Grau, distribuídas por todo o território baiano e equipadas para a necessária ênfase no ensino prático, destinado à profissionalização dos jovens, seguindo pesquisas sobre o mercado de trabalho, por nós realizadas em cada região do estado.

Na rede estadual da Saúde, conduzida pelo meu ex-aluno Ubaldo Dantas, enquanto observávamos os princípios da hierarquização e da regionalização dos serviços, atribuímos a devida ênfase à atenção primária. Construimos e equipamos vinte unidades mistas, em diferentes regiões do estado, constando de amplas instalações para atendimento ambulatorial e vinte e seis leitos para pacientes internados. A fim de tornar-se o vértice de todo o sistema estadual como Hospital de referência, projetamos, construimos e equipamos, em Salvador, o Hospital com 360 leitos, a que a Assembleia Legislativa do Estado deu o meu nome.

As Voluntárias Sociais da Bahia, dirigidas por Maria Amélia, entre tantos trabalhos de caráter pioneiro em favor das populações carentes do estado, organizaram o registro civil de grande número de crianças e

adultos que estavam fora do prazo legal e não dispuseram de recursos financeiros para pagar as multas previstas em lei. Subsequentemente, em várias regiões do país têm sido realizados programas com o mesmo objetivo. Além do apoio generalizado às creches de Salvador, as Voluntárias promoveram a construção e a instalação de uma “creche-escola” destinada a preparar supervisoras para instituições congêneres.

A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, dirigida pela professora Ivete Oliveira, teve como projeto prioritário a construção e a instalação de trinta e três Centros Sociais Urbanos, que passaram a abrigar atividades voltadas para a infância, para a adolescência e para os idosos, ao lado de cursos vocacionais e de projetos culturais na área das artes, conforme programas decididos pelas populações de baixa renda aos quais estavam destinados. Distribuídos por todo o território estadual, foram esses Centros também financiados pela Caixa Econômica Federal.

A Chefia da Casa Civil foi ocupada, durante a maior parte do mandato, pelo Professor Raymundo Vasconcellos, administrador experiente com forte apoio em conhecimentos jurídicos, trabalhador incansável, de total confiança e lealdade. A Casa Militar, sob a chefia do coronel João Mansur, ofereceu enorme ajuda na programação das frequentíssimas viagens ao interior do estado.

A Secretaria de Minas e Energia, dirigida pelo engenheiro José Mascarenhas, teve a seu cargo a construção da infraestrutura física do Polo Petroquímico de Camaçari, do qual resultou radical transformação da economia baiana. Realizadas durante o meu mandato, essas obras asseguraram os investimentos industriais que envolveram grandes aplicações de capital, ora de natureza pública e nacional, ora de origem privada e também nacional, assim como de capitais e de tecnologias importados. Ainda a cargo da mesma Secretaria, ocorreu a instalação de mais de cinco mil quilômetros de linhas de eletrificação, servindo a mais de 200 dos 336 municípios em que era, então, dividido o estado. Entre outras, a região da Chapada Diamantina foi grandemente beneficiado por esses trabalhos.

A infraestrutura de Transportes, sob a direção de Wellington Figueiredo e com Evandro Daltro à frente do Departamento de Estradas de Rodagem, teve o seu período áureo com a construção e a reconstrução de mais de 2.000 km de estradas estaduais asfaltadas, das quais a mais importante foi a BR-415, ligando Ilhéus a Vitória da Conquista. Extensa rede de estradas vicinais se distribuiu por todo o território estadual. A rede aeroviária regional, por nós criada sob a designação de Nordeste Linhas Aéreas, contribuiu para impulsionar a economia do estado.

Na pasta da Agricultura, dirigida pelo professor José Guilherme da Mota, a realização material de maior destaque foi a construção do Parque de Exposição de Animais de Salvador, o mais belo de todo o país, ainda hoje. A extensão rural, em toda a Bahia, teve crescimento inusitado por meio da dinamização da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Ematerba).

A pasta de Saneamento e Recursos Hídricos, cujo titular foi o engenheiro Walter Sanches, entre outras realizações, foi responsável por importantíssimo projeto de construção de bairros populares. Somente em Salvador, projetamos e construímos os grandes bairros batizados como Mussuranga, Narandiba e Cajazeira, dotados de infraestrutura física e social. Além disso, melhoramos a qualidade de vida dos usuários de vários outros conjuntos habitacionais, não apenas em Salvador como no interior do estado. Estiveram os projetos de casas populares a cargo dos doutores Oscar Marback e Herbert Frank. Os serviços de abastecimento de água e de esgoto estiveram a cargo do Dr. Edison Fontenelle. Elaboramos todo o projeto executivo da represa da Pedra do Cavalo e deixamos iniciada a sua construção.

A Secretaria de Indústria e Comércio, sob a chefia do Engenheiro Emanuel Vargas Leal, dedicou-se, sobretudo, a fomentar o turismo. Projetamos e construímos o Centro de Convenções de Salvador, concedido para reduzir a grande sazonalidade que antes existia no afluxo de visitantes à nossa capital. E fomentamos, por várias formas, o turismo no interior do estado.

Na pasta do Planejamento, Ciência e Tecnologia, sob a responsabilidade do economista Edison Pita Lima, tivemos especial carinho com o Parque de Pituvaçu, onde foi projetado, construído e equipado o Museu de Ciência e Tecnologia, numa época especialmente oportuna para despertar na juventude o significado do desenvolvimento tecnocientífico necessário ao futuro industrial da Bahia. No mesmo Parque, entre várias outras estruturas, construímos o Estádio, ainda subaproveitado, para servir tanto ao futebol como a outras modalidades do atletismo. Integrada a essa Secretaria, funcionou a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), sob a orientação de outro economista, o Professor Osmar Sepúlveda, que se encarregou, entre outras realizações, da expansão do abastecimento da Região Metropolitana de Salvador com produtos agrícolas e elaborou vários projetos para a infraestrutura comum à mesma Região Metropolitana.

No propósito de preservar o *Patrimônio Histórico e Cultural* do Estado, sob a orientação dos professores Mário Mendonça de Oliveira e Valentin Calderon, importantes obras foram realizadas, embora nem todas chegassem a termo, diante das peculiaridades dos trabalhos de restauração, feitos com o devido rigor. Entre muitas outras, abrangeram essas obras, na cidade do Salvador, as do Solar do Ferrão, da Quinta dos Jesuítas, da Igreja do Rosário dos Pretos, do Solar de São Lázaro, da Faculdade de Medicina, de vários imóveis na Rua Gregório de Matos, além de outras, no interior do estado.

A Secretaria de Segurança Pública, tendo como titular Luiz Artur de Carvalho, promoveu a modernização dos serviços da Polícia Civil, cujos equipamentos foram radicalmente melhorados graças à construção do Departamento de Polícia Técnica, abrangendo o Instituto Médico-Legal, o Instituto de Criminalística e o Instituto de Identificação Pessoal, criteriosamente equipados, representando enorme avanço em relação às anteriores condições de trabalho.

A Secretaria do Interior e Justiça teve como titulares, sucessivamente, João Carlos Tourinho Dantas, Edivaldo Brito e Fernando Wilson

Magalhães. Mereceu ênfase especial, nessa Secretaria, a assistência ao menor carente, graças ao programa de treinamento de pessoal especializado e à construção do Centro de Recuperação e Triagem de Menores, no bairro do Cabula, sob a orientação do doutor Raimundo Rocha Filho.

Terminado o mandato governamental, diante das minhas fortes dúvidas acerca do futuro político da Bahia e do Brasil sob a presidência do General Figueiredo, voltei às origens, na Universidade Federal da Bahia. No Laboratório de Genética Humana, dirigido por uma ex-discípula, a brilhante professora e futura reitora Eliane Azevedo, encontrei abrigo para continuar a atividade acadêmica, ao colaborar no ensino das disciplinas de Pesquisa Clínica e Pedagogia Médica, no programa do Mestrado em Medicina Interna e Patologia Médica.

Mantive, entretanto, alguma atividade política, participando, com outros ex-governadores e com deputados federais, da campanha para alterar a legislação político-partidária que havia levado ao bipartidarismo. Alterada a legislação, contribuí para a fundação do Partido Popular, sob a liderança nacional de Tancredo Neves, cuja secção baiana foi por mim organizada. Subsequentemente, devido a um dos “pacotes” eleitorais de inspiração do Palácio do Planalto, o Partido Popular, que vinha crescendo de modo a preocupar os políticos situacionistas, fundiu-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Juntos, formamos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Quando José Sarney assumiu a Presidência da República, instalou-se a grande corrida quanto aos nomes dos que iriam compor o primeiro escalão do governo. Havia sido entendido com Tancredo que eu assumiria a presidência do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Graças ao curto período, de pouco mais de um ano, no exercício daquele cargo, pude aprofundar o conhecimento que tinha sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do país, da sua dependência quanto à qualidade da educação nacional, ao lado da absoluta necessidade desse suporte para o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Desde então, a minha atividade pública passou a girar em torno dessas cogitações e de como transformá-las em providências de ordem prática.

Estava na Presidência do CNPq quando recebi o convite do Presidente Sarney para exercer o Ministério da Saúde, órgão que foi, logo depois, totalmente transformado pela Constituição de 1988. Quando exerci esse Ministério, tinha ele um orçamento mínimo, que mal dava para as tentativas de prevenção, por meios obsoletos, de algumas doenças transmissíveis. Era essa a consequência remota de um erro de origem na legislação trabalhista. As medidas governamentais de prevenção da saúde, a cargo do Ministério da Saúde, equivocadamente, tiveram, por muitas décadas, comando diverso do das medidas curativas destinadas aos trabalhadores, entregues aos órgãos precursores do Ministério da Previdência.

Na condição de Ministro, felizmente, por pouco tempo, tive de contornar dificuldades que nada tinham a ver com as questões técnicas da política da saúde, que eu estava preparado para enfrentar. Consegui, entretanto, aproximar os Ministérios da Saúde e da Previdência, no tocante às atividades deste último no campo da saúde, aproximação essa que veio a ser, logo após, consagrada pela nova Constituição.

Ao deixar o Ministério, o Presidente Sarney indicou o meu nome para a representação do Brasil no Conselho Administrativo da Organização Mundial da Saúde, sediado em Genebra, o que me permitiu adquirir experiência no trato com os problemas da saúde em âmbito internacional.

Continuava eu, até então, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Quando ocorreu o falecimento trágico e inesperado do Presidente Ulisses Guimarães, esse Partido caiu em mãos que desfiguraram o papel que vinha por ele sendo exercido na política nacional. Seguindo o exemplo de outros políticos, cujo perfil tem aspectos semelhantes ao meu, a exemplo dos governadores Franco Montoro e Mário Covas, decidi transferir a minha filiação para o recém-formado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no qual fui muito bem aceito e continuo até agora.

Não encerrei, então, o exercício de funções públicas. Na minha longa carreira de servidor, nunca havia participado de trabalhos legislativos. Mantinha, contudo grande curiosidade a respeito. E era reconhecida a facilidade com que alcançaria ser eleito Deputado Federal. Candidatei-me, em 1994, e, após campanha discreta e comedida, fui eleito com o maior número de votos dentre os candidatos de oposição ao governo local. Exerci esse mandato de quatro anos com alguma satisfação, ao lado de várias decepções. Tive, entre outras, a alegria de participar da Comissão de Comunicação, Ciência, Tecnologia e Informática, e orgulho-me de ter trabalhado em favor da implantação do Conselho de Estudos Avançados e Avaliação Tecnológica da Câmara de Deputados. No final do mandato, publiquei uma coletânea de pronunciamentos feitos em plenário, sob o título “Um Mandato Parlamentar a Serviço das Causas Sociais: Pronunciamentos do Deputado Roberto Santos”.⁴ As decepções a que aludi ficaram por conta da indisciplina própria da ação política entre nós e ao obsoleto regimento da Câmara de Deputados.

Para não me desprezar, totalmente, da atividade pública, antes do final do mandato de deputado, pleiteei e obtive do Governo Federal, a nomeação para o Conselho Nacional de Ciência de Tecnologia, atividade que enseja o convívio de companheiros que partilham comigo a convicção da importância fundamental, para o Brasil e para a Bahia, do desenvolvimento tecnocientífico.

Nos últimos anos, não mais me candidatei a qualquer cargo, eletivo ou não. Tenho tido muito prazer em escrever sobre assuntos diversos, e em participar de atividades da Universidade Federal da Bahia, das Academias de Letras e de Educação, e do Instituto Histórico e Geográfico. Recentemente, publiquei, pela Editora da Universidade Federal da Bahia, sob o título “Reflexões sobre Temas da Atualidade”, um volume contendo palestras e artigos sobre educação, saúde, ciência e tecnologia e outros assuntos.⁵ E tenho pronto para publicação o segundo volume do livro “Vidas Paralelas”, ao qual já me referi, e que diz respeito aos meus anos de vida desde o falecimento de meu Pai, em 1962.

Assim como fui, ao longo de toda a vida, continuarei sendo, pelos anos que me faltem viver, o eterno estudante a serviço da nossa terra e da Universidade Federal da Bahia. De forma alguma tive a sensação de ócio que acomete alguns dos cidadãos e cidadãs que chegam à terceira idade.

Renovo, nestas palavras finais, a expressão de quanto sou grato aos parentes, aos amigos e às amigas, tanto aos que, com as suas presenças, abrilhantaram esta homenagem, como aos ausentes, pelos votos de congratulações por estar completando oitenta anos bem vividos.

Notas

¹ Palestra proferida no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, no dia 21 de setembro de 2006.

² SANTOS, Roberto Figueira. *Vidas paralelas*. Salvador: Edufba, 1997.

³ Esta obra foi lançada em 2008 pela Editora da Universidade Federal da Bahia com outro título: SANTOS, Roberto Figueira. *Na Bahia das últimas décadas do século XX: um depoimento crítico*. Salvador: Edufba, 2008. 260 p.

⁴ SANTOS, Roberto. *Um mandato parlamentar a serviço das causas sociais: pronunciamentos do Deputado Roberto Santos*. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 1998. 164 p.

⁵ SANTOS, Roberto Figueira. *Reflexões sobre temas da atualidade*. Salvador: Edufba, 2005.

Capítulo II

Em agradecimento à entrega do título de Professor Emérito¹

Início estas palavras com o agradecimento devido aos amigos e colegas que mais se empenharam pela outorga do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia que ora recebo. A ex-Reitora Eliane Azevedo relatou o pertinente processo diante da Congregação da Faculdade de Medicina e acompanhou todos os trâmites da indicação, culminando com as palavras que acabamos de ouvir, nas quais reconheço a força da amizade recíproca que tem existido entre nós, ao longo de mais de quatro décadas. O Professor José Tavares Neto presidiu a reunião da Congregação da Faculdade, na qual foi aprovado o parecer da Professora Eliane, e o Reitor Naomar de Almeida Filho presidiu a sessão do Conselho Universitário em que foi confirmada, em última instância, a proposta da

Faculdade de Medicina. A todos os que participaram dessas votações e, em especial, aos responsáveis maiores pela aprovação do título, desejo expressar a minha gratidão, tendo em vista a generosidade dos seus gestos. E aos que estão prestigiando este ato com as suas presenças, quero, igualmente, externar o meu profundo agradecimento.

A mim mesmo tenho perguntado: “Emérito por quê? Por quê emérito?” Que fiz eu, além de cumprir, rigorosamente, as obrigações do professor universitário, para merecer este honroso título? Encontro a resposta em sucessivos atos de coragem, assumidos desde os tempos da minha juventude.

Foi, sem dúvida, por sucessivos atos de coragem, que contribui para a superação das praxes predominantes no ensino médico no Brasil, até a metade da década de 1950. Batalhei, de forma pioneira, na companhia de alguns professores da nossa e de outras Faculdades das mais progressistas do país, para reorganizar o aprendizado prático das disciplinas clínicas, reduzir a ênfase nas aulas teóricas, inserir na formação do futuro médico noções referentes ao significado do ambiente social sobre a problemática da saúde dos indivíduos e das populações, combater a especialização precoce do estudante, adquirida em serviços que escapavam às diretrizes da respectiva Escola, ocorrências frequentes durante muitas décadas. Defendi a implantação do regime tutorial, em virtude do qual pequenos grupos de estudantes iniciam a sua experiência profissional, acompanhando situações concretas relativas aos problemas de saúde de seres humanos e assumindo responsabilidades crescentes, com a supervisão obrigatória e insubstituível do pessoal docente da escola.

Pela mesma época, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia criou a Residência Médica, da qual me orgulho de haver sido o inspirador e o primeiro orientador. Destinado à especialização dos recém-formados, com a sempre insubstituível supervisão do pessoal docente da Faculdade, esse programa ensejou o aperfeiçoamento da formação dos médicos do futuro, enquanto melhorava, sobremaneira, a qualidade da atenção aos pacientes, nos ambulatórios e nas enfermarias. Em livro

intitulado “Ensino Médico e Serviços de Saúde”,² reuni vários pronunciamentos meus sobre o tema ao qual estive, predominantemente, dedicado durante muitos anos.

Foi também ato de coragem assumir a função docente em tempo integral e dedicação exclusiva, mesmo com a renúncia a vantagens de ordem material, numa época em que o magistério superior federal desconhecia esse regime de trabalho. Tal decisão me ensejou a realização de pesquisas no campo biomédico e me permitiu orientar colegas animados de idênticos propósitos que passaram a integrar o Núcleo de Medicina Experimental (Numex), do citado Hospital. Havia sido a implantação desse Hospital Universitário Professor Edgard Santos o mais importante marco na evolução dos serviços de saúde no Nordeste brasileiro em todo o século XX.

Passados alguns anos, quando Miguel Calmon assumiu a Reitoria da Universidade, convidou-me para dirigir o Departamento Cultural que era, então, o órgão encarregado de estudar as alterações na estrutura da nossa e das demais Universidades Federais, exigidas pela evolução da economia do país. Foi, esta, a primeira atividade por mim exercida fora da área do magistério médico. Estava eu imerso nesses estudos de organização universitária quando, em 1967, por circunstâncias imprevistas, foi o meu nome incluído na lista tríplice encaminhada ao Presidente da República para a escolha do futuro Reitor. Assumi a Reitoria a 3 de julho daquele ano.

É de geral conhecimento que as primeiras Universidades brasileiras começaram a funcionar, tardiamente, há muito pouco tempo, no começo da década de 1930. Algumas delas, a exemplo da nossa, tinham raízes mais profundas no tempo. Existiram instituições precursoras da nossa Universidade desde séculos passados nos cursos oferecidos pelo Colégio dos Jesuítas e na Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador.

Vinham as Universidades brasileiras, criadas entre as décadas de 1930 e o ano de 1960, prestando relevantes serviços à sociedade brasileira, por formarem, em nível superior de educação, com proficiência,

os recursos humanos necessários aos serviços da nossa população. Essa importantíssima parcela das suas atribuições, contudo, com raras e honrosas exceções, não se acompanhava de uma ênfase maior na outra vertente da atividade universitária, que é o preparo de pesquisadores e a implementação de pesquisas técnico-científicas, como compromisso inerente ao próprio conceito de Universidade e não, apenas, como resultado de iniciativas individuais e esporádicas de alguns membros do seu corpo docente. Ressalvadas raras e honrosas exceções, os trabalhos relativamente escassos de investigação científica realizados entre nós, desde o período colonial até mais de um século após a Independência, foram elaborados por órgãos especializados, particularmente nas áreas da saúde e da agricultura, fora das instituições preparadoras de profissionais de nível superior e por cientistas formados, com absoluta predominância, em países europeus.

Na transição entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil atravessou um surto de intenso progresso e de modernização da sua vida social. Até então, a grande maioria dos bens e serviços que envolviam tecnologias avançadas, mesmo os de uso corrente pela nossa população, resultavam da importação de produtos e de processos originados nos países mais desenvolvidos. Àquela altura, as nossas Universidades, pela sua própria iniciativa e também devido à pressão exercida por lideranças do setor produtivo, se deram conta da importância da intensificação do preparo de pesquisadores e da implementação de pesquisas para melhor conhecimento das nossas matérias-primas, dos nossos recursos humanos e do nosso mercado.

O exame das medidas mais necessárias a essa transformação mostrou como era inadiável a reorganização das cátedras então dedicadas aos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras). Eram, até então, essas disciplinas, lecionadas em várias Faculdades de cada Universidade, como apoio à fase profissionalizante dos currículos para a obtenção dos diplomas das diversas categorias de profissionais. Com a criação das primeiras Faculdades

de Filosofia, Ciências e Letras, essas disciplinas básicas, entre nós, haviam começado a ser cultivadas pela sua própria importância, e não, apenas, como preparação ao entendimento das práticas das diferentes categorias de profissionais. Constituíam verdadeiras exceções, pelo Brasil afora, as cátedras com essa finalidade, que ofereciam programas regulares de pesquisa e de pós-graduação. Os recursos humanos, materiais e financeiros destinados a esses ramos básicos do saber permaneciam *fragmentados* entre as diferentes Faculdades de cada Universidade, o que dificultava a formação de “massa crítica” de conhecimentos, de pessoal e de equipamentos que assegurasse a geração de pensamento inovador e de projetos de investigação marcados pela originalidade.

Havia uma razão histórica para isto: as nossas Universidades criadas entre 1930 e 1960 haviam resultado, todas, da aglomeração de Faculdades isoladas, preexistentes e completas em si mesmas. Isto é, todas incluíam disciplinas profissionalizantes, privativas da profissão correspondente, além das disciplinas básicas, comuns a diferentes currículos. Assim, por exemplo, existiam, em cada Universidade, uma ou mais cátedras de Matemática na Escola Politécnica, outras nas Faculdades de Filosofia, de Arquitetura, de Ciências Econômicas e Contábeis, tanto da nossa, como das demais Universidades criadas entre 1930 e 1960. A evidente pulverização dos meios dedicados às ciências básicas impedia que florescessem a pesquisa e os programas de pós-graduação, no caso em apreço, da Matemática. Fenômeno idêntico ocorria em relação aos demais ramos básicos do conhecimento.

Sabe-se que o sucesso na formação de pesquisadores e na realização de pesquisas é muito difícil onde não existe o regime de trabalho em dedicação exclusiva. Ora, nas unidades universitárias dedicadas às ciências básicas, invariavelmente, é mais fácil recrutar pessoal docente nesse regime de trabalho do que nos departamentos das disciplinas profissionalizantes. E esse regime não existiu na rede federal de ensino superior no Brasil antes do final da década de 1960.

Eram esses os mais fortes motivos pelos quais não se imprimia grande ênfase à realização de pesquisas na maioria das nossas instituições universitárias. Conscientes dessa realidade, os membros do Conselho Federal de Educação elaboraram proposta de reestruturação das Universidades, aceita pelo Governo Federal, e por este transformada em lei, baseada em dois princípios essenciais: o da não duplicação de meios para fins idênticos; e o da indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Por pertencer, então, ao Conselho, participei da elaboração dessas normas, para a qual, ao contrário do que alguns pensam e dizem, não ocorreu, de forma alguma, qualquer influência de personalidades estrangeiras nem de representantes do governo federal da época.

A tradução de tais princípios em medidas práticas implicava profunda reestruturação nas nossas Universidades, mediante mudanças que exigiam atos de coragem para a sua implantação. Coube a mim, na condição de Reitor, liderar essa transformação na Universidade Federal da Bahia, tarefa que anunciei como prioritária para o meu período à frente da Reitoria. Decorridos mais de quarenta anos, as suas consequências são claramente evidenciadas pela análise de dados numéricos da nossa atualidade. Assim, no ano de 2007, contava a Universidade com 46 cursos de mestrado, nos quais estavam matriculados 2.070 alunos; e 26 programas de doutorado, com 920 candidatos ao título. Do total de 1.708 membros do corpo docente, 1.233 adotavam o regime de dedicação exclusiva; desses, 793 eram doutores e mais 364 tinham o título de mestre. A Universidade dispunha de 959 bolsas de diferentes origens, destinadas a alunos de pós-graduação e a pesquisadores.

Em decorrência da reestruturação, em cada Universidade, dentre as oriundas daquele período, novas unidades foram criadas, a fim de se ocuparem com cada qual dos ramos dos setores básicos do conhecimento. A nossa Universidade passou a ter, na sua estrutura, de acordo com os citados decretos-leis, os Institutos de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Geociências, de Filosofia e Ciências Humanas, e de Letras. Desmembraram-se, para isso, antigas cátedras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e outras, oriundas de unidades de formação

profissional, a exemplo da Escola Politécnica, das Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Administração, Arquitetura, Economia e de Ciências Contábeis. Criou-se, além disso, a Faculdade de Educação.

Várias das novas unidades (as de Matemática, Física, Química, Geociências e, parcialmente, a de Biologia) passaram a ocupar prédios para esse fim construídos, durante o meu mandato, graças a financiamentos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Modernos laboratórios foram equipados com instrumental muito mais rico do que os seus predecessores. Professores de Universidades estrangeiras foram convidados a lecionar pelo período de vários anos, mediante seleção que teve a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e graças a recursos oferecidos pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Tomou grande impulso o *campus* da Federação e se expandiu o do Canela. As gestões para o financiamento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que assegurou os recursos para essas benfeitorias foram desencadeadas pelo Reitor Miguel Calmon e, devido ao longo período de amadurecimento das operações internacionais, somente ocorreu o desembolso quando estava eu na reitoria da UFBA. Foi implantado o Instituto de Ciências da Saúde, para acolher as disciplinas pré-profissionais das Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia e das Escolas de Enfermagem e de Nutrição. Criou-se o Conselho de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão, ao mesmo nível hierárquico do Conselho Universitário. Mudou a composição dos Conselhos, para que os setores básicos do conhecimento, até então representados, fundamentalmente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, passassem a ser representados, no governo da Universidade, por nada menos que seis membros do magistério. Transferiu-se a Escola de Belas Artes do Centro Histórico de Salvador, onde estava, fisicamente, distante das demais unidades, para o bairro do Canela, próximo às outras Escolas de Artes. E a ela se acrescentou a Galeria Cañizares, em prédio para esse fim adquirido, a fim de acolher exposições de trabalhos de professores e alunos.

Por mecanismo inteiramente diverso das regras da reestruturação e graças a providências oriundas do governo federal, a Escolas de Agronomia e de Veterinária, até então ligadas ao governo estadual, foram acolhidas pela Universidade Federal e passaram a ser financiadas pelo orçamento da República. Implantou-se a matrícula por disciplina, o que gerou maior flexibilidade no cumprimento dos currículos. Foram quatro anos de muito trabalho, muita animação e grande coesão da parte de uma equipe de excepcional mérito, graças à sua dedicação e ao seu conhecimento dos princípios da organização universitária.

Mas não foi apenas em relação à pós-graduação e à pesquisa que a nossa Universidade tomou grande impulso. Eis alguns exemplos: entre os anos de 1967 e 1971, correspondentes ao meu mandato, mais do que dobrou o número de alunos da Universidade, de pouco mais de 5.000 para cerca de 11.000; foi consideravelmente ampliado o número de vagas de primeiro ano dos vários cursos, de 1.200, no ano de 1967, para cerca de 3.000, em 1971; ampliou-se o espaço físico a serviço da Universidade, mediante mais de 30.000 m² projetados, construídos e equipados para os Institutos básicos, e mais cerca de 17.000 m² para uso das disciplinas profissionalizantes, total ou parcialmente construídos e equipados no mesmo período. Organizamos, com regularidade, sessões anuais de apresentação de pesquisas feitas na Universidade; implantamos o vestibular unificado, com grande aperfeiçoamento do processo de admissão dos alunos; intensificamos os contatos nacionais e internacionais com instituições culturais e entidades financiadoras de atividades universitárias, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundações Kellogg, Rockefeller, Ford, Gulbenkian, Conselho Britânico, Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Cooperação (ORSTOM), entre outras; empreendemos importantes programas de extensão, a exemplo do “Festival do Barroco Baiano”, com a colaboração da Fundação Gulbenkian, e o ciclo de estudos sobre o Recôncavo Baiano, com a colaboração do Instituto

de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. A minha atividade como Reitor se acha retratada em livro intitulado “A Universidade e os Novos Propósitos da Sociedade Brasileira”.³

Terminado o mandato de Reitor, quando a legislação proibia a reeleição para o cargo, candidatei-me à Presidência do Conselho Federal de Educação, órgão que gozava, na época, de grande prestígio junto às altas autoridades do país. Mudei-me para Brasília, com toda a família, e lá residimos durante quase quatro anos. O Conselho se havia transferido, recentemente, do Rio de Janeiro para Brasília, e se fazia necessário um grande esforço de dinamização do órgão ao qual me dediquei inteiramente. Fiquei conhecendo melhor as engrenagens do poder a nível federal, o que me foi muito útil quando exerci outras atividades, posteriormente, no Governo da Bahia e na capital da República.

Estava por terminar o meu mandato de presidente do Conselho Federal de Educação quando fui escolhido candidato ao Governo da Bahia. Enfrentei, a começar desse tempo, profunda modificação no estilo de vida que havia conhecido até então. A minha principal motivação para trilhar o novo caminho provinha da vivência dos meus dias de total dedicação ao Hospital da Universidade, onde atendi, exclusivamente, durante muitos anos, pacientes então rotulados de “indigentes”, isto é, brasileiros e brasileiras que não dispunham de qualquer cobertura financeira para os cuidados à sua saúde, a não ser pela frequência ao Hospital Universitário e a outros hospitais filantrópicos. Convivi, assim, intimamente, com o modo de vida dos baianos de mais baixa renda, o que influenciou, decisivamente, a minha atuação como Governador do Estado, alguns anos mais tarde.

Passados os quatro anos de exercício do governo do Estado, voltei à Universidade. Após examinar as hipóteses de como servir a esta instituição, nas novas circunstâncias, decidi fixar-me no Laboratório de Genética Humana da Faculdade de Medicina, sob a direção da Professora Eliane Elisa Azevedo, que havia sido minha discípula nos tempos de estudante e recém-diplomada em Medicina.

Foi, pois, na minha integral dedicação às atividades acadêmicas, ao longo de várias décadas, que encontrei motivação para o desempenho de funções políticas e administrativas em outras instâncias, como as que exerci no Governo do estado, na Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, no Ministério da Saúde, na representação do Brasil junto à Organização Mundial da Saúde, na Câmara Federal e no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Em livro que está sendo lançado hoje, descrevo a minha atuação no exercício dessas múltiplas atividades. Toda a minha vida pública tem, pois, as suas raízes assentadas, firmemente, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

A minha total doação ao serviço público não teria sido possível não fosse a educação que recebi dos meus pais, Carmen e Edgard, e da compreensão, representada pelo incondicional apoio da minha mulher, Maria Amélia, e dos meus filhos e filhas, Anneliese, Cristiana, Edgard, Maria Carmen, Roberto Filho e Patrícia. Em parceria com Maria Amélia, foi também o resultado de atos de coragem havermos conseguido bem educar seis filhos, quando era ainda exequível cuidar de prole tão numerosa.

Por tudo o que foi dito, dedico aos meus pais, Carmen e Edgard, a Maria Amélia e aos nossos filhos e filhas, netos e netas, o título de Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, que acabo de receber.

Notas

¹ Discurso proferido em Salvador, no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, no dia 2 de dezembro de 2008.

² SANTOS, Roberto Figueira. *Ensino médico e serviços de saúde*. Salvador: Núcleo de Publicações Centro Editorial e Didático UFBA, 1974.

³ SANTOS, Roberto Figueira. *A Universidade e os novos propósitos da sociedade brasileira*. Salvador: Edufba, 1973. 211 p.

Capítulo III

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia¹

Com a maior satisfação, antevero as oportunidades de estar presente, mais assiduamente, às palestras e aos diálogos com os ilustres confrades e confreras integrantes do corpo social desta Casa. Desejo manifestar o meu agradecimento, muito especialmente, aos que, para isso, mais contribuíram, respectivamente, a Acadêmica Consuelo Pondé de Sena, nossa digna Presidente, e o Professor Edivaldo Boaventura, orador que integra a nossa Diretoria.

Sabidamente, os Institutos Geográficos e Históricos não se têm limitado a escolher para o seu corpo social, com exclusividade, os que se profissionalizaram como historiadores e geógrafos. Da mesma forma, as Academias de Letras, pelo mundo afora, não elegem apenas literatos consagrados para ocupar as suas cadeiras. A minha condição de médico – pois essa é a profissão para a qual me preparei desde a juventude,

que marcou toda a minha vida e teve claros reflexos sobre as minhas atividades, mesmo quando eram, aparentemente, distanciadas dessa formação – a minha condição de médico, repito, criou oportunidades para aventurar-me a trilhar caminhos muito diversificados nos domínios da história e das letras.

Tem plena razão o notável intelectual norte-americano Arthur Schlesinger Junior, quando afirma que a história representa para qualquer nação o que a memória é para os indivíduos. E compara a pessoa desmemoriada com a nação que, ao ser privada do conhecimento da sua história não saberá lidar com o seu passado nem com o presente. O autor lembra, adiante, que a história não é um livro fechado, nem representa o veredicto final para qualquer das informações registradas, devendo manter sempre a sua capacidade para autocorrigir-se.

Por ser médico, tornei-me professor de Medicina. E, como educador, dediquei-me com profundidade a conhecer a história da formação de médicos e da pesquisa biomédica no nosso país. Para melhor entender a realidade dos tempos atuais, pesquisei o passado das instituições e das personalidades que fizeram a sua história. De outra parte, cuidei de estudar e de atuar sobre as relações entre a preparação dos médicos e a formação de outros profissionais com educação superior, o que vale dizer, inteirei-me das formas de inserção das Faculdades de Medicina na organização universitária, em diferentes épocas e países. Igualmente, dediquei-me a analisar a formação dos profissionais da Medicina em relação ao funcionamento dos serviços de saúde em nossa terra. Entrelaçadas, intimamente, com o processo educacional, em níveis de graduação e de pós-graduação, estão as pesquisas biomédicas, em especial as pesquisas clínicas, também objeto de estudos e de publicações da minha lavra.

Ao exercer o Governo da Bahia, tendo presente, sempre, a minha condição de médico, ocupei-me, prioritariamente, das áreas da educação, da saúde e do bem-estar dos diferentes segmentos da nossa população. Envolvi-me na trama política, não apenas nas esferas municipal e estadual como no âmbito nacional. E deixei marcas sobre a infraestrutura

física do extenso território do Estado, sob a forma de estradas, de linhas de eletricidade, de trabalhos de saneamento e de melhoramentos urbanos, entre os quais se destaca a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, de tão intensa repercussão em nossa economia. Sobre tudo isso, escrevi depoimentos, alguns já publicados, e mais um, ainda inédito, que constituirá o segundo volume do livro “Vidas Paralelas”, a seguir, brevemente, para o prelo.²

Permitam-me recordar, a título de curiosidade, a primeira oportunidade que tive, de visitar esta Casa e de conhecer o impressionante salão de atos que nos acolhe, no momento. Era eu estudante de ginásio, no Colégio Antonio Vieira, nesta Capital. Estávamos no ano de 1941 ou 42. O meu professor de matemática era um jovem jesuíta, originário de um dos estados do nordeste brasileiro. Ao vir para Salvador, o meu professor leu em jornais desta terra uma entrevista do Professor Leopoldo Amaral, da Escola Politécnica, baseada em ideias originais acerca da possível existência de logaritmos negativos. O padre resolveu contestar publicamente essa tese, e fez declarações à imprensa que geraram verdadeira polêmica e resultaram num desafio ao ilustre professor de Engenharia para um debate público, marcado e realizado neste recinto. Em duas tribunas, muito próximas de onde nos encontramos agora, puseram-se os dois contendores a discutir, usando argumentos cujo conteúdo eu mal assimilava. Como era de esperar-se, não se chegou a qualquer conclusão. Não houve vencido, nem vencedor. Ficou, porém, na minha memória, a lembrança da imponência deste recinto e das gloriosas tradições do Instituto. Nas atas desta Casa, seguramente, figura o registro do que foi, para mim, uma ocasião inesquecível, mesmo quando transcorridos mais de sessenta e cinco anos.

Perdoem-me a intromissão em área que, apesar do encantamento que em mim desperta, não vem sendo a que mais me mantém ocupado. Feliz e honrado estou, pois o convívio nesta Casa abre caminho para associar-me aos que cultivam algumas das mais belas aventuras do espírito.

Notas

- ¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 26 de agosto de 2009, por ocasião da posse como Presidente de Honra.
- ² Esta obra foi lançada em 2008 pela Editora da Universidade Federal da Bahia com outro título: SANTOS, Roberto Figueira. *Na Bahia das últimas décadas do século XX: um depoimento crítico*. Salvador: Edufba, 2008. 260 p.

Capítulo IV

Comemorações do centenário do Colégio Antonio Vieira¹

A fim de comemorar o primeiro centenário da fundação do Colégio Antonio Vieira, verdadeiro marco na história da educação em nosso meio, estão sendo registrados testemunhos de ex-alunos sobre as lembranças dos tempos por eles vividos enquanto estudaram naquela instituição de ensino. Convocado pelos professores Waldyr Freitas de Oliveira e Edilece Couto para participar desses eventos, quero agradecer a distinção do convite e manifestar a alegria em acrescentar as minhas reminiscências às dos demais colegas vieirenses.

A vasta experiência educacional dos jesuítas, acumulada desde o século XVI, quando da criação da ordem pelo Santo Inácio de Loyola, vem sendo adaptada às variações no tempo e às diversidades culturais entre

as regiões do mundo onde tem sido posta em prática. Essas adaptações me levam a situar a época em que frequentei, naquele colégio, o então chamado “curso ginásial”, com a duração de cinco anos. As sucessivas reformas da legislação brasileira transformaram o “ginásio” em parcela do que atualmente se rotula de “ensino básico”.

Comecei a frequentar o Colégio Vieira no final de 1936, ao completar dez anos de idade, a fim de familiarizar-me com o ambiente no qual ia submeter-me ao temido “exame de admissão” ao ginásio. Esse exame foi abolido, muito tempo atrás. Tendo obtido as notas mais altas entre os numerosos candidatos, voltei ao colégio no começo de 1937, para cursar o primeiro ano ginásial. Frequentei o Vieira até o final de 1941, quando terminei o quinto ano, e, assim, completei o curso ginásial.

Desde a sua fundação, em 1911, estava, então, o Colégio Vieira sob a responsabilidade de jesuítas portugueses que haviam deixado o país de origem, por motivos de natureza política. Portugal, naquela época, atravessava dificuldades resultantes da transição do regime monárquico de governo para o da república. Em Salvador, inicialmente, por pouco tempo, instalou-se o novo colégio em prédio situado à Rua do Sodré. Ao fim de cerca de dois anos, mudou-se para imóvel próximo ao Largo da Piedade, ao lado do edifício ocupado, por muitos anos, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e é hoje a sede da Ordem de Advogados do Brasil – Seção do estado da Bahia. Os jesuítas tiveram como liderança maior, naquele período, o Padre Luiz Gonzaga Cabral, intelectual de grande renome, a quem coube promover a construção do edifício inaugurado em 1934, no bairro do Garcia, onde o colégio continua sediado até agora.

Quando frequentei o Vieira, o número total dos seus alunos era pouco superior aos quatrocentos. Nas séries do curso ginásial havia, apenas, duas turmas, rotuladas, respectivamente, de “A” e de “B”. As turmas “A” das várias séries eram integradas pelos alunos “internos”, em geral oriundos de famílias que residiam no interior do estado. Esses alunos moravam no próprio Colégio, onde faziam todas as suas refeições.

Os alunos das séries "B", considerados "externos", provinham de famílias residentes na cidade do Salvador, permaneciam no Colégio, apenas, durante os horários das aulas. Tenho notícia de que o número total de alunos se acha, atualmente, decuplicado em relação ao que era enquanto eu frequentei o colégio. O regime de internato foi abolido, o que permitiu a transformação de parte dos dormitórios e do refeitório destinados aos internos, a fim de acolher maior número de alunos "externos". Além disso, ocorreu a ampliação das áreas usadas pelos alunos, graças à construção de novos pavilhões, sobre o terreno original. Pelas notícias que tenho dos meus filhos e netos, as transformações do Vieira foram muito além da parte física do Colégio. Por exemplo: o recrutamento de maior número de professores que não integram a Companhia de Jesus permitiu que a composição do corpo docente se fizesse com liberdade maior, do que acontecia no meu tempo de aluno.

A maior parte do corpo docente do Vieira, enquanto fui seu aluno, era constituída por jesuítas portugueses, aos quais se acrescentavam uns poucos professores "leigos". Tenho notícia de que essa proporção foi se alterando ao longo do tempo. Atualmente, os professores são "leigos", na sua quase totalidade. Era Diretor do Colégio o Padre Constantino Cardoso, com idade muito avançada, figura reverenciada pelos demais jesuítas e pelos professores "leigos". O Padre Cardoso mantinha-se, porém, distante dos alunos. Nós mal o conhecíamos. Dos jesuítas que foram meus professores, considero o Padre Camilo Torrend o que melhor desempenhou as funções de educador. Naturalista formado segundo o modelo que prevaleceu na Europa do século XIX, tinha ele cerca de 80 anos de idade quando foi meu professor. Originário de uma das ex-colônias francesas do Mar Caribe, falava a língua portuguesa com um sotaque *sui generis*. Tendo vivido muitas décadas na Bahia, viajara extensamente por todo este estado, o que lhe permitiu estudar em profundidade as peculiaridades da nossa fauna, da nossa flora, assim como da geologia e da mineralogia no mesmo território. As suas aulas tinham feitio muito prático, uma vez que eram acompanhadas pela apresentação de espécimes coletados

durante as suas excursões de caráter científico pelo nosso interior. Ao lado da sua atuação como professor, o Padre Torrend realizou importante obra social de apoio aos estudantes de menor poder aquisitivo, graças à criação do “Educandário” que levou o seu nome e ocupou, durante várias décadas, um imóvel situado no Corredor da Vitória, em Salvador.

Dentre os professores “leigos”, devo destacar a excelente didática do Professor Pedro Tavares, de Matemática, e a profunda familiaridade com a Língua Portuguesa, do professor Raul da Costa e Sá. Pela disciplina dos alunos, característica marcante da pedagogia dos jesuítas desde os tempos da fundação da ordem, foram, então, responsáveis o português Padre Abranches e o sergipano e ex-vieirense Padre Francisco Tavares Bragança. No final de cada ano, o Colégio promovia solenidade para a entrega de medalhas atribuídas aos alunos como prêmios pelo desempenho nas diferentes matérias do currículo durante o ano letivo que findava. O meu nome figurou, muitas vezes, nesses livros, dos quais conservo alguns exemplares, e que eram distribuídos nas solenidades às quais compareciam familiares dos alunos. Durante essas cerimônias eram encenadas peças teatrais protagonizadas pelos próprios alunos. Tudo isso integrava a tradição jesuítica, da qual fazem parte o cultivo de valores éticos inerentes ao catolicismo e o exercício da força de vontade como meio de atingir os fins colimados pelos ex-alunos ao longo de toda a nossa vida.

Durante as décadas mais recentes, ao lado da minha esposa Maria Amélia, acompanhamos a evolução do Colégio, porquanto todos os nossos seis filhos e filhas, assim como alguns dos nossos netos, têm frequentado o Vieira. Noto, por exemplo, como tem crescido o envolvimento dos pais dos alunos nas atividades escolares. Observo, também, a satisfatória evolução do ensino das ciências, em relação ao que prevaleceu nos meus tempos de estudante. Naquela época, os conhecimentos científicos nos eram transmitidos como se fossem a verdade absoluta e definitiva, sem margem para a dúvida, nem, menos ainda, para a divergência e para o debate entre professores e alunos. Fazia exceção a essa regra o citado Padre Torrend, que nos deixava à vontade para indagar e comentar. Os críticos

mais severos da pedagogia jesuítica, durante muito tempo, se referiram à ausência de estímulo à originalidade e à independência das ideias como aspectos negativos da educação nos colégios da ordem. Era, ainda, sob alguns aspectos, a reminiscência do *Ratio Studiorum*. A atitude atual dos professores no mesmo colégio, segundo depreendo das referências feitas pelos meus netos, está muito mais conforme as práticas educacionais recentes em boa parte do mundo, segundo as quais o ensino das ciências deve orientar-se no sentido da redescoberta, pelos alunos, dos principais fundamentos das leis que regem a natureza, conhecimentos que não devem ser considerados como definitivos, por estarem sempre sujeitos a alterações, ao longo do tempo.

Os cem anos de história do Colégio Antonio Vieira, refletindo as constantes adaptações da experiência pedagógica jesuítica ao longo dos muitos séculos, asseguram a previsão de que será sempre crescente o sucesso da instituição à qual nós, os ex-vieirenses, somos gratos por devermos parcela essencial da nossa formação.

Nota

¹ Pronunciamento feito no Colégio Antonio Vieira, em Salvador, no dia 30 de agosto de 2011.

Capítulo V

A rua Chile em tempos passados¹

Entre tantas mudanças sofridas pela cidade do Salvador nas décadas mais recentes – inclusive algumas difíceis de entender e de aceitar –, quero lembrar as que ocorreram na rua Chile. Valho-me, tão somente, neste desprezioso depoimento pessoal, de episódios colhidos da minha memória. Procurarei relembrar por que e como, durante muitas décadas, a rua Chile ocupou parcela expressiva do tempo de grande número de soteropolitanos, para diferentes finalidades, ao longo das várias fases das nossas vidas.

A mais antiga lembrança que me ficou da rua Chile originou-se na primeira metade da década de 1930 (eu nasci em setembro de 1926). O meu pai, Edgard Santos, era professor de cirurgia da Faculdade de Medicina da Bahia. A fim de atender à sua vasta clientela privada, ocupava ele um consultório com várias salas, no segundo andar do edifício que

tinha o nome de “Palacete Catarino”, construído sobre terreno que se estende da rua Chile à rua da Ajuda. Esse imóvel foi demolido há vários anos e era um dos muitos de propriedade do Senhor Bernardo Catarino, português que era o homem mais rico da Bahia naquela época. O terreno onde estava implantado o edifício é hoje ocupado por um terminal de linhas de ônibus. Todos os anos, na tarde da Sexta-Feira Santa, era praxe da nossa família assistir à passagem da “Procissão do Senhor Morto”, debruçando-nos sobre as janelas do consultório do meu Pai que ficavam sobre a rua Chile. Convém lembrar que essa procissão, um dos eventos mais importantes da vida religiosa da cidade, atraía grande público. Nas Sextas-Feiras Santas, naquela época, os homens se vestiam de preto e as estações de rádio da cidade tocavam somente música clássica (de repertório que não se limitava a peças fúnebres). O momento mais esperado da procissão era o da passagem do púlpito sob o qual se acomodavam as autoridades locais, incluindo o Arcebispo, o Governador do estado e o Prefeito de Salvador, colocados ao lado da famosa escultura representando Jesus levado ao sepulcro, do qual ressuscitou no Sábado de Aleluia. Uma banda de música acompanhava as autoridades sob o púlpito. Às margens do asfalto, observavam-se as lojas mais elegantes da cidade, com as suas portas fechadas em sinal de respeito ao significado da Sexta-Feira Santa.

Cerca de cinco décadas depois, enquanto fui Governador da Bahia, participei, com Maria Amélia, da cerimônia que, anualmente, dava início a essa procissão. Em frente ao altar-mor da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, autoridades e fiéis devotos assistiam a uma peça teatral em que vários atores, vestidos a caráter, protagonizavam cenas da Via-Sacra. Em seguida, as personagens que participavam dessas cenas atravessavam a nave da Igreja e, já nas ruas do bairro do Pelourinho, iniciavam o percurso da “Procissão do Senhor Morto”, como era designada. Essa, depois de descer e subir as ladeiras do bairro, passando em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, contornava o Terreiro de Jesus. A procissão parava, brevemente, em frente à Catedral Basílica e atravessava, em seguida, a praça da Sé (fazia poucos anos desde que a antiga Sé havia sido demolida,

originando uma das mais vibrantes controvérsias na história da cidade). Logo chegava à praça Municipal e à rua Chile, ao longo da qual, em pé, se concentrava parcela expressiva da população de Salvador. A passagem do pátio que cobria as autoridades civis e eclesiásticas era recebida com palmas. Ao chegar ao final dessa rua, a procissão acompanhava a curva que dá acesso à rua da Ajuda e, dali, percorria o caminho de volta.

Quero relatar outras lembranças das mais antigas que tenho da rua Chile. No início do ano letivo de 1936, aos meus nove anos de idade, fui matriculado no “Colégio Alemão” situado na avenida Sete de Setembro, próximo ao Campo Grande. Comecei, então, a ter fortes dores de cabeça. A minha Mãe levou-me a consultar o Professor Martagão Gesteira, catedrático de Pediatria da Faculdade de Medicina e amigo do meu Pai. Como o aparecimento das dores de cabeça coincidira com o reinício do ano letivo e o conseqüente aumento do meu esforço visual para a leitura e a escrita, o Professor Gesteira recomendou que eu consultasse um oftalmologista. Dirigimo-nos, então, ao consultório do Professor Eduardo Moraes, em plena rua Chile, onde se situavam muitos dos consultórios dos mais credenciados médicos da terra. Como era praxe na época, o Professor Eduardo Moraes, catedrático de otorrinolaringologia, era, também, exímio oftalmologista. Feito o diagnóstico de miopia, tornou-se necessário encomendar os meus primeiros óculos, aos quais se seguiram inúmeros outros, que me acompanharam para o resto da vida. Voltamos, assim, à rua Chile, onde ficava a Ótica Universal, precursora das lojas do Tio Ernesto que continuam a existir em vários pontos da nossa cidade. Durante alguns anos, como acontece com frequência entre os jovens míopes, voltei ao consultório do Professor Eduardo Moraes e à mesma ótica, ambos, portanto, na rua Chile, a fim de ajustar os primeiros óculos à crescente intensidade da minha miopia. Pela mesma época, recebi o presente de uma máquina fotográfica de modelo “caixão” e de marca “Agfa”. Foi mais um motivo para visitar, repetidamente, a Ótica Universal, a fim de comprar os filmes que eram depois entregues à mesma loja para a devida revelação.

Existiam muitos outros motivos que nos levavam à rua Chile, ainda na minha infância. Entre esses, lembro que acompanhava a minha Mãe nas compras por ela feitas na Casa Sloper e na Loja Duas Américas onde, a fim de atrair as freguesas, havia sido instalado um salão de chá. Em outras ocasiões, visitávamos a Sorveteria Cubana, ao lado da parte alta do Elevador Lacerda. Quando lá chegávamos antes do fim da tarde, e não estava chovendo, sentávamos em torno das mesas que ladeavam a balaustrada por sobre a qual apreciávamos a beleza da Baía de Todos-os-Santos. Quando lá íamos à noite, meu Pai levava a família no seu automóvel de marca Jordan (já desaparecida há muito tempo). A Sorveteria Cubana oferecia, então, uma inovação: os sorvetes eram servidos no próprio carro, em bandejas fixadas na porta dos automóveis. Passados mais alguns anos, na outra extremidade da rua Chile, próxima ao Largo do Teatro (ou praça Castro Alves), surgiu a elegante Confeitaria Baiana, ponto de encontro dos jovens buscando namoro e dos adultos que iam atrás das “fofocas” recentes. Entre um extremo e outro da famosa rua, situava-se a Confeitaria Chile, mais ampla, muito mais antiga e menos requintada que a “Baiana”, e sempre muito procurada por uma grande população de adultos. Ao menos duas farmácias que ficavam na mesma rua – respectivamente a Farmácia Chile e a Farmácia Maria – eram as preferidas de uma vasta clientela. Quase em frente à Confeitaria Baiana ficava o prédio do jornal “A Tarde”, que se mudou de lá faz muitos anos.

Outro ponto de encontro na rua Chile, que atraía muitos frequentadores habituais, era o Café da Bernadette, desprovido de mesas e de cadeiras e que, mesmo assim, tinha a preferência de intelectuais e homens de negócios. Os clientes da Senhora Bernadette permaneciam de pé, estrategicamente, em posição que permitia apreciar o desfile das mulheres bonitas, na esperança de terem sucesso em “conquistar” algumas dentre elas. Como todos sabem, o ritmo de vida na cidade era muito mais lento que o atual; isto é, havia tempo suficiente para tudo o que venho descrevendo. Vale ainda relatar uma curiosidade que se tornou supérflua com a evolução dos costumes: bem no meio da rua Chile existia um ponto de

parada de bondes, defronte ao qual se colocavam cidadãos respeitáveis à espera das oportunidades de melhor enxergar o que ficava à mostra acima das pernas bem torneadas das mulheres bonitas, quando estas se esforçavam para galgar o veículo. Já não passam mais bondes pela rua Chile; eles não mais existem em toda a cidade do Salvador. A maior parte dos trilhos por onde passavam desapareceu depois de desenterrados e vendidos como ferro velho.

Todo os anos, durante os dias e as noites do Carnaval, os foliões ocupavam a rua Chile, transformada em palco dos mais concorridos para os festejos próprios daquele intenso período da vida da cidade. Quando cheguei à adolescência, passei as manhãs dos dias de Carnaval nos salões do Palace Hotel, um dos mais vistosos imóveis da rua Chile. A entrada era franca; a animação, enorme; a barulheira, infernal. Muitos homens e mulheres usavam máscaras. As foliãs do sexo feminino pertenciam aos mais variados estratos sociais.

Cheguei à maturidade. Sobre a rua Chile continua a existir o Palácio Rio Branco, de onde governei a Bahia, durante quatro anos, e que foi, recentemente, reformado. A área sobre a qual foi construído continua sendo um espaço privilegiado, que proporciona a visão do panorama deslumbrante da Baía de Todos-os-Santos e vem sendo ocupado pelo poder público estadual desde que Tomé de Souza ali instalou o primeiro Governo Geral do Brasil, há quatrocentos e sessenta anos (1549). O valor estratégico desse espaço está em ensejar a melhor defesa da primeira capital da colônia contra os invasores daquele tempo.

Nas margens da rua Chile, não mais existem os cinemas, principal meio de lazer do cidadão comum até que veio a televisão. O Cine Glória e o Cine-teatro Guarani se encontravam muito próximos a um dos extremos da citada rua, enquanto os Cinemas Excelsior e Liceu ficavam próximos ao outro extremo. Após as sessões de cinema, eram muito procuradas as sorveterias e as confeitarias a que já aludi. As compras nas lojas da rua Chile eram articuladas, frequentemente, com os horários das sessões de cinema.

Conforme já mencionei, não existem mais os bondes, onde tantos namoros começaram e progrediram, ou se desfizeram. O Palacete Catarino foi demolido. O Palace Hotel está fechado. O jornal “A Tarde” está longe dali, na avenida Tancredo Neves. Muitas lojas se mudaram. Desapareceram as “Duas Américas” e a sua casa de chá, a “Baiana” e a “Confeitaria Chile”. Não sei quantos consultórios médicos ainda estarão por lá; serão, seguramente, em número inferior ao do passado. Os cinemas fecharam ou sofreram profundas transformações. Já nem são muitas as pessoas interessadas em conhecer a origem do nome da rua. Poucos baianos sabem que esse nome se deveu ao entusiasmo dos nossos conterrâneos, despertado pela passagem por Salvador de uma fragata chilena que servia de navio-escola para os aspirantes a oficiais da Marinha do país amigo. Mas, para nós, os que vivemos a Bahia de outros tempos, permanecem intactas as lembranças da rua Chile. Essas, jamais se apagarão das nossas memórias.

Nota

¹ Texto inédito, redigido em junho de 2009.

Capítulo VI

Biografias e autobiografias

Destaca-se a “biografia” como um dos gêneros literários mais apreciados pelos leitores da atualidade. Levantamentos recentes, em países onde é muito disseminado o hábito da leitura, apontam os livros que relatam a vida de pessoas, como dos de maior procura nos respectivos mercados. Segundo a definição mais comumente aceita, nos dias atuais, a expressão “biografia” se aplica ao ramo da história que se ocupa com a descrição e com interpretações de fatos da vida de indivíduos, enquanto a disciplina “história”, em geral, abrange os acontecimentos em que estão envolvidas coletividades humanas.

Nas civilizações mais antigas de que se tem notícia, existia, já, a praxe de representar episódios da vida de pessoas, registrados pelos meios à disposição dos artistas da época, como fossem desenhos e pinturas. Das antigas sociedades grega e romana sobreviveram textos em prosa,

poemas, peças de teatro (dramas e sátiras), efígies e esculturas, referentes à vida de indivíduos que se destacaram no respectivo ambiente social. Dos textos em prosa, cabe citar como exemplos, o de Xenofonte sobre a vida de Sócrates, as “Vidas Paralelas”, da autoria de Plutarco, a “Vida dos Doze Césares” de Suetônio, a “Vida de Agrícola”, escrita por seu genro Tácito, as “Reflexões” do Imperador Marco Aurélio, e alguns dos escritos de Júlio Cesar sobre os seus triunfos militares, sendo os dos dois últimos de sentido autobiográfico. Livros sagrados, que fundamentam várias das mais importantes religiões, narram episódios de vida de personagens relacionados a esses cultos. Para os brasileiros, têm grande significação os quatro Evangelhos que relatam fatos da vida e registram os ensinamentos de Jesus Cristo, e que têm sido objeto de frequentíssimas leituras e interpretações ao longo de mais de vinte séculos, por vastos contingentes da população mundial.

Com o advento da Idade Média, adquiriu força imensa a religiosidade dos povos da civilização ocidental. Datam de então as “hagiografias”, ou histórias de vida de santos, em que se registram acontecimentos que levaram à canonização desses personagens. Devido ao propósito a que servem, fatos que poderiam dificultar o caminho para a santidade são apresentados, tão somente, para estabelecer contraste com as mudanças de comportamento que levaram à canonização. Durante o período histórico em que floresceram as hagiografias, também foram produzidos textos nos quais o autor se refere à sua própria história. Cumpre citar, com esse feitio, as “Confissões” de Santo Agostinho, datadas do começo do século V *Anno Domini*. Nelas, o autor se dirige, constantemente, ao seu Deus, o que aumenta o poder convincente das palavras, tornando-as muito mais fortes do que se houvessem sido dirigidas aos seus semelhantes ou à Igreja a que pertenceu.

Quando sobreveio o Renascimento, a ênfase na teocracia característica da Idade Média foi substituída pela valorização do indivíduo, o que significou, neste sentido, uma volta ao que se havia observado entre os gregos e romanos. Renovou-se, a partir do final do século XVII, condição

propícia às “biografias”, como relatos de histórias de vida de personagens laicos ou seculares, que se destacaram no convívio com os seus contemporâneos. Do século XVI em diante, graças à maior disseminação do uso da imprensa e à alfabetização de mais amplos contingentes da população dos países europeus, aumentou, significativamente, o interesse pela leitura de biografias, o que, por sua vez, estimulou a elaboração de número crescente das narrativas com esse feito.

Além de excluir dessa designação os poemas, as peças de teatro (dramas e sátiras), as canções com letras transmitidas de boca em boca, as pinturas, as efígies em moedas, as esculturas, alguns autores têm preferido, mais modernamente, deixar fora da classificação como “biografias” as obras divulgadas pelo rádio, pelo cinema, pela televisão, pelos DVDs e os textos transmitidos via *internet*, embora se refiram a episódios da existência de cidadãos ou cidadãs. Dentro desse conceito mais restritivo do que sejam as “biografias”, somente se devem incluir histórias de vida que sejam, totalmente, verazes quanto aos fatos narrados, transmitam interpretações e impressões sobre o caráter do biografado e abranjam os diferentes aspectos do seu comportamento. Assim, estarão fora desse conceito textos com o propósito exclusivo de elogiar o personagem, como os panegíricos e os obituários, ou de criticá-lo e difamá-lo, como nos libelos acusatórios. E se excluem, naturalmente, da mesma definição, as obras de ficção, nas quais o autor, valendo-se da imaginação, cria personagens e descreve o seu comportamento, mesmo quando essas narrativas incluam fatos que, tendo ocorrido com pessoas que tiveram existência real, apareçam atribuídos aos personagens fictícios.

O alto grau de aceitação do gênero “biografia” entre o público instruído pode ser resumido nas respostas dadas pelo escritor inglês William Goldsmith¹ a alguém que lhe perguntou qual seria a melhor lição que se poderia dar a um jovem. Respondeu ele: “Recomendar a leitura da vida de um homem bom.”² Perguntado, em seguida, sobre qual seria a segunda melhor lição, respondeu: “A leitura da vida de um homem mau.”³

O conceito das “biografias”, segundo o qual estão elas entre as obras de arte literária, importa em que a sua leitura deva despertar prazer e manter a atenção dos leitores, sem prejuízo da veracidade dos fatos narrados. Pode-se dizer que a biografia é, a um só tempo, obra da inteligência e produto das emoções despertadas, pelo personagem, no autor e nos seus leitores. Ao criar o texto, o autor ora se torna o maior aliado, o mais competente advogado do personagem objeto da biografia, ora se transforma no seu pior inimigo, a depender de como sejam interpretados os sucessivos episódios da vida do biografado. O trabalho do biógrafo pode ser, pois, a um só tempo, admirável e terrível. Não têm sido poucos os biógrafos perseguidos por terem revelado fatos que, embora verdadeiros, desagradaram profundamente ao biografado e aos seus familiares e amigos. Existiram, mesmo, casos como o de Walter Raleigh, considerado o primeiro “mártir” da história das biografias, por ter sido condenado à morte e executado por ordem do rei Jayme I, da Inglaterra.

O nosso conterrâneo, Luiz Viana Filho, um estudioso do gênero literário das “biografias”, chamou a atenção para a impossibilidade da reprodução, completa e exata, do que foi a vida de qualquer biografado; conforme a personalidade do autor, na história de vida sendo descrita, haverá destaque para diferentes aspectos dos episódios vividos, embora o autor esteja convencido de que relata a verdade dos fatos.

No prefácio por ele escrito ao seu livro sobre Machado de Assis, Luiz Viana Filho⁴ assim se exprime: “E como a estes [os biógrafos] é vedada qualquer concessão à fantasia ou à imaginação, precisam buscar a verdade trabalhosamente”. Coincide esta opinião, rigorosamente, com a definição mais aceita, atualmente, da “biografia” como gênero literário.

A despeito de distinguir-se, com clareza, de outros ramos da história, entendem alguns que as “biografias” não foram ainda analisadas com a desejável profundidade, como gênero literário. Ao contrário, as “biografias” têm sido muito menos compreendidas que outros grandes gêneros da literatura universal. Faltaria ainda mais intensa discussão teórica envolvendo a linguagem, a estrutura, os padrões de seleção e os

modos de organização dessas obras. Os critérios dos críticos literários sobre os textos em apreço têm sido muito heterogêneos e, na maioria, sem a devida perspectiva analítica. Muitos leitores buscam, apenas, conhecer a “história da vida”, e não dispõem de erudição suficiente para ir além disso, no tocante à interpretação dos fatos. Pergunta-se, então: Que critérios existem para qualificar uma biografia? Como elaborar uma biografia, para que seja considerada “boa”? Em verdade, até agora, não existem respostas adequadas a essas perguntas. Em 500 críticas, examinadas nos Estados Unidos, o espaço médio devotado ao estilo e à técnica foi, apenas, de 10 a 15% do total dos textos. No entanto, quando submetidos a uma análise crítica bem feita, cresce, notoriamente, o prazer resultante da sua leitura. Tem-se avaliado, então, o mérito das biografias pelo número de leitores, logo após lançadas no mercado e durante os anos em que têm estado expostas à venda; o que não constitui, seguramente, o melhor dos critérios de qualidade.

Alguns homens de letras que se destacaram no ambiente social onde viveram e atuaram, evitaram legar à posteridade anotações íntimas, o que dificulta o trabalho do biógrafo. Sabe-se de uns poucos, dentre eles, que queimaram, deliberadamente, cartas e outros escritos relativos aos seus sentimentos mais profundos. Oposta a essa, tem sido a atitude adotada, muitas vezes, pelos autores de autobiografias, ao exporem o que há de mais íntimo nos seus pensamentos e emoções, como ocorreu com Jean-Jacques Rousseau nas suas “Confissões”, publicadas em 1781, três anos após a sua morte. Ao estudar a biografia de pessoas que se destacaram nos respectivos ambientes sociais, alguns autores têm encontrado, apenas, documentos oficiais, relativos ao seu personagem, a exemplo de certidões de nascimento e de casamento, e de processos forenses. O grande esforço para a elaboração da biografia de William Shakespeare é, disso, exemplo eloquente. Em contraposição, também se identificam outros, que adotaram o hábito de redigir notas autobiográficas, nelas se incluindo os diários que proliferaram a partir da época do romantismo, com declarações tão íntimas que não poderiam ser, senão, do próprio autor.

A tarefa do biógrafo costuma ser cheia de contrastes e de surpresas, de alegrias e de conquistas, assim como, de dificuldades e de insegurança. O autor poderá levar anos até conseguir certeza quanto a determinado fato da vida do biografado. E viverá momentos de autênticas vitórias, ao descobrir informações preciosas, ainda não reveladas por outros escritores. A fim de realizar trabalho satisfatório, o autor deverá sentir-se possuído de verdadeira obsessão pela figura do personagem. Convém não confundir as biografias, como obras literárias, das crônicas, que consistem, apenas, na enumeração, em ordem cronológica, de eventos relativos à vida do personagem.

No século XIX, surgiram dicionários nacionais de biografias, como ocorreu na Suécia, na Áustria, na Holanda, na Bélgica, na Alemanha e na Inglaterra. Durante a “era vitoriana”, coincidindo com a opulência de muitas famílias inglesas, foram publicadas numerosas biografias encomendadas e pagas por pessoas ligadas aos biografados. Algumas dessas tiveram nível elevado e deram a ênfase esperada aos feitos positivos dos biografados, satisfazendo, assim, os que haviam feito as encomendas. Outras, contudo, resultaram em complexas ações judiciais, por contarem referências ao biografado que desagradaram aos que subsidiaram o trabalho.

Nos séculos XIX, XX e no começo do atual, tem sido enorme a proliferação de biografias. Ao lado das que se referem a personalidades com algum destaque, surgiram outras, relativas a pessoas menos conspícuas, porém representativas de atividades que interessam a número expressivo de leitores. A grande popularidade das “biografias”, em vários países, deu origem a coleções que incluem personagens conhecidos perante o público, como sejam reis e rainhas, presidentes da República, estadistas, filósofos, cientistas, escritores, pintores, músicos, atores do teatro e da televisão, e, assim por diante. Ao lado de coleções com elevado valor literário e histórico, encontram-se outras, cujo intuito predominante é o da popularização dos nomes dos biografados junto a leitores menos ilustrados.

As “autobiografias” constituem categoria especial do gênero literário das biografias. Como indica a expressão que as designa, trata-se da história de vida do autor escrita por ele próprio. Muitas delas assumem o caráter de “memórias”, de depoimentos que podem abranger toda a vida do personagem ou, apenas, partes dela. No passado, deram-lhes o nome de “idiografias”. Posso falar delas com a experiência de quem já escreveu um depoimento acerca do muito que existe em comum, ao lado das diferenças entre a história de vida do meu Pai e da minha. Várias são as motivações que podem induzir à elaboração de uma autobiografia. Em alguns casos, deseja o autor compartilhar com outros, reminiscências especialmente agradáveis ou que poderão ser úteis aos que, porventura, venham a atravessar experiências análogas às por ele vividas. Para outros autores, o motivo é mais pragmático, e manifesta o interesse comercial de tirar proveito da fama ou da posição social por eles alcançada. O meu propósito, ao escrever um depoimento autobiográfico, foi a consciência de que circulam, na comunidade onde vivo, relatos de ocorrências das quais participei pessoalmente, e que contêm inconcebíveis distorções da realidade. A versão correta desses fatos poderá interessar a determinado público da atual e de futuras gerações.

Algumas autobiografias, antes, mesmo, que esta designação houvesse sido cunhada, se tornaram famosas, e continuam sendo lidas, séculos depois de haverem sido escritas. Nessa categoria se incluem as “Confissões” de Santo Agostinho e as de Jean-Jacque Rousseau, ambas já citadas. E, ainda, as “Memórias de Além-Túmulo” de Chateaubriand, um dos monumentos da literatura francesa e universal.

Em tempos mais recentes, a ideia de relatar histórias de vida tomou rumos extremamente diversificados e imprevisíveis. Os modernos meios de comunicação, como o rádio, o cinema, a televisão, os DVDs e a *internet*, cada qual com sua linguagem própria, criaram oportunidades novas de apresentação e de interpretação dos fatos pertinentes às histórias de vida. Mudou o público que mostra curiosidade em conhecer o estilo de

vida de homens e mulheres, que são produtos de cada época; e surgiram motivações no processo de escolha de quem deve ser biografado, que antes não existiam. Em função dessas novas circunstâncias, aumentaram disputas judiciais acerca de informações, verdadeiras ou não, referentes à vida do biografado, publicadas sem sua permissão e consideradas “invasões da privacidade”.

As biografias e as autobiografias escritas por autores brasileiros merecem um estudo à parte, ao qual venho, também, me dedicando. Por enquanto, referirei, apenas, umas poucas obras que se revestem de feito especial.

De grande importância para o conhecimento da História do Brasil, é um conjunto de obras em que os biógrafos e os biografados são ligados por laços de família. “Um estadista do Império”⁵ é o título da monumental história da vida do Senador Nabuco de Araújo, escrita pelo seu filho, igualmente ilustre, Joaquim Nabuco, o mesmo que escreveu a notável autobiografia intitulada “Minha formação”.⁶ Carolina Nabuco escreveu a biografia do seu pai, sob o título de “A vida de Joaquim Nabuco”⁷ e, também, a história de vida de Virgílio de Melo Franco,⁸ promissor político mineiro que teve um fim trágico e inesperado e foi ligado a ela por parentesco afim. Também ligado à mesma família, o Senador Afonso Arinos de Melo Franco escreveu a biografia do seu Pai, Afrânio de Melo Franco, em três volumes, sob o título de “Um estadista da República”,⁹ além de outra obra notável, que é a biografia do avô da sua esposa, intitulada “Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo”,¹⁰ em 2 volumes. Afrânio de Melo Franco se notabilizou, ainda, como memorialista, tendo escrito cinco volumes de memórias, sob os títulos: “A alma do tempo”,¹¹ “A escalada”,¹² “Planalto”,¹³ “Altomar Maralto”,¹⁴ e o “O diário de bolso”.¹⁵ O professor Carlos Chagas Filho, casado com uma filha do Senador Afrânio de Melo Franco, por sua vez, escreveu a biografia de um dos mais notáveis cientistas brasileiros, intitulada “Carlos Chagas, meu Pai”.¹⁶

Várias editoras brasileiras, a exemplo da Editora da Universidade de São Paulo e da Livraria José Oulímpio, têm incluído, entre as suas

publicações, coleções de biografias de ilustres brasileiros. Desses, vários são de autoria de Octávio Tarquínio de Souza, a saber, as biografias do Imperador D. Pedro I, de José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Diogo Antonio Feijó.

Entre os biógrafos baianos, cumpre citar, novamente, o ex-Governador Luiz Viana Filho, autor de livros sobre as vidas de Joaquim Nabuco, do Barão do Rio Branco, de Machado de Assis, Eça de Queiroz, José de Alencar e Anísio Teixeira. As obras de membros desta Academia de Letras da Bahia, que se têm dedicado à difícil tarefa de escrever sobre a vida de personalidades ilustres, estão sendo referidas em estudo a ser, em breve, aditado ao presente.

Notas

- ¹ HAMILTON, Nigel. *Biography: a brief history*. Londres: Harvard University Press, 2007.
- ² *Ibid.*, p. 91, tradução nossa. “The life of a good man.”
- ³ *Ibid.*, p. 91, tradução nossa. “The life of a bad one.”
- ⁴ VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Machado de Assis*. São Paulo: Martins, 1965. p. 7.
- ⁵ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. 3 v.
- ⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1900.
- ⁷ NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.
- ⁸ NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio Melo Franco*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962.
- ⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de; HOUAISS, Antônio. *Um estadista da República, Afranio de Melo Franco e seu tempo*. Brasília: Nova Aguilar, 1976. 3 v.
- ¹⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 2 v.
- ¹¹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ¹² MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

- ¹³ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- ¹⁴ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Altomar Maralto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ¹⁵ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Diário de bolso seguido de retrato de noiva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ¹⁶ CHAGAS FILHO, Carlos. *Carlos Chagas, meu Pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz, 1993.

Capítulo VII

Agradecimento pela outorga da Comenda 2 de Julho¹

Tenho as mais gratas recordações deste Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia, ao qual compareci várias vezes, em passado remoto, a fim de apresentar o Relatório anual das realizações da equipe com a qual cumpri o mandato de Governador da Bahia. Era esta Assembleia, então, integrada, entre tantos ilustres correligionários, pelos Deputados Honorato Viana, Renan Baleeiro, Clemenceau Teixeira, os quais exerceram as funções de Presidente e de líder da bancada governamental. Recordo os seus nomes com a gratidão de que me sinto devedor, não somente a eles, como aos demais Deputados daquelas legislaturas, pelo espírito construtivo com que realizaram os trabalhos desta Casa.

Reunidos, agora, neste mesmo recinto, cumpre-me agradecer aos atuais Deputados, sob a competente presidência do Deputado Marcelo Nilo, assim como aos demais membros da Mesa Diretora desta Casa, os Deputados Jota Carlos e Elmar Nascimento, a outorga da comenda 2 de Julho. Na oportunidade, quero também declarar quanto merecem o meu apreço os atuais responsáveis maiores, no setor público, pelos destinos da Bahia, tanto o Deputado Marcelo Nilo, na presidência desta Casa do Legislativo, como o Governador Jacques Wagner, na liderança do Poder Executivo, ora representado pelo meu particular amigo, o Secretário Nestor Duarte Neto.

Os baianos têm sabido comemorar a data de 2 de Julho de muitas formas e pela mais justa das razões, uma vez que somos para sempre agradecidos pela bravura dos nossos antepassados que alcançaram a liberdade em benefício das gerações que os sucederam. Conforme ensina o emérito historiador, Professor Luiz Henrique Dias Tavares, 2 de Julho de 1823 é a maior data do Brasil, posto que este país não seria livre sem a vitória brasileira em terras baianas. É com o maior orgulho, pois, que recebo e agradeço a láurea a mim concedida, a qual atribuo à generosidade dos Senhores Deputados e à minha dedicação ao serviço público, persistente ao longo de muitas décadas.

Aos Senhores Deputados cujos mandatos coincidiram com os primeiros anos do meu período de Governo, apresentei, no devido tempo, as “Diretrizes para a ação governamental”, elaboradas pela excelente equipe que, durante boa parte dos anos 1974/75, sob a esclarecida liderança do Dr. Raimundo Vasconcelos, apontou os caminhos efetivamente trilhados durante o quadriênio 1975/79. Do muito que pudemos cumprir naquele quadriênio, quero lembrar, resumidamente, algumas das realizações que foram objeto da mais alta prioridade.

A primeira de todas as prioridades, como seria de esperar, incidiu sobre o campo da Educação. O projeto preferencial nele incluído consistiu na implantação de escolas de segundo grau destinadas ao ensino prático com finalidade profissionalizante disseminadas por muitos municípios

do nosso estado. A habilitação escolhida para cada qual dessas escolas foi precedida por pesquisas locais do mercado de trabalho que apontaram qual a mais indicada para a respectiva região do vasto território da Bahia. Construimos, então, as instalações necessárias, adquirimos os equipamentos e providenciamos a complementação dos estudos dos professores encarregados do ensino prático profissionalizante. Conforme a sua vocação, cada escola foi dotada dos laboratórios, oficinas, escritórios e equipamentos correspondentes. Para mencionar um só desses exemplos, direi que, quando indicada a habilitação para a agropecuária, as escolas foram dotadas dos reagentes para análises de solo e, em algumas delas, de um pequeno trator. Os professores admitidos para lecionar as disciplinas de ciências nessas escolas tiveram a sua formação complementada para que pudessem orientar devidamente os alunos nos exercícios práticos. Entre outras realizações na área da Educação, sucessivamente a cargo dos Secretários Carlos Santana e Mário da Costa Neto, fizemos construir o chamado “campus do ensino supletivo”, destinado a testar modelos pedagógicos que seriam disseminados por todo o estado, para os alunos que houvessem ultrapassado a idade escolar adequada. Mais tarde, foi aproveitado esse conjunto de construções para a instalação da Universidade do Estado da Bahia, oportunamente devida à inspiração do professor Edivaldo Boaventura.

Na área da Saúde, liderada pelo Secretário Ubaldo Dantas, a prioridade maior esteve com os cuidados de prevenção à saúde das coletividades. Dentro desse conceito, pusemos em prática as normas adotadas no “cuidado progressivo” aos pacientes, desde a atenção primária às famílias em mais de trezentas unidades de vizinhança, com a predominância das ações preventivas, passando pelos hospitais regionais construídos e equipados em municípios do interior, até ao Hospital de referência destinado à atenção terciária, colocado no vértice de todo o sistema estadual de serviços de saúde. A esse hospital, situado na capital do estado, para honra minha, esta Assembleia houve por bem atribuir o meu nome, o que continua sendo motivo da minha gratidão.

Ainda no campo dos programas sociais, entre muitas outras realizações, mereceu especial atenção a implantação de três bairros populares em Salvador, respectivamente, o de Mussurunga, o de Cajazeiras e o de Narandiba. Coube, dentro do nosso mandato, desde a escolha dos terrenos onde foram localizados esses bairros, com observância do planejamento geral da cidade, à construção das casas, às instalações para fornecimento de água e de energia elétrica, aos trabalhos de pavimentação e meio-fio, e à infraestrutura social, compreendendo escolas de 1º e de 2º graus, postos de saúde e centros sociais urbanos.

Também incluídas nas realizações de cunho social, devo mencionar as de apoio ao menor carente e desassistido, firmada em extenso programa de formação de pessoal especializado, a cargo do doutor Raimundo da Rocha Filho. A construção e o funcionamento do Centro de Recepção e Triagem de menores infratores, situado no bairro do Cabula, estiveram entre as importantes iniciativas a esse respeito, então sob a responsabilidade da Secretaria do Interior e Justiça que teve como titulares, sucessivamente, os Senhores João Carlos Tourinho Dantas, Edivaldo Brito e Jorge Medauar.

As Voluntárias Sociais, então sob a competente liderança da minha esposa Maria Amélia, cumpriram importante programa de promoção social, que abrangeu, entre outras realizações, a meritória campanha em favor do fornecimento da certidão de nascimento de crianças e de adultos nascidos entre as populações de baixa renda, que teve feitio pioneiro, quando empreendida. Mereceram, também, especial atenção, os cuidados com a assistência materno-infantil e o estímulo ao artesanato popular característico de várias regiões do estado, este último com a colaboração da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, da qual foi titular a Professora Maria Ivete Oliveira. Para a melhor comercialização dos produtos desse artesanato, adquirimos importante imóvel situado no Porto da Barra, em Salvador.

No tocante à economia do estado, a maior realização do governo foi a construção da quase totalidade da infraestrutura do Polo

Petroquímico de Camaçari, o maior dos empreendimentos concentrados em um só projeto industrial no estado até agora. No último ano do Governo, foram inauguradas trinta fábricas das trinta e três que logo entraram em funcionamento naquela área. A infraestrutura do Polo Petroquímico, pela qual foi responsável a Secretaria de Minas e Energia, a cargo do Doutor José Mascarenhas, incluiu o importante sistema viário interno, além das estradas de acesso, compreendendo a rodovia de categoria excepcional, entre o Polo e o Porto de Aratu, e a Via Parafuso, ligando Camaçari a Salvador; a usina termoeétrica, que assegurou energia elétrica de boa qualidade a todas as horas de todos os dias da semana; o tratamento de efluentes líquidos; e o combate à poluição aérea, pela plantação de mudas de Eucaliptus, ao redor do Polo. Ao assumir e cumprir as responsabilidades referentes à infraestrutura do Polo, o Governo Estadual assegurou os investimentos industriais a cargo de um sistema tripartite que compreendeu, além do poder público, também empresas nacionais e multinacionais, estas últimas portadoras de tecnologias especializadas, em grande parte desconhecidas no Brasil de então. A implantação desse Polo Industrial, da máxima importância para a Bahia e para o Brasil, resultou em verdadeira transformação da sede do município de Camaçari, cuja população, de cerca de 15.000 habitantes naquela ocasião, está, hoje, mais do que decuplicada.

Além da infraestrutura do Polo, a Secretaria de Minas e Energia teve a seu cargo a construção, na foz do Rio Paraguaçu, do estaleiro para a montagem de plataformas destinadas à exploração submarina de petróleo. A antiga vocação baiana para a construção naval está sendo, recentemente, retomada pelo Governo Jacques Wagner, para grandiosos projetos de engenharia naval, em articulação com a Petrobras e com empresas privadas nacionais e multinacionais.

No campo da energia elétrica, entre outras linhas de distribuição construídas, implantamos o complexo Vitória da Conquista/Brumado com 541 km de linhas e 5 estações abaixadoras, servindo a 14 sedes municipais; a rede elétrica do Vale do Rio Paraguaçu, com a extensão

de 504 km e que ligou 13 sedes municipais à malha da Coelba; na região cacauceira, então no auge da produção agrícola de alto valor comercial, a eletrificação rural envolveu nada menos de 700 km de linhas. Muitas outras linhas de eletrificação foram construídas em todo o estado, embora com menor extensão que as citadas. Sob a responsabilidade da mesma Secretaria, estiveram importantes trabalhos referentes às minas de cobre da Caraíba, aos quais se associou o projeto para a futura instalação de uma usina beneficiadora do minério baiano mesclado à matéria-prima oriunda de outros países. A pesquisa das riquezas minerais do nosso subsolo foi grandemente intensificada. A lapidação de pedras preciosas e semipreciosas foi objeto de treinamento de pessoal para esse fim especializado.

Os transportes rodoviários estiveram entre as obras melhor aquinhoadas durante o nosso período de Governo, sob a responsabilidade do Secretário de Transportes, Doutor Wellington Figueiredo, do diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Doutor Evandro Daltro, e do Presidente do Consórcio Rodoviário, Doutor Sebastião Lapa. Dos numerosos trechos de estradas asfaltadas então construídos, o mais importante foi o que liga Ilhéus a Vitória da Conquista, cortando as regiões então mais produtivas do interior do estado, e que abriu caminho para a ligação asfaltada até Brumado e o sertão mais profundo. Aliás, em todos os trechos escolhidos para o asfaltamento, atentamos para a análise econômica dos benefícios oferecidos a cada região beneficiada. Como seria excessivo citar todos os trechos construídos, limitar-me-ei a exemplificar com as ligações de Itajuípe a Coaraci; de Valença à BR-101; o sistema Paripe-Centro Industrial de Aratú; Vitória da Conquista a Barra do Choça; Nazaré a Santo Antonio de Jesus; Uruçuca à Br-101. Dentre as numerosas redes de estradas vicinais implantadas, citarei apenas três, localizadas, respectivamente, na região cacauceira, nas regiões cafeeiras e a serviço da comercialização do leite. Ainda no setor dos Transportes, cabe lembrar a ampliação do Porto de Aratu e a criação da Empresa Estatal Nordeste Linhas Aéreas, de imensa importância para a cobertura de distâncias que, no nosso estado, se estendem a cerca de mil quilômetros nos sentidos

norte-sul e leste-oeste. A despeito dos relevantes serviços prestados à Bahia, essa empresa foi, mais tarde, alienada pelo Governo do estado.

A Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos esteve entre as mais atuantes, tendo sido responsável pela implantação dos novos bairros populares de Salvador, a que já fiz alusão. A sua atuação na área do abastecimento de água se estendeu a muitos municípios do interior, além do complexo problema do atendimento à expansão populacional e à rápida industrialização da região metropolitana de Salvador. Para isso, promovemos a elaboração do projeto executivo da represa da Pedra do Cavalo, incluindo a miniatura da barragem a ser construída, preparada pela Universidade de São Paulo. Como fora previsto desde o início do Governo, a elaboração desse projeto executivo durou mais de três anos, ocupando quase todo o mandato governamental, e assegurou as primeiras obras de construção da importante barragem, ainda dentro do quadriênio. A rede de esgotos de Salvador, por sua vez, foi atendida com grande número de ligações domiciliares, processo trabalhoso e nem sempre bem aceito por setores da população que sofriam pelo desconforto das obras realizadas no interior das suas residências.

Resultou da grande dinamização da Secretaria de Agricultura, a cargo do Professor José Guilherme da Mota, a implantação de três dos cinco projetos “Polo Nordeste” destinados ao desenvolvimento regional integrado no interior da Bahia. No seu conjunto, foram localizados esses projetos: na Chapada Diamantina, no Extremo-Sul do estado (bacia do rio Buranhem), na região de Irecê e na bacia do rio São Francisco (um dos projetos abrangendo os municípios de Cocos, Coribe e Santa Maria da Vitória e o outro no município de Formosa do Rio Preto). A maior realização do governo no setor agropecuário foi a construção do Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador, ainda hoje considerado o mais belo do país, e que se mostrou de grande valia para a conscientização da população urbana da Capital quanto aos papéis histórico e atual da agropecuária na economia do nosso estado e do nosso país. Cabe citar o estímulo à produção do café arábica, nas regiões de Vitória da Conquista,

da Chapada Diamantina e de Jequié/Jaguaquara; e do café conylon, na orla oceânica do estado, assim como as experiências quanto à produção do trigo na Chapada Diamantina, especialmente no município de Mucugê.

Pela Secretaria da Indústria e Comércio, o principal projeto, a cargo do Secretário Emanuel Vargas Leal, foi referente ao turismo. Salvador e a Bahia apresentavam, até então, alto grau de sazonalidade na procura pelos turistas, devido à sua grande concentração em quatro meses de cada ano, enquanto, nos meses restantes, ficavam em prejuízo muitos dos hotéis, restaurantes e casas de diversão da cidade. A fim de regularizar o fluxo dos turistas, construímos, com a ajuda da Embratur, o belíssimo Centro de Convenções, iniciativa desencadeada por um concurso nacional para a escolha do anteprojeto que originou um dos mais belos cartões postais de Salvador. Tendo sido adotado um projeto análogo ao de uma ponte, o edifício teve a sua estrutura construída com “aço corten”, resistente à maresia verificada onde se acha localizado, desde quando seja devidamente conservado. E entramos em contacto com as poucas empresas multinacionais que, na época, coordenavam os maiores congressos mundiais. Por sua vez, não nos descuidamos do turismo no interior do estado, valendo-nos das mais destacadas oportunidades entre as inúmeras que o nosso território oferece, a começar pela Chapada Diamantina, com o aproveitamento de velhos casarões da cidade de Lençóis para a implantação da Pousada que, desde o seu início, teve grande clientela.

A preservação do patrimônio histórico e artístico da Bahia, sob a responsabilidade dos Professores Mário Mendonça e Calderón de La Vara, incluiu obras realizadas em Salvador, no Forte do Mar, na Quinta dos Jesuítas, no Lazareto da Federação, que serviu de sede para a Conder e, mais tarde, passou a abrigar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia; no prédio da Faculdade de Medicina, localizado no Terreiro de Jesus, foram restaurados o Salão Nobre e a sala onde se reúne a Congregação; na Catedral Basílica, bem como no Solar Ferrão, na Igreja do Rosário dos Pretos, e outros imóveis da área do Pelourinho. Fora de Salvador, cumpre citar as obras no Convento dos Humildes, em Santo

Amaro, no Solar da Praça Tenente Botas, em Itaparica, além da Igreja do Carmo em Cachoeira. Algumas dessas obras não estavam prontas ao final do mandato, por força da própria natureza dos trabalhos de restauração, quando realizadas como o foram, dentro dos melhores cuidados técnicos.

A Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, a cargo do Professor Edson Pita Lima, se encarregou da implantação do Parque de Pituvaçu, verdadeira dádiva da natureza aproveitada para empreendimentos destinados ao lazer e à cultura. Dos importantes equipamentos ali instalados, embora não representasse a mais onerosa nem a mais vistosa das nossas realizações, o Museu didático de Ciência e Tecnologia mereceu da minha parte a máxima dedicação, devido ao seu significado para a formação da juventude baiana, especialmente na transição de uma economia agroexportadora para a era industrial baseada no emprego de tecnologias de ponta. Jamais consegui entender os motivos que levaram à posterior privação da juventude baiana daquele excelente instrumento de adaptação à nova realidade da economia da nossa terra. Com a ajuda do Conselho Britânico e da Petrobras, havíamos montado um esplêndido laboratório de aprendizagem da ciência e das suas aplicações à tecnologia, servindo, de forma lúdica e atraente, ao preparo dos alunos do ensino dos níveis fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares. Esse equipamento pedagógico esteve abandonado durante décadas, até que a administração Jacques Wagner e a Universidade Estadual da Bahia desencadearam providências necessárias à sua restauração, ainda em curso.

No mesmo Parque de Pituvaçu, o Governo de então fez construir o Estádio Poliesportivo, resultado de solicitações insistentes da imprensa especializada da época, que chamava a atenção para os altos custos operacionais do majestoso Estádio Octávio Mangabeira, e reivindicava a construção de um “segundo estádio” para Salvador. Com exceção dos jogos de futebol entre os times Bahia e Vitória, os demais eventos ali realizados geravam receitas muito inferiores às despesas operacionais envolvidas. Existiam, àquele tempo, os times de futebol dos clubes Ipiranga, Galícia,

Botafogo, Leônico e outros, todos com “torcidas” expressivas. Planejado, construído e inaugurado na nossa gestão, o estádio poliesportivo de Pituvaçu esteve abandonado por várias décadas, até que a administração Jacques Wagner o restaurou, ampliou e modernizou. Nesse meio tempo, haviam regredido em importância vários dos citados times de futebol.

A ciclovia que conduz a imagens de rara beleza, também construída no Parque de Pituvaçu, oferece momentos de lazer e de saudável exercício físico para a população baiana. Ainda no âmbito da Secretaria de Planejamento, da qual fazia parte a Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo Baiano (Conder), presidida pelo economista Osmar Sepúlveda, foram instaladas unidades de abastecimento para a população da Cidade do Salvador e elaborados planos integrados de transporte e de proteção do meio ambiente para municípios que faziam parte da Região Metropolitana de Salvador.

A Secretaria de Segurança Pública, sendo secretário o Professor Luiz Artur de Carvalho, teve o seu Departamento de Polícia Técnica modernizado mediante a construção do novo edifício que passou a abrigar, simultaneamente, o Instituto Nina Rodrigues, dedicado à Medicina Legal, o Instituto Afrânio Peixoto, de Toxicologia Criminal e o Instituto Pedro Melo, destinado à Identificação Pessoal. A Polícia Civil foi completamente reestruturada. Durante o meu mandato de Governador, as casas de culto afro-baiano foram liberadas da obrigação, antes regulada por decreto, de manterem registro junto à Secretaria de Segurança Pública.

Esse expressivo acervo de obras não teria sido possível sem a competente gestão do Secretário da Fazenda, o Doutor José de Brito Alves, e da colaboração do Secretário Dr. Jorge Fernandes Figueira, que exerceu, mais tarde, o cargo de Desembargador e foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Ao receber a presente homenagem, cumpre-me recordar que a minha dedicação à causa pública resulta da educação e do exemplo que recebi dos meus pais, Carmen e Edgard Santos; da compreensão da minha esposa Maria Amélia, cuja ausência será por mim pranteada enquanto eu viver;

e dos meus filhos Anneliese, Cristiana, Edgard, Maria Carmen, Roberto Filho e Patrícia. Estendo, já agora, estes sentimentos familiares aos netos Pedro Henrique, Elisa, Orlando Filho, Rafael, Helena, Luiza e Sofia. A todos renovo o meu agradecimento, ao dedicar-lhes a comenda que me está sendo outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Desde o início do meu mandato de Governador, passaram-se quase quatro décadas. Nesse período de tempo, mudaram muito, o mundo, o Brasil e a Bahia. Como é de geral conhecimento, vive a nossa geração a fase da História designada “era do conhecimento”, caracterizada pelas constantes modificações nos bens e nos serviços dos quais nos valemos quotidianamente e que têm sido aperfeiçoados pela sucessiva criação de novas técnicas, por sua vez baseadas em pesquisas científicas e tecnológicas elaboradas por pesquisadores devidamente preparados.

Os baianos têm revelado grande poder de criação em variados campos da atividade cultural. Desde quando devidamente formada em ambientes adaptados à “era do conhecimento”, a nossa juventude há de revelar o seu poder criativo no tocante aos campos da ciência e da tecnologia, essenciais à conquista, nos tempos de agora, da melhor qualidade de vida para o maior número dos nossos concidadãos. Esse é o motivo pelo qual, aposentado das minhas atividades da docência e da administração universitária, e afastado da militância política, continuo dedicado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia adaptadas às condições locais, como fatores essenciais ao bem-estar e à felicidade da nossa população. Com esse intuito, venho me ocupando com a implantação da Academia de Ciências da Bahia, entidade destinada a prestar relevantes serviços à cultura na nossa terra. Venho encontrando excelente apoio da parte daqueles a quem tenho recorrido, tendo em vista o reconhecimento, entre os nossos conterrâneos, de que a Bahia necessita recuperar o atraso sofrido quanto ao seu desenvolvimento científico e tecnológico, como reflexo de opções políticas equivocadas, tomadas em tempos passados. Aos que têm participado da recuperação desse atraso, quero estender o meu especial agradecimento e manifestar a certeza de

que a comunidade baiana alcançará, em sua totalidade e em breve prazo, a qualidade de vida a que faz jus, em ambiente de paz e de justiça social.

Mais uma vez agradeço, sensibilizado, a todos os que compareceram à presente cerimônia.

Nota

¹ Pronunciamento feito na Assembleia Legislativa da Bahia em 14 de junho de 2012.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

Capítulo I

Em favor da criação da Academia de Ciências da Bahia¹

As pesquisas científicas e tecnológicas não alcançaram ainda, quer na Bahia, quer em todo o Brasil, a devida valorização por parte de expressiva parcela dos nossos conterrâneos. No entanto, a economia das nações passou a depender, cada dia mais, da racionalidade no aproveitamento dos recursos naturais e da agregação de valor às matérias-primas disponíveis, mediante o emprego de tecnologias baseadas no conhecimento cientificamente adquirido. Essas atividades têm se revelado essenciais para o bem-estar das sociedades modernas. São altamente recomendáveis todas e quaisquer iniciativas que estimulem a geração e a divulgação desses conhecimentos, para que sejam bem aproveitados em favor das populações.

No Brasil, as pesquisas científicas e tecnológicas são, ainda, financiadas, preponderantemente, pelo poder público. A maior divulgação de tais atividades, ensejando maior visibilidade junto à população geral, atinge o público ao qual devem caber, em última instância, no regime democrático, as decisões que mais importam para o futuro da nacionalidade.

À medida que o país se desenvolve e a sua população enriquece, tende a crescer a produção científica e tecnológica a cargo das empresas privadas. Será este um dos fatores mais relevantes para a sofisticação da nossa economia. Frequentemente, as imagens projetadas pelas instituições de pesquisa técnico-científica aparecem como se essas atividades fossem privilégio das comunidades altamente capitalizadas, que disponham de recursos humanos excepcionalmente bem preparados e tenham propósitos de grande transcendência. Não obstante, quando adequadamente planejada, a pesquisa técnico-científica pode, também, ser importante fator de inclusão social entre populações que pretendam intensificar o seu desenvolvimento econômico e social.

Além de estimular a expansão das fronteiras do conhecimento, a nova Academia de Ciências deverá promover o saudável debate entre correntes de pensamento, quer nas suas sessões ordinárias, quer pela realização de simpósios e de congressos com a participação de cientistas estranhos ao seu quadro. A observância de normas éticas estará entre as cogitações da máxima importância para os seus associados. A mobilização de recursos financeiros para eventos dessa natureza estará prevista no Regimento da nova instituição.

Durante vários séculos, o Brasil importou grande parcela dos produtos consumidos pela nossa população. Os produtos manufaturados que eram produzidos localmente, com grande frequência resultavam de processos originados de outros países. A escassa investigação científica e o emprego de tecnologias avançadas, durante todo aquele período, resultaram do esforço de pesquisadores estrangeiros e de brasileiros formados em países europeus. Boa parte dessas pesquisas não se processou em entidades de ensino superior, e, sim, em órgãos especializados, cujo campo de atuação envolveu, ora a saúde pública (para a fabricação de vacinas),

ora a agronomia (visando a saúde animal e vegetal), ora a identificação dos nossos recursos naturais (com finalidade econômica). Não existiam, entre nós, entidades comprometidas com a formação de pesquisadores.

Com exceção de umas poucas iniciativas isoladas, só muito tardiamente, já no meado do século XX, os agentes da economia nacional evoluíram para estimular a substituição de bens antes importados por produtos fabricados no próprio país. Logo se tornou evidente a necessidade do melhor conhecimento das nossas matérias-primas, do nosso mercado e da nossa mão de obra, o que teria de ser alcançado mediante o preparo, entre nós, de pesquisadores que se encarregassem dessas tarefas. Foi, então, criado o “Conselho Nacional de Pesquisas”, com a sigla CNPq, depois designado “Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. Surgiram, em alguns estados, fundações de apoio à pesquisa. As Universidades constituíram o campo natural para a formação dos pesquisadores, o que levava, obrigatoriamente, ao estímulo da realização de pesquisas no próprio ambiente universitário. Foi este o momento propício para a regulamentação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) e para o aprofundamento, nas Universidades, dos dispositivos encarregados das disciplinas referentes aos setores básicos do conhecimento. Foi o que ocorreu mediante a reestruturação universitária apontada nos Decretos-Leis 53, de 1966, e 252, de 1967. Simultaneamente, na rede de Universidades federais se implantou o regime de trabalho docente em dedicação exclusiva, fator da máxima importância para o sucesso na elaboração de pesquisas. Reconhecidamente, é mais fácil o recrutamento de pessoal de magistério com dedicação exclusiva para as matérias básicas do que para as disciplinas profissionalizantes. Desde então, a produção científica e tecnológica se aprimorou e se ampliou, consideravelmente, nas nossas Universidades. Mais tarde, de grande importador de produtos manufaturados, o Brasil tem se empenhado em fazer crescer a fabricação e a exportação de bens com expressiva agregação de valor às matérias-primas e à exportação de serviços que tragam consigo conceitos inovadores.

Desde a criação das mais antigas instituições brasileiras de ensino superior, no início do século XIX, até à implantação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, na década de 1930, as ciências básicas (matemática, física, química, biologia, geociências, ciências humanas) foram cultivadas nas nossas Universidades, quase exclusivamente, com as restrições condicionadas pelo papel que desempenharam até então, e que consistiam em facilitar a compreensão das tarefas inerentes à profissão à qual pretendiam dedicar-se os estudantes de nível superior. Para citar, apenas, alguns exemplos, era o que ocorria com as disciplinas pré-profissionais lecionadas nas Faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Agronomia e assim por diante. Naquela época, ressalvadas umas poucas exceções, as Faculdades não atribuíam a devida ênfase ao ensino e à pesquisa nas disciplinas básicas, nem pelo seu significado no aperfeiçoamento da inteligência e da capacidade de raciocínio do estudante, nem pela importância do seu conteúdo, independente do apoio que representam para as atividades de cada profissão. Os escassos trabalhos de investigação científica então realizados resultaram, quase sempre, de iniciativas individuais e não de projetos promovidos pelas instituições universitárias.

O propósito essencial das nossas escolas de nível superior, ao longo de mais de cento e vinte anos, entre o começo do século XIX e a década de 1930, foi, pois, o do preparo da mão de obra necessária à sociedade local. Observava-se que, antes e logo depois da Independência do Brasil, foi muito insuficiente o número de profissionais com estudos de nível superior vindos de Portugal e de outros países europeus. Tornara-se urgente implantar o sentido profissionalizante logo atribuído às Escolas ou Faculdades então criadas. Eram elas completas em si mesmas no sentido de cada entidade oferecer o aprendizado das disciplinas básicas seguido do ensino das práticas essenciais ao exercício profissional. Os nossos contemporâneos, habitualmente, reconheciam as Universidades, tão somente, como instituições destinadas a formar a indispensável mão de obra para a qual se exigiam estudos superiores. E, apenas excepcionalmente, eram

essas entidades avaliadas pela qualidade e pelo acúmulo de pesquisas que produziam, o que sói acontecer em países com mais antiga tradição de elevado nível cultural. A formação organizada e sistemática de cientistas pesquisadores no Brasil, data, pois, apenas de poucas décadas. Por isso, a nossa população e as nossas lideranças só recentemente vêm se compenetrando do significado mais abrangente das tarefas a cargo das instituições universitárias. Caberá a esta Academia de Ciências colaborar no esforço para suprir essa grave lacuna nas atitudes da nossa sociedade. Por sua vez, deve figurar, também, entre as cogitações da Academia, a criação de novas oportunidades de trabalho razoavelmente remunerado para pesquisadores com boa formação, a serviço de entidades públicas e privadas.

A nova Academia precisará ocupar-se com a promoção do ensino da ciência aos jovens, desde a mais tenra idade, mediante metodologia ajustada às características dos alunos. Infelizmente, tardou em ser superada, entre nós, a pedagogia baseada na exclusiva transmissão, pelo professor, do maior volume possível de informações a serem acumuladas na memória dos alunos. Aquilo que passou à história sob a designação de “decoreba”, está sendo, afinal, condenado e detestado por justas razões. Em substituição a esse processo de aprendizado, vem se difundindo o aprimoramento da capacidade de raciocínio do aluno, por meio do incentivo, pelo professor, a perguntas e ao debate sobre as criações da inteligência humana e à observação de fatos que conduzam à redescoberta, pelos alunos, das leis da natureza. O atraso nessa evolução tem contribuído para que os nossos pesquisadores não sejam tão afeitos ao pensamento inovador, quanto o verificado em outros países. Como consequência, no Brasil, têm se originado, apenas em proporção muito reduzida, novos produtos e processos que mereçam ser protegidos pela legislação internacional da propriedade intelectual. Isto é, têm sido poucos os pedidos de registro de patentes submetidos por pesquisadores brasileiros, quando comparados com os que se originam em outros países. A análise aprofundada das normas de defesa da propriedade intelectual, paralelamente à

regulamentação criteriosa do sistema de patentes, há de ser mais um dos objetivos da futura Academia.

O principal fator capaz de acelerar a modernização da pedagogia da ciência em todos os níveis de educação é o preparo adequado de professores, formados em números muito mais elevados do que se verifica, atualmente, entre nós. Por sua vez, para o exercício satisfatório das suas tarefas, esses professores necessitarão de apoio material sob a forma de laboratórios escolares bem equipados, livros e revistas apropriados, visitas a museus didáticos e orientação sobre como usar os computadores. Os museus de ciência e tecnologia, quando organizados com feitiço didático, são instrumentos poderosíssimos para a exata compreensão, pelos jovens, do significado do desenvolvimento científico e tecnológico para o bem-estar das populações.

Existiram, pois, no Brasil, relevantes circunstâncias históricas, para que fosse promulgada, recentemente, a chamada “Lei da Inovação” (Lei n.º 19.973, de dezembro de 2004), destinada a ressaltar a preferência atribuída às pesquisas tecnocientíficas que envolvam originalidade nas ideias e inovações na concepção de produtos e de processos. As particularidades da aplicação dessa lei devem figurar entre os itens que serão analisadas pela nova Academia.

As iniciativas tendentes à popularização da ciência merecem maior aceitação entre os cientistas, do que tem ocorrido até agora. O mesmo deve dizer-se da colaboração mais decidida dos órgãos de comunicação. O registro dos fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia tem sido, entre nós, muito insuficiente. Vale este comentário para os arquivos referentes à história das instituições que se ocupam desse campo da atividade intelectual. A este respeito, entre outras providências que a Academia deverá incentivar, estará o preparo de profissionais especializados no jornalismo científico, a serem aproveitados pela imprensa escrita e irradiada.

A crescente complexidade das providências referentes à organização, ao planejamento e ao financiamento das entidades encarregadas de

pesquisas científicas e tecnológicas e da formação dos pesquisadores, vem exigindo a colaboração de gestores que conheçam o assunto em profundidade. Estes vêm se tornando mão de obra preciosa, na medida em que se amplia a preocupação das nossas comunidades com o desenvolvimento científico e tecnológico.

Em virtude do exposto, cabe resumir, nos seguintes termos, os objetivos da Academia a ser criada:

- a) *incentivar* a realização, entre nós, de pesquisas sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas;
- b) *estimular a formação de pesquisadores*, preferentemente, em instituições universitárias que possuam ou aspirem criar tradição em linhas de investigação de reconhecida relevância, situadas nas fronteiras do conhecimento e que se apliquem às tecnologias consideradas “de ponta” no momento dado;
- c) *analisar* em profundidade e promover a aplicação da lei promulgada em dezembro de 2004, conhecida como “lei da inovação”, na pesquisa científica e tecnológica junto ao ambiente produtivo nacional;
- d) *estimular o ensino das ciências* em todas as idades, com a metodologia e os materiais ajustados às peculiaridades dos alunos;
- e) *servir de elo* entre cientistas e instituições locais, de um lado, e, de outra parte, com entidades projetadas nacional e internacionalmente, visando a troca de informações em caráter pessoal e a criação de oportunidades para trabalhos em parceria;
- f) *apoiar* decididamente iniciativas que visem a popularização da ciência em termos corretos, quer na área do jornalismo científico, quer na organização de museus de ciência e tecnologia com feitiço didático;

- g) *priorizar* a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens a, b, c, d, e e f acima enunciados;
- h) *identificar e apoiar* projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social;
- i) *ocupar-se* com a criação de oportunidades de emprego para os cientistas que tenham formação adequada, preferentemente para os que se disponham a trabalhar sob o regime de dedicação exclusiva;
- j) *apoiar* o registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.

Nota

- ¹ Manifesto com vistas à criação da Academia de Ciências da Bahia. Distribuído em julho de 2009.

Capítulo II

Instalação da Academia de Ciências da Bahia¹

As escassas pesquisas de base científica realizadas em território brasileiro até o começo do século XX, com a possível ressalva de uma ou outra exceção, foram realizadas em órgãos especializados, ora em assuntos de saúde pública, ou na agropecuária, ou na identificação de recursos naturais, e tiveram a orientação de cientistas estrangeiros ou de brasileiros formados em países europeus. Foi, pois, tardio, entre nós, o início do funcionamento de instituições comprometidas com a formação de pesquisadores dedicados à ciência e à tecnologia. Deixando de lado instituições criadas em documentos oficiais e não instaladas, somente depois de 1930 entraram em funcionamento as nossas primeiras Universidades, a de São Paulo e a do Distrito Federal, então sediado no Rio de

Janeiro. Pelo mundo afora, entretanto, o vigor da economia das nações vinha dependendo, cada dia mais, do progresso científico e tecnológico que se estendeu tanto aos meios de transporte e comunicação, como à agricultura, à fabricação de alimentos, aos cuidados com a saúde humana, à tecnologia da informação, e atingiu os mais variados aspectos da vida moderna. Entre os objetivos da Academia de Ciências da Bahia, hoje instalada, figura o decidido estímulo à ampliação das pesquisas tecnocientíficas em nossa terra, assim como a divulgação, perante o grande público, do significado desses avanços para a qualidade de vida das populações.

É verdade que o progresso tecnológico com significado econômico nem sempre se origina em ambientes acadêmicos. Resultados de reconhecido sucesso têm sido gerados, desde o passado mais remoto, por pessoas experientes e imaginosas, ocupadas, exclusivamente, com os aspectos técnicos da produção e sem formação acadêmica. Em muitas situações, a técnica tem andado na frente e condicionado o progresso da ciência. Contudo, ganharam absoluta prioridade no mundo moderno, as oportunidades para a formação sistemática de pesquisadores em ciência e tecnologia, particularmente, quando trazem consigo ideias inovadoras. Estamos vivendo a chamada “era do conhecimento”.

Nas décadas mais recentes, o Brasil vem realizando intenso e louvável esforço em prol da formação de pesquisadores e da realização de pesquisas institucionalmente organizadas. O atual Governo da Bahia, por intermédio da sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), tem proporcionado apoio que se revelou indispensável à implantação da Academia de Ciências da Bahia.

Devo ressaltar, de outra parte, o acerto da iniciativa dos fundadores dessa Academia, ao procurarem estreita articulação com a Federação das Indústrias do nosso estado, o que gerou resposta entusiástica do Presidente Dr. José de Freitas Mascarenhas. Muitas têm sido as formas pelas quais o Doutor Mascarenhas tem contribuído para o progresso da

Bahia. Quero, na oportunidade, dar o meu testemunho de como a sua capacidade de realização foi decisiva para a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. Continua esse importante complexo industrial a significar, até hoje, o maior investimento num só projeto econômico concretizado em território baiano.

Durante vários séculos, entre os anos 1500 e a primeira metade do século XX, conforme sabem os nossos conterrâneos, prevaleceu na Bahia a economia agroexportadora. Ainda na primeira metade do século XX, surgiram, na vizinhança de Salvador, as primeiras provas da existência, em subsolo brasileiro, de petróleo em condições comerciáveis. Os preparativos para a exploração do petróleo do Recôncavo baiano constituem um exemplo precoce da saudável articulação entre as instituições acadêmicas e as atividades econômicas. Dirijo-me, em especial, às gerações mais novas, ao recordar a fundamental importância que teve o petróleo então encontrado, na transição da economia agroexportadora (com as limitações que lhe eram próprias), para a moderna industrialização na Bahia. Devo lembrar, igualmente, que, pouco tempo após ocorrer esse achado, existiu ampla colaboração das instituições acadêmicas, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, com a sofisticada indústria petrolífera. Esse salto na modernização da economia baiana desencadeou a superação da sua fase anterior, caracterizada por nítida estagnação, vivida na Bahia entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Baianos com profundo conhecimento da problemática regional, a exemplo dos economistas Rômulo Almeida e Pinto de Aguiar, cujos nomes se haviam projetado a nível nacional, contribuíram para a criação e para a fase inicial das atividades da Petrobras. Os cursos referentes à geologia e aos processos de exploração do petróleo, financiados pela Petrobras e realizados na Universidade Federal da Bahia, com a colaboração de professores brasileiros e de outros, vindos do exterior, foram de indiscutível importância para o início da formação da mão de obra especializada, naquele período da nossa história. A criação da Escola de

Geologia da Universidade Federal da Bahia contou com o decisivo apoio da Petrobras. Estávamos na década de 1950, nos tempos do reitorado de Edgard Santos. A Escola de Geologia foi depois transformada e ampliada e recebeu a designação de “Instituto de Geociências”.

O apoio da Petrobras estendeu-se ao Laboratório de Fracas Radioatividades anexo ao Instituto de Física da citada Universidade. Durante muitos anos, o “Laboratório de Lamas” da empresa funcionou em espaço da Universidade. A nossa Escola Politécnica continua recebendo recursos da mesma empresa a fim de realizar projetos de pesquisa de interesse da indústria petrolífera. Os poços antes explorados pela Petrobras, embora com produção diminuída, continuam a oferecer a sua contribuição à economia baiana e brasileira, sob a classificação de “poços maduros”. A escolha do local para a implantação da Refinaria Landulpho Alves foi influenciada pela presença do petróleo no Recôncavo baiano. A vizinhança com a refinaria mostrou-se essencial à localização, em Camaçari, do Complexo Petroquímico do Nordeste. E foi fator essencial à constituição da Braskem, empresa que, por se manter adiante das “fronteiras do conhecimento”, é motivo de orgulho para os baianos. Desde o seu início, destacou-se o projeto da indústria petroquímica baiana, pela atenção dedicada à preservação do meio ambiente pelos seus idealizadores, de forma pioneira àquela época. A infraestrutura então construída para a petroquímica atraiu para o local a metalurgia do cobre e a indústria automotiva. A mesma fonte de riqueza condicionou a geração de grande número de empregos, assim como a construção de uma rede de estradas financiada pela Petrobras e que tem sido de grande valia para os habitantes do entorno da Baía de Todos-os-Santos. O Porto de Aratu, inicialmente destinado ao Centro Industrial de Aratu (CIA) localizado no vizinho município de Simões Filho, teve a sua estrutura modificada para atender à demanda da indústria petroquímica. Durante os anos de 1970, o antigo porto de São Roque foi adaptado e funcionou como estaleiro para a montagem de plataformas destinadas à exploração submarina de petróleo. Depois de muitos anos de abandono, cuida-se agora de reaproveitar o local na

instalação de promissora indústria naval. A fim de integrar o acervo do Museu didático de Ciência e Tecnologia instalado em Salvador na década de 1970, a Petrobras financiou a construção de modelos a três dimensões das moléculas dos produtos então fabricados no Polo Petroquímico. Até onde pude averiguar, desconhece-se o destino dessas valiosíssimas peças. Ficam, assim, fartamente exemplificados os benefícios resultantes da riqueza mineral do nosso Estado que dependeram da aplicação de tecnologias avançadas, baseadas em pesquisas científicas.

Poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o órgão governamental encarregado de incrementar e coordenar a formação de pesquisadores e de financiar pesquisas tecnocientíficas. Desnecessário ressaltar a elevada significação dessa iniciativa, que acaba de completar sessenta anos de vitoriosa trajetória. Aos recursos originados de diferentes órgãos federais, se acrescentaram outros dedicados ao desenvolvimento tecnocientífico, provenientes dos estados, a exemplo das Fundações de Amparo à Pesquisa de várias unidades da Federação, destacando-se a do estado de São Paulo (Fapesp), beneficiada, ao longo de mais de quatro décadas, pela notável visão estratégica dos seus administradores. Entidades congêneres no nosso estado tiveram vida curta até que a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) passou a atuar há mais de oito anos consecutivos, durante os quais vem contribuindo de forma significativa para o avanço tecnocientífico no estado.

Criada em 1946, a Universidade Federal da Bahia deu um grande passo à frente durante a década de 1960, ao reorganizar-se a fim de melhor contribuir para o crescente dinamismo da economia regional. A estrutura universitária foi então alterada em favor da modernização dos departamentos responsáveis pelos setores básicos do conhecimento (filosofia, matemática, física, química, biologia geral, geociências, ciências humanas), de modo a criar condições mais propícias à formação de pesquisadores e à realização de pesquisas. Na mesma década de 1960, tiveram nova regulamentação os cursos de pós-graduação *stricto sensu*

(mestrados e doutorados), com a exigência de trabalhos de tese ou dissertação. A qualidade desses trabalhos, favorecida pela reestruturação da Universidade, tem sido claramente superior à que se verificava nos doutorados do nosso passado remoto. Nas Universidades federais, pela mesma época, começou a implantar-se, gradualmente, o regime de trabalho em dedicação exclusiva. São enormes as limitações que incidem sobre as pesquisas realizadas por pessoal em regime de tempo parcial, como era regra geral nas Universidades federais, até poucas décadas passadas.

Os projetos de pesquisa ligados à pós-graduação universitária respondem por boa parte do aumento, nos últimos tempos, da produção científica baiana e brasileira. Grandes saltos, como os que ocorreram na década de 1960, têm períodos de maturação necessariamente longos. Abundantes recursos, oriundos dos orçamentos nacionais e locais de educação e de ciência e tecnologia, têm sido investidos nos programas de pós-graduação, com notório sucesso. Importa, contudo, reconhecer a insuficiente articulação entre os projetos de pesquisa a cargo das instituições acadêmicas e as atividades das empresas do setor produtivo. Como exemplo de um primeiro serviço a ser prestado pela nossa Academia de Ciências à comunidade baiana, cabe citar a aproximação que deverá ocorrer entre as pesquisas que interessam às indústrias, de um lado, e, de outra parte, as instituições locais responsáveis pelos cursos de doutorado e mestrado. Representantes da Federação das Indústrias hão de reunir-se com os coordenadores dos cursos de pós-graduação das nossas Universidades, a fim de promoverem a investigação de temas de interesse comum a ambas as partes, o que inclui a superação de “gargalos” frequentes no desenvolvimento de processos industriais. É de prever que essa colaboração resulte em grande proveito para a economia do nosso estado.

Estamos vivendo, atualmente, a “era do conhecimento”, inaugurada nos países avançados e disseminada pelo mundo afora. Caracteriza-se esse período da História por processos de produção e distribuição de grande dinamismo, beneficiados por tecnologias constantemente recriadas em atendimento à demanda dos consumidores, com a observância

do método científico e o devido respeito ao meio ambiente. O progresso tecnocientífico e a competição nos mercados nacionais e internacionais passaram a exigir do setor produtivo constantes inovações nos bens e serviços. Novos perfis profissionais estão sendo exigidos pelo mercado de mão de obra, ao que a rede educacional tem tido de responder, mediante currículos que se modificam com grande frequência. A internacionalização das indústrias e dos mercados tem pressionado a favor de associações e fusões de empresas e tem condicionado a mobilização de trabalhadores particularmente qualificados. A inserção da Bahia na “era do conhecimento” chegou com alguma demora, depois que a inclinação natural do nosso povo para manifestações artísticas já revelara considerável capacidade criadora.

Nos tempos modernos, a qualidade da educação em seus diferentes níveis, tanto pública quanto privada, se tornou fator do mais alto significado entre os que contribuem para o desenvolvimento econômico de qualquer país. No Brasil, persistiu, por longo tempo, a tradição educacional que consistia em impor aos jovens o acúmulo excessivo de informações de conteúdo científico, enquanto não se cuidava, adequadamente, de orientar os alunos para aprenderem a usar essas informações, a criticá-las e a como chegar, por meio delas, a conceber novas ideias. Na Bahia, entre as iniciativas altamente meritórias do Sistema Fieb, inclui-se o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec), modelo de centro tecnológico com excelente ensino prático, mais um serviço prestado à Bahia pela liderança do Dr. José Mascarenhas, e que estimaríamos ver multiplicado em nossa terra.

Tem sido notória, entre nós, a escassez de engenheiros bem formados nas diferentes especialidades, exigindo das autoridades maior agressividade na formação dessa categoria de mão de obra. Na raiz da mencionada escassez, identifica-se a precariedade dos estudos básicos de matemática, de física e de química, denunciando o insuficiente preparo de boa parte do professorado. A reestruturação das Universidades federais desencadeada na segunda metade da década de 1960, processo

de longa maturação a que já fizemos referência, apenas começa a sanar essa grande insuficiência do sistema educacional, ainda bem presente no nosso estado e observada em todo o País. Devemos, ademais, reconhecer como verdadeiras, as razões da importantíssima categoria dos professores do ensino fundamental, quando pondera que os trabalhos a seu cargo ainda não têm sido devidamente valorizados pela sociedade brasileira.

Grandes empresas que funcionam no Brasil, sejam públicas ou privadas, vêm mantendo, em geral com reconhecido sucesso, dispositivos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e de novos processos. Ao lado de outros exemplos igualmente respeitáveis, cabe citar o do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), em franca expansão. Entretanto, não apenas as macroempresas precisam beneficiar-se da investigação tecnocientífica. Admite-se, em alguns casos, que as médias e pequenas empresas ofereçam ambientes tão ou mais propícios à implantação de novas ideias e processos, do que as de grande porte. Programas governamentais de apoio às vocações locais de produção, conhecidos pela sigla APL (arranjos produtivos locais), têm sido orientados, com expressivos resultados, para a melhoria da qualidade de vida das populações a que servem.

À medida que vem ocorrendo, no Brasil, a modernização da economia aliada ao aumento da quantidade e à melhoria da qualidade dos trabalhos de ciência e tecnologia, logo transpareceu o desequilíbrio entre o sucesso recente da atividade científica e o míngua número de patentes resultantes de ideias inovadoras com proteção da propriedade intelectual dos que as conceberam. Assim, enquanto o Brasil ocupa o décimo quinto lugar na comparação com os demais países no tocante à produção de trabalhos científicos, ocupamos não mais que o vigésimo nono lugar quanto ao número de patentes registradas nos órgãos de proteção da propriedade intelectual. A fim de melhor caracterizarmos o significado dos conceitos inovadores na economia das nações, cabe mencionar que é avaliada em mais de 60% a contribuição de inovações na economia europeia moderna. Estatísticas levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE)² revelam que a taxa de inovação no Brasil cresceu de 31,5% para 38,5% no período de 2000 a 2008, o que indica a necessidade do esforço continuado nesse sentido.

Entidades como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) têm se ocupado em medir a produção nacional em ciência e tecnologia, nos moldes da chamada “cienciometria”, neologismo que pode ferir os nossos ouvidos, porém designa atividade da maior importância no mundo moderno. Graças aos levantamentos da “cienciometria”, tem sido possível traçar metas realistas que servem de orientação para os órgãos encarregados do acompanhamento da produção científica. A recém-formada Academia de Ciências da Bahia (ACB) deverá ocupar-se com o aperfeiçoamento desses estudos em relação ao nosso estado, afim de melhor contribuir para o estabelecimento de metas regionais intimamente relacionadas aos propósitos do governo estadual e das empresas privadas locais.

Ao longo de várias décadas, as políticas públicas do setor industrial, no nosso país, haviam sido orientadas, preponderantemente, para a substituição de importações, tendo como resultado o notável avanço da indústria nacional devido à intensa transferência de tecnologias desenvolvidas em outros países. Contamos, para isso, com o extraordinário vigor do mercado interno brasileiro, sempre em pleno crescimento. Contudo, devido aos bons resultados das transferências de tecnologia, houve menor empenho no estímulo à geração de ideias inovadoras, capazes de conceber produtos e processos que fossem bem sucedidos no mercado internacional. Enquanto isso, outros países vêm dando preferência, desde longa data, a políticas públicas voltadas para a inovação na busca de ideias que diferenciem os seus produtos dos similares já conhecidos no mercado internacional. Nas décadas mais recentes, tem despertado grande interesse a comparação entre medidas adotadas pelo Brasil e por outros países nesse campo. Dessa comparação resultou a reorientação das

políticas industriais brasileiras no intuito de incrementar a produção de manufaturados que tenham a proteção de patentes originadas no nosso país, capazes de assegurar o aumento da proporção desses produtos no conjunto das exportações brasileiras. Esta a razão da promulgação, desde 2004, da “Lei da Inovação”.

Empresas públicas e privadas se têm beneficiado do apoio dos Parques Tecnológicos disseminados por muitos países e já implantados em vários estados do Brasil. Laboratórios instalados nesses parques, entre outras finalidades, têm possibilitado a realização de trabalhos necessários às transferências de tecnologia, enquanto outros vêm funcionando como “incubadoras de empresas”, de grande utilidade para o aproveitamento de novas ideias. Na Bahia, o primeiro desses parques será proximamente inaugurado pelo Governo do estado, gerando expectativas altamente favoráveis.

Reconhecidamente, no Brasil, a maior parte das pesquisas científicas e tecnológicas tem sido, até agora, financiada pelo setor público. À medida que a nossa economia cresça e a população enriqueça, essa proporção deverá alterar-se, evidenciando a maior participação da iniciativa privada. A inovação envolve riscos financeiros que muitas das nossas empresas privadas ainda não conseguem enfrentar. O setor privado tem apontado a elevada carga fiscal como importante fator a dificultar o enfrentamento dos riscos inerentes às novidades quando oferecidas ao mercado. As autoridades brasileiras têm procurado atenuar esse problema com a adoção de subvenções proporcionadas pelo setor público, o que ainda não tem sido suficiente para a integral solução do problema.

Desde o ano de 2005, entrou em vigor, no Brasil, a lei que concedeu incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. A integração entre as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas vem resultando no uso compartilhado de laboratórios, na remuneração extra de universitários dedicados a pesquisas e na participação dos pesquisadores nos lucros devidos ao registro de patentes, auferidos pelas instituições empregadoras dos cientistas. Essa integração, contudo,

ainda não alcançou o desejado nível de eficácia e tem como consequência a redução nos ganhos de produtividade, além da menor capacidade de inovação das nossas indústrias. Segundo o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Vincent Defourny,³

Nos gastos empresariais com P&D, a média dos países membros da [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] OCDE é o triplo da encontrada no Brasil. Para igualar esse patamar, seria preciso aumentar [no Brasil] os gastos privados no setor de US\$ 9,95 bilhões ao ano para US\$ 33 bilhões.

Devido ao pouco tempo transcorrido desde quando a formação de pesquisadores no Brasil atingiu considerável escala, parcela expressiva da nossa sociedade ainda não se apercebeu do significado das conquistas daí decorrentes para o futuro do país. Tal alheamento é mais intenso, como seria de esperar, nas regiões do território brasileiro onde a economia é menos dinâmica. No imaginário de parte da nossa população, as instituições educacionais de nível superior (Universidades e Faculdades isoladas) existem, tão somente, para formar profissionais, o que tem indiscutível importância, porém, está longe de ser tudo o que lhes compete realizar. Grande parte da população da nossa terra, que identificava a Universidade Federal da Bahia como instituição dedicada a formar profissionais e a contribuir para o enriquecimento cultural da população pelo cultivo das artes, começa a nela reconhecer o importante desempenho das funções de formadora de pesquisadores e de realizadora de pesquisas científicas e tecnológicas.

A adequada divulgação do progresso na pesquisa tecnocientífica, em termos que sensibilizem a população geral e atraiam o seu indispensável apoio, obriga à mobilização de pessoal especializado e requer a indispensável colaboração dos dirigentes dos meios publicitários. Em um dos seus números recentes, a revista “Pesquisa”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), chama a atenção para a fase

incipiente em que se encontra a divulgação científica no Brasil. Está dito, no artigo em apreço: “A compreensão de temas científicos estimula o pensamento crítico e é considerada um pré-requisito para a democratização da informação e para semear vocações em carreiras acadêmicas e tecnológicas.”⁴ A recém-instalada Academia de Ciências da Bahia (ACB) deverá colaborar para a correta popularização dessas informações, como estímulo que incitará o respectivo debate, por parte do nosso público.

O estado da Bahia foi beneficiado, em passado mais distante, com o funcionamento de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped) que, na transição entre a exclusividade da economia agroexportadora e a moderna industrialização, contribuiu eficazmente para a implantação do Polo Petroquímico e da metalurgia de não ferrosos, além de trazer inovações para a fruticultura local. De outro lado, em passado que já dista três a quatro décadas, a Bahia contou com o Museu Didático de Ciência e Tecnologia, orientado por brilhante assessoria do Conselho Britânico e que teve apoio generoso da Petrobras. Ambas essas entidades tiveram destino melancólico, do qual o Museu começou a livrar-se muito recentemente, graças à compreensão do atual Governo do Estado.

A fabricação de produtos manufaturados é sujeita ao respeito às leis da *propriedade intelectual*, formuladas, geralmente, por países cuja indústria foi implantada há muito tempo, a exemplo da Inglaterra, da Alemanha, da França, dos Países Escandinavos e dos Estados Unidos. Essa cobrança se tornou mais exigente desde a década de 1980, devido à crescente relação entre o progresso tecnológico e o avanço da chamada “economia do conhecimento”. Participaram de profundas controvérsias, de um lado, os países industrializados há mais tempo, e, de outra parte, os que sofrem de menor dinamismo na sua economia. Tais controvérsias desembocaram na celebração do acordo conhecido pela sigla TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), datado de 1994, ao qual o Brasil deu a sua adesão. Mediante esse acordo, medidas legais rigorosas dificultaram a livre imitação de produtos e de tecnologias

estrangeiras por meio da tradicional tática da engenharia reversa adotada por empresas de várias nações. A fim de superar as restrições devidas ao acordo “Trips”, tornou-se necessário recorrer à produção com tecnologias desenvolvidas nos próprios países.

Este breve histórico foi essencial à elucidação dos motivos pelos quais está sendo criada a Academia de Ciências da Bahia, com objetivos que, ressalvadas pequenas alterações, figuram no seu Estatuto:

- a) *incentivar* a realização, entre nós, de pesquisas sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas;
- b) *estimular* a formação de pesquisadores, preferentemente em instituições universitárias que já possuam ou aspirem criar tradição em linhas de investigação de reconhecida importância, e que possam gerar tecnologias consideradas “de ponta” no momento dado;
- c) *analisar* em profundidade e promover a aplicação das leis de inovação na pesquisa científica e tecnológica, junto ao ambiente produtivo nacional;
- d) *contribuir* para os levantamentos regionais relativos à produção em ciência e tecnologia, visando o estabelecimento de metas mais consistentes com os propósitos do governo e das empresas privadas locais;
- e) *estimular* o aperfeiçoamento do ensino das ciências em todas as idades, com a metodologia e os materiais de ensino ajustados às peculiaridades dos alunos;
- f) *servir de elo* entre cientistas ligados a instituições locais e entidades projetadas nacional e internacionalmente, visando a troca de informações em caráter pessoal, assim como a criação de oportunidades para trabalhos em parcerias;

- g) *apoiar iniciativas* que visem a popularização da ciência, quer na área do jornalismo científico, quer na organização de museus de ciência e tecnologia com feitiço didático;
- h) *promover* a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens a, b, c, d, e, f e g acima enunciados;
- i) *atribuir prioridade* à apreciação de projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social;
- j) *ocupar-se* com a criação de oportunidades de emprego para cientistas que tenham formação adequada, preferentemente para os que se disponham a trabalhar em regime de dedicação exclusiva;
- k) *apoiar* o registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.

Desejo congratular-me com os demais membros da Academia, especialmente com os escolhidos para os cargos de direção da mesma entidade. Reafirmo os nossos agradecimentos aos órgãos que têm permitido a esta Academia de Ciências da Bahia dar os seus primeiros passos, como sejam a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, e a Federação da Indústria da Bahia. E acrescento os meus agradecimentos aos que compareceram à presente sessão inaugural, em especial ao Senhor Governador do Estado, na certeza de que esta Academia contribuirá para a aceleração do progresso da Bahia e do Brasil e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos nossos conterrâneos.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, no mês de maio de 2011.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil, 2010*. Rio de Janeiro, 2011. v. 70.

³ CASTRO, Fábio de Castro. *Panorama da ciência no Brasil e no mundo*. Brasília, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/13028>>. Acesso em: 2 maio 2011. p. 1.

⁴ MARQUES, Fabrício. A ciência compreendida: uma safra de livros oferece a uma nova geração de leitores brasileiros temas científicos em linguagem atraente. *Pesquisa FAPESP online*, São Paulo, n. 174, ago. 2010. Disponível em: <<http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=4198&bd=1&pg=1&lg=>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

Capítulo III

A Academia de Ciências da Bahia: uma realidade¹

Em tempo mais curto que o previsto, a Academia de Ciências da Bahia se tornou uma realidade. Vários fatores para isso concorreram: o estímulo do Governador Jacques Wagner, que presidiu a sessão de instalação do novo órgão; a participação do Dr. José Mascarenhas, presidente da Federação das Indústrias da Bahia, que atraiu a boa receptividade de empresários baianos; a boa vontade do Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Deputado Paulo Câmara, e do Diretor Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa, Dr. Roberto Paulo, que ofereceram apoio material indispensável ao funcionamento do novo órgão; a competência e a dedicação de companheiros, a exemplo da ex-Reitora Eliane Azevedo, dos professores Edivaldo Boaventura, Armênio Guimarães e Jailson Andrade;

a fé no futuro da instituição, por parte de mais de quarenta pesquisadores que abraçaram a causa com dedicação, desde as reuniões preliminares; e a presença do expressivo segmento da sociedade baiana, responsável pelo brilho de que se revestiu a instalação da Academia.

Cabe, então, indagar: qual terá sido a motivação dos que aplaudiram a corajosa iniciativa? Cabe recordar trechos de uma História que, aliás, já é de muitos conhecida. A educação de nível superior somente pôde ser implantada, no Brasil, há pouco mais de dois séculos. Acabaram negadas ou ignoradas pela Metrópole Portuguesa, sucessivas petições de autoridades da cidade do Salvador, encaminhadas ao longo dos três séculos anteriores, para que fossem oficialmente reconhecidos cursos que aqui funcionavam. Após a chegada à Bahia do Príncipe Regente D. João, em 1808, criou-se a Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador, erigida, com as reformas que se sucederam, em marco sobre o qual se construiu o ensino universitário entre nós. Duas das suas características serviram de modelo único para as instituições de nível superior criadas no país até 1930: era uma escola isolada (não vinculada a outras instituições, a exemplo de Universidades ou Academias) e completa em si mesma (abrangendo as disciplinas básicas, necessárias ao conhecimento das práticas profissionais, além das disciplinas que formam o profissional).

As ciências “básicas” (Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas) eram, então, lecionadas, fragmentariamente, nas várias Faculdades, em programas que, em grande parte, eram semelhantes uns aos outros. Na década de 1930, entraram em funcionamento as primeiras Universidades brasileiras, graças à aglutinação de Faculdades existentes, às quais se juntaram novos cursos. No novo modelo de instituição, ocorreu a integração administrativa e financeira de Faculdades que eram até então “isoladas”. A unificação dos dispositivos de ensino e pesquisa a serviço das Ciências básicas, contudo, somente ocorreu pelos Decretos-Leis n.º 53/66 e 252/67, que modificaram a estrutura das Universidades federais de modo que os setores básicos do

conhecimento passaram a ser cultivados em função da sua importância intrínseca, sem a vinculação que os subordinava a cada profissão.

No final da década de 1960, iniciou-se, gradual e lentamente, a implantação do regime de dedicação exclusiva para membros do corpo docente das Universidades federais. Essa verdadeira revolução foi fundamental para a implementação de cursos de mestrado e doutorado e para a expansão das atividades de pesquisa essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico que constituem parcela inseparável do próprio conceito de Universidade. A Academia de Ciências da Bahia representa a continuidade dos estímulos em favor da realização de pesquisas tecnocientíficas nas Universidades, ao lado da maior vinculação da área acadêmica com o setor produtivo das sociedades baiana e brasileira, e mediante a formação de pesquisadores capazes de gerar ideias que, pelas suas aplicações práticas, contribuam para a melhor qualidade de vida das nossas populações.

Nota

¹ Publicado no jornal *A Tarde*, Salvador, 26 de setembro de 2011.

Capítulo IV

Por que se fala tanto em inovação ultimamente?¹

Que motivos estarão levando cientistas, empresários e governantes a usarem o vocábulo “inovação” com maior frequência que no passado? Enquanto a nossa produção científica aumentou a ponto de colocar o Brasil, recentemente, no 13º lugar entre os mais destacados países no mundo, ainda não passamos do 47º lugar quando se trata da capacidade de inovar em matéria de Ciência e Tecnologia.

O conceito de “inovação” entre empresários e pesquisadores, no tocante a processos e produtos de conteúdo tecnológico, significa a aplicação de um *novo conhecimento* que resulte em melhor aceitação pelo mercado. Cabe, então, interrogar: como surge esse novo conhecimento?

Muitas vezes, o conhecimento “novo” atende a demanda pelos consumidores, verificada mediante consulta mercadológica. Entretanto, toda inovação envolve *riscos*, no sentido de não se poder saber, antecipadamente, qual será a reação dos consumidores. O empresariado brasileiro enfrenta grande sobrecarga fiscal e altos juros das operações de financiamento, fatores que diminuem a margem de lucro e contribuem para a menor frequência na adoção de “inovações”. E muitas das empresas multinacionais instaladas no Brasil preferem manter, nas respectivas sedes de origem, as atividades que precedem o uso de inovações.

Quais as influências que podem concorrer para a geração de ideias com potencial para a transformação em “inovações”? Além de trazerem consigo a recompensa individual ao empresário, as inovações contribuem para o enriquecimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde ocorrem.

Será possível predispor os empresários e os pesquisadores a gerarem ideias novas com aplicações lucrativas? O aparecimento das novas ideias depende da capacidade do pesquisador em pensar além do que já se sabe sobre o assunto, o que mais frequentemente acontece nos cérebros predispostos por uma educação científica bem orientada.

A grande distância, verificada no Brasil, entre a expansão da pesquisa técnico-científica e o reduzido número de patentes reflete, entre outros fatores, a lenta modernização no ensino das ciências exatas e da natureza na nossa rede educacional.

Práticas pedagógicas frequentes na tradição brasileira explicam, parcialmente, os motivos do feio pouco inovador das atividades de muitos dos nossos cientistas, tecnólogos e artesãos. Durante longo tempo, nas nossas escolas, o ensino das ciências exatas e naturais se limitou à transmissão, pelo professor, de informações constantes nos livros didáticos. Os fenômenos da natureza, as leis que os regem e as doutrinas ajustadas a essas leis, apareciam como “verdades” definitivas e imutáveis. No entanto, muitos dos fenômenos mencionados nas salas de aulas já haviam sido, anteriormente, citados e interpretados de diferentes formas.

A metodologia do ensino, já superada, e vulgarmente conhecida como “decoreba”, valorizava excessivamente o acúmulo de informações decoradas pelo estudante. No entanto, deve caber ao professor, depois de apontar ao aluno as fontes de informação disponíveis, criar oportunidades para a análise de ideias que importam ao processo de ensino-aprendizagem. A transmissão de informações ao aluno deixou de ser a parte nobre da tarefa do professor, e esta passou a consistir na ajuda ao aluno que consiga formular raciocínios corretos e analisar hipóteses várias em torno do assunto em foco. Cumpre, ainda, aos professores de ciências, demonstrar aos alunos como a associação da ciência com a tecnologia se amplia a cada momento e se tem tornado mais presente no cotidiano de cada cidadão. O binômio ensino-aprendizagem que não estimular a criatividade do aluno, dificultará a transformação deste em futuro agente de mudança e não fará dele um pesquisador capaz de gerar inovações.

A antiga metodologia do ensino das ciências, pois, não preparava os alunos para participarem de uma economia mais dinâmica. Foi esse o ambiente que prevaleceu no Brasil até recentemente. A indústria brasileira se expandiu, durante várias décadas, graças à transferência de tecnologias importadas de outros países, o que foi favorecido pelo grande mercado interno nacional. O preparo adequado de professores para o ensino prático das ciências em todos os níveis é, portanto, fator decisivo para que os produtos *made in Brazil* se tornem mais competitivos nos mercados nacional e internacional.

Nota

¹ Publicado no jornal *A Tarde*, Salvador, 10 de outubro de 2011.

Capítulo V

Um “choque” na divulgação científica¹

Faria bem à população brasileira receber um “choque” de divulgação científica. Cabe perguntar: Por quê? Dirigido a que público? As respostas a estas perguntas condicionarão a linguagem a ser usada no “choque” ora sugerido. As oportunidades de emprego com remuneração mais elevada se incluem entre as aspirações mais legítimas dos jovens da sociedade brasileira nos tempos atuais. E essas oportunidades dependem, cada dia mais, do preparo dos candidatos, no tocante aos conhecimentos científicos e técnicos. De outra parte, tornou-se importante conhecer o funcionamento de muitos aparelhos e instrumentos com que lidamos no dia a dia das sociedades modernas, tanto para o trabalho como para o lazer.

Em séculos passados, a totalidade do conhecimento das ciências podia ser abrangida, individualmente, por uns poucos estudiosos que se comunicavam entre si mediante linguagem por todos eles compreendida.

A expansão desses conhecimentos obrigou à especialização, ou compartimentação das informações em diferentes capítulos das ciências, o que impediu a continuação do uso de uma única linguagem, ao alcance de todos os interessados. A enunciação dos resultados de novas descobertas, assim como a formulação de novos conceitos, que deveriam tornar-se acessíveis aos diferentes públicos, criaram a necessidade de atribuir-se um tratamento “literário” à divulgação dessas informações. Cresceu, assim, nos dois séculos mais recentes, a ideia da divulgação científica com as suas diferentes linguagens. De outra parte, nos países mais avançados, atribuiu-se enorme importância ao aperfeiçoamento do ensino das ciências nos diferentes níveis de educação. E, por todos os caminhos possíveis, procurou-se instigar a curiosidade de vastos contingentes da população pelas notícias adequadamente apresentadas, nos jornais diários, sobre os avanços da ciência e da tecnologia, seja pela leitura de textos apropriados, pelo acompanhamento de programas de rádio e televisão, ou, ainda, mediante visitas a museus, teatros, exposições e feiras. Não devemos esquecer que a herança cultural das recentes gerações de brasileiros favoreceu mais as artes do que as ciências e as suas aplicações à tecnologia.

Pelo menos dois tipos de público-alvo devem ser considerados na prática dessa divulgação: um deles inclui pessoas com nível elevado de escolaridade, porém sem especialização nos temas em que, momentaneamente, estiverem interessadas. Outro público consiste nos que não chegam a aprender, satisfatoriamente, o significado de palavras e de símbolos que exijam conhecimento prévio dos princípios e das leis da ciência. Em cada qual dessas oportunidades, cumpre usar a linguagem adequada. Ambas essas situações adquiriram importância que aumenta, a cada dia, para todos os brasileiros e brasileiras.

A divulgação científica destinada ao público brasileiro, ao lado de outras justificativas, deve ter, também, motivação política. As pesquisas nas áreas das ciências e das inovações tecnológicas vêm se tornando, cada dia, mais dispendiosas. As iniciativas que envolvem a formação dos cientistas, a aquisição de equipamentos e a manutenção das entidades capazes de realizar pesquisas de bom nível, em qualquer ramo,

vêm exigindo financiamento que aumenta de forma explosiva. O processo de gestão dessas atividades passou a mobilizar pessoal especializado. Onde buscar os recursos para tanto exigidos?

As fontes mais abundantes para essa finalidade, no Brasil, continuam sendo as do poder público. No Estado democrático, sabidamente, as decisões dependem, de modo mais ou menos direto, da opinião de um eleitorado sempre susceptível ao que lê, enxerga ou ouve nas notícias inseridas nos modernos meios de comunicação. E todos aqueles que votam e, assim, escolhem as suas lideranças, precisam estar bem informados para melhor exercerem os deveres de cidadãos. Diante disso, toda vez que a ciência for apresentada como tema hermético, indecifrável e distante dos interesses da população geral, o financiamento das atividades científicas será escasso, insuficiente e de difícil obtenção.

Paralelamente ao poder público, a iniciativa privada vem se empenhando no fomento à pesquisa, em proveito próprio e para benefício das populações. Somente com grande atraso, o povo brasileiro e as nossas lideranças criaram consciência dessa realidade. Durante séculos, foi muito escasso, entre nós, o estímulo à geração de técnicas inovadoras de interesse econômico e de base científica. Nas últimas quatro a cinco décadas, contudo, os educadores e os empresários nacionais, tem-se empenhado na criação de processos e serviços melhor adaptados às nossas matérias-primas, aos nossos recursos humanos e ao nosso mercado. São iniciativas inovadoras no sentido de não consistirem em simples cópias do que se vinha fazendo, no nosso e em outros países. As universidades públicas despertaram, um pouco mais cedo que as empresas, para o cumprimento dessas tarefas e, nas décadas mais recentes, têm realizado um grande esforço para recuperar o atraso em que nos encontrávamos na implantação de programas institucionais de formação de pesquisadores e de execução de pesquisas. Recentemente, o setor privado da economia, premido pela competição, vem destinando recursos próprios, em escala crescente, a fim de criar, mediante pesquisas científicas e tecnológicas, novos produtos e processos que interessem aos nossos mercados.

Os primeiros “divulgadores” da ciência foram pesquisadores que procuraram explicar suas ideias e suas descobertas a um público mais amplo que o dos próprios colegas de atividade. Esses pesquisadores mantinham, como seria de esperar, completa fidelidade às operações mentais que haviam servido às suas atividades inovadoras, porém nem sempre se exprimiam em linguagem que atraísse o leitor. À medida que se foram multiplicando as especializações nos vários ramos da ciência, surgiram os “divulgadores” profissionais, capazes de externar as novas ideias, de qualquer que fosse o grau de complexidade, em linguagem acessível às diferentes faixas da população.

A divulgação da ciência evoluiu para a criação do “jornalismo científico” já no século XX. Ora preparam-se para essa especialização cientistas que decidem apreender as técnicas do jornalismo; ora são profissionais do jornalismo que, atraídos pela importância da divulgação de temas científicos, se valem da experiência por eles colhida nos cursos universitários especializados e nas redações dos jornais e revistas. Em qualquer hipótese, é importante, para quem pratica o jornalismo científico, evitar a tentação de tornar “impactante” toda e qualquer nova informação. Em certos casos, a narrativa de uma nova descoberta pode assemelhar-se, sem prejuízo da autenticidade do conteúdo, a uma novela policial bem estruturada e bem escrita.

Os textos para esse fim empregados devem ter “qualidade literária”, no sentido de usarem linguagem clara, correta e precisa, de proporcionarem prazer a quem os lê, e assim conseguirem atrair e manter a atenção e a curiosidade do leitor. Além disso, a distribuição do conteúdo dentro do próprio texto deve revelar ideias coerentes e ter sequência capaz de evitar a dispersão do interesse de quem recebe as mensagens. Princípios análogos se aplicam às informações transmitidas pelo rádio, por televisão, em museus, em exposições ou em feiras, com as linguagens próprias e adequadas a cada caso. A veracidade dos fatos será, sempre, requisito essencial às narrativas sobre os fatos da natureza e sobre os resultados da experimentação que hajam, ou não, confirmado as hipóteses aventadas para a sua interpretação.

As notícias nesse campo jamais deverão ser apresentadas como “verdades” definitivas, prontas e acabadas, uma vez que poderão ser superadas, sempre que surjam novos dados experimentais. Tudo que se considere “novidade” deverá comparar-se com o tratamento dado, anteriormente, ao mesmo assunto, a fim de estabelecer-se o “contraditório”, que costuma agradar e atrair a atenção do leitor. Ainda, no mesmo intuito de manter o interesse do leitor, admite-se a inserção, nos textos, de anedotas relativas a experiências pessoais ou a aspectos históricos da questão, envolvendo controvérsias aparentes ou reais entre estudiosos do mesmo tema, contanto que se mantenha, como objetivo essencial, a transmissão exata e correta da informação.

Alguns jornais brasileiros de circulação nacional, assim como revistas de grande tiragem, vêm inserindo em seções especializadas, de forma crescente, matérias de divulgação da ciência e da tecnologia. As seções especializadas, com informações extensas sobre determinados assuntos, costumam ser lidas, preferentemente, por quem já estiver motivado para esses campos do saber e do fazer. Mais importantes, ainda, são os textos bem apresentados graficamente, embora resumidos, que apareçam nas páginas de assuntos gerais dos jornais e revistas de maior tiragem. As informações assim divulgadas serão, naturalmente, apreciadas por um público muito mais amplo e variado.

No Brasil, malgrado as tentativas datadas, ainda, do começo do século XIX, o empenho na divulgação das ciências continua tímido e, portanto, permanece muito aquém do desejável diante das exigências da vida moderna. Cabe, a respeito, citar as seguintes palavras de três estudiosos do assunto, Luiza Massarani, Ildeu Moreira e Fatima Brito,² em trabalho recente:

Nos últimos anos, embora tenha havido um interesse crescente no meio acadêmico relativo às atividades de extensão ligadas à divulgação científica, o quadro geral ainda é frágil. Tais atividades ainda são consideradas marginais e, na maioria das instituições, não influenciam na avaliação de professores e pesquisadores.

Pronunciamentos como este, que resume opinião generalizada entre os cientistas brasileiros, confirmam a necessidade de um “choque de divulgação científica”.

Estreitamente ligada à melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, a expansão da atividade tecnocientífica assume importância especial em países emergentes, ricos de recursos naturais e com imenso potencial de mercado para produtos manufaturados, como é o caso do Brasil. Não há por que duvidar de que o nosso futuro continue a depender da maior agregação de valor às nossas matérias-primas e da maior eficiência na gestão dos processos de produção e de distribuição dos bens e serviços. Distinguem-se os textos para divulgação científica, por sua vez, dos que servem à atividade didática e têm, entre outros objetivos, o de capacitar os não iniciados a entenderem a linguagem própria da ciência.

Vários países têm procurado medir o interesse das respectivas populações pelos temas da ciência e da tecnologia. A revista “Pesquisa”, editada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), publicou, recentemente, interessante matéria sob o título *Imagens da Ciência*.³ Resume-se, nas páginas dessa revista, um conjunto de respostas colhidas por amostragem junto à população de quatro países acerca da percepção pública da ciência. As pessoas entrevistadas, inclusive no Brasil, consideraram-se “pouco” ou “nada informadas” sobre o tema em pauta. Prevalece, entre elas, a imagem tríplice da ciência como condição para as “grandes descobertas”, para o “avanço técnico” e como fonte de “melhoria da vida humana”. Todavia, outros temas, como a “compreensão do mundo natural” e o “domínio da natureza”, não integram o imaginário popular da ciência, no mesmo grau das condições anteriormente citadas. A maioria dos brasileiros entrevistados discorda da afirmação de que “o mundo da ciência não pode ser compreendido pelas pessoas comuns”. Apesar de muitos dos entrevistados terem consciência dos problemas que os progressos da ciência possam causar à sociedade, especialmente pelos conhecimentos empregados nas guerras, a maioria não tem dúvida de que os benefícios resultantes do progresso tecnocientífico superam

os seus efeitos negativos. A “vocação para o conhecimento” aparece, no citado levantamento de opinião, como principal fator de motivação para a pesquisa, por larga margem. Aparece, em seguida, a “conquista do poder”, enquanto “dinheiro” e “prestígio”, curiosamente, figuram como fatores menos importantes.

Cumpre, antes de terminar, mencionar os nomes de um pesquisador e de duas instituições que, no Brasil, merecem ser destacadas, nesse esforço. O Professor José Reis, já falecido, desempenhou papel importantíssimo entre os pesquisadores, ao dedicar-se, com pertinácia e competência, a esse tema, quando o interesse era, ainda, muito mais incipiente que agora. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pela ação dos seus dirigentes, pela revista que edita, pelos programas de rádio, de televisão e de teatro com os quais tem colaborado, vem mantendo acesa entre nós, brasileiros, a noção da grande importância da divulgação científica. A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre outros relevantes serviços que tem prestado ao Brasil, graças à competente equipe que a dirige e à edição da revista “Pesquisa”, já citada, tem divulgado informações científicas mediante material de excelente qualidade, redigido por pessoal devidamente especializado. São exemplos modelares que, esperamos, venham a ser multiplicados.

Notas

¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 5 de junho de 2007.

² MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima. (Org.). Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: _____. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. p. 43-64. p. 64.

³ IZIQUE, Cláudia; MOURA, Mariluce. Imagens da ciência. *Pesquisa*, São Paulo, n. 95, p. 16-27, jan. 2004.

Capítulo VI

Percepção pública da pesquisa científica¹

A Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) publicou, recentemente, mais uma edição dos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação pertinentes àquela progressista unidade da Federação e referentes ao ano de 2010.² Levantamentos com idêntico propósito vêm sendo feitos pela Fapesp desde 1998.

Os dois alentados volumes recém-produzidos cobrem estudos sobre a Educação básica e superior naquele estado, apontam os recursos financeiros e humanos ocupados em pesquisa e desenvolvimento, realizam a análise da produção científica publicada em periódicos especializados, examinam a atividade de patenteamento no Brasil e no exterior, comentam o balanço de pagamentos tecnológicos, ocupam-se com a inovação no setor empresarial, estudam a dimensão regional dos esforços dessa natureza no Estado de São Paulo, medem a difusão e a caracterização das

Tecnologias da Informação e da Comunicação, destacam as atividades nos setores da agricultura e da saúde, e chamam a atenção para a percepção do significado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação pela população do estado de São Paulo.

Depreende-se dos exaustivos levantamentos de informações, o imenso esforço dos setores público e privado da população paulista para se manterem em dia com o que de melhor se tem alcançado no mundo, em matéria de desenvolvimento tecnocientífico. Quero, entretanto, dar especial destaque ao último dos capítulos mencionados, aquele que mede a percepção do povo de São Paulo quanto a esse desenvolvimento como base essencial do bem-estar e do conforto dos que vivem naquele estado.

Como se refletiria, no nosso estado da Bahia, um estudo com semelhante propósito? Sabemos que, na história do Brasil Colônia, a Bahia teve precedência na implantação de instituições educacionais, a exemplo dos Colégios dos Jesuítas (Salvador e Belém de Cachoeira), nos quais se formaram figuras exponenciais do mundo cultural da época. Também aqui na Bahia, como no Rio de Janeiro do século XVIII, se instalaram Academias que, embora tivessem vida curta, reuniram pessoas de destaque pelo seu nível cultural. Na nossa terra nasceu o ensino superior brasileiro, com a implantação da Escola de Cirurgia do Real Hospital Militar de Salvador – precursora da atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. A Bahia disputa com a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a primazia do ensino da Agronomia em terras brasileiras, na metade do século XIX. Pela mesma época, teve início o curso de artes plásticas do pintor espanhol Cañizares, precursor da Escola de Belas Artes da UFBA. Na década de 1950, iniciou-se na Bahia, pela sua Universidade Federal, o movimento que resultou na formação de artistas aplaudidos nas diferentes regiões do país. No tocante ao ensino e à pesquisa nos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Geociências, Ciências Sociais, Filosofia), a Bahia se adiantou, entre as Universidades Federais, na implantação da estrutura atualizada, que ensejou grande estímulo à pós-graduação e à pesquisa. Recentemente, a Universidade Federal tem

se ocupado com a expansão do seu corpo discente mediante a adoção de novos currículos voltados para a inclusão social e étnica.

Cabe, então, indagar: que resultados colherá uma pesquisa sobre a percepção dos baianos, com todo esse passado de dedicação a instituições culturais, acerca do desenvolvimento científico e tecnológico como fator de progresso e de bem-estar da generalidade da nossa população, a exemplo dos estudos realizados pela Fapesp junto ao povo de São Paulo? Pesquisa assim dirigida em relação à população baiana deverá importar às nossas lideranças na escolha de diretrizes norteadoras do nosso futuro.

A recém-criada Academia de Ciências da Bahia, conjuntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), poderão encarregar-se de iniciativa de idêntica natureza, dispondo, para isso, da competência de pessoal apto a dedicar-se a tema de tão grande relevância.

Notas

¹ Artigo publicado no jornal A Tarde, (Opinião), em 11 de janeiro de 2012.

² BRENTANI, Ricardo Renzo et al. (Coord.). *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010*. São Paulo: Fapesp, 2011. 2 v.

PROFISSÕES DE SAÚDE (CIÊNCIA E ARTE)

Capítulo I

Posse como membro da Academia Nacional de Medicina¹

As motivações despertadas pela intensa e prolongada dedicação ao labor universitário podem conduzir-nos, vida afora, pelos mais diversos rumos e às emoções mais variadas. A sensação de deslumbramento que ora predomina em meu espírito, por participar deste ato de tão requintada significação acadêmica, tem suas raízes no convívio com os pacientes, os alunos e os colegas, nas enfermarias, nos ambulatórios, nas salas de aulas e nos laboratórios do hospital da minha Universidade. É também, de outra parte, em impressões colhidas nesse mesmo convívio, que identifico as razões de origem dos momentos de exaltação que conheci

diante de grandiosos espetáculos de civismo celebrados em praça pública e que objetivavam a defesa dos ideais políticos mais condizentes com as tradições da nossa nacionalidade.

Sinto estar sendo alvo de dupla homenagem esta noite. Em primeiro lugar, sensibiliza-me sobremodo a distinção que me confere a Academia, ao acolher-me como seu membro honorário. De outro lado, desvanecido estou pela incumbência de acrescentar ao meu agradecimento pela vossa generosidade, o de dois luminares da medicina brasileira, Euríclides de Jesus Zerbini e Rinaldo Delamare, igualmente homenageados por este sodalício. Tão honroso se me afigura o privilégio de usar da palavra em nome dos dois eminentes colegas de profissão, que me valho da oportunidade para somar a minha voz, modesta embora, ao pronunciamento abalizado desta Academia a meu respeito.

Em Euríclides de Jesus Zerbini, reconhece e aplaude toda a nação o elevado mérito de haver iniciado em nosso meio a prática de procedimento cirúrgico de grande complexidade, cuja execução requer singular destreza no ato operatório, excepcional conhecimento das bases científicas em que se firma a conduta do cirurgião, alentada capacidade de organizador do chefe de equipe, e força de vontade que não pode faltar aos que se propõem a alargar os horizontes do exercício profissional. Técnicas tão complexas como as que têm sido introduzidas no Brasil, com êxito, pelo professor Zerbini, não podem ser meramente transplantadas de outros ambientes. A sua adaptação às circunstâncias locais, o constante e ininterrupto processo de aperfeiçoamento a que estão sujeitas, exige capacidade criadora dos pioneiros da sua execução. Tampouco faltam ao professor Zerbini vastas reservas de senso comum, essenciais ao espírito de quem se dedica a trabalho inovador não destituído de riscos para a vida e o bem-estar dos pacientes.

Rinaldo Delamare, por sua vez, graças ao talento de escritor, estendeu os benefícios de sua magnífica experiência profissional a número incontável de lares brasileiros espalhados por todos os recantos do país.

A autoridade baseada em sólida formação de pediatra, o lastro da atividade universitária, a criteriosa seleção do material inserido nos textos, a correção e a clareza da linguagem, a ilustração e a documentação adequadas, são componentes altamente louváveis da obra do homenageado, que lhe proporcionam merecido lugar de realce neste gênero de bibliografia especializada, ainda tão escassa em nosso meio.

É em nome dessas personalidades eminentes e no meu próprio, que me cabe falar à academia para expressar nossa gratidão aos que nela têm assento. Se tanto valorizamos o título recém-conquistado, é, certamente, pelo apreço que dispensamos e que dispensa toda a classe médica do país a esta entidade quase sesquicentenária. Se tanto nos honra a companhia dos que a compõem, é porque, ao longo do tempo, tem sido grande o zelo na escolha dos novos acadêmicos pelos mais antigos. Permito-me destacar, nesta hora, a figura do nosso ínclito presidente, e tomá-la por símbolo do que mais reverenciamos na Academia. Reconhecemos em Deolindo Couto uma das inteligências mais fulgurantes dentre as que se tem colocado a serviço do magistério médico brasileiro. A sua cultura polimorfa, a inexcusável autoridade no âmbito dos afazeres profissionais, a longa e meditada experiência no trato dos problemas universitários, o elevado prestígio de que desfruta em meio à elite mais influente nos destinos do país, dele fazem o homem talhado para dirigir instituições como esta Academia. Em outra oportunidade na qual tive a honra de saudá-lo, assim me pronunciei:

Graças à liderança de homens de ciência que, a exemplo de Deolindo Couto, têm sabido manter-se fiéis às nossas tradições de cultura, o sistema educacional brasileiro vem se ajustando às novas solicitações que lhe são impostas pela sociedade em ritmo acelerado de desenvolvimento, sem merecer até agora críticas análogas às que estão em voga em outros países. A perfeita integração da ciência com o humanismo transparece, em Deolindo Couto, a cada instante, ora na admirável maneira por que desempenha a profissão de médico, ora ao estabelecer padrões de conduta como educador.

Situo a amizade que nos une a Deolindo Couto entre os bens mais valiosos do patrimônio espiritual que herdei de Edgard Santos, meu pai estremecido.

Digníssimas autoridades, senhores Acadêmicos, senhoras e senhores. As circunstâncias da vida me ensejaram observar de perto as modificações de maior vulto por que vem passando, nos últimos anos, o ensino da medicina no Brasil. Pareceu-me que cabia, na presente conjuntura, comentar o sentido que vem tendo esta evolução.

Em alguns círculos de companheiros de profissão persiste ainda pessimismo decorrente das dificuldades criadas pelo surto de expansão da rede de escolas médicas ocorrido em passado próximo. Explica-se esse derrotismo – para o qual, aliás, já não há lugar – pela conhecida circunstância de serem geralmente tardios os efeitos das medidas de grande porte no campo da educação. Sensíveis à recomendação constante de documento amplamente divulgado, da autoria de Comissão designada pelo Ministro da Educação para analisar o ensino de medicina no Brasil, e da qual participam ilustres membros desta Academia, os órgãos competentes do Governo tomaram a decisão que então impunha, em virtude da qual desde agosto de 1971 não mais se criaram novos cursos médicos no país. Pareceu-me dispensável, pois, estender-me, no momento, sobre este importante aspecto da questão, e justificável a preferência por outros temas de significativa projeção para o futuro, embora menos divulgados até agora. Direi, a título de introdução e de forma resumida, que a formação dos profissionais de medicina se vem tornando entre nós, de um lado, mais “universitária” e, de outra parte, mais “comunitária”. Estas expressões, usadas entre aspas, exigem esclarecimento que passo a fazer.

Por que vale dizer que o ensino médico se está tornando mais universitário, e por que cumpre apoiar esta tendência? A resposta se encontra na própria concepção da Reforma Universitária em curso, nos moldes desencadeados com a expedição do Decreto-Lei n.º 53, de 1966.

O modelo de estrutura universitária adotado entre nós na década de 1930 limitou-se, sabidamente, à integração de ordem administrativa

entre faculdades preexistentes, as quais permaneceram completas em si mesmas quanto às suas atribuições didáticas, para continuar cada qual oferecendo tanto o ensino das disciplinas básicas como treinamento profissional correspondente a determinado diploma.

Este modelo manteve, assim, a fragmentação, entre as várias escolas profissionais, de cada universidade, dos recursos humanos e materiais destinados ao ensino e à pesquisa dos setores básicos do conhecimento, entre os quais se incluem a matemática, a física, a química, a biologia, as ciências da terra, as ciências humanas e as letras. Assim se explica o acentuado desnível entre as condições oferecidas nas nossas universidades para o treinamento profissional, sempre favorecido pela tradição mais que centenária das escolas isoladas, e o cerne verdadeiro da instituição universitária, representado pelos departamentos de ciências e de letras, reduzidos em sua eficácia pela fragmentação dos meios à sua disposição.

Decidiu-se, então, adotar, para a Reforma da Universidade brasileira, diretrizes que ensejassem o mais rápido desenvolvimento dos setores básicos do conhecimento humano, indispensável ao cumprimento das tarefas que a sociedade modernizada e mais rica passara a exigir da nossa organização universitária. Vêm-se, por isto, atribuindo nova ênfase, nos últimos anos, aos departamentos das unidades de ensino e pesquisa básicos. Os resultados desta orientação já estão patentes na clara ampliação da capacidade das nossas universidades de realizar pesquisas científicas e executar trabalhos de extensão e, após breve prazo, também se refletirão favoravelmente na qualidade do treinamento profissional.

Em virtude dessas decisões, os estudantes de medicina das nossas universidades mais adiantadas no processo de Reforma, já não realizam seus estudos de nível superior exclusivamente na respectiva faculdade. Os currículos atualizados os obrigam a frequentar outras unidades universitárias, onde adquirem base científica mais rigorosa sobre a qual assentará o treinamento profissional, onde convivem em ambientes mais intimamente envolvidos em trabalhos de pesquisa e onde ampliam a sua formação humanística. Parece-nos exato, pois, asseverar que a evolução

do ensino da medicina em nossos grandes centros de cultura está sendo no sentido de torná-lo mais universitário.

É verdade que muitos estudantes de outras gerações, que frequentaram as nossas tradicionais faculdades isoladas, adquiram esplêndida formação humanística no convívio com seus mestres e discípulos. Cumpre lembrar, entretanto, que esse convívio independia dos rígidos e restritivos programas escolares de então, e nada tinha de institucionalizado. Resultava, antes, de relacionamento pessoal, despido de formalismo, entre mestres e alunos, oriundos, praticamente todos, de reduzidíssima camada social. A imensa ampliação das oportunidades educacionais ocorrida nos últimos anos estava a exigir novos esquemas de formação de profissionais de nível superior, dificilmente ajustável ao regime das escolas isoladas. Nas poucas dentre elas que oferecem, presentemente, ensino e pesquisa de padrões elevados, facilmente se identifica tendência irresistível para assumirem a feição de universidade.

Ocorre, entretanto, que ponderáveis setores da sociedade brasileira se haviam habituado a identificar a atividade universitária, unicamente, com a formação de profissionais, em sentido deveras restritivo. Os jovens estudantes que chegam à universidade para estudar medicina, assim condicionados pelo ambiente familiar, não atribuem ainda o devido valor à base científica de maior solidez, e à mais ampla formação cultural, que lhes está sendo oferecida nas universidades em que a Reforma foi devidamente posta em prática. Será necessário o espaço de alguns anos – abrangendo intervalo entre várias gerações de alunos –, para que venham a aceitar-se em sua plenitude as vantagens dos currículos mais flexíveis, com margem mais ampla de escolha da parte do aluno e com desenvolvimento maior das disciplinas básicas, conforme se estão adotando ultimamente. Em vista da extraordinária rapidez com que se estão criando novas técnicas e aperfeiçoando as antigas, cresce em importância o aprofundamento da formação científica nos currículos universitários dos futuros profissionais de nível superior. Para que não se desatualizem ao fim de pouco tempo, e possam apreender e pôr em prática procedimentos essenciais ao exercício

da profissão que se renovam a cada hora, o instrumental mais potente e de efeito mais duradouro que pode oferecer a Universidade aos seus alunos é o melhor adestramento no emprego dos métodos e da linguagem da ciência. A experiência mostra ser particularmente adequado a esta finalidade o ambiente das unidades de ensino e pesquisa básicos da estrutura universitária.

A Reforma das nossas universidades tem sido, por vezes, incompreendida e injustamente criticada, para o que contribui a nostalgia dos antigos esquemas simplistas de formação profissional, talvez mais cômodos para alunos e professores, embora não ensejasse o aproveitamento mais racional dos recursos humanos e materiais, capaz de assegurar o cumprimento satisfatório das múltiplas funções da Universidade no mundo de hoje, especialmente das tarefas de pesquisa e de extensão, relegadas no passado a planos secundários.

Declarei, há pouco, que o ensino médico entre nós, além de mais universitário, se vem tornando mais comunitário. Com efeito, a formação dos médicos está, em grande número de escolas, extravasando do ambiente restrito dos hospitais estruturalmente adaptados ao ensino e mantidos total ou parcialmente com recursos de educação, para abranger unidades de saúde que têm contato mais direto, mais íntimo e mais continuado com as comunidades, representadas pelas famílias de que se constituem. Esta tendência, aliás, é universal e atinge tanto os países mais ricos e industrializados como os que estão ainda em desenvolvimento. A rigor, representa aspecto particular de fenômeno que se observa em relação aos vários ramos de atividade das instituições universitárias, cada vez mais participantes no estudo dos problemas das sociedades a que servem. Os tradicionais programas escolares para formação de médicos se limitavam, até há poucos anos, à frequência a enfermarias e ambulatórios de hospitais destinados ao atendimento de indigentes. É verdade que muitos alunos, por conta própria e à revelia da escola, frequentavam serviços estranhos a esta e assim colhiam experiência de grande valia para o futuro exercício da profissão. Mais recentemente, observa-se, contudo,

a crescente articulação das próprias faculdades de medicina com a rede regional de unidades de saúde. O estágio do aluno, com supervisão docente, em hospitais e em centros de saúde comunitários, dá-lhe visão mais exata do exercício profissional isento de certas formas de apoio que se costumam encontrar nos hospitais de ensino e abrangendo variedade maior de situações clínicas. Esta orientação se vincula estreitamente, por sua vez, às alterações que se vêm introduzindo nos objetivos dos serviços hospitalares universitários. Do ponto de vista da organização de assistência médica, caracterizavam-se esses serviços, no passado, pelo atendimento gratuito e paternalista de indigentes que se submetiam às práticas necessárias ao ensino e à pesquisa. Presentemente, o hospital universitário está se caracterizando como órgão de consulta, ao qual a rede regional de saúde encaminha os portadores de condições clínicas mais complexas e de mais difícil solução, qualquer que seja a situação social e econômica do paciente. Decorre esta orientação do pressuposto, quase sempre válido, de que, no hospital de ensino, se concentram recursos humanos e materiais mais aptos, em cada comunidade, à execução de técnicas mais requintadas.

Assim formulado o objetivo principal do hospital universitário, logo se deduz a necessidade de fazer chegar os alunos de medicina a outras unidades de saúde, planejadas para o atendimento de casos clínicos mais contraditórios e de fácil solução. Procuram ajustar-se, desta forma, os princípios da pedagogia médica às fórmulas mais recomendáveis de organização da assistência à saúde. A crescente complexidade de algumas técnicas de diagnóstico e de tratamento tornou imprescindível a hierarquização das unidades de saúde, não no sentido de que umas sejam boas e outras sejam más, porém, no intuito de que a maioria delas se destine ao atendimento correto de condições mórbidas mais frequentes e mais simples, enquanto umas poucas se preparam para o atendimento dos portadores de condições de maior complexidade. Como a formação dos futuros profissionais da medicina está indissolivelmente ligada à organização da assistência médica, tornou-se recomendável elaborar programas

para os cursos de medicina que abrangem a frequência a diferentes tipos de hospitais e de outras unidades de saúde.

A momentosa questão foi cuidadosamente analisada pela Comissão de professores de medicina, designada pelo Ministério de Educação e Cultura para estudar os problemas do ensino médico no Brasil. Do documento, de sua autoria, intitulado “Ensino Médico e Instituições de Saúde”, transcrevemos as seguintes conclusões:

A articulação dos hospitais universitários com as demais unidades do sistema de saúde é um imperativo, quer para o ensino médico, quer para a assistência à coletividade. Tal articulação deverá ser prevista em planos de âmbito nacional e regional. Obviamente, pressupõe-se a necessidade da implantação de uma política de saúde, sem a qual não é possível a coordenação do sistema utilizador, que é o de saúde, com o produtor, que é o de educação – através da formação de recursos humanos [...] Deve haver uma hierarquização nas diversas unidades do sistema de saúde, em articulação com o de ensino. Na base situa-se o hospital universitário, ou o de ensino, de regra bem aparelhado, apto a atender os casos mais complexos, sob os aspectos diagnóstico e terapêutico. A ele devem vincular-se hospitais comunitários menos diferenciados, hospitais especializados, unidades sanitárias, cada qual oferecendo um nível de atendimento, ao qual corresponde um determinado grau de complexidade de condições patológicas. Aceita a conveniência da passagem dos alunos por todos os níveis do sistema, o plano de suas atividades ficaria na dependência de condições regionais, ou locais, ligadas às disponibilidades da rede de saúde e aos fatores socioeconômicos. No começo da preparação clínica, o lastro de conhecimento e a aquisição de habilidades técnicas, far-se-iam no hospital universitário. Depois de um estágio em outras unidades, os alunos voltariam a este, a fim de completarem sua formação [...] As faculdades de medicina guardariam sua responsabilidade fundamental, mediante o exercício, junto às diversas unidades, de uma supervisão didática, a cargo de elementos credenciados pela escola, mas perfeitamente afinados com os objetivos da unidade em questão.

Não são desprezíveis as dificuldades de ordem prática suscitadas pela implantação das diretrizes que vimos de expor. Cumpre assinalar a alta significação do recente acordo, baseado nesses princípios, a que chegaram os Ministérios da Educação e da Previdência Social, objetivando a melhor articulação entre os hospitais de ensino e os serviços médicos previdenciários.

Durante longo período, as medidas coletivas de prevenção e de promoção da saúde foram relegadas a plano secundário na formação dos médicos, enquanto se atribuía grande preponderância, quase exclusividade, às medidas que visavam a restauração da saúde de indivíduos já enfermos. A valorização, que cresce lentamente, dos aspectos comunitários do ensino da medicina, constitui outra faceta promissora da sua recente evolução. Convicto da importância desta orientação, foi com grande alegria que li as palavras seguintes, constantes do preâmbulo dos Estatutos, datados de 1829, com que se constituiu a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, precursora da atual Academia Nacional de Medicina:

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro institui-se para se ocupar de todos os objetos que podem contribuir para os progressos dos diferentes ramos da arte de curar; para comunicar às autoridades competentes pareceres sobre *higiene pública*; para responder às questões do Governo sobre tudo o que respeita à *saúde pública*, principalmente sobre as epidemias, casos de medicina legal, doenças reputadas contagiosas e capazes de serem importadas de países estrangeiros; sobre a propagação da vacina, o exame de remédios novos e secretos, de descobertas que podem ter resultados vantajosos ou nocivos na sua aplicação na medicina; sobre as águas minerais naturais ou factícias, as epizootias etc. O fim da Sociedade é melhorar o exercício da medicina e esclarecer as questões numerosas que respeitam a *salubridade das grandes cidades e do interior das províncias* do Império [...] Constituída em corpo científico, a sociedade se tornará uma *guarda vigilante da saúde pública*, sem esperar paga de um salário para cumprir dignamente o seu dever, e oferecerá, nas ocorrências difíceis, um *apoio salutar ao governo*, assinalando as causas que ameaçam a saúde pública,

traçando as regras de conduta na invasão e marcha das epidemias, propondo leis sanitárias em harmonia com o estado atual dos conhecimentos médicos, que as relações comerciais dos povos e as instituições constitucionais do Brasil [...] A Sociedade se estabelece para o adiantamento das ciências médicas no Império para *melhoramento da higiene pública, objeto principal das suas solitudes* [...]

Rendo, pois, as minhas homenagens aos nossos antecessores, que tiveram visão percuciente dos desígnios da profissão que abraçamos! Bem ajam os acadêmicos de hoje, que têm sabido tão bem preservar os princípios sobre os quais se fundou esta egrégia Academia!

Nota

¹ Discurso proferido na sede da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1974.

Capítulo II

Sobre a história da formação de médicos no Brasil¹

Em qualquer sociedade e em todas as épocas, a formação de médicos tem resultado da confluência de muitos fatores, entre os quais se incluem: as bases científicas do exercício profissional, em cada momento; a qualidade da infraestrutura das unidades de saúde a serviço da Escola; o tipo de organização desses serviços, com reflexos sobre o *status* e o papel do médico; a vinculação da escola médica a outras instituições culturais da comunidade; os requisitos para a aceitação dos candidatos no sistema de formação.

Projetos referentes à formação de médicos, dentro dos critérios da atualidade, devem incluir, pelo menos: instrução em laboratórios científicos (de anatomia, fisiologia, biofísica, bioquímica, microbiologia, genética etc.); aprendizado em serviços clínicos de enfermagem e ambulatório;

familiaridade com os aspectos sociais da clientela e da organização da assistência à saúde no país; contato com atividades de pesquisa médico-biológica; biblioteca atualizada quanto ao acervo de livros e periódicos, e quanto à operacionalidade dos serviços; tudo isso planejado e executado de forma que o estudante tenha, obrigatoriamente, participação ativa em cada fase do processo.

É muito farta a documentação acerca da história da formação de médicos em sucessivas épocas, desde o período áureo da antiga Grécia. As atuais concepções sobre o assunto, com toda a indispensável complexidade, são, contudo, relativamente, recentes. As suas raízes datam, aproximadamente, da metade do século XIX, com variações próprias da evolução em cada país. Cabe, então, traçar os limites temporais a serem observados na presente síntese. O ensino da Medicina no Brasil, conforme é de conhecimento geral, somente foi implantado no início do século XIX. Pareceu-nos, pois, razoável concentrar a atenção no período dos últimos duzentos anos, o que coincide com o surgimento de importantes inovações na economia, na política e na organização social dos países do mundo ocidental que mais repercutiram sobre a organização dos serviços de saúde e a preparação desses profissionais no Brasil.

Iniciou-se o século XIX com as transformações históricas decorrentes das guerras napoleônicas e da primeira Revolução Industrial. Em si mesma, a mobilização dos grandes contingentes de soldados para os conflitos que envolveram a Europa inteira alterou substancialmente os índices de morbidade e de mortalidade das populações, conforme assinalam os dramáticos registros de médicos que acompanharam os exércitos. Por sua vez, inovações como a invenção da máquina a vapor, o uso aumentado do carvão nas fornalhas industriais, a criação de máquinas aperfeiçoadas para a indústria têxtil, e outras, deram lugar à Revolução Industrial, iniciada na Europa no final do século XVIII e que resultou em intensa migração de populações rurais para as cidades. Estas cresceram em ritmo acelerado, o que trouxe novos problemas de saneamento ambiental e de saúde individual. Enquanto isso, a saúde deixava de ser,

apenas, objeto de preocupações pessoais do cidadão e das respectivas famílias e se ia tornando responsabilidade crescente do Estado.

Ao longo do século XIX, surgiram, também, exigências de padrões mais uniformes na educação e no licenciamento para o exercício da medicina, embora, desde tempos remotos, existissem, entre alguns povos, regras que colocavam sob controle oficial as atividades desses profissionais. Os imensos progressos relativos ao conhecimento dos problemas da saúde humana, ocorridos durante o século XIX, tornaram a formação dos médicos, no final daquele século, muito diversa da que se observara no seu início.

Desde a antiguidade até os tempos presentes, têm surgido, em centros culturais de maior importância, destacadas figuras de médicos que reúnem ao seu redor numerosos discípulos. Constituem eles verdadeiras referências, nos respectivos períodos de atividade, tanto do modo como se pratica a atenção à saúde, como do processo de formação dos futuros profissionais. No começo do século XIX, encontrava-se na França e, particularmente, na cidade de Paris, um conjunto de médicos celebrizados pela preferência de muitos pacientes, assim como pela atração sobre os jovens candidatos ao aprendizado da profissão, a ponto de se lhe haver atribuído a designação de *Civitas Hippocratica*. Entre os mais famosos médicos e cirurgiões franceses que tanto atraíram os candidatos ao exercício da arte de curar, cumpre citar, desde logo, a figura de René Théophile Hyacinthe Laennec, o inventor do estetoscópio. Vários outros clínicos, cirurgiões e anátomo-patologistas franceses do início do século XIX desempenharam, também, papéis semelhantes.

Na segunda metade do século, dois cientistas franceses revolucionaram a Medicina com as suas pesquisas e ocasionaram profundas modificações nos conceitos relativos à saúde e à doença. Refiro-me a Claude Bernard, que criou bases definitivas para os trabalhos experimentais na área médica, publicadas no famoso livro “Introduction à la Médecine Expérimentale”; e Louis Pasteur que, entre muitos outros feitos, com os seus trabalhos sobre microorganismos, afastou definitivamente a noção da

“geração espontânea” de seres vivos e criou a chamada “teoria microbiana das doenças”, apoiada em sólidas bases experimentais.

Ainda no século XIX, a Medicina floresceu em outros grandes centros, com características que variaram de um país para o outro. Na Inglaterra, notáveis clínicos e cirurgiões, como Brighton, Addison, Hodgkin, Stokes, trabalhando em Hospitais de Londres, a exemplo do Guy’s Hospital, do St. Bartholomew’s, do Middletwon, destacaram-se e atraíram muitos discípulos. Associado aos vários hospitais com vocação didática, na capital do Reino Unido, surgiu o ensino das disciplinas introdutórias à Medicina, numa sequência inversa à que costuma acontecer nas Escolas ligadas a Universidades, quando as ciências básicas precedem a atividade hospitalar.

Na Alemanha, a formação de médicos e os requisitos para o exercício da profissão variaram entre as diferentes unidades políticas em que continuava dividida a nação no começo do século XIX. As Universidades alemãs deram ênfase especial à pesquisa científica, o que gerou importantes avanços nos ramos das ciências básicas aplicadas a problemas da saúde humana, a exemplo da química, da física, da anatomia, da fisiologia, e outras. Além disso, teve grande desenvolvimento a organização dos serviços de saúde, incluindo a implantação de programas pioneiros. Ao lado de muitos outros mestres eminentes da Medicina alemã do século XIX, cabe mencionar a enorme influência do doutor Rudolf Virchow. A formação dos médicos na Alemanha foi objeto de minucioso e denso relatório, de cunho pioneiro, elaborado pelo cirurgião Theodor Billroth e publicado em 1876.

Nos Estados Unidos, a formação da maioria dos médicos vinha se dando ainda de forma quase caótica na passagem do século XIX para o século XX. Existia, contudo, considerável reação ao lamentável estado de coisas, embora com resultados limitados. Umhas poucas Faculdades e Hospitais Universitários vinham realizando trabalho verdadeiramente modelar, a exemplo de Harvard, Yale e Columbia. Destacava-se, também, a Universidade de Johns Hopkins, graças à atuação de expoentes

da Medicina americana, como William Halsted e William Osler. Desde 1847 se havia instalado a Associação Médica Americana, com o objetivo de resguardar os pacientes de práticas impróprias ao correto exercício da Medicina. Essa entidade, contudo, somente veio a ter grande força junto à sociedade, no final do mesmo século.

Sob o patrocínio da Fundação Carnegie, no começo do século XX, foi encomendado ao pedagogo Abraham Flexner o relatório que teve imensa influência sobre a formação de médicos nos Estados Unidos, e repercutiu em outros países, inclusive no Brasil, particularmente no que diz respeito à formação científica do futuro médico. Alguns anos depois, ele promoveu vigorosa campanha em favor da expansão das posições com dedicação exclusiva no ensino das clínicas, em Faculdades norte-americanas, com apoio da Fundação Rockefeller.

No começo do século XIX, os meios de que dispunham os médicos para aliviar os pacientes eram tão pouco eficazes que a própria profissão chegava a ser mal vista e menosprezada por grandes contingentes da população. Menos de cem anos depois, o quadro se havia alterado substancialmente para melhor, e estava aberto o caminho para as importantíssimas inovações introduzidas ao longo do século XX, grande parte das quais somente ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Entre os temas que têm ocupado os formadores de médicos nas últimas décadas, figura o da mais íntima integração dos conhecimentos básicos com o aprendizado das clínicas. A Universidade Case-Western Reserve, de Cleveland, foi pioneira nesse sentido. Enquanto, no passado, capítulos individuais de disciplinas, como a Anatomia, a Fisiologia, a Bioquímica e outras de caráter pré-profissional, eram lecionados sem maior articulação com o conhecimento dos quadros clínicos, o programa da Western Reserve teve como meta, desde o começo do curso médico, o ensino dos conhecimentos básicos integrado com a atividade clínica, e relacionado a cada sistema do organismo humano, a exemplo do aparelho circulatório, do aparelho digestivo, do sistema nervoso e assim por diante.

Iniciado como experiência limitada, o programa foi crescendo e envolveu a preparação de apostilas tendentes a substituir os livros de texto convencionais, assim como a indicação de exercícios práticos inovadores. A elaboração desse material, de excelente qualidade, absorveu enorme tempo das equipes encarregadas do novo programa, dificultando a adoção plena do método por outras Faculdades. Mas, valeu a experiência no sentido de que muitos cursos médicos, pelo mundo afora, pudessem adotar, embora parcialmente, os princípios de integração tão bem testados na Universidade de Western Reserve. Não obstante, existem médicos competentes que continuam defendendo o ponto de vista que essa integração só precisa acontecer “na cabeça” do estudante, qualquer que seja a metodologia do ensino.

Mais recentemente, e tendo também como principal motivação a maior integração entre as disciplinas pré-clínicas e a aprendizagem dos temas clínicos, originou-se, na Universidade McMasters, no Canadá, outro modelo pedagógico que se difundiu em diferentes países, inclusive no Brasil. Trata-se do programa conhecido como “Aprendizagem baseada em problemas” (a sigla PBL se originou da expressão *Problem based Learning*), e consiste, essencialmente, na apresentação de situações concretas da vivência médica, em regime tutorial, para pequenos grupos de estudantes reunidos com um “facilitador”, seguida do debate sobre a aplicação dos conhecimentos relativos às ciências básicas, associada à avaliação de problemas clínicos enfrentados pelos profissionais da Medicina, sempre após leituras recomendadas sobre os temas em pauta.

Outra importante inovação, iniciada nos Estados Unidos e difundida em muitos outros países, consistiu na remodelação do ensino da Medicina Preventiva, que atingiu complexidade muito maior do que nos currículos mais antigos. Noções relativas às ciências sociais foram incluídas nos novos currículos, enquanto se providenciavam condições para o aprendizado prático da influência dos problemas sociais sobre a saúde das populações.

Como é de geral conhecimento, o passo inicial para a formação de médicos no Brasil foi a criação da “Escola de Cirurgia do Hospital Real de Salvador”, datada de fevereiro de 1808, mediante Carta Régia mandada lavrar pelo Príncipe Regente D. João, ao aportar à Bahia após deixar a metrópole portuguesa invadida pelas forças de Napoleão Bonaparte. Esse mesmo ato autorizava o Dr. José Maria Picanço, Cirurgião-Mor do Reino e futuro Barão de Goyana, a escolher dois professores logo nomeados: o Dr. Manuel José Estrela, para lecionar Cirurgia Especulativa e Prática, e o Dr. José Soares de Castro, para lecionar Anatomia e Operações Cirúrgicas. O Real Hospital Militar da Bahia ocupava o antigo Convento dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus. Estava prevista a duração de quatro anos para o curso. Até então, os médicos que cuidaram da saúde da população da colônia, ao longo de mais de três séculos, se haviam formado na Europa, predominantemente, na Universidade de Coimbra. Em atos sucessivos, iniciados no mesmo ano de 1808, foi se constituindo outro curso na área da saúde, no Rio de Janeiro, capital da colônia desde 1763, para onde se deslocara o Príncipe Regente após deixar Salvador.

É muito escassa a documentação referente ao curso instalado na Bahia, entre os anos de 1808 a 1815, quando ocorreu uma primeira reformulação. Em 1832, após novas alterações e mediante lei aprovada na Câmara de Deputados, os cursos da Bahia e do Rio de Janeiro passaram à categoria de “Faculdades de Medicina”, que formaram profissionais espalhados por todo o país, até que outras fossem criadas, a partir da última década do século XIX. As primeiras Faculdades de Medicina, assim como as primeiras escolas destinadas a formar bacharéis em Direito, haviam assumido o feitio de escolas superiores isoladas. No Brasil, não existiam Universidades às quais pudessem ser vinculadas essas Escolas, nem nasceram elas associadas a Academias ou outras organizações científicas. E incluíam todas as disciplinas necessárias à obtenção do diploma, desde as ciências básicas até o aprendizado da teoria e da prática da atividade clínica. Sucessivos esforços visando o funcionamento de Universidades haviam sido rechaçados durante longo tempo, em grande parte devido

ao prestígio das Escolas superiores isoladas. Firmou-se, assim, um modelo para a implantação de escolas superiores no Brasil, que foi exclusivo até a década de 1930, quando passaram a funcionar as primeiras Universidades. Modelos análogos a esses estenderam-se à formação das demais profissões de nível superior e continuam adotados em muitas instituições até agora.

Sobre o ensino da Medicina no Brasil, durante o século XIX e o começo do século XX, existem importantes depoimentos, encontrados nas Memórias Históricas das duas primeiras Faculdades e em discursos parlamentares publicados nos Anais da Câmara de Deputados. Pelos relatos da época, depreende-se que, em seguida às lições sobre as ciências pré-profissionais, o ensino oficial consistia, essencialmente, em aulas teóricas destinadas à descrição de quadros clínicos. O ensino prático oficial se resumia a umas poucas “aulas de demonstração”, às quais estavam presentes um ou mais portadores da doença objeto da explicação pelo professor. Entretanto, o verdadeiro aprendizado por parte do aluno se fazia informalmente, pelo acompanhamento dos trabalhos de profissionais experientes, em hospitais filantrópicos a serviço do ensino oficial e em outras unidades da rede local de saúde, sem que existisse ligação obrigatória entre esse treinamento em serviço e o currículo escolar, e sem a supervisão pelo corpo docente da Escola. Por isso mesmo, até o começo da segunda metade do século XX, nos documentos referidos, são escassos os comentários sobre os aspectos práticos dessa formação, ao tempo em que abundam os depoimentos acerca das aulas de doutrina, da assiduidade dos professores e dos alunos a essas preleções, das provas para avaliação do aprendizado, da pobreza das instalações destinadas ao ensino, das relações entre professores e estudantes e – mais que tudo – das falhas e erros das sucessivas leis e regulamentos que deveriam reger a matéria. Os quadros traçados por esses depoimentos, na sua grande maioria, não são nada alentadores, nem antes nem depois de 1879, quando foi transformado em lei o chamado “ensino livre”. Embora existissem professores que eram grandes luminares nos respectivos ramos do saber, a organização do ensino prático deixava muito a desejar, comparada ao que se verificou mais tarde, na segunda metade do século XX.

Um acervo considerável de depoimentos sobre as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia durante o século XIX se acha resumido no livro notável do Professor Almeida Junior, da Universidade de São Paulo, designado “Problemas do Ensino Superior”.² Lê-se, no seu prefácio, a seguinte frase assustadora:

A reforma de 1879 – a mais célebre dos tempos do Império – teve como conteúdo principal (exibido sob o rótulo dourado de “ensino livre”) estes três preceitos: primeiro, dispensar os alunos de comparecer às aulas; segundo, proibir os professores de chamá-los às lições; terceiro, abreviar a formatura. Dela se esperavam resultados maravilhosos. Mas, ao contrário, como o bom senso deveria ter previsto, foi uma catástrofe.³

Sobre o que se verificava antes dessa Reforma, pode-se formar ideia pelos subtítulos de trechos do livro de Almeida Junior, confirmados por citações de numerosos depoimentos de professores e políticos de alta responsabilidade: “Instalações péssimas”; “Mau provimento de cátedras”; “Professores sem assiduidade”; “Ensino deficiente [...] enfermarias sem asseio, sem largueza, sempre tomadas pelos mesmos doentes crônicos, descoroçoavam o estudo da clínica”; “Má cultura básica e pouca aplicação dos estudantes”; “Reações hostis entre mestres e discípulos”; “Deturpações na regulamentação dos exames”; “A fraude nos exames”; “Indulgência excessiva dos professores”; e assim por diante.

A Reforma de 19 de abril de 1879, quando Ministro da Educação o professor Leôncio de Carvalho, transformou em lei a suposta panaceia do “ensino livre”. Segundo Almeida Junior, naquela Reforma:

[...] o que nasceu, realmente, robusto, e teve recepção ruidosa e vingou, foi o ensino livre no curso superior [...] Facultativa a matrícula, serão admitidos a exame todos os que o requererem. O candidato, paga a devida taxa, poderá em cada época prestar quantos exames quiser – conforme a sua audácia e os recursos da bolsa paterna. Ainda que se matricule, não estará o aluno obrigado a frequentar as aulas. E, se por desfastio, entender de frequentá-las, o parágrafo 6.º do artigo 20 o protegerá contra as importunações do lente: “Não serão marcadas faltas nem serão eles chamados a lições e sabatinas”.⁴

Cabe, aqui, a indagação: Como poderia ter boas consequências uma legislação firmada sobre essas bases?

Prevaleceu a Reforma Leôncio de Carvalho até 1911, quando foi promulgada a Reforma Rivadávia. Sobre esta última, assim se pronunciou o Professor Gonçalo Moniz, um dos luminares da Faculdade de Medicina da Bahia:

Tão contrária à nossa índole [...] aos nossos hábitos, às nossas tradições, às nossas necessidades [...] que a inadaptação das suas disposições [...] não tardou a ser cabalmente demonstrada pelos desastrosos resultados que se seguiram, imediatamente, à sua entrada em vigor. Daí a necessidade urgente de revogação desse decreto, como medida salvadora do ensino secundário e superior.⁵

Mais adiante, o mesmo Gonçalo assim se refere à citada legislação: “Produto híbrido e anômalo do consórcio do germanismo com o positivismo ortodoxo, careceu naturalmente da precisa vitalidade para vingar, do que resultou a morte prematura, com quatro anos de vida.”⁶

Na Faculdade de Medicina da Bahia, esses debates novamente se acenderam com grande intensidade, no início de 1924, quando o brilhante professor Prado Valadares pronunciou a famosa aula inaugural que contém referências muito desairosas sobre os trabalhos da Escola. Essa aula não só foi intensamente discutida ao longo do mesmo ano como repercutiu até hoje, mais de oitenta anos depois. A Memória Histórica do mesmo ano de 1924, da lavra do Professor Gonçalo Moniz inclui extensas considerações sobre as palavras de Prado Valadares em sua aula inaugural. Ao que se deduz, haveria um suposto declínio da Faculdade, atribuído por Prado Valadares, em 1924, à falta de assiduidade às aulas, tanto dos professores como dos alunos. Mas, ocorre que, em 1913, o mesmo professor, em aparente contradição com suas afirmativas posteriores, responsabilizara o alegado descalabro, apenas, às faltas dos alunos. Concluía o Professor Gonçalo, em posição de defesa da Escola, que não se deveria falar em declínio da instituição, quando havia constantemente aumentado o

número de professores desde a sua criação, no início do século XIX, e quando as modestíssimas instalações de origem tinham evoluído para o magnífico edifício construído na primeira década do século XX, após o incêndio ocorrido em 1905, que é parte da nossa história.

No tocante ao cumprimento do currículo, cabe assinalar que os documentos daquela época se estendiam muito mais sobre a eficácia das aulas doutrinárias do que a respeito do aprendizado prático dos alunos.

Nos primeiros anos da década de 1930, iniciou-se o funcionamento das primeiras Universidades brasileiras, segundo modelo que consistiu na aglomeração de Faculdades para constituir uma nova entidade – a Universidade – com objetivos culturais mais amplos que os das unidades que as originaram. A unidade de referência para a formação dos profissionais de nível superior e para a concessão do diploma deixou de ser a Faculdade, e passou a ser a *Universidade*. Esse novo modelo resultou em considerável aumento de recursos financeiros destinados às instituições federais de ensino superior e ensejou expressivo aperfeiçoamento das práticas administrativas. Houve considerável progresso na formação profissional, que era a finalidade essencial das Faculdades criadas desde o início do século XIX. As antigas Escolas, ao se reunirem para integrar cada Universidade, contudo, mantiveram intactas na sua estrutura todas as disciplinas tendentes à obtenção do diploma, incluindo, portanto, cada qual, as cátedras responsáveis pelos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências Humanas, Letras), além das que se ocupavam com as áreas profissionalizantes. Era a influência francesa, por meio do modelo dito “napoleônico”. A criação das primeiras Universidades resultou em integração das Faculdades do ponto de vista administrativo, porém conservou, em cada Universidade, a fragmentação dos recursos humanos, financeiros e materiais dedicados às ciências básicas, o que retardou o ritmo de desenvolvimento da pesquisa tecnocientífica.

A exemplo do que ocorria nos países europeus, o aprendizado prático da atenção à saúde nas nossas Faculdades de Medicina se fazia, predominantemente, em hospitais filantrópicos. Membros do pessoal docente das Faculdades integravam o corpo clínico desses Hospitais e participavam, modestamente, da instrução dos estudantes nas práticas médicas. Entretanto, a maioria dos alunos faltava a grande parte das aulas práticas de demonstração, para dedicar-se a tarefas estranhas às obrigações curriculares, trabalhando em serviços de sua escolha, devido à franca preferência pela especialização precoce, com todos os seus inconvenientes. No Brasil, as Faculdades de Medicina se articularam, predominantemente, com os Hospitais das Santas Casas de Misericórdia, destinados ao atendimento dos pacientes então rotulados de “indigentes”. Em décadas passadas, essa parceria dera lugar a divergências nascidas da dualidade de propósitos das duas instituições – a Faculdade e a Santa Casa – e gerara a aspiração, fortemente defendida por muitos professores de várias Faculdades, em favor da implantação de serviços de assistência à saúde geridos pela própria instituição de ensino. Esse o motivo pelo qual, em 1947 e 1949, respectivamente, inauguraram-se os primeiros Hospitais das Clínicas das Faculdades brasileiras, o de São Paulo e o da Bahia. Esses Hospitais, planejados de acordo com modernos princípios de administração, esplendidamente equipados com material aperfeiçoado em consequência da Segunda Guerra Mundial, foram dotados de enfermagem radicalmente diversa da dos nosocômios mais antigos. Mais tarde, várias outras Faculdades, pelo Brasil afora, conseguiram, igualmente, assumir a gestão de unidades de saúde a serviço do ensino e da pesquisa. No caso da Bahia, o início do funcionamento do Hospital Universitário que tem o nome do Professor Edgard Santos induziu completa mudança na qualidade dos serviços hospitalares no nordeste e no norte do Brasil. Este foi o acontecimento mais importante da história dos nossos serviços de saúde ao longo de todo o século XX.

Cabe registrar a evolução do conceito implicitamente aceito, no passado, acerca dos pacientes “indigentes”. Existia a praxe segundo a

qual os cidadãos que procuravam assistência médica, e não tinham como remunerá-la, fossem atendidos em unidades filantrópicas, entre as quais as que serviam ao ensino da Medicina. Com o desenvolvimento da previdência social e, em especial, do Sistema Único de Saúde, baseado no princípio de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, deixou de existir o “indigente” desprovido de direitos ao pretender cuidados médicos. É, sem dúvida, relevante a repercussão dessa mudança sobre as atitudes do estudante de Medicina no processo de sua aprendizagem. Embora de forma sutil, houve modificação em aspectos não médicos da atenção ao paciente, exemplificado pela marcação de horários de consulta que não resultem em desperdício de tempo por parte do paciente, nem desnecessárias despesas de transporte.

A começar a segunda metade do século XX, o teor das discussões sobre a educação médica no Brasil se modificou radicalmente. A Associação Médica Brasileira despertou para o assunto e realizou um congresso acerca desse tema em 1956. A organização dos aspectos práticos do ensino adquiriu ênfase até então desconhecida. De 21 a 25 de fevereiro de 1961, realizou-se a 1ª Conferência sobre o Ensino da Clínica Médica no Brasil, que retratou de forma pioneira a nossa realidade. Reunida no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, sob o patrocínio da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Kellogg, essa Conferência foi precedida de um questionário respondido por quase todas as Faculdades, no qual se deu destaque às disponibilidades hospitalares para o aprendizado prático, assim como às atividades dos alunos junto aos pacientes, na medida em que cresciam, gradualmente, as suas responsabilidades, sempre supervisionadas pelo corpo docente. Esse relato preliminar serviu de documento de trabalho para a Conferência, em cujas conclusões foram redefinidos os objetivos do ensino da Clínica Médica e oferecidas recomendações para o atendimento a esses objetivos: dava-se ênfase ao regime tutorial para os estágios dos estudantes, divididos em pequenos grupos, em rodízio pelas enfermarias e ambulatórios das clínicas gerais e especializadas; e foram fixadas as bases dos sistemas de internato,

no final do curso de graduação, e de residência médica como início da especialização, programas nos quais era essencial a supervisão pelo pessoal docente das Faculdades. Procurava-se evitar a especialização precoce, tão difundida, no passado, em virtude da escassez de rigor no atendimento às normas curriculares. Seguiram-se a essa Conferência várias outras com formatos semelhantes, em diferentes capitais dos estados, referentes ao ensino das clínicas gerais e especializadas.

Como fatos mais relevantes da evolução nas últimas décadas, cumpre citar a implantação, e a subsequente expansão, da Residência Médica e a criação dos cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), aliadas à intensificação da pesquisa biomédica. A residência, destinada ao início da especialização dos médicos recém-formados, com a supervisão de profissionais particularmente experientes nas respectivas especialidades, mostrou-se iniciativa altamente vitoriosa. Por decisões isoladas das respectivas entidades mantenedoras, instalaram-se programas dessa natureza, inicialmente, em uns poucos hospitais universitários muito bem equipados, a exemplo dos Hospitais das Clínicas das Universidades de São Paulo e da Bahia. Em pouco tempo, graças ao radical aprimoramento na qualidade dos serviços devido à presença dos residentes, foram se difundindo esses programas por todo o país, abrangendo hospitais sem compromisso com a atividade universitária. Organizados nacionalmente, o número de residentes cresceu de modo a atingir, na atualidade, mais de vinte mil.

Por sua natureza de programas de especialização, as residências podem ser complementadas para a obtenção de títulos de mestre ou doutor em Medicina, desde quando o candidato participe de atividades de pesquisa, tendentes à elaboração de dissertação ou tese, e colha experiência pedagógica inicial ao lecionar turmas de estudantes ao nível da graduação.

Como providência de fundamental importância, enquanto ocorria esse sopro de modernização, constituiu-se a Comissão de Especialistas no Ensino da Medicina, pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, sob a inspiração do Professor Durmeval Trigueiros.

Entre os tópicos debatidos nessa comissão, incluíram-se: a qualidade do ensino na rede de escolas médicas brasileiras; o aprimoramento dos requisitos para a criação de uma nova Faculdade; o dimensionamento dessa rede; a modernização do currículo; o internato e a residência no preparo dos médicos generalistas e dos especialistas nos diferentes ramos da profissão; a atualização do ensino da Medicina Preventiva, com a inclusão de noções das ciências sociais pertinentes à saúde humana e de informações sobre a organização do exercício profissional; e assim por diante. A partir do começo da década de 1960, essa Comissão elaborou e fez publicar “Documentos” que tiveram forte influência. O primeiro deles intitulou-se “A expansão da rede escolar”, assunto que continua objeto de acirradas discussões, e ao qual se seguiram outros, sobre “Ensino médico e instituições de saúde” e “Internato e residência”. A reconhecida importância dos trabalhos da Comissão ensejou a criação de várias congêneres, especializadas na formação de profissionais para diferentes carreiras de nível superior.

Em 1962, foi criada a Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), sob a Presidência do Professor Oscar Versiani Caldeira, da Universidade Federal de Minas Gerais, com a adesão de todas as Faculdades de Medicina do Brasil. Teve essa Associação vida inicial intensíssima, e continua, até a presente data, já, agora, com mais de quarenta anos de existência ininterrupta, servindo de fórum para debates sobre assuntos como os que se seguem: o funcionamento dos hospitais de ensino, as atitudes pertinentes à relação médico-paciente, os requisitos para o ingresso dos alunos, o planejamento pedagógico, os métodos de avaliação do aprendizado, o currículo médico em face da organização do exercício profissional, as peculiaridades do funcionamento dos Hospitais de ensino, as relações das Faculdades de Medicina com entidades destinadas à prestação de serviços de saúde (integração docente-assistencial), as relações das Faculdades de Medicina que integram Universidades com as demais unidades da mesma instituição, a transmissão ao futuro médico de noções de ciências sociais aplicadas aos problemas de saúde, a análise da melhor

oportunidade para o início da especialização, a formação e a seleção dos futuros professores, e assim por diante. A riquíssima relação dos temas tratados nas sucessivas reuniões da Associação constitui testemunho fiel da evolução do ensino médico no Brasil, nos últimos quarenta anos.

A crescente demanda social em favor da intensificação das pesquisas nas nossas Universidades ganhou força no início dos anos 1960, e acabou por condicionar a reestruturação dessas instituições, para permitir o reagrupamento dos recursos destinados aos setores básicos do conhecimento, trazendo consequências muito favoráveis à pós-graduação, à pesquisa biomédica e à formação dos médicos. Aumentou, nas Universidades, sensivelmente, a proporção do pessoal docente em regime de dedicação exclusiva, recrutado muito mais facilmente entre os que se dedicam às ciências básicas, que entre os que permanecem em plena atividade profissional. E para a função pesquisa, como todos sabem, a dedicação exclusiva é de fundamental importância. Os currículos se tornaram muito mais flexíveis, em função da “matrícula por disciplina”, que substituiu o obsoleto “regime seriado”. O aluno que pretendia graduar-se em Medicina, assim como nos demais cursos superiores, para alcançar o diploma e alargar seu horizonte cultural, passou a cursar disciplinas lecionadas em mais de uma das unidades da Universidade.

A rede de cursos de mestrado e doutorado nas Universidades brasileiras, implantada nas quatro últimas décadas, teve como consequência mais importante a grande expansão da pesquisa biomédica. Foi esse, aliás, o aspecto mais positivo da história das nossas instituições de ensino superior no mesmo período. Conquanto muitos cursos de graduação em Medicina venham se mostrando pouco satisfatórios quanto à qualidade, os mestrados e doutorados se têm revelado muito promissores no sentido de apontarem para o preparo de uma nova geração de professores e pesquisadores, com melhor formação sistemática para o futuro desempenho dos encargos da docência e da investigação científica.

Nas últimas décadas, têm sido propostas inovações em diferentes Faculdades, pelo mundo afora, com o feitiço de programas experimentais.

Várias dessas iniciativas têm incontestável mérito, embora não pareça que devam considerar-se revolucionárias, quando comparadas às práticas anteriores. Especial cuidado têm merecido as técnicas de avaliação do processo ensino-aprendizagem. Talvez, o aspecto mais relevante dessas inovações, seja a avaliação da qualidade do ensino com a inclusão das atitudes do futuro médico perante os problemas éticos que podem surgir no exercício da profissão. Cumpre lembrar a fundamental importância do convívio dos alunos com professores que sejam, não apenas, bem formados do ponto de vista acadêmico, porém revelem conduta irretocável quanto à ética profissional, uma vez que os seus alunos servirão como exemplos e modelos nas relações médico-paciente.

A informática, sabidamente, revolucionou inúmeros campos da atividade humana, em tempos recentes. Convém citar algumas das suas aplicações em atividades para as quais devam estar preparados os futuros médicos: incontáveis aparelhos foram aperfeiçoados graças aos computadores inseridos na sua estrutura; os processos de transmissão e de obtenção de informações foram ampliados e aperfeiçoados; tem sido grande a influência da informática sobre a tecnologia educacional, em geral; encontram-se em franca expansão, os programas de educação à distância, com aplicações em numerosos ramos do saber, porém sujeitos a limitações no caso da formação de médicos; são muito úteis as videoconferências entre autoridades, sobre temas específicos, assim como as consultas acerca da interpretação de imagens e traçados que podem decidir o destino de pacientes; os programas de educação para a saúde das coletividades, têm se beneficiado das tecnologias modernas de comunicação de massa; os arquivos hospitalares têm evoluído no sentido da redução da papelada que enchia os volumosos prontuários dos pacientes, o que originou o conceito dos “hospitais sem papéis” (*paperless hospitals*); as bibliotecas médicas se têm valido, com grandes vantagens, de processos baseados na informática. E, assim, poderíamos continuar citando exemplos de apoios muito bem-vindos à preparação dos profissionais da saúde. Entretanto, não se deve considerar que a metodologia da formação dos médicos,

em sua essência, haja sido modificada, devido ao uso da informática. A aquisição de habilidades, indispensável ao exercício da profissão, continua a ser processo artesanal, no sentido de que é transmitida de pessoa a pessoa, do artesão, médico experiente, ao aprendiz da medicina. O mesmo se diga da adoção de atitudes adequadas às relações médico-paciente. Apenas mediante o convívio com o mestre, chegará o discípulo a formar atitudes condizentes com as complexas responsabilidades do futuro médico.

O extraordinário ritmo da aquisição de novos conhecimentos científicos e de progressos na tecnologia, tem tornado indispensável a participação dos médicos em atividades de educação continuada. A leitura disciplinada dos periódicos especializados e o comparecimento regular a congressos e outras reuniões científicas se tornaram indispensáveis diante da rapidez com que se renovam os meios à disposição dos médicos nas suas tarefas do dia a dia. Durante o curso de graduação, o estudante deve ficar motivado para jamais deixar de atualizar-se, e procurar, por sua própria iniciativa, identificar as fontes mais idôneas para esse fim.

Entre tantos fatores que influenciam a formação de médicos, de todos, o mais relevante é, sem dúvida, o fator humano. Isto é: de um lado, a adequada escolha dos candidatos ao ingresso no sistema de preparação dos futuros profissionais; e, de outra parte, a observância pelas Escolas, de processos de seleção de professores que conduzam à indicação dos que tiverem melhor preparo para a difícil tarefa de formar novos médicos.

Com toda a sua indispensável complexidade, a formação de médicos para a sociedade contemporânea envolve graves responsabilidades das autoridades incumbidas do seu acompanhamento. A não observância dos requisitos mínimos para o funcionamento das instituições encarregadas desse processo refletir-se-á em graves prejuízos para os cidadãos e deverá ser cobrada rigorosamente pela coletividade exposta às consequências maléficas que poderão advir de possíveis negligências a esse respeito.

Notas

- ¹ Palestra pronunciada no Instituto Baiano de História da Medicina, em 14 de setembro de 2006.
- ² ALMEIDA JUNIOR, A. *Problemas do Ensino Superior*. São Paulo: Nacional, 1956.
- ³ *Ibid.*, 1956. p. 9.
- ⁴ *Ibid.* p. 88.
- ⁵ ARAGÃO, Gonçalo Moniz Sodré de. *Memoria Historica da Faculdade de Medicina da Bahia: relativa ao anno de 1924*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. p. 10-11.
- ⁶ *Ibid.*, 1940. p. 29.

Capítulo III

Sobre o impacto do Hospital Universitário Professor Edgar Santos no ensino médico¹

Durante muitas décadas, entre o século XIX e o início do século XX, as Faculdades de Medicina do nosso país ofereceram, em hospitais filantrópicos, o ensino prático das disciplinas clínicas. Reproduzia-se, desta forma, praxe verificada, de longa data, em vários países europeus. As faculdades brasileiras se articularam, então, predominantemente, com os Hospitais das Santas Casas de Misericórdia, dedicados ao atendimento de pacientes rotulados de “indigentes”.

No final da década de 1940, portanto, há cerca de sessenta anos, entraram em funcionamento, no Brasil, os primeiros Hospitais universitários, geridos pelas próprias Faculdades de Medicina, o que constituiu um grande salto na qualidade da assistência aos pacientes e na organização do ensino das clínicas integrantes do currículo do curso médico. Sinto-me grandemente honrado com o convite para comentar esse histórico momento e agradeço aos organizadores do presente conclave a oportunidade de repartir com os colegas de Portugal as reminiscências do que ocorreu entre nós na geração de estudantes à qual pertenci.

Não se observava, naquela época, da parte dos estudantes, a desejável regularidade no cumprimento das obrigações curriculares do Regimento das Faculdades. A quase totalidade dos alunos empregava a maior parte do seu tempo, nos serviços de enfermagem e ambulatório, tão somente, de uma ou duas clínicas, onde apreendiam as práticas inerentes ao respectivo ramo da Medicina. A parcela de estudantes que se preparava para atuar como “generalistas” costumava estagiar em diferentes clínicas, gerais e especializadas. Muitos deles tinham como projeto de vida o exercício da profissão em comunidades onde era escassa a infraestrutura destinada às atividades médicas. Em quaisquer dessas situações, os estudantes não respeitavam as exigências do regulamento da Escola, que estabelecia regras sobre a frequência às aulas práticas das disciplinas clínicas. Por sua vez, os professores, ressalvadas raras exceções, não cobravam a observância das prescrições regulamentais. E eram muito poucas as reprovações nos exames das cátedras de clínica. A consequência mais negativa desse processo, tal como se realizou por longo tempo, foi a *especialização precoce* do futuro médico.

Desde o final do século XIX, registravam-se divergências quanto ao funcionamento hospitalar, resultantes da parceria entre as duas instituições com propósitos muito diversos entre si, respectivamente, as Faculdades e as Santas Casas. Daí nasceu a aspiração, por parte de muitos professores de Medicina, no sentido de que a gestão dos serviços hospitalares dedicados ao ensino e à pesquisa fosse da responsabilidade

da própria Escola. Na Bahia e em outras unidades da Federação, apareceram campanhas destinadas a angariar recursos para a implantação dos “Hospitais das Clínicas das Faculdades de Medicina”, então mantidas pelo poder público. Essas campanhas quase nada renderam, financeiramente, porém acabaram por sensibilizar autoridades governamentais, que se aperceberam da importância da atribuição de recursos para a implantação e a manutenção dos Hospitais universitários.

Em 1947 e 1949, inauguraram-se os primeiros Hospitais das Clínicas das Faculdades brasileiras, respectivamente, o de São Paulo e o da Bahia. Nas capitais do Rio de Janeiro, do Paraná, do Rio Grande do Sul, e de outros estados onde existiam Escolas de Medicina, todas mantidas pelo poder público, surgiram projetos para a construção de Hospitais que viriam a ser geridos pelas respectivas Faculdades e que, além do atendimento gratuito aos pacientes, também fossem orientados para o cumprimento de atividades acadêmicas.

A elaboração dos projetos e a construção dos primeiros Hospitais das Clínicas, os de São Paulo e da Bahia, coincidiram, no tempo, com os anos de duração da Segunda Guerra Mundial. O planejamento de ambos atendeu aos modernos princípios da administração cientificamente orientada. Na Bahia, a implantação do Hospital Universitário, com recursos do orçamento federal, foi liderada pelo Professor Edgard Santos, catedrático de Clínica Cirúrgica, Diretor da Faculdade e, mais tarde, criador e primeiro Reitor da Universidade Federal da Bahia. Em ato de justiça, a Câmara de Deputados atribuiu o nome de Edgard Santos ao Hospital, em reconhecimento aos muitos anos de vida por ele dedicados à mobilização de recursos para as fases sucessivas de elaboração do projeto arquitetônico, de construção do edifício, de aquisição do equipamento criteriosamente escolhido, e da organização dos serviços, em moldes totalmente inovadores para o nosso ambiente. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia foi o primeiro a ser implantado entre os das unidades federais de formação de médicos. Colocou-se a pedra inaugural para a sua construção no ano de 1938. Quando inaugurado,

em novembro de 1948, estava, já, em funcionamento, o da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, instalado e mantido com recursos da mais rica das unidades da Federação.

Logo nos primeiros tempos de funcionamento, o nosso Hospital proporcionou um grande salto na qualidade dos serviços de saúde na Bahia, e ensejou a modernização dos métodos de formação dos futuros médicos em nossa terra. Foi esse o acontecimento mais importante da história dos serviços de saúde, na Bahia, ao longo de todo o século XX.

Encontram-se vários relatos a respeito da história da educação médica no Brasil, em memórias históricas das faculdades, em discursos parlamentares, em revistas médicas e em outros documentos elaborados ao longo de mais de século e meio. O teor das discussões sobre os aspectos práticos desse ensino foi radicalmente modificado, a começar da segunda metade do século XX, quando comparado com os testemunhos e a documentação existentes acerca dos períodos anteriores. A maior parte da evolução do ensino prático das disciplinas clínicas resultou da entrada em funcionamento desses primeiros hospitais geridos pelas próprias Faculdades.

A Associação Médica Brasileira despertara para a importância da qualidade da formação dos médicos entre nós e realizara um congresso acerca desse tema em 1956. As preocupações com os aspectos práticos do ensino das disciplinas clínicas passaram a adquirir ênfase até então desconhecida. De 21 a 25 de fevereiro de 1961, realizou-se a 1ª Conferência sobre o Ensino da Clínica Médica no Brasil, durante a qual, de forma pioneira, foi retratada a nossa realidade a esse respeito. Reunida no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, sob o patrocínio da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Kellogg, essa Conferência foi precedida de um questionário respondido por quase todas as Faculdades então existentes no Brasil, no qual se deu destaque às informações acerca das disponibilidades hospitalares para o aprendizado prático dos alunos. O resumo dessas respostas serviu de documento de trabalho para esse evento.

Ao final da Conferência foram redefinidos os objetivos do ensino da Clínica Médica e oferecidas recomendações para o atendimento a esses objetivos, que incluíram: o regime tutorial nos estágios dos estudantes, em rodízio entre as várias enfermarias e ambulatórios; o internato, no final do curso de graduação; e a residência médica, para início da especialização. Em todas essas fases, apontava-se como imprescindível a supervisão, pelo pessoal docente das Faculdades, de todo o período de aprendizado dos estudantes e dos recém-diplomados. Nesses termos, desconhecia-se a validade dos estágios em serviços estranhos à Faculdade, não supervisionados pelos seus professores. A especialização somente se iniciava depois de o futuro médico haver apreendido, no curso de graduação, a visão geral das condições de saúde e de doença do ser humano. Seguiram-se a essa Conferência, várias outras com formatos semelhantes, em diferentes regiões do país, referentes ao ensino das demais clínicas gerais e especializadas. Em 1964, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Medicina, destinada a desempenhar papel fundamental na modernização do preparo dos futuros médicos, no nosso país.

Até o final da década de 1940, era precaríssima a enfermagem a serviço dos pacientes internados no Hospital que servia, até então, ao ensino das clínicas. Passados muitos anos, foi modernizado aquele Hospital, que teve a primeira pedra colocada em 1828, cuja inauguração ocorreu em 1893. Ainda no final da década de 1940, todos os exames complementares para o diagnóstico dos pacientes eram realizados sem pressa e precariamente. Esse ritmo de complementação dos exames clínicos, tão extremamente lento, era visto com naturalidade pelos médicos e estudantes. A atenção aos pacientes internados se concentrava no horário das 8 às 12 horas da manhã, período em que estavam presentes os professores e os alunos de Medicina, todos trabalhando em regime de tempo parcial. Durante o resto de cada dia, existia, apenas, um “plantonista” para atender a centenas de pacientes. Quando havia necessidade de prescrever qualquer medicação a ser aplicada fora desse horário, tínhamos de entregá-la ao próprio paciente, ou a pacientes

vizinhos da mesma enfermaria, quase todos analfabetos. A condição social de muitos dos pacientes levava-os a aceitar, passivamente, a demora em ter alta e a reintegrar-se ao seu ambiente de origem. Apesar de todas as limitações, ao permanecerem hospitalizados por tempo indeterminado, os pacientes estavam melhor acomodados do que nas respectivas residências. Eram eles classificados como “indigentes”, expressão que não mais se ouve, felizmente, há muitos anos. Naqueles tempos, porém, queria essa expressão dizer que nenhum direito assistia a esses cidadãos e cidadãs, quando necessitavam ser hospitalizados ou frequentar os ambulatórios da rede pública. De tudo isso dou meu testemunho pessoal, pelo que vivi durante os primeiros anos do meu aprendizado da Medicina Clínica. O corpo médico do Hospital filantrópico era, em grande parte, constituído pelo pessoal docente da Faculdade, e remunerado, portanto, pelo poder público, o que representava uma compensação oferecida à Santa Casa da Misericórdia pelo ensino das clínicas ali realizado. A Previdência Social começava, apenas, a organizar-se e em nada contribuía para a assistência a esses pacientes.

O quadro ora descrito foi, na Bahia, totalmente modificado com o início do funcionamento do novo Hospital das Clínicas da Faculdade. Convém lembrar que essas alterações ocorreram há mais de seis décadas. Muitos fatores contribuíram para a melhoria do atendimento aos pacientes, em relação ao que se observava, anteriormente, em nosso meio. De todos, o mais importante, sem qualquer dúvida, foi a implantação de um serviço de enfermagem com educação superior em moldes modernos. A Escola de Enfermagem da nossa Universidade havia começado a funcionar em 1946, contando, de início, no seu corpo docente, com enfermeiras oriundas de outras Universidades, predominantemente, da Universidade de São Paulo. Vieram elas servir, simultaneamente, como Professoras da nova Escola e Enfermeiras do recém-inaugurado Hospital das Clínicas. Aos poucos, as diplomadas pela nossa Escola de Enfermagem foram substituindo as que tinham vindo de outros estados.

As condições materiais de trabalho no novo Hospital eram muito superiores às que estiveram, antes, à disposição da Faculdade para o ensino e a pesquisa. Na época, vigorava o regime de cátedras, que consistia na vinculação, em caráter vitalício, de determinado ramo do saber a um professor “catedrático”, a quem cabiam todas as decisões referentes à disciplina a seu cargo. O regime de cátedras foi abolido, definitivamente, no meio da década de 1960. Da parte de uns poucos catedráticos, que haviam sonhado em ter, cada qual, um mini-hospital à disposição da sua cátedra, surgiu, então, certa dificuldade de adaptação ao modelo de organização do novo Hospital, que fora projetado e passara a funcionar oferecendo, de forma centralizada, alguns serviços destinados a atender às diferentes cátedras. Assim ocorreu com os espaços e os equipamentos destinados às atividades didáticas, ao Centro Cirúrgico, ao arquivo médico-estatístico, aos laboratórios de análises clínicas, à radiologia, à eletrocardiografia e outros métodos diagnósticos, à anatomia patológica, ao banco de sangue, além dos apoios proporcionados pela cozinha, lavanderia e outras atividades rotuladas como “de hotelaria”, e que existiam em todos os hospitais daquela época. Após algum tempo, as aspirações de alguns professores que imaginaram dispor de um “mini-hospital” para a respectiva cátedra, claramente inexequíveis, haviam sido superadas e o hospital continuou, harmonicamente, o seu funcionamento.

A qualidade das informações contidas nos prontuários médicos constituiu mais um aspecto do grande progresso observado com o início do funcionamento do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), comparada com a quase inexistência de arquivo médico-estatístico no Hospital vinculado à Faculdade até aquela época. Além dos registros da responsabilidade dos médicos, o melhoramento na qualidade das informações contidas nos prontuários foi, desde início, rigorosamente observado pelo pessoal da Enfermagem. As pesquisas clínicas passaram a beneficiar-se, substancialmente, dessa melhor qualidade dos prontuários dos pacientes.

Quais os acontecimentos atribuíveis ao funcionamento dos Hospitais universitários, na Faculdade da Bahia e em outras Faculdades brasileiras, que teriam sido de implantação extremamente difícil, senão impossível, nas unidades cuja finalidade precípua era a filantropia, financiada por fontes privadas?

A enorme expansão do conhecimento decorrente do desenvolvimento científico dos séculos mais recentes obrigou, sabidamente, à crescente especialização, nos mais diferentes ramos do saber e do fazer. No caso da Medicina, contudo, existem particularidades que não podem ser negligenciadas. Para os que se dedicam aos problemas da saúde humana, considera-se indispensável o conhecimento abrangente de aspectos biológicos, psíquicos e sociais que se refletem na saúde dos seres humanos antes de iniciarem o aprofundamento na prática de qualquer das especialidades médicas. A especialização precoce, portanto, no particular, se torna prejudicial e indesejável; por isso, tem de ser evitada.

Graças à implantação de um Hospital planejado para receber estudantes de Medicina, foi possível oferecer a iniciação do aprendizado das disciplinas clínicas, pelo regime tutorial, mediante os “estágios” dos estudantes em rodízio pelos diferentes ambulatórios e enfermarias. Aboliram-se as chamadas “aulas práticas”, com duração limitada a setenta minutos, conforme constava do antigo Regimento da Escola, assistidas passivamente pelos alunos. As lições teóricas, que antes significavam a “parte nobre” do exercício da cátedra, tiveram a sua importância reduzida, quando comparadas às visitas regulares de professores e alunos às enfermarias e às sessões de ambulatório. Cobrada a frequência de todos os estudantes a todos esses estágios, obtinham eles a visão geral das questões relativas à saúde individual e coletiva, antes de passarem ao internato, no último ano do curso de graduação. Voltava, então, o estudante, a frequentar as clínicas gerais, com responsabilidades crescentes perante os pacientes. Dispunha o aluno, além disso, no último ano antes da graduação, de algum tempo para frequentar serviços especializados da Medicina, a depender do seu projeto de vida profissional.

Quase dez anos depois de inaugurado o HUPES, ocorreu novo salto de qualidade no atendimento aos pacientes, com a criação da Residência Médica. Aos diplomados no curso de graduação, que pretendessem aprofundar-se em ramo especializado da Medicina, os Hospitais universitários passaram a oferecer a residência médica, entendida como programa de especialização a ser cumprido, em regime de tempo integral, após a graduação. Graças à atuação dos residentes, foi muito melhorada a qualidade do atendimento aos pacientes, e aumentou muito o rendimento dos trabalhos do Hospital pela presença de jovens médicos em tempo integral, o que diferia do funcionamento limitado aos horários de 8 às 12 da manhã, observado no Hospital filantrópico. A residência, assim entendida, teria de ser testada, como o foi, em hospitais universitários, antes de ser implantado em unidades não vinculadas a atividades acadêmicas.

Instalaram-se os primeiros programas de residência médica por decisão isolada das respectivas entidades mantenedoras dos hospitais. Em pouco tempo, graças ao radical aprimoramento na qualidade dos serviços hospitalares devido à presença dos residentes, foram se difundindo esses programas em hospitais, incluindo os não universitários, por todo o país. Tornou-se necessária a regulamentação oficial da atividade. O número de residentes cresceu de modo a atingir mais de vinte mil. Após a regulamentação dos títulos acadêmicos de pós-graduação caracterizou-se bem a residência médica como especialização na profissão. Diante disto, as residências médicas podem ser complementadas pelos aspirantes aos títulos de mestre ou de doutor, desde quando o candidato participe de atividades de pesquisa, tendentes à elaboração de dissertação ou tese, e colha experiência pedagógica ao lecionar turmas de estudantes em nível da graduação.

Graças à condição de Hospital universitário, foi possível criar, no âmbito do HUPES, um Núcleo de Medicina Experimental (NUMEX), que envolveu a instalação, em áreas reservadas do Hospital, de biotérios e de laboratórios para a realização de técnicas especiais, que não fazem parte da rotina das análises clínicas e que gerou importantes trabalhos

em diferentes ramos da pesquisa biomédica, muitos dos quais foram publicados em revistas de curso internacional. Alguns dentre eles serviram de teses para concursos vinculados à carreira docente.

Ainda ligadas ao HUPES, com sentido pioneiro, funcionaram programas de saúde coletiva na cidade de Salvador e no Recôncavo baiano, precursores do Instituto que se tornou uma das mais atuantes unidades da Universidade. Entre esses programas, vale citar: o pioneiro estudo de morbidade e de mortalidade realizado pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade em população do bairro do Alto das Pombas, em Salvador; o programa de assistência médica à população do Nordeste de Amaralina, também em Salvador; a articulação com um Hospital da Cidade de Feira de Santana supervisionada pelo pessoal docente da Faculdade, para complementação dos trabalhos dos residentes; os estudos sobre doenças transmissíveis realizados em vários municípios do estado.

Como fato da maior relevância na evolução do ensino superior em todo o Brasil, durante as décadas mais recentes, cumpre citar a implantação da rede de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), aliada à intensificação da pesquisa técnico-científica. O HUPES tem sediado muitos desses cursos, em diferentes ramos da Medicina, com avaliação favorável por parte dos órgãos oficiais do Governo Federal. Foram esses cursos regulamentados, no Brasil, em 1965, mediante Parecer do Conselho Federal de Educação, relatado pelo Conselheiro Newton Sucupira. Destinados a formar futuros professores e pesquisadores, e profissionais com mais denso lastro científico, as atividades de pesquisa acadêmica foram grandemente incentivadas nas Universidades brasileiras devido à exigência da apresentação de teses e dissertações para a obtenção dos títulos, respectivamente, de doutor ou de mestre. Conquanto alguns cursos de graduação em Medicina, nas décadas mais recentes, venham se mostrando pouco satisfatórios quanto à qualidade, os mestrados e os doutorados se revelam, de modo geral, muito promissores, no sentido de assegurarem o preparo sistemático de uma nova geração de professores e de pesquisadores. Tem sido este o segmento mais favorecido e mais promissor do sistema universitário brasileiro nas últimas décadas.

O HUPES está, agora, com mais de sessenta anos de funcionamento ininterrupto. Ao longo de todo esse tempo, têm ocorrido oscilações nas fontes de receita, e alterações na legislação referente ao pessoal do magistério superior, com reflexos na qualidade dos serviços oferecidos aos pacientes e das atividades de ensino e pesquisa. O aumento astronômico dos custos da assistência médica, verificado em todo o mundo, ao longo desses sessenta anos, responde, parcialmente, por essas oscilações.

Entre os avanços que desejaríamos imaginar para o nosso futuro, além da compatibilização do fluxo de recursos financeiros com as exigências crescentes do orçamento da assistência médica, direi que seria altamente salutar a maior articulação entre as atividades clínicas sediadas no HUPES e a programação de outras unidades da Universidade Federal da Bahia, inclusive do Instituto de Ciências da Saúde, no qual funcionam as disciplinas pré-clínicas do currículo de formação de médicos.

Nota

- ¹ Pronunciamento no III Congresso Luso-Brasileiro de Medicina Interna, realizado em Salvador, em outubro de 2007.

Capítulo IV

Sobre o tema “ciência e tecnologia em saúde”: tendências mundiais e diagnóstico global¹

Em meio às reuniões técnico-científicas de que tenho participado, raras vezes encontrei documentos preparatórios tão abundantes e de tão elevada categoria, quanto os oferecidos à presente Conferência.

Pelo feito, congratulo-me com os organizadores. Mais do que isto, congratulo-me com os pesquisadores brasileiros por dispormos de estudos da evolução da ciência e tecnologia em nossa terra, capazes de produzir trabalhos tão ricos e tão judiciosos.

Sou convidado a debater as tendências mundiais e o diagnóstico da ciência e tecnologia em saúde, no Brasil. De modo geral, não tenho restrições ao documento subscrito por Reinaldo Guimarães e Cid Mello Vianna. Considero-o excelente. Tenho, entretanto, alguns acréscimos a sugerir.

Muito conveniente me pareceu a classificação das pesquisas em Saúde, por eles adotada, em três grupos: o das Ciências Biológicas, o das Ciências da Saúde e o da Saúde Coletiva. Quero deter-me no último grupo. Farei, contudo, breves comentários sobre os dois primeiros.

Em relação ao I Grupo, quero ressaltar que a sua grande expansão ocorreu após a profunda alteração na estrutura das Universidades brasileiras, verificada quando os educadores e legisladores se decidiram a dar merecida ênfase aos setores básicos do conhecimento humano. Como é sabido, a História do Ensino Superior no Brasil revela que, desde os seus primórdios, atribuiu-se muito maior prestígio ao treinamento profissional, do que ao ensino e à pesquisa nas áreas básicas do conhecimento humano, em nível universitário. Foi há menos de sessenta anos que, na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro), as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras implantaram cátedras destinadas às Ciências Básicas, sem a conotação da imediata aplicação a determinada profissão. E foi há menos de trinta anos que os Departamentos de Ciências de âmbito universitário tiveram muito reforçado o seu papel e passaram a valer por si próprios, livres das limitações de meras disciplinas introdutórias a uma certa profissão. As consequências positivas dessa medida não se fizeram esperar. Daí por diante, foi muito rápida a evolução das pesquisas em Ciências Biológicas.

Dentre as pesquisas que integram o II Grupo, particularmente as que se enquadram sob a designação de “Ciência Clínica”, cunhada por Sir Thomas Lewis, vale lembrar a sua estreita dependência aos padrões de qualidade da instituição hospitalar onde se realizam. Por mais competentes que sejam os pesquisadores, por mais válidas que sejam as perguntas geradoras da pesquisa, a não ser nas situações excepcionais que

sempre confirmam as regras, o mérito da pesquisa está ligado ao nível do atendimento hospitalar. A rede de Hospitais públicos universitários, nos quais se realiza a maioria dos trabalhos científicos desse Grupo, assume papel de especial relevo e requer particular atenção dos responsáveis pelas decisões maiores nos orçamentos do setor social.

Acerca do III Grupo, o da Saúde Coletiva, pretendo estender-me um pouco mais. Tem sido ele uma espécie de “primo pobre” dos outros dois, conforme revela, por vários critérios, o documento básico desta Conferência. No entanto, a importância do Grupo, pelo menos tão grande quanto a dos demais, cresce a cada dia em vista das transformações, ainda muito deturpadas e incipientes, que se estão implantando na organização dos Serviços de Saúde do país.² A unificação do comando das medidas preventivas, curativas e de reabilitação em Saúde, e a eficácia plena da gestão descentralizada dependem, fundamentalmente, de muita pesquisa em Saúde Coletiva. Por que isto?

É notória, tanto nas regiões mais ricas como nas menos desenvolvidas do Brasil, a falta de adequação entre as necessidades e a oferta de serviços no setor Saúde. Dito de outra forma: as necessidades de atendimento primário à Saúde são maiores entre as comunidades de baixa renda familiar e reduzido nível de escolaridade; justamente entre elas são mais insuficientes os serviços. De outra parte, onde há mais dinheiro e é maior a oferta de serviços existe muito subaproveitamento de espaço, de equipamento e de recursos humanos neste rico-pobre país que é o Brasil.

Em verdade, é, ainda, muito incipiente a preocupação em quantificar a necessidade de serviços, de modo a equilibrar a demanda e a oferta, sobretudo na atenção primária. A situação se complica, porquanto se sabe que a efetiva necessidade de serviços ultrapassa de muito a demanda expressa, particularmente, entre as populações de reduzida escolaridade.

Quando surgem recursos financeiros para a melhoria da infraestrutura e para a expansão dos serviços, os potenciais usuários têm sido muito pouco ouvidos. E os tomadores das decisões, ressalvadas as exceções de sempre, pouco se interessam em aproveitar as informações disponíveis,

ou em aprimorá-las e ampliá-las. Quando a expansão da infraestrutura se cristaliza em edificações de pedra e cal, vários anos e até décadas são necessários para a sua correção. Boa parte dessas informações pode ser encontrada em levantamentos rotineiros de órgãos existentes. Apenas, nunca chegam a ser analisadas. Ou não são apresentadas de modo a facilitar o seu aproveitamento. Mas há muitas decisões que requerem informações específicas, cuja obtenção exige pesquisa cientificamente orientada, feita “sob medida” ou “por encomenda” dos tomadores de decisões ciosos das suas responsabilidades.

A gestão descentralizada da atenção primária à Saúde é indispensável ao aperfeiçoamento da sua qualidade, num país da extensão e da diversidade do Brasil. É este o testemunho dos estudiosos internacionais. As normas de ação do nosso país já incorporaram o mesmo princípio. A tendência nesta direção é irreversível. Os que imaginam detê-la para manter concentrado o poder como instrumento de distribuição de bem-esses, visando dividendos políticos e vantagens pessoais, já foram ou serão em breve atropelados pela história. Alguns enxergam perspectivas de desperdício na gestão descentralizada da atenção primária à Saúde. E se mostram cegos quanto ao terrível desperdício historicamente verificado, quando o poder foi ou é concentrado em poucas mãos e os usuários não têm, sequer, como chegar perto dos tomadores das decisões, o que impossibilita o controle social, indispensável à qualidade dos serviços.

A descentralização pressupõe flexibilização dos mecanismos de planejamento e firme coordenação. Nada disto é possível sem a disseminação de processos mais sofisticados de coleta e de análise de informações, o que inclui a proposta de indicadores ajustados à realidade local e a comparação com padrões de curso internacional. Neste campo, sem pesquisa não haverá salvação.

Ainda de acordo com as tendências expressas nos documentos da Conferência, neste Grupo de pesquisas terão de prevalecer trabalhos “induzidos”, em contraposição com os que se apoiam, “no balcão”, na maior presença nas pesquisas básicas e nas Ciências da Saúde. É claro

que ninguém proposita, para a Saúde Coletiva, cercear a liberdade do pesquisador em escolher seus temas, seus procedimentos e suas estratégias de investigação. Entretanto, para a tomada de decisões, sabe, previamente, o pesquisador, que existem lacunas de informação que têm de ser superadas dentro de prazos certos, para chegarem a gerar consequências.

Por sua própria essência, a pesquisa em Saúde Coletiva é multidisciplinar, envolvendo áreas tão variadas quanto a Demografia, a Estatística de Saúde, a Epidemiologia (macro e micro), a Economia (macro e micro), a Administração, as Ciências do Comportamento, as Ciências da Computação, além das matérias específicas do campo da Saúde. No tocante à Administração, impõe-se a familiaridade com a legislação federal, estadual e municipal e com os princípios e normas que regem a Previdência Social e a atividade privada.

A interdisciplinaridade dessas pesquisas emite pseudópodos e se estende a outras áreas que têm perfil próprio e com as quais é necessário trabalhar de maneira harmônica. Lembro, para citar apenas alguns exemplos, as ciências que importam à produção de alimentos de consumo interno, à fabricação de matérias-primas para medicamentos, ao saneamento ambiental.

Os recursos humanos dedicados, até o presente, a esses ramos da investigação científica, não alcançam número suficiente, diante da magnitude da tarefa com que o Brasil se defronta, ao pretender melhorar os terríveis indicadores de Saúde que retratam a qualidade de vida do nosso povo. A expansão da rede de pós-graduação, a exemplo do que rendeu bons resultados nas Ciências Básicas e nas Ciências da Saúde, é o caminho a ser trilhado. Os próprios requisitos à obtenção dos títulos de Mestre e Doutor abrirão caminho para o melhor conhecimento de uma realidade complexa, extremamente variada e precariamente analisada nos níveis local e regional. A íntima articulação entre as Universidades, os Hospitais Universitários e os órgãos de gestão dos serviços de Saúde, sejam públicos, previdenciários ou privados, é indispensável ao sucesso do aparelho formador desses recursos humanos. Os agentes financiadores

da investigação científica e da formação de pesquisadores terão de sair da posição de juízes dos projetos que aparecem “no balcão”, para adotar a iniciativa de promover a expansão do setor.

A questão das prioridades é muito bem tratada em outro capítulo da presente Conferência. Para não invadir terreno alheio, direi, somente, que o conhecimento da realidade local, trabalhada, simultaneamente, com a que tem escopo nacional, emergirá da própria consciência de descentralizar a gestão dos serviços. Quando forem mais numerosos e espalhados por todo o país os cursos de pós-graduação em Saúde Coletiva surgirão mais dissertações e teses incidentes sobre aspectos locais e regionais desse mosaico chamado Brasil. A questão das prioridades estará, então, melhor apreendida na sua imensa complexidade.

A coordenação desse subsistema de pesquisa é objeto de um dos melhores capítulos do documento-base da presente Conferência. Faço votos para que se torne realidade no mais breve tempo possível. O mero atraso ou qualquer falha conceitual incidente sobre a implantação de providências no setor serão fatores impeditivos da melhoria da qualidade da rede de serviços à população.

Quero concluir, resumindo a mensagem que procurei transmitir ao longo deste pronunciamento: para a melhoria dos terríveis indicadores sociais, para o aprimoramento da rede que serve à atenção primária, fora da pesquisa em Saúde Coletiva, não haverá salvação.

Notas

¹ Comentários sobre o tema da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, realizada em Brasília, no período de 24 a 28 de outubro 1994.

² Desde então, a Saúde Coletiva passou a ser objeto de pesquisas de grande importância, o que torna defasados os comentários expressos em 1994, quando foi proferida esta palestra. É verdade, porém, que nem todos esses estudos estão sendo aproveitados para tomadas de decisões pelas autoridades do setor de saúde.

Capítulo V

Gestão em saúde¹

Tendo em vista o honroso convite para conversar com vocês sobre a gestão em saúde no Brasil, incluindo referência a informações de cunho histórico, não posso deixar de trazer algumas recordações baseadas na minha própria experiência de vida.

Inicialmente, cumpro um dever de justiça, ao relembrar a figura de Guilherme Rodrigues da Silva, pioneiro da modernização da Medicina Preventiva entre nós. Conviveu ele com a maioria dos presentes e faleceu recentemente. Guilherme começou sua vida profissional como nosso companheiro, ao longo de muitos anos, no laboratório do 6.º andar do Hospital Universitário Professor Edgard Santos, onde se preparou para conquistar a cátedra da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A sua inspiração esteve presente na criação deste Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, por sua vez devida à competência e à capacidade de realização de Naomar Almeida e da excelente equipe que aqui trabalha.

Quero iniciar esta palestra referindo-me ao muito que já foi alcançado, no Brasil, em matéria de atendimento à saúde da população de baixa

renda, comparando o que ocorria ao tempo em que eu era estudante de Medicina com o que se observa agora, decorridas menos de seis décadas. Servem de marco inicial desta comparação, as enfermarias de Clínica Médica do Hospital Santa Isabel, onde eram lecionadas as disciplinas clínicas da nossa Faculdade. Esse mesmo Hospital foi, mais tarde, modernizado. Posso dizer, porém, sem risco de estar exagerando, que, na década de 1940, nele não existia serviço de enfermagem e todos os exames complementares para diagnóstico eram realizados sem pressa e precariamente. A atenção aos pacientes se concentrava no horário das 8 às 12 horas da manhã, quando estavam presentes os professores e os alunos de Medicina, todos trabalhando em regime de tempo parcial. Quando havia necessidade de prescrever qualquer medicação a ser aplicada fora desse horário, tínhamos de entregá-la ao próprio paciente, ou a pacientes vizinhos nos leitos da mesma enfermaria, quase todos analfabetos. A condição social de muitos dentre esses pacientes levava-os a aceitar, passivamente, a demora em ter alta e voltar para casa. Ao permanecerem hospitalizados por tempo indeterminado, vários deles acabavam por adquirir alguma noção das tarefas do dia a dia nas enfermarias e se ofereciam para colaborar com os médicos. Por sua vez, o ritmo, extremamente lento, de realização de exames complementares era visto com naturalidade pelos médicos e estudantes. Os pacientes eram classificados como “indigentes”. Faz muitos anos, felizmente, que não mais ouço esta palavra. Naquele tempo, porém, isto queria dizer que nenhum direito assistia a esses cidadãos e cidadãs, quando necessitavam ser hospitalizados ou frequentar os ambulatórios da rede pública ou filantrópica. O Hospital era filantrópico, mantido, portanto, com recursos privados e destinado a “fazer caridade”. O corpo clínico do Hospital era, em grande parte, representado pelo pessoal docente da Faculdade, remunerado, portanto, pelo poder público, o que representava uma compensação oferecida à Santa Casa da Misericórdia pelo ensino das clínicas ali realizado. A Previdência Social começava, apenas, a organizar-se e em nada contribuía para a assistência a esses pacientes.

A despeito de todas as falhas das quais, atualmente, com justas razões, nos queixamos quanto aos serviços de saúde à disposição de cidadãos e cidadãs de baixa renda pessoal e familiar, não há termo de comparação com o que era oferecido à mesma categoria de pacientes, poucas décadas atrás. A simples análise comparativa com o atendimento atual aos pacientes com níveis de renda equivalentes revela situação muito melhor do que acabo de descrever. Que mudou, como e por quê?

Ao instituir-se a Previdência Social, em 1923, criaram-se as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensão para trabalhadores. Os beneficiários dessas Caixas, no ano de 1930, não chegavam a 150.000, número baixíssimo em relação à população de trabalhadores. Mais tarde, criaram-se os Institutos de Aposentadoria e Pensão, destinados às categorias dos que se ocupavam, respectivamente, no comércio, na indústria, nas entidades financeiras, no setor público, nos transportes e cargas, e assim por diante. As incipientes medidas de atenção a saúde ligadas a esses órgãos eram restritas à medicina curativa e oferecidas, tão somente, aos trabalhadores que adoeciam. Esta assistência não abrangia, portanto, toda a população e, sim, tão somente, os que estavam empregados com carteira assinada. A qualidade dos serviços prestados era extremamente heterogênea entre os diversos Institutos. Uma boa parte da população ficava excluída de qualquer assistência por não contribuir para a entidade que lhe correspondia. Os problemas de deslocamento do paciente em busca dos serviços dependentes de determinado Instituto oneravam as suas minguadas receitas e tomavam precioso tempo, desnecessariamente. Após vinculação inicial ao orçamento do Ministério do Trabalho, passaram esses institutos a integrar um Ministério próprio para gerir a Previdência Social. Mediante reforma da cúpula da administração federal, mais tarde, foram eles unificados numa só entidade designada Instituto Nacional da Previdência Social.

Por sua vez, as medidas preventivas sob a égide do governo federal, limitadas, naquela época, a prevenir umas poucas doenças transmissíveis, continuavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação e

Saúde, do qual se despreendeu o Ministério da Saúde, em torno do ano 1950. Criou-se, assim, um duplo comando para os cuidados com a saúde a cargo do Governo Federal. Isto é, a Previdência Social se encarregava das medidas curativas indicadas para os trabalhadores com carteira assinada que adoeciam (não atingindo, repito, a totalidade da população de renda baixa ou média), enquanto a prevenção de doenças transmissíveis permanecia sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. Dificilmente se poderia conceber algo mais absurdo. Cabe, apenas, uma ressalva: o mesmo Ministério da Saúde, com recursos muito limitados, financiava uns poucos hospitais destinados a portadores de doenças mentais e de algumas doenças transmissíveis, como tuberculose, hanseníase e outras. A maioria desses leitos servia à população da Capital da República, então situada no Rio de Janeiro.

Dada a baixa prioridade atribuída ao Ministério da Saúde, ao longo de muitos anos, a sua equipe de funcionários foi envelhecendo, sem que se realizassem concursos para admissão de quadros novos. O Ministério da Previdência, dispondo, então de recursos muito mais amplos que o da Saúde, por incrível que pareça, não aceitava implementar ações de prevenção dirigidas à população geral, nem mesmo à população sob a sua responsabilidade. O seu compromisso envolvia, tão somente, os trabalhadores “com carteira assinada”, que viessem a adoecer. De outra parte, a Previdência arrecadava boa parte do que gastava, privilégio com que outros Ministérios não contavam, porque sobreviviam mediante recursos arrecadados pelo Ministério da Fazenda e, subsequentemente, redistribuídos.

A situação que estou descrevendo, sem qualquer distorção, prevaleceu durante décadas, permitindo que a ela se atribuisse, em grande parte, os vergonhosos indicadores de saúde da nossa população durante a maior parte do século XX. No entanto, ao longo desse mesmo século, em muitos países ao redor do mundo, houve extraordinário avanço nas condições da saúde da população.

Era esse, em resumo, o quadro existente quando ocupei, durante cerca de ano e meio, o Ministério da Saúde, em 1986-87. Pouquíssimo tempo depois, a Constituição de 1988 prescreveu medidas que modificaram, radicalmente, a tradição estabelecida. Foi aceito, na Constituição, o princípio de que a “Saúde é direito do todos, e dever do Estado”. Criou-se o Sistema Único da Saúde (SUS), e a parcela das atividades relativas à Saúde, até então entregue ao Ministério da Previdência, foi transferida para o Ministério da Saúde. Instituiu-se, desta forma, o que deveria ter ocorrido muitas décadas antes, isto é, atribuiu-se um comando único para as medidas preventivas e curativas, a cargo do Ministério da Saúde. Devido à força da tradição, esses dispositivos constitucionais, de imenso alcance para o bem-estar da população, não surtiram, de imediato, o efeito que deveriam ter. O Ministério da Saúde, até então servido por equipe muito reduzida e com escasso orçamento, cresceu súbita e desordenadamente. A reforma administrativa do governo federal implantada no Governo Collor, pouco depois da promulgação da nova Constituição, conteve erros imperdoáveis. Passado o período da euforia causada pelos novos dispositivos constitucionais, houve notório retrocesso nas conquistas alcançadas para a gestão federal dos assuntos da saúde, o que foi sendo melhorado, parcialmente e a duras penas, nos anos seguintes.

Permitam-me dizer mais uma palavra sobre a atuação do Ministério da Saúde, quando fui seu titular. As equipes que compunham aquele órgão prestavam serviços de qualidade extremamente heterogênea. Conheci verdadeiros heróis da dedicação à causa da Saúde, em entidades como a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e a Fundação Serviço de Saúde Pública (Fundação SESP). Embora trabalhando com baixíssimos salários, em obsoletos modelos de organização, prestaram imensos serviços ao país. Encontrei, também, situações calamitosas, como foi o caso da Vigilância Sanitária, onde imperava a total ignorância das práticas modernas, em campo de atuação tão complexo e delicado. Essa ignorância era, ademais, acompanhada da total falta de vontade de aprender e modernizar-se. De outra parte, havia existido, em alguns

momentos, certo grau de animosidade entre os dois Ministérios – o da Saúde e o da Previdência. E o que se estava pretendendo, como medida estratégica de grande alcance, era criar o Serviço Único de Saúde. Graças ao relacionamento de ordem pessoal com autoridades daquela época, na Previdência Social, pude promover medidas parciais de aproximação entre os dois Ministérios, como prenúncio do que seria, dentro de pouco tempo, adotado oficialmente com a força de dispositivos constitucionais. Enquanto estive no Ministério, também procurei fomentar estudos sobre a Economia da Saúde, naquela época ainda muito incipientes entre nós. E estimei a formação, em grande escala, de “planejadores da Saúde”, por meio de estudos microepidemiológicos, tanto nas capitais como no interior do país, com a ajuda da implantação dos Distritos de Saúde.

No intuito de ressaltar, tão somente, acontecimentos de alcance histórico, procurarei, nesta palestra, indicar o que acredito hajam sido os mais recentes avanços na assistência à Saúde, comparados com o sombrio quadro que existia anteriormente.

No tocante à atenção primária, o grande avanço resultou da institucionalização do Programa da Saúde Familiar. Não foi este um acontecimento repentino, nem se pode atribuí-lo a uma só gestão. Vinham sendo essas providências recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, há muito tempo. Se alguma influência externa beneficiou o Brasil nesta direção, foi o modelo cubano, talvez, o mais importante fator na construção dos excelentes indicadores registrados naquele país. Há, contudo, particularidades importantes a assinalar: o modelo cubano foi implantado por um governo forte e se destina ao atendimento de uma população que não está sujeita às complicações administrativas do nosso regime federativo. Esse mesmo programa cubano teve a seu favor a sadia predileção das lideranças da ilha pela área da saúde. Embora não sejamos uma democracia exemplar, é bem mais complexo o caso brasileiro. Apesar das imperfeições do nosso modelo, terá sido o Programa de Saúde Familiar, sem dúvida, o mais eficaz dos fatores responsáveis, a prazo médio e longo, pela esperada melhoria das estatísticas brasileiras nesse campo.

No que diz respeito à medicina hospitalar, duas ocorrências instituídas há poucas décadas foram altamente benéficas: o reconhecimento da importância da enfermagem de nível universitário e a modernização das práticas de administração dos hospitais. A indústria brasileira tem feito, também, progresso considerável na produção de material hospitalar, o que vem assegurando melhores condições de manutenção desses equipamentos, um dos grandes entraves encontrados no passado, no uso de instrumentação de maior complexidade, quando toda ela era importada do exterior. A indústria de medicamentos, contudo, continua excessivamente dependente da importação de matérias-primas, apesar dos continuados esforços de sucessivos governos para atenuar essa situação.

As pesquisas clínicas, por sua vez, por motivos óbvios, estão na estreita dependência da qualidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais. As decisões quanto ao atendimento aos pacientes, assim como os registros dos resultados de exames e da evolução do paciente em face do tratamento, condicionam, de forma absoluta, a qualidade das pesquisas realizadas. O uso dos computadores facilitou, enormemente, esses estudos.

De imensa importância será o melhor ajustamento entre o currículo dos cursos médicos e a prática do funcionamento do SUS. O grande avanço na atenção à saúde, representado pelos dispositivos da Constituição de 1988, não foram, ainda, plenamente aproveitados. A formação dos futuros médicos deverá beneficiar-se pelo aprendizado sistemático das bases sobre as quais foi construído o conceito do Serviço Único de Saúde, do que se espera da sua implementação sobre as estatísticas de saúde da população, assim como dos resultados da sua operação, tendo em vista normas complementares que continuam sendo emitidas pelos órgãos competentes.

É, de fato, impressionante, o acervo de benefícios para a saúde humana alcançados nas últimas décadas, no mundo inteiro, graças às pesquisas biomédicas que ensejaram profundas inovações tecnológicas, a exemplo das descobertas nos campos: da genética; dos transplantes de órgãos; da imagiologia; dos medicamentos baseados em novos conceitos biológicos;

do uso da informática em relação aos prontuários médicos; da clonagem; assim como dos reflexos das novas tecnologias na formação dos médicos do futuro e na educação continuada. A melhoria dos padrões de saúde ao longo do século XX tem sido fundamental para o notável aumento da longevidade das populações humanas, aumento que será ainda maior no século que se inicia.

Sabe-se, de outra parte, que esse mesmo progresso acarretou algumas distorções indesejáveis no exercício das profissões da saúde. Citarei, entre elas: o astronômico aumento nos custos da atenção à saúde; a imensa complexidade das questões éticas envolvidas em muitas das tentativas de introdução das novas tecnologias; a menor sensibilidade de alguns profissionais da medicina em relação às queixas do paciente, enquanto atribuem primazia às informações fornecidas pelos exames complementares.

As pesquisas biomédicas abrangem, reconhecidamente, enorme espectro de atividades e de interesses. Selecionei, arbitrariamente, uns poucos itens, bastante genéricos, a título de exemplos, para, sobre eles, tecer comentários. A sobrevida dos pacientes submetidos ao transplante de órgãos vem aumentando devido a fatores como: o aumento, embora lento, na disponibilidade de doadores; o aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas; a melhor compreensão dos fenômenos imunológicos ligados à rejeição dos órgãos transplantados; o progresso nos medicamentos que aliviam essa rejeição. O transplante de órgãos chegou a confundir os conceitos de vida e de morte. Vem-se examinando a possibilidade de transplantes entre diferentes espécies animais. Enquanto isso, discutem-se os critérios de prioridade entre os pacientes que esperam receber o órgão transplantado, diante da disponibilidade limitada de doadores. Essas questões têm sido enfrentadas de modos diversos, em diferentes países, e várias delas têm sido objeto de políticas públicas mais ou menos recomendáveis.

Entraram, recentemente, para a rotina procedimentos relativos ao uso de isótopos radioativos e à imaginologia, como a tomografia axial computadorizada e a ressonância magnética. A engenharia genética

tem evoluído, tendo em vista o potencial que oferece no tratamento de algumas formas de câncer e em modificações do código genético capazes de alterar a longevidade das células. Têm progredido outras pesquisas na área da genética com o intuito de substituir um gene defeituoso por outro capaz de fabricar a proteína útil ao organismo beneficiado. A engenhosidade dos cientistas parece não ter limites. Particularmente curiosa é a presença de proteínas com valor terapêutico no leite de animais transgênicos. Alguns pesquisadores têm gerado mamíferos transgênicos, sobretudo caprinos, capazes de produzir leite contendo antitrombina e outras moléculas que, somente com muita dificuldade, são produzidas em escala suficiente por outras técnicas.

A telemedicina ensaja a leitura imediata de resultados de exames por especialistas consagrados situados a longas distâncias. Há perspectivas promissoras no uso de robôs em intervenções cirúrgicas. Os prontuários médicos têm evoluído graças ao uso dos computadores, a ponto de surgirem problemas relativos ao sigilo que deve cercar as informações médicas.

No Brasil, o crescente número de teses e dissertações como requisito para os títulos de doutor e de mestre, resultado direto da reestruturação das Universidades brasileiras na segunda metade da década de 1960, tem sido responsável pela grande expansão das pesquisas tecnocientíficas, inclusive no setor Saúde. Em 2005, considerando os números de artigos publicados em revistas de circulação internacional, quase a quinta parte da produção científica brasileira incidiu sobre a área da saúde, superando as pesquisas realizadas em qualquer dos outros campos da ciência e da técnica. As pesquisas realizadas no país no ano de 2004, na área da Saúde, envolveram quase 6.500 grupos de investigadores que se encarregaram de, ao menos, uma linha de pesquisa a respeito da saúde humana. Nessa área trabalharam mais de 25.000 pesquisadores, dos quais cerca de 16.000 tinham o título de doutor. Nos anos anteriores, de 2000 a 2002, 73% dos recursos aplicados na mesma área se originaram do setor público, 25% do setor privado e 4% de fontes internacionais, perfazendo o fluxo médio anual de 573 milhões de dólares.

A despeito de todo esse esforço, o Brasil ainda depende da importação de insumos básicos essenciais à saúde dos nossos concidadãos. Exemplo disso está na produção de medicamentos, indústria das mais rendosas nos países que têm investido massivamente neste campo de pesquisa, e que têm, assim, conseguido importantes inovações no sentido da identificação e da síntese de princípios ativos de grande significado para a prevenção e recuperação da saúde humana. A fim de se manterem atualizados, os profissionais da Medicina e a indústria farmacêutica, em nossa terra, têm tido de recorrer a medicamentos baseados em matéria-prima importada, com a conseqüente dependência em relação a países suficientemente capitalizados para enfrentarem o custo elevadíssimo das pesquisas nessa área. Dentro dessa realidade, figura, também, a menor atenção dedicada pelos grandes conglomerados industriais às pesquisas referentes aos cuidados com doenças cujo tratamento não gera receita suficiente, por incidirem, predominantemente, entre populações de baixa renda.

Quando ocupei a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos anos 1985/86, pude observar que existia verdadeira pulverização dos escassos recursos orçamentários destinados aos programas nacionais de investigação científica. Procurei, então, esboçar a indicação de temas prioritários que deveriam estar sendo beneficiados. Sugeri, com esse propósito, programas relativos a alimentos de uso popular, a medicamentos e ao meio ambiente, como possíveis preferências nas decisões do órgão. Naquele tempo, entretanto, prevalecia de forma absoluta a ideia de que o cientista deverá ter completa autonomia na escolha do tema a ser investigado. Felizmente, ao longo dos últimos vinte anos, esse conceito evoluiu e se tem cogitado de apontar prioridades, especialmente no que atinge o financiamento de pesquisas com recursos públicos. Muito recentemente, ouvimos brilhante conferência de um amigo deste Instituto, o Professor Moisés Goldbaum, que expôs convincente defesa desse princípio. De fato, se quisermos obter resultados conseqüentes ao esforço nacional de pesquisa, teremos

de identificar áreas prioritárias, e fazer com que sobre elas incida a maior parcela possível dos meios à disposição dos pesquisadores.

A história das pesquisas relativas à saúde humana, no Brasil, tem sido objeto de relatos de excelente nível. Entre outros, citarei o do livro da Doutora Nancy Stepan,² intitulado “Gênese e Evolução da Ciência Brasileira” e os capítulos referentes ao tema, no livro do Professor Shozo Motoyama,³ que tem o título de “Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil”.

Ao realizar-se a I Conferência sobre Ciência e Tecnologia da Saúde, em 1994, fui solicitado a proferir palestra sob o título: “Tendências Mundiais: Diagnóstico Global da Ciência e Tecnologia em Saúde, no Brasil”. Ao chamar a atenção para o significado das pesquisas referentes à Saúde Coletiva, assim me expressei:

É notória, tanto nas regiões mais ricas como nas menos desenvolvidas do Brasil, a falta de adequação entre a demanda e a oferta de serviços no setor Saúde [...] Quando a expansão da infraestrutura se cristaliza em edificações de pedra e cal, vários anos e até décadas são necessárias para a correção de erros porventura cometidos.⁴

Erros dessa natureza ocorrem tanto nas capitais dos estados como no interior do país. A falta de adequação entre a demanda e a oferta de serviços locais de saúde, devida a insuficiências nos trabalhos de pesquisa operacional, resulta, com frequência, em ociosidade de espaços para ambulatorios e de leitos hospitalares, enquanto, na vizinhança imediata, se observa escassez de infraestrutura para os serviços de saúde. Boa parte das informações que evitariam esses inconvenientes poderá ser encontrada em levantamentos rotineiros, feitos por órgãos que já estão em funcionamento; importa, apenas, que essas informações sejam criteriosamente registradas e analisadas. Assim como houve grande empenho no desenvolvimento de toda uma doutrina acerca da “integração docente-assistencial”, visando a articulação entre os serviços locais de saúde e a educação médica, caberia conhecer mais a fundo as relações

entre os órgãos acadêmicos voltados para a pesquisa e a elaboração das estatísticas colhidas nos serviços de atendimento rotineiro administrados pelos estados e municípios.

Observa-se grande distância entre São Paulo e o resto do Brasil, a respeito das pesquisas tecnocientíficas. Por que se tornou tão grande essa distância? É claro que a economia daquele estado, muito mais pujante que a das demais unidades da federação, tem ensejado a destinação de recursos financeiros mais abundantes para essas pesquisas. Entretanto, há, pelo menos, dois outros fatores que devem ser citados: em primeiro lugar, a dotação oferecida ao estado de São Paulo, pela Fundação Rockefeller, na década de 1920, para a modernização do ensino e da pesquisa nas ciências pré-profissionais da saúde. Esses recursos foram aplicados na construção do prédio que abriga os excelentes laboratórios da Faculdade, mediante o compromisso da implantação do regime de dedicação exclusiva para o pessoal docente. Ora, não se faz ciência nos tempos modernos, trabalhando com equipes sob o regime de tempo parcial, como era regra em toda a rede federal de ensino superior até à década de 1960.

De outra parte, foi muito mais precoce que em outras unidades da Federação, o funcionamento da Fundação de Amparo à Pesquisa daquele estado. Cumpre lembrar que existiu um hiato de mais de 40 anos entre o início do funcionamento da Fundação paulista e o da congênere baiana, enquanto outros estados foram, também, mais progressistas que o nosso a esse respeito.

Mais um fator essencial ao desenvolvimento tecnocientífico verificado em São Paulo foi a implantação dos excelentes programas de pesquisa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a cargo de cientistas europeus de renome mundial que ali chegaram na metade da década de 1930. A formação de pesquisadores e a valorização da pesquisa no ambiente universitário paulista tiveram incontestável importância para a implantação precoce da Fundação de Amparo à Pesquisa naquele estado.

Sabemos ser inesgotável o tema em questão, mas, feitas algumas provocações, melhor será interrompermos a presente exposição e passarmos

à sadia troca de ideias. Agradeço o convite feito pelo Jairnilson para conversar com vocês e continuo à disposição para o debate que todos estamos aguardando.

Notas

- ¹ Palestra proferida no Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, no dia 22 de setembro de 2006.
- ² STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. São Paulo: Artenova, 1976.
- ³ MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Prelúdio para uma história*: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.
- ⁴ SANTOS, Roberto Figueira. *Tendências mundiais*: Diagnóstico Global da Ciência e Tecnologia em Saúde, no Brasil. Palestra proferida na I Conferência sobre Ciência e Tecnologia da Saúde, em 1994. Mimeografado.

Capítulo VI

Ciências da Informação e a saúde humana^I

Desejo, inicialmente, cumprimentar os organizadores deste Colóquio Internacional pelo grande sucesso resultante da aproximação de estudiosos de Portugal e do Brasil dedicados a um tema dos mais palpitantes da atualidade e da mais alta relevância para ambas as nações. Está, ainda, em seu começo, a verdadeira revolução nas práticas médicas ensejada pelo extraordinário progresso das Ciências da Informação e da Comunicação. Bem inspirados estiveram os promotores deste Colóquio, ao incentivarem os que se dedicam a essas atividades, a perscrutar os horizontes e a enxergar o que o futuro nos trará.

Cumpre-me dar as boas-vindas aos que se deslocaram de Portugal, particularmente do norte de Portugal, de onde provieram muitos dos

nossos antepassados. E saudar os que labutam na Bahia e em outras regiões do Brasil e nos honraram enriquecendo este Colóquio com a sua colaboração.

Foram, já, analisadas com propriedade e sabedoria, nos recentes debates, muitas das formas, tantas e tão disseminadas, pelas quais o desenvolvimento das Ciências da Informação e da Comunicação tem apoiado o progresso das práticas relativas à saúde humana. As modernas técnicas de acesso à informação modificaram, radicalmente, os serviços prestados pelas bibliotecas. E os novos meios de comunicação tornaram muito mais diversificada, mais rápida e mais abrangente a divulgação dos conhecimentos. A internet tem sido de incomparável valor em grande variedade de situações. Mas, seria, com certeza, repetitivo e pouco atraente voltar a relacionar tantos progressos diante deste auditório e pouco estaríamos contribuindo, se o fizéssemos, para a maior aproximação entre os cultores desses vários campos do saber.

Pareceu-me, antes, de melhor alvitre, chamar a atenção para um aspecto essencial ao sucesso dessas iniciativas marcadas pela multidisciplinaridade. Como ponto de partida para qualquer pesquisa, inclusive entre as que dizem respeito à saúde humana, sabemos ser essencial a formulação correta de uma ou mais perguntas que precisem ser respondidas para o esclarecimento de fatos observados na natureza. Por sua vez, para que tenham validade as informações colhidas, deverão elas ser devidamente interpretadas e enquadradas no sistema de conhecimentos anteriormente estabelecido. Em todo esse processo, para que seja assegurada a boa qualidade das respostas, simultaneamente com o emprego das modernas tecnologias, constituem fatores essenciais: o conhecimento atualizado do assunto que é objeto da investigação, a inteligência criativa dos(as) pesquisadores(as) e a familiaridade destes(as) com a metodologia da pesquisa.

Nas Ciências da Saúde, a correta observação dos fatos, realizada de forma tão isenta quanto possível, assim como a anotação exata do que for observado, deverá orientar a escolha do tipo de processamento dos

dados colhidos. Os métodos e os processos à disposição do pesquisador têm evoluído nas décadas mais recentes e poderão, até mesmo, condicionar o momento mais oportuno para a realização da pesquisa. Avançaram de tal forma os instrumentos de trabalho e os meios de divulgação dos resultados, que se tornou obrigatória a mais estreita colaboração entre os profissionais da Informação e da Comunicação, de um lado, e, de outra parte, os da área da saúde.

Vale apontar alguns exemplos. Entre os mais importantes modelos de investigação científica referentes à saúde humana, figuram os que se convencionou chamar de “pesquisa clínica”. Os pacientes atendidos, individualmente, nos serviços de saúde, devidamente examinados por profissionais, têm registradas em prontuários as manifestações de doença, mediante anotações que passaram a ser digitalizadas, cuja preservação em arquivos médico-hospitalares evoluiu consideravelmente nas mais recentes décadas. Graças às informações acumuladas, ao longo de muitos anos e, em alguns casos, até, ao longo de vários séculos, tem sido possível gerar conhecimentos que orientem a escolha das práticas aplicadas ao exame e ao tratamento dos pacientes e ensinadas aos futuros profissionais. Graças às modernas tecnologias, as “pesquisas clínicas” multiplicaram-se em ritmo acelerado, tiveram ampliado o seu escopo e melhoraram quanto à qualidade, como jamais havia ocorrido no passado. Por sua vez, os arquivos que guardam essas informações devem seguir as mais atualizadas e aperfeiçoadas normas de funcionamento.

Não obstante as modernas tecnologias terem beneficiado, largamente, as várias etapas da análise dos prontuários, cumpre não esquecer que todo o conhecimento gerado pelas investigações clínicas depende, fundamentalmente, da qualidade do trabalho dos profissionais que observam, registram e interpretam os fatos relativos à saúde humana.

Têm sido, também, altamente beneficiadas pelos avanços das Ciências da Informação e da Comunicação, as pesquisas referentes aos ramos da Biologia humana que servem de base às práticas da saúde. Incluem-se entre elas a Anatomia, a Fisiologia, a Bioquímica, a Biofísica,

a Histopatologia, a Microbiologia, a Parasitologia, a Farmacologia, a Psicologia, a Genética, a Imunologia, as Ciências Sociais e disciplinas correlatas. Já no século XVIII, as Universidades alemãs haviam-se destacado pelo progresso em alguns desses ramos da Biologia que constituem o fundamento científico das práticas médicas. À medida que a formação de médicos foi evoluindo em diferentes países do mundo, tornou-se evidente a necessidade de instruir o futuro profissional recorrendo àqueles ramos da ciência, de forma aprofundada, quanto ao significado das manifestações de doença e das alterações no comportamento dos pacientes com a saúde abalada. O famoso relatório elaborado pelo pedagogo Abraham Flexner, há cem anos, influenciou, profundamente, os educadores dedicados à formação dos futuros profissionais da Medicina, no sentido da substituição de conceitos relativos à saúde humana originados de rituais de magia e de crenças religiosas mal interpretadas, por ideias fundamentadas no método científico, o que é o caminho correto para a interpretação dos fatos e a identificação das leis da natureza.

Outro modelo de pesquisa, que consiste na apreciação das questões pertinentes à saúde das coletividades de seres humanos, progrediu de forma lenta nos ambientes universitários brasileiros, durante longo período de tempo, especialmente quando comparada aos outros exemplos de estudos que acabamos de citar. Mais recentemente, contudo, a importância desses trabalhos, inclusive das chamadas “pesquisas operacionais”, se impôs pela sua importância, e as modernas tecnologias têm se mostrado, igualmente, essenciais à sua realização.

Ao enumerarmos alguns exemplos de modelos de pesquisas na área da saúde, não nos anima a pretensão de citá-los exaustivamente. Não devemos, contudo, omitir um dos modelos usados com maior frequência, o que envolve a identificação de fármacos e a sua possível eficácia na prevenção e no tratamento de perturbações da saúde humana, processos também muito aperfeiçoados pelos modernos instrumentos da ciência e da tecnologia.

No mundo moderno, não mais se pode aceitar a *improvisação* entre os que pretendam realizar pesquisa técnico-científica. É indispensável que os candidatos às tarefas do pesquisador estejam, para isso, devidamente preparados. Ressalvadas umas poucas exceções, as Universidades brasileiras, constituídas tardiamente, a começar da década de 1930, demoraram mais ainda até se compenetrarem da sua responsabilidade na formação de pesquisadores.

Ressalvadas umas poucas exceções, os trabalhos de pesquisa científica e tecnológica realizados entre nós até às décadas mais recentes, o foram por pesquisadores formados fora do Brasil. Nas nossas Universidades, a importante missão de formar pesquisadores, essencial ao próprio conceito dessas instituições, somente se difundiu em escala apreciável nas últimas quatro ou cinco décadas, graças à organização da rede de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Nos programas de formação de pesquisadores da área da saúde, especialmente nos currículos de mestrado e doutorado, devem, pois, figurar oportunidades para que os candidatos aprofundem os seus conhecimentos acerca das modernas tecnologias pertinentes às Ciências da Informação e da Comunicação. Reciprocamente, aos que se preparam para a obtenção dos títulos de mestre e de doutor nos campos das Ciências da Informação e da Comunicação, convém que lhes sejam apontadas as imensas oportunidades de trabalho encontradas na área da saúde.

As perguntas que geram projetos de investigação científica costumam surgir nos cérebros de indivíduos que, preferentemente, deverão para isso aproveitar-se do convívio em ambientes nos quais se debatem os temas que carecem de esclarecimentos pelo método científico. Em séculos passados, descobertas de fundamental importância foram realizadas por amadores, que não contaram com a preparação sistemática aqui preconizada. Identificam-se, na história da ciência, verdadeiros gênios, cuja intuição os levou a profundas inovações nos campos do saber e do fazer e que não haviam sido para tanto preparados. Conhecem-se, também,

achados resultantes do acaso, em que o cientista se surpreende com o significado de observações que não constavam do projeto que está sendo posto em prática. Não obstante, nos tempos modernos, registram-se, como regra geral e com muito maior frequência, pesquisas realizadas por pessoas devidamente preparadas, que trabalham em ambientes conhecidos pela tradição de buscar respostas acerca de assuntos que necessitam ser melhor conhecidos. Na verdadeira aventura que é a pesquisa sobre temas da saúde humana, não se devem negligenciar, jamais, os preceitos da bioética a serem respeitados.

A reputação das instituições universitárias pelo mundo afora depende, fundamentalmente, da qualidade dos projetos de investigação científica e tecnológica que nelas se estejam realizando. A associação do ensino e da pesquisa nos ambientes universitários constitui prática já consagrada ao longo dos séculos, em muitos países, por justificadas razões. A presença obrigatória, nos departamentos universitários, de jovens aspirantes à carreira científica estimula a renovação de ideias pelo constante desafio aos conhecimentos geralmente aceitos, muitos dos quais chegaram a ser tidos como definitivos, até então. A formação de pesquisadores deverá ocorrer mediante a colaboração com cientistas mais experientes que integrem o corpo docente das Universidades. É mediante o convívio com cientistas que venham, de mais tempo, dedicados a essas atividades, que os mais novos adquirem, preferentemente, a necessária experiência com a metodologia da pesquisa e com as exigências para a divulgação dos resultados. Entre essas, incluem-se as normas para a publicação de livros e de artigos avaliados por periódicos bem aceitos na comunidade acadêmica.

Nos tempos atuais, pouco se espera do trabalho isolado e de feitiço individualista. As Universidades terão a preferência dos melhores candidatos a carreiras científicas, na medida em que as pesquisas nelas realizadas se mostrem mais promissoras. Predomina, pois, o produto de comunidades de cientistas dedicados a assuntos reconhecidos como relevantes para a sociedade que os sustenta, e no qual o jovem candidato,

graças à sua imaginação, possa identificar aspectos das mesmas questões que mereçam esclarecimento pelo emprego do método científico.

Os departamentos universitários encarregados do ensino das ciências e das técnicas nos níveis da graduação e da pós-graduação constituem os ambientes mais propícios para a expansão das fronteiras do conhecimento pela pesquisa bem planejada. A depender do significado econômico dos novos achados, sobretudo no campo da tecnologia, algumas empresas que pretendam competir no mercado lançando produtos que envolvam inovações, têm sido, igualmente, responsáveis por pesquisas de grande significado. No Brasil, ainda é muito reduzido o número de empresas em cujo orçamento se incluam recursos para gerar novos processos e fabricar produtos diversos dos que vinham, há mais tempo, oferecendo aos consumidores. Tais iniciativas poderão ser muito onerosas e envolver riscos na aceitação dos produtos lançados ao mercado. Por esta razão a isso somente se aventuram, em geral, empresas altamente capitalizadas. Ainda quando vierem a aumentar, no Brasil, as inovações geradas nas empresas, como é tão frequente nos países de mais forte tradição industrial, continuará sendo missão obrigatória das universidades a formação de pesquisadores, o que é parte indivisível do próprio conceito do que estas devam ser.

No Brasil, os cursos de pós-graduação, a despeito do seu recente surgimento, datados de menos de cinco décadas, têm se revelado os grandes impulsionadores da associação entre o ensino e a pesquisa. Essa importante rede, além de formar pesquisadores dos quais o país necessita com a maior urgência, tem propiciado, simultaneamente, o preparo de profissionais com mais denso lastro científico. As estatísticas a esse respeito têm sido muito animadoras.

Em conclusão, vale reconhecer, mais uma vez: a colaboração entre os estudiosos das Ciências da Informação e da Comunicação e os pesquisadores da área da Saúde têm proporcionado, de forma incontestável, a melhoria dos indicadores de saúde e o conseqüente aprimoramento da qualidade de vida da população mundial. Portugal e Brasil têm se

destacado quanto a esses índices de progresso, o que justifica a necessidade do estreitamento dos laços de colaboração entre os que se dedicam, nesses países, aos citados ramos do conhecimento humano, assim entrelaçados uns aos outros.

Nota

¹ Discurso proferido em Salvador, no dia 17 de outubro de 2008.

Capítulo VII

Prefácio

(Livro Eliane Azevedo)¹

Na tradição cultural brasileira, têm sido, de modo geral, muito insuficientes os registros de eventos que marcaram a existência de instituições de imensa importância para a história social do país.

São, por isso, muito bem-vindos, os esforços de recuperação de informações pertinentes ao passado dessas instituições, antes que se percam, definitivamente, as fontes que podem servir à consulta dos pesquisadores. A esse respeito, é verdadeiramente exemplar a presente obra, da lavra da Professora de Medicina e ex-Reitora da Universidade Federal da Bahia, Eliane Elisa de Souza e Azevedo, sobre a evolução da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. O texto abrange vários ângulos da atividade acadêmica brasileira, cuja análise tem sido, tantas vezes, negligenciada.

Em volume alentado, que permanecerá como verdadeiro marco na recuperação de informações sobre a história da formação de médicos entre nós, a ilustre professora e pesquisadora, pela sua imensa dedicação pessoal, conseguiu realizar façanha que vai, ainda, além do que sugere o título do trabalho.

De tal abrangência é a obra, que terei de limitar-me a comentar, neste prefácio, apenas alguns dentre os seus tópicos. Trabalhos desta natureza envolvem, naturalmente, a exposição de fatos históricos, respaldada em documentação elaborada em momento próximo da sua ocorrência; e, também, opiniões pessoais do(a) autor(a) sobre o significado desses eventos. Acerca da fidelidade no relato dos acontecimentos, tenho, somente, de louvar a integridade da memorialista, ao identificar e aproveitar as fontes mais autorizadas. Quanto às opiniões por ela exaradas, verifico e anoto nítida divergência, vez ou outra, entre os pontos de vista dela e os meus, enquanto estou certo de que outros leitores terão, também, aqui e ali, opiniões diversas, o que em nada invalida e pode, mesmo, enriquecer a leitura do texto.

Passo, agora, a destacar os itens que considere de especial importância no trabalho em pauta. Já nas primeiras páginas da Memória Histórica 1996-2007, surgem notícias referentes aos concursos para a seleção do pessoal docente da Faculdade. Impressionou-me a situação a que chegou a composição do corpo de professores, ao verificar que se havia reduzido a três o número dos que atingiram o mais alto grau da carreira de magistério, ao ascenderem à categoria de titulares. Quando a população brasileira era muito menor que hoje, e muito menos expressivos os indicadores da economia do país, em passado remoto, na mesma nossa Faculdade, o número de catedráticos, agora com a designação de titulares, ao longo de muitas décadas, oscilou em torno de 35. Um dos méritos maiores do trabalho da Professora Eliane foi o de chamar a atenção para a verdadeira aberração que, sob esse aspecto, se chegou a verificar. É, sem qualquer dúvida, inexplicável e inaceitável o declínio na composição do corpo docente. Dele ter-se-ia de esperar, forçosamente, consequência negativa sobre o ensino e a pesquisa na instituição. Registra a Memória Histórica

que se passaram 22 anos sem a abertura de concursos para o cargo de professor titular. Felizmente, nos anos mais recentes, iniciou-se a correção deste contrassenso, originado de falso entendimento dos órgãos do governo federal, a respeito da gestão das Universidades públicas sob a sua responsabilidade.

Outro mérito do trabalho da Professora Eliane é o da apreciação de anteriores Memórias Históricas, desde a primeira delas, datada de 1854, cuja redação coube ao Professor Malaquias Álvares dos Santos. Pela forma como foi inserido na presente Memória, relativa aos anos 1996-2007, o capítulo que trata das Memórias de anos passados constitui vasto material de apoio a futuras pesquisas sobre o papel desempenhado pelas nossas Faculdades na evolução da sociedade baiana e brasileira. Mereceram especial referência as duas Memórias mais recentes, respectivamente, a do ano de 1942, da lavra do Professor Eduardo de Sá Oliveira, e a que cobre os anos de 1943 a 1995, elaborada pelo Professor Rodolfo dos Santos Teixeira. Impressas pela Universidade Federal da Bahia, preparadas sob critérios que diferem uma da outra, são ambas muito ricas em informações e em judiciosos comentários acerca de diferentes aspectos da vida universitária baiana e brasileira.

Foi tão grande o esforço da professora Eliane ao realizar o presente trabalho que, a certa altura, ela assim se exprime: “Após a experiência, recomendo aos futuros memorialistas que, não sendo afeitos à *vida monacal*, lembrem que o passado se constrói a cada instante, e que a cada momento já existem memórias históricas a serem registradas.”² Para se ter ideia do volume de material que serviu de fonte ao presente trabalho, direi que incluiu 127 Atas de reuniões da Congregação da Faculdade, ocorridas entre janeiro de 1996 e julho de 2007. Mais ainda: entre 1854 e 1995, foram elaboradas 66 Memórias históricas, das quais 17 não foram encontradas. Os numerosos outros documentos consultados incluem livros, entre eles alguns muito antigos, de mais difícil acesso. Revelaram-se de grande valia, ademais, as incontáveis entrevistas pessoais, como “fontes vivenciais” de informação.

A Memória dos anos 1996-2007 ressalta, adequadamente, o significado do rápido crescimento da rede de mestrados e doutorados no sistema universitário brasileiro, assim como o seu vínculo estreito com a expansão da pesquisa técnico-científica realizada no Brasil. É este o aspecto mais positivo da organização universitária brasileira, nas décadas mais recentes, e também o mais promissor, no sentido de que, em vez da oferta de aspirantes ao magistério que não tinham formação orientada para as tarefas de ensino e pesquisa – conforme ocorreu, muitas vezes, no passado –, deveremos dispor de candidatos à carreira docente preparados mediante programas sistematicamente planejados, e que estão sendo avaliados com razoável frequência.

Nota-se verdadeiro carinho na preparação do capítulo deste livro referente à presença das mulheres na história da Medicina na Bahia. Algumas dentre elas tiveram seus nomes destacados: Maria Augusta Generoso Estrela, jovem baiana que, em 1875, lutou para matricular-se no *New York Medical College*, recebeu do Imperador D. Pedro II uma bolsa que lhe permitiu diplomar-se em 1881 e, de volta ao Brasil, submeteu-se aos exames exigidos para a revalidação do diploma; Rita Lobato Velho Lopes, em 1885, a primeira a diplomar-se pela nossa Escola, em dezembro de 1887; a Doutora Francisca Prager Fróes, graduada em 1893, a primeira a lecionar no curso médico e a primeira pesquisadora pertencente ao corpo docente da Faculdade. Dois outros nomes de mulheres merecem citação: os das primeiras professoras titulares, Maria Tereza Medeiros Pacheco e da própria memorialista, Eliane Elisa de Souza e Azevedo. Esta última foi a primeira a ocupar a Vice-Diretoria da Faculdade de Medicina e a Reitoria da Universidade Federal da Bahia.

Conseguiu a memorialista reunir interessantes informações sobre a participação de estudantes da Faculdade de Medicina da UFBA em diferentes episódios da história da Bahia e do Brasil. Em vista do reconhecimento, verificado nas últimas décadas, da importância da pesquisa técnico-científica no ambiente universitário, mereceu especial atenção o papel dos chamados "bolsistas de iniciação científica", categoria da qual foi

Eliane uma das principais promotoras, e que tem o propósito de estimular estudantes vocacionados para o desvendamento de interrogações sobre a saúde do nosso povo, particularmente entre os segmentos de baixa renda.

O capítulo final da Memória tem o título sugestivo de “Desafios e Esperanças”. Nele a autora revela a sua perfeita atualização quanto aos progressos no conhecimento da biologia humana e de suas aplicações à prática médica, tanto nas questões relativas à saúde individual como nos aspectos sociais da atenção à saúde das coletividades. E considera as repercussões desses avanços na preparação dos médicos do futuro. A professora Eliane, com justa razão, atribui ênfase especial aos aspectos éticos dessa formação, a cujo estudo tem ela, nos anos mais recentes, dedicado a totalidade da sua incansável atividade acadêmica.

Constitui tarefas das mais gratas congratular-me com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia pela publicação do presente documento, no qual se encontram motivos para que todos nós, servidores da instituição, a ela queiramos servir no limite das nossas forças.

Notas

¹ SANTOS, Roberto Figueira. Prefácio. In: AZEVEDO, Eliane Elisa de Souza e. *Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, Terreiro de Jesus: Memória Histórica 1996-2007*. Feira de Santana: Editora da Academia de Medicina de Feira de Santana; EAMeFS, 2008. p. 7-9.

² *Ibid.*, 2008. p. 8, grifo nosso.

ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Capítulo I

Posse da Professora Tereza Marcílio como Membro Titular da Academia Baiana de Educação¹

Maria Thereza Oliva Marcílio de Souza tem dedicado à Educação, na mais ampla e mais diversificada acepção da palavra, todos os momentos da sua vitoriosa atividade.

Seus estudos em nível superior abrangeram a diplomação no curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia, no ano de 1970, e o mestrado em Educação pela *Harvard Graduate School of Education*, conquistado em 1972. Ao realizar este último curso, Tereza

concentrou os seus estudos nas áreas da educação pré-escolar e das séries iniciais da escola fundamental.

O ambiente familiar e social que cercou Tereza desde a infância contribuiu decisivamente para o sucesso que vem merecendo nas atividades ligadas ao imenso campo da Educação. Devo citar, em primeiro lugar, entre os personagens que foram os pilares de sustentação dos esforços da nova acadêmica, os seus pais, Zitelmann e Lígia Oliva. Intelectual de elevado mérito, coadjuvado pela esposa, Zitelmann sempre conseguiu se destacar onde a sua presença trouxe benefícios à nossa comunidade. Assim, foi membro da Academia de Letras da Bahia, e ali pronunciou memoráveis discursos; escreveu vários livros, dentre os quais cito “Um homem e a sua sombra”,² “Amizade todo dia”,³ além de “Presença da Igreja” e “Retrovisor”; frequentou, assiduamente, as páginas dos jornais baianos. Quando convocado pelo Reitor Miguel Calmon, prestou relevantes serviços à Universidade Federal da Bahia, na qual se dedicou, em momento especialmente difícil da sua história, com clarividência e entusiasmo, à melhoria dos padrões administrativos da instituição.

São da própria Tereza, a nova ocupante da cadeira número 30, as belíssimas palavras que se seguem, a respeito do seu Pai:

Assim foi o homem que conheci. Veraz nas posições assumidas. Fiel à sua missão, Leal no seu conviver. E se estas são as faces mais vivas do seu conviver, de sua personalidade, outras também merecem que sejam ressaltadas: a solidariedade, a sobriedade, e o misticismo.⁴

Na continuidade da biografia de Tereza, tem ela recebido incondicional apoio do seu esposo, o doutor Carlos Alfredo Marcílio de Souza, professor de Medicina admirado e estimado pelos colegas e alunos, graças à seriedade e à lucidez com que vem introduzindo inovações na formação dos futuros médicos do nosso país.

Impressiona, de fato, o enorme alcance das atividades profissionais lideradas pela nossa confreira, agora empossada. Entre as funções por ela exercidas no começo da brilhante carreira, enquanto trabalhava na

Capital Federal, incluem-se a de professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e a de coordenadora do Programa de Integração da Universidade com o primeiro grau, na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. Junto ao mesmo Ministério, Tereza atuou como parecerista dos Parâmetros Curriculares para a Formação de Professores. De volta à Bahia, mediante concurso público, exerceu o magistério do segundo grau na Escola Pedro Calmon, da rede estadual de ensino, e coordenou os programas da Secretaria de Educação do Município de Salvador. Foi, também, gerente da Fundação João de Souza Góis, responsável pelo Programa de Incentivo à Leitura e Criação de Bibliotecas Comunitárias.

Menciono, com particular agrado, a valiosa contribuição de Tereza na concepção do projeto dos Centros Sociais Urbanos, implantado pela Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social do Governo da Bahia, com a liderança da saudosa Professora Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, enquanto tive o privilégio de governar o nosso Estado.

A atuação de Tereza tem sido de fundamental importância para o sucesso da organização não governamental (ONG) denominada “Avante”. Por ela idealizada e liderada, foi essa entidade precedida pela articulação de um grupo interdisciplinar de excepcional competência, constituído de profissionais das áreas de Educação, Psicologia, Ciências Sociais e Administração. Ao fim de alguns anos de atividade informal, esse grupo foi convidado a assumir a coordenação executiva nacional do Prêmio Fundação Odebrecht/Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Vencedora do Prêmio ECO-96, essa iniciativa já havia envolvido mais de 165.000 jovens de todas as regiões do Brasil. Tendo em vista o sucesso dessa e de parcerias congêneres sob sua responsabilidade, o mesmo grupo passou a desenvolver outras atividades, de 1996 em diante, dentre as quais selecionei algumas, a título de exemplos.

Logo no primeiro ano de existência, a Avante entrou em parceria com o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, com o propósito de elaborar a Tecnologia Educacional daquela centenária instituição. Além disso, tendo o apoio da Unicef, articulou-se com a Prefeitura do Município de

Irecê, na Bahia, a fim de promover a capacitação de gestores da rede de educação infantil, assim como elaborar a proposta curricular para toda a rede escolar daquele município. Mereceu essa atividade menção honrosa quando da atribuição do Prêmio Itaú-Unicef, em 1999.

No cumprimento dos seus objetivos, encarregou-se a Avante do Projeto de Qualificação Profissional em Turismo e Administração Hoteleira da Costa dos Coqueiros, o que envolveu 2.300 jovens de cinco municípios do entorno de Sauípe, ao norte do estado da Bahia. Mais tarde, a Avante desenvolveu o projeto de implantação da entidade designada “Acredite”, que congrega 23 creches e pré-escolas na Região Metropolitana de Salvador.

Merecem especial referência as realizações internacionais da Avante, a exemplo da articulação com o *Ontario Institute of Education*, que proporcionou a visita de 26 educadores nossos ao Canadá. A Fundação privada alemã *Radiwihau*, por sua vez, tem sido parceira da Avante, particularmente em projetos implantados no bairro dos Alagados, em Salvador.

Entre as atividades de cunho internacional, cabe destacar a participação de Tereza na prestigiosa entidade *Global Leaders for Young Children*. Fundada em 1906, essa organização mais do que centenária vem promovendo reuniões em vários países do mundo, tendo por objetivo a melhor compreensão, desde a primeira infância, do significado de temas de abrangência mundial, a exemplo dos conceitos de país e de região, além de analisar políticas referentes à primeira infância e de como implementá-las em âmbitos nacional, regional e mundial.

Ainda em conjunto com a Unicef e a Prefeitura de Salvador, a Avante coordenou o programa “Atenção Integral e Integrada” que envolve a participação em centros comunitários de educação infantil nos Subúrbios Ferroviários de Salvador e na Península de Itapagipe.

Graças à ampliação e à diversificação da sua equipe, a mesma entidade passou a trabalhar em projetos de erradicação do trabalho infantil (PETI), em colaboração com órgãos municipais, estaduais e federais dedicados a esse importante instrumento de inclusão social. Em ativi-

dade afim, foi escolhida como “entidade âncora” do programa “Primeiro Emprego” do Ministério do Trabalho. Participou, também, do “Projeto de Prevenção à Corrupção”, mediante a qualificação de conselheiros, agentes públicos e lideranças municipais em várias regiões do país.

Em 2005, a Avante passou a dedicar-se aos programas “Prazer em Ler” e “Grupo Jovem em Ação”. Nos anos seguintes, vem participando de atividades diversas referentes à formação continuada de professores.

No importante campo da educação artística, a Avante contribuiu para a formação de multiplicadores das Artes Visuais em quatro creches comunitárias de Salvador, entre os anos de 2002 e 2006.

Pelo seu Núcleo de Mobilização Social e Políticas Públicas, a Avante apoiou o trabalho de Conselheiros Municipais, Lideranças Comunitárias, Agentes Públicos e Provedores de Famílias de Baixa Renda. Merece destaque o Plano de Trabalho elaborado para a Santa Casa da Misericórdia da Bahia voltado para o desenvolvimento social da população do Bairro da Paz, em Salvador.

Mas Thereza não para. E é bom para todos nós que ela não pare, porque, a cada momento, com a sua participação, surgem ideias novas e novos propósitos, sempre valiosos para o Brasil, para a Bahia e para todos os que a conhecem e admiram. Agora, mesmo, está ela envolvida, profundamente, com a Rede Nacional da Primeira Infância, que tem como missão “[...] fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os seis anos de idade, monitorando e avaliando a sua implementação [...]”,⁵ levando em conta o princípio de que “A primeira infância é fundamental para o desenvolvimento humano. O que for feito em prol da criança nesta fase da vida [até os seis anos], tem impacto em seu desenvolvimento e na situação social e econômica do país”.⁶ Mais de 70 entidades públicas e privadas fazem parte dessa Rede, que organizou e cumpre o ambicioso Plano Nacional pela Primeira Infância, coordenado pela Secretaria Executiva, ora situada na nossa cidade do Salvador e exercida por Thereza, a nova confreira.

Simultaneamente, vemos Thereza às voltas com o projeto inovador, intitulado “Boa Terra Boa Gente”. Cuidam ambas de “aproveitarmos este momento convergente de vontade política”, por meio de um “movimento pela Gentileza”, aspecto não pensado anteriormente, dos preparativos da Bahia para a Copa do Mundo em 2014. É este um “movimento” que, “por ser de impacto direto na comunidade se refletirá nos serviços a serem oferecidos para a Copa do Mundo, com destaque para o receptivo aos turistas”.

É muito incompleta a presente relação das atividades educacionais da extraordinária equipe da Avante. Foi nosso intuito, tão somente, apresentar uma amostra da diversidade da atuação que tem Tereza Marcílio como principal inspiradora e verdadeiro dínamo na execução de projetos mercedores do aplauso da comunidade de educadores da nossa terra.

Não tenhamos dúvida: pela sua inteligência, pelo seu conhecimento dos assuntos da Educação, pela sua disposição para o trabalho, pela sua experiência colhida e amadurecida desde a juventude, pelo sentido de companheirismo que imprime às mais variadas condições de trabalho, Tereza trará excelente contribuição às atividades da nossa colenda Academia Baiana de Educação.

Há mais um motivo de júbilo na cerimônia de posse que ora comemoramos. É que o antecessor de Thereza na cadeira número 30 desta Academia, o historiador e professor emérito Luiz Henrique Dias Tavares, está presente entre nós, a merecer o nosso mais entusiástico aplauso. Eu explico: no cumprimento do nosso Estatuto, esta Casa aprovou a escolha do querido confrade Luiz Henrique para o quadro dos Membros Eméritos desta Academia, tornando vaga, assim, a cadeira de número 30, da qual é patrono o educador e orador sacro de excepcional talento, o Padre Luiz Gonzaga Cabral. A mesma cadeira havia sido, anteriormente, ocupada por outro brilhante intelectual e homem público, o professor Luiz Augusto Navarro de Brito, um dos mais eminentes baianos da minha geração, cuja morte prematura foi pranteada por todos nós, amigos dele e educadores brasileiros.

Quero encerrar a presente saudação valendo-me da transcrição de palavras inseridas por Zitelmann Oliva em um dos seus livros, e que figuraram em recente mensagem de Natal transmitida aos seus amigos por Tereza Marcílio: “E o que é a crença na vida senão esperança? A esperança no dia de amanhã, nesse amanhã que nos dá força para ter fé [...] quando muito se mistifica, quando muito se tergiversa, quando só mesmo a esperança unida à fé nos faz viver”. A homenagem que a Academia Baiana de Educação presta hoje à professora Tereza Marcílio, ao recebê-la entre nós, significa a esperança unida à fé, na certeza de que está assegurado o futuro da excelência na Educação em nossa terra, graças à valorização dos que, a exemplo de Thereza, merecem o nosso reconhecimento e o nosso aplauso.

Notas

- ¹ Saudação proferida em Salvador, no dia 7 de julho de 2011.
- ² OLIVA, Zitelman de. *Um homem e a sua sombra: crônicas*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1962.
- ³ OLIVA, Zitelman de. *Amizade todo dia*. Montevidéo: Estuário, [19--].
- ⁴ SOUZA, Maria Thereza Oliva de (Org.). *Um livro para Zitelmann*. São Paulo: Artes Gráficas, 2002.
- ⁵ REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Quem Somos. Missão. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/?page_id=28>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- ⁶ MARCÍLIO, Maria Thereza Oliva; AMORA, Gustavo. *Primeira infância em primeiro lugar: experiências e estratégias de advocacy*. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2010/05/advocacy.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011. p. 112.

Capítulo II

Sobre as licenciaturas¹

É com grande satisfação que declaro instalados os Seminários sobre Licenciaturas, organizados pela Academia Baiana de Educação com o apoio da Fundação José Carvalho; da Fundação João Fernandes da Cunha; das Faculdades de Educação da Universidade Federal e da Universidade Estadual da Bahia; e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia. Estamos, assim, dando cumprimento ao programa traçado no início da gestão dos atuais dirigentes desta Academia.

Em meio aos complexos problemas educacionais do Brasil, merece especial destaque o da formação de professores para os diferentes níveis de ensino. Vincula-se estreitamente esse tema à remuneração e à valorização da atividade de magistério pela sociedade a que servem. Alguns aspectos da questão se revestem de feitiço universal, e deles se têm ocupado educadores de todo o mundo ocidental, como é o caso da busca do equilíbrio entre as chamadas “disciplinas de conteúdo” e as “disciplinas

pedagógicas”, no currículo de formação dos professores. Outros temas, peculiares a cada país, refletem características das comunidades onde o professor exerce sua atividade.

Cabe lembrar que a rápida e necessária expansão da matrícula em escolas de níveis fundamental e médio, ocorrida no Brasil em tempos recentes, incluiu grande número de alunos cujos familiares, no passado, permaneceram analfabetos a vida inteira ou tiveram poucos anos de escolaridade. O ambiente que costuma cercar esses jovens, por sua vez, tende a influenciar, negativamente, a atitude do aluno, assim como a dos próprios familiares, no tocante ao significado da frequência à escola.

A atenção dos educadores brasileiros vem se concentrando, cada vez mais, na melhoria da qualidade do ensino, especialmente depois que se tornou possível *reduzir* a proporção das crianças brasileiras que atingiram a idade escolar e não estão matriculadas na rede formal de ensino. Entre os fatores de que depende a qualidade do processo ensino-aprendizagem está, sabidamente, o uso adequado das técnicas pedagógicas em relação ao desenvolvimento físico e mental da criança.

A urgência com que se impõe a formação de professores em nível superior, particularmente para as *disciplinas de ciências* nos níveis fundamental e médio, incentivou o emprego das técnicas de ensino a distância, que se têm aperfeiçoado constantemente, em paralelo ao progresso da tecnologia da informação. Não é sem razão que o Ministério da Educação lançou o programa “Pró-Licenciatura”, destinado a oferecer cursos superiores a 200.000 professores das últimas séries do ensino fundamental. Para isso, firmou convênios com 19 instituições em 13 estados e no Distrito Federal, destinados ao aperfeiçoamento da formação dos professores da rede pública. Além disso, foi lançado o Programa “Pró-Letramento”, com a finalidade de treinar professores que lidam com alunos “defasados”.

Para ter-se ideia de como têm evoluído, no Brasil, as exigências para a formação do professor, basta comparar-se o tratamento dado ao assunto na primeira e na segunda Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgadas com trinta e cinco anos de intervalo, entre uma e

outra, respectivamente, em 1961 e 1996. Nesse meio tempo, atravessou o Brasil notórias e profundas transformações sociais e econômicas que vêm exigindo maior atenção para a nossa rede de estabelecimentos de ensino. Os brasileiros se engajaram, vigorosamente, junto com outros povos do mundo ocidental, na chamada “revolução das expectativas crescentes”, ocorrida nas últimas décadas. Dela resultou a demanda por mais educação de melhor qualidade para a população jovem do nosso país. As novas gerações estão a aspirar padrões de vida muito mais elevados que os dos seus pais e avós. E a criação de riqueza tem estado, como nunca na história da humanidade, a depender dos padrões educacionais.

A fim de acompanhar o ritmo de evolução da atual “era do conhecimento”, o educador passou a assumir papel ainda mais relevante que no passado, junto à sociedade. É este mais um item a merecer reflexão nos presentes Seminários. É claro que não bastam exigências da legislação, cuja aplicação não irá corresponder à letra dos textos pertinentes, caso a coletividade a que essas normas se destinam não estiver compenetrada da sua importância.

O grande sucesso da rede nacional de pós-graduação *stricto sensu* tem favorecido, significativamente, o preparo dos professores para o nível superior de estudos, com os reflexos naturais e obrigatórios sobre as demais fases do processo educativo. Em meio às grandes dificuldades vividas pelas nossas instituições públicas de ensino superior, a rede oficial de mestrados e doutorados tem se expandido, nas últimas três a quatro décadas, em moldes anteriormente desconhecidos. Pode-se, por isto, entrever um futuro promissor para os nossos cursos universitários, particularmente devido ao desenvolvimento paralelo da pesquisa científica nas mesmas instituições. Entretanto, o estudante que não encontrar bons professores nos níveis fundamental e médio terá, com certeza, reduzida chance de alcançar o nível superior de estudos, principalmente para os cursos em que a competição é mais acirrada.

Tanto na capital como no interior de várias unidades da federação, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina,

Paraná e outros, vem-se observando, desde as últimas quatro a cinco décadas, a implantação de novos cursos superiores em ritmo acelerado, o que, até mesmo, ultrapassou, em alguns casos, a ampliação do mercado de trabalho para esses profissionais. O mapa da Bahia, secularmente, tem manifestado uma concentração de bens e serviços na capital do estado e em municípios vizinhos, que tem sido, proporcionalmente, maior do que a observada em outras unidades da federação. Nisso se inclui a infraestrutura para a educação em nível superior. A expansão das oportunidades de estudos universitários somente se vem observando, na capital como no interior, nas últimas duas a três décadas com atraso em relação a outros estados. Acumulou-se, então, paulatinamente, uma grande demanda reprimida de alunos desejosos de preparar-se para carreiras que exijam nível superior de estudos.

Curiosamente, cursos como os de Comunicação, Direito e Administração com várias habilitações têm surgido em nosso estado em grandes números, mesmo quando o mercado de trabalho não mostre perspectiva de absorver tantos portadores desses diplomas. Impressiona, paralelamente, a reduzida criação de cursos novos para a formação de professores, assim como o elevado número de vagas não preenchidas em alguns desses últimos. Impressiona, sim, porque já faltam agora, e faltarão em muito maior número, no futuro próximo, professores titulados conforme manda a lei, para preencherem as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho para os profissionais da educação. Iniciativas muito recentes têm sido implementadas na tentativa de atenuar o problema, particularmente, por meio do ensino a distância. Estatísticas também recentes, no entanto, geradas pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (Inep), revelam que, em âmbito nacional, entre as vagas na área da educação, mais numerosas que para outras carreiras, é muito mais alta a proporção das vagas não preenchidas. Assim, de número superior a 12.500 vagas ociosas no ensino superior público, no ano de 2002, em todo o Brasil, mais de 6.600 foram da área da educação. Essas estatísticas parecem desconcertantes.

A explicação mais plausível para tal realidade, porém, está no baixo salário dos diplomados nos cursos de licenciatura, o que vem atraindo número reduzido de candidatos, sobretudo entre os de melhor desempenho escolar. Por sua vez, as ofertas de minguada remuneração parecem resultar da insuficiente valorização do papel do professor na nossa sociedade, quando comparada com o que ocorre entre outros povos, de tradição cultural mais consolidada e com menores índices de desigualdade socioeconômica.

Existe farta literatura a demonstrar o crescimento dos salários do trabalhador, em função dos anos de escolaridade. E sem professores dos níveis fundamental e médio que sejam bem formados, bem remunerados, dispendo de biblioteca e de equipamento didático adequado ao cumprimento dos seus misteres, conscientes da condição de agentes de mudanças, cumprindo a função de orientadores da juventude para o exercício da cidadania, pouco ou nada vale a simples frequência do aluno à escola. Observa-se, de outra parte, nítida desigualdade na distribuição de matrículas nos cursos superiores entre as diferentes regiões do país, correspondendo aos respectivos indicadores de desenvolvimento econômico. Em 2003, 49% das matrículas nesses cursos ocorreram em escolas da região Sudeste, enquanto 25% estavam na região Sul, 19% no Nordeste, e apenas 5,9% no Norte. Cumpre lembrar que as estruturas sociais que geram a pobreza e com ela se conformam tendem a produzir sistemas educacionais precários, à imagem e semelhança dos que existiram tradicionalmente, o que poderá perpetuar o *status quo*, a não ser que se implantem políticas de ação comunitária planejadas para superar o difícil problema.

A escassez de professores titulados se mostra mais aguda nas áreas das ciências exatas, nas quais aparecem de forma particularmente perversa as desigualdades entre as várias regiões do país. Impossível se torna imaginar, para o povo brasileiro em seu conjunto, o futuro de paz, de progresso e de enriquecimento com menor desigualdade social, enquanto não estiver a nossa mocidade preparada para lutar pelas benesses da vida moderna,

tão intimamente ligadas às aplicações da ciência e ao desenvolvimento tecnológico. Sirva de exemplo do grande déficit na formação de professores de ciências, o levantamento feito pelo Conselho Nacional dos Secretários da Educação (Consed), segundo o qual o Brasil deveria haver formado 55 mil professores de Química na década passada, e formou apenas 7.200. O adequado ensino dessas ciências é essencial ao jovem que aspira preparar-se para o ritmo acelerado das rápidas transformações, inseparáveis da atual e da futura vida em sociedade.

O ensino das ciências, desde a mais tenra idade, já não é compatível com a simples transmissão de informações apresentadas aos alunos como definitivas e irrefutáveis. O seu papel tem que ser o de servir de caminho para o jovem aprender mais, e sempre mais, ao longo de toda a vida, acerca da natureza do mundo que nos cerca. Donde a importância do exercício da educação continuada, aplicada, especialmente, aos profissionais da educação. O presente Seminário se destina, igualmente, a analisar questões como esta, da máxima relevância.

A preparação dos Seminários que ora se iniciam, mobilizou numerosos colaboradores, aos quais quero dirigir, nesta hora, os agradecimentos da Presidência da Academia Baiana de Educação. Como exemplos de dedicação entre os nossos confrades, quero citar a Professora Leda Jesuino, nossa Presidente de Honra, a Secretária Geral da instituição, a Acadêmica Rosa Levita, o tesoureiro, Acadêmico Marcelo Rocha, os demais membros da Comissão encarregada da organização do evento, entre eles o Vice-Presidente Hermano Machado, a confreira Zilma Parente de Barros, e os confrades Edivaldo Machado Boaventura, José Rogério Vargem e João Eurico Mata. Os Acadêmicos José Carvalho, João Fernandes da Cunha e José Nilton têm sido merecedores dos nossos agradecimentos pelo permanente apoio ao funcionamento da Academia e aos Seminários que se estão iniciando. As professoras Regina Vieira, Nadia Fialho e Rita Vieira emprestaram, voluntariamente, a sua esplêndida competência profissional à elaboração do programa que apenas começamos a cumprir, no que foram coadjuvadas pela Secretária da instituição, a Senhora Maria Thereza Dias Pereira.

Cumpr-me, também, dar as boas vindas e agradecer o espírito de colaboração dos palestrantes e debatedores por nós convidados, escolhidos entre as nossas autoridades maiores nos respectivos campos de atuação. Para todos eles, peço à plateia merecida salva de palmas.

Nota

¹ Discurso pronunciado na instalação dos Seminários sobre as Licenciaturas. Salvador, 2005. Publicado na Revista da Academia Baiana de Educação, n. 1, p. 19, 11, nov. 2005.

COLOFÃO

Formato	17 x 24 cm
Tipologia	GoudyOlSt BT 11,5/17
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	Cartograf
Tiragem	400 exemplares

A primeira parte do presente volume, com o título Desigualdades Sociais, Educação e Ação Política foi escrita, originalmente, no começo da década de 1980 e nunca havia sido publicada. Passado o tempo, o autor resolveu atualizar aquele texto e incluí-lo no presente livro, juntamente com discursos pronunciados ao longo de muitos anos, perante públicos com pretensões e formação muito diversificadas, ao lado de artigos divulgados pela imprensa diária da Cidade do Salvador.

